

Departamento de História

Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha: cartas de Francisco de
Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha. 1700-1706

Hugo Alexandre Portugal Cunha Alves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações Internacionais

Orientador:
Doutor José Joaquim Vicente Serrão, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

Departamento de História

Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha: cartas de Francisco de
Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha. 1700-1706

Hugo Alexandre Portugal Cunha Alves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História Moderna e Contemporânea, especialidade em Relações Internacionais

Orientador:
Doutor José Joaquim Vicente Serrão, Professor Associado,
ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2014

AGRADECIMENTOS

O primeiro e grande agradecimento é dirigido ao Professor Doutor José Vicente Serrão, cujas orientação científica, disponibilidade pessoal e hetero-motivação que conduziram o presente trabalho foram determinantes na conclusão do mesmo.

Em segundo lugar e sem distinções entre si, agradece-se veementemente aos seguintes investigadores: David Martin Marcos e Graça Almeida Borges, pelas suas sugestões bibliográficas e analíticas no enquadramento teórico e problemática; Tiago C. P. dos Reis Miranda, pelos seus esclarecimentos em história custodial do espólio de D. Luís da Cunha e sobre análise diplomática e tipológica de documentos de arquivo no âmbito da história da diplomacia.

RESUMO

Quando o século XVII se aproximava do seu fim, Portugal mantinha-se desde há algum tempo alheado dos últimos conflitos internacionais. Considerando a paz e a estabilidade alicerces fundamentais para a consolidação da independência nacional, D. Pedro II decidira inicialmente não se envolver nas disputas europeias. Porém, a ausência de herdeiro direto ao trono espanhol obrigou-o a manter-se vigilante, ouvindo diferentes pareceres.

Apesar de, no reino, serem muitos os que preferiam a neutralidade, a constituição dos dois blocos político-militares no continente não permitia ao país manter-se alheado das querelas dinásticas do exterior. O conselho de estado teve de centrar as suas discussões na política externa, pelo que as informações enviadas pelos diplomatas assumiriam particular importância, pois seria nelas que os conselheiros recolheriam argumentos para elaborarem os pareceres destinados ao monarca.

Francisco de Sousa Pacheco foi nomeado enviado extraordinário nas Províncias Unidas em 1693 e aí permaneceu até 1709. Na sua missão, observou as negociações da paz de Ryswick, sanou um diferendo entre Portugal e o Sacro-Império e acompanhou as movimentações internacionais da Guerra da Sucessão de Espanha, enviando sucessivas notícias europeias, políticas e militares, à corte portuguesa e outros diplomatas do reino.

Entre 1700 e 1706 o ministro português acreditado na república holandesa escreveu mais de seiscentas cartas a D. Luís da Cunha, enviado extraordinário de Portugal em Inglaterra entre 1697 e 1712; nessa correspondência informal, com espaço para o registo privado, partilhou a sua mundividência política, nomeadamente sobre o equilíbrio de poderes europeu, mas também aspetos do seu quotidiano.

Palavras-chave:

- Portugal;
- Guerra da Sucessão de Espanha;
- diplomatas;
- correspondência.

ABSTRACT

When the 17th century neared its end, Portugal remained oblivious to international conflicts for some time. King Pedro II initially decided not to get involved in European disputes considering peace and stability essential foundations for the consolidation of national independence. However, the absence of a direct heir to the Spanish throne made him remain vigilant and listen to different opinions.

In spite of many preferring neutrality within Portugal, the constitution of two political and military blocs in Europe did not allow the country to remain oblivious to the dynastic quarrels. The state council had to focus their discussions on foreign policy, so information sent by the diplomats was particularly important, because it was from this that advisers collected arguments to conceive opinions for the monarch.

Francisco de Sousa Pacheco was appointed envoy extraordinary to the United Provinces in 1693 and remained there until 1709. During his mission he observed peace negotiations of Ryswick, sorted out a dispute between Portugal and the Holy Roman Empire and followed international movements of the War of the Spanish Succession by sending European political and military news to the Portuguese court and other Portuguese diplomats.

Between 1700 and 1706 the Portuguese minister accredited in the Dutch republic wrote more than six hundred letters to Luis da Cunha, envoy extraordinary of Portugal to England between 1697 and 1712. In this informal correspondence, that allowed private speech, he shared his political vision, particularly on the European balance of powers, but also aspects of his daily life.

Key-words:

- Portugal;
- War of the Spanish Succession;
- diplomats;
- correspondence.

ÍNDICE

1. Introdução	9
1.1 A participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha: um balanço historiográfico	10
1.2 Novas propostas para a história da diplomacia e dos diplomatas	23
1.3 Objeto, metodologia, estrutura e fontes	27
2. Portugal, a Guerra da Sucessão de Espanha e a diplomacia europeia na Idade Moderna	33
2.1. Portugal entre guerras: da Restauração à Sucessão de Espanha	33
2.2. A Guerra da Sucessão de Espanha: do conflito dinástico à luta pelo equilíbrio de poderes europeu	41
2.3. A diplomacia europeia de Vestefália a Utreque: a progressiva profissionalização.....	48
3. As cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha.....	55
3.1. Os correspondentes: perfis sociais.....	55
3.2. A correspondência de Francisco de Sousa Pacheco: alguns traços gerais e aspetos do quotidiano.....	66
3.3. A «Santa Neutralidade» para «conservar o sossego»: a opção para a política externa portuguesa defendida por Francisco de Sousa Pacheco.....	78
4. Conclusão	91
5. Fontes e Bibliografia	99
5.1. Impressas	99
5.2. Manuscritas	99
5.3. Estudos	99
6. Anexos	
A. Catalogação do códice 6687//3, Manuscritos, Biblioteca Nacional de Portugal.	
B. Catalogação do cód. 8580, Mss., BNP.	
C. Catalogação do códice 176, Manuscritos Série Azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.	
D. Catalogação do códice 177, MSA, BACL.	
E. Glossário de personalidades	

GLOSSÁRIO DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ANTT = Arquivo Nacional Torre do Tombo

BACL, MSA. = Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos Série Azul.

BNP, Mss. = Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos.

Cód. = Códice

DLC = D. Luís da Cunha

FSP = Francisco de Sousa Pacheco

L.º = Livro

RGM = Registo Geral de Mercês

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho constitui um estudo sobre a correspondência trocada entre Francisco de Sousa Pacheco e D. Luís da Cunha em 1700-1706. O primeiro era, à época, o enviado português nas Províncias Unidas; o segundo, uma das figuras portuguesas mais marcantes e influentes da primeira metade do século XVIII, era o representante de Portugal em Inglaterra. No período em análise, a Europa encontrava-se submersa num turbilhão político, diplomático e militar que duraria até 1714 e ficaria conhecido como Guerra da Sucessão de Espanha; neste contexto, Portugal procurava definir a sua posição e a sua diplomacia conheceria então um dos momentos de maior atividade, tanto em Lisboa como nalgumas capitais europeias, entre as quais Haia (Províncias Unidas) e Londres (Inglaterra) se destacavam como das mais importantes.

A correspondência entre Sousa Pacheco e D. Luís da Cunha – da qual, neste trabalho, se analisam apenas as cartas enviadas do primeiro ao segundo – é de uma riqueza informativa enorme. Os dois embaixadores trocavam informação entre si sobre as diversas negociações em curso, operações militares, perspetivas políticas de Portugal e Europa, as cortes nas quais residiam, a política portuguesa e também as suas vidas particulares ou a sua condição de diplomatas. Através do estudo dessa correspondência é possível entender o alinhamento estratégico defendido para Portugal no conflito, além de caracterizar as relações de Sousa Pacheco com a secretaria de estado de Portugal e com o seu colega enviado, além de conhecer a linguagem utilizada por um grupo social português de elite (uma «elite de Estado»¹), revestido de especificidades, que frequentava, por longas temporadas, diferentes capitais europeias, residindo grande parte da sua vida no estrangeiro, comunicando noutras línguas e frequentando ambientes tanto de alta decisão política como de grande mundanidade –«entre a prática dos negócios e as cortesias do paço»².

¹ (Faria, 2008: 27)

² (Faria, 2008: 48)

1.1. A participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha: um balanço historiográfico.

Passados dez anos sobre o terceiro centenário dos chamados tratados de Methuen³ e correspondente publicação do conjunto de ensaios dedicados a este momento da história da diplomacia portuguesa⁴, a produção historiográfica especificamente dedicada à participação de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha (1702-14) não resultou abundante. Ainda assim, se forem consideradas as abordagens diretas ou indiretas ao tema, bem como a vários assuntos de interesse para a temática desta dissertação, há um número apreciável de trabalhos que vale a pena referir neste breve balanço historiográfico.

No ano seguinte ao daquele centenário foram publicadas as comunicações do Colóquio Internacional *Diplomatas e Diplomacia. Práticas e Representações*⁵, promovido pelo Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, no âmbito do projeto Ciência Política e Relações Internacionais, que tivera lugar entre 1999 e 2001.

Em 2006 foi publicada a dissertação de doutoramento de Isabel Cluny, sob a forma de biografia de João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca⁶, embaixador plenipotenciário de Portugal em Haia, Províncias Unidas (1710-16) e negociador dos tratados de paz lusocastelhanos em Utreque, no mesmo estado (1712-14), no âmbito das negociações europeias de conclusão da guerra relacionada com a sucessão da coroa espanhola no início de Setecentos; no ano seguinte, a comunicação apresentada por esta investigadora no VII Seminário Internacional de História da Fundação Carlos de Amberes (Madrid, Espanha), *La Pérdida de Europa. La Guerra de Sucesión por la Monarquía de España*.⁷, que tivera lugar em

³ Tratado de adesão defensiva e ofensiva de Portugal à Grande Aliança, no contexto da Guerra da Sucessão de Espanha, em Maio de 1703, e tratado de comércio com Inglaterra, em Dezembro do mesmo ano. O último tratado ficou vulgarmente conhecido pelo nome do embaixador inglês responsável pelas negociações e acordos que antecederam a sua assinatura, John Methuen. Este desempenhara igualmente um papel importante na quebra da neutralidade portuguesa e resultante compromisso com as potências da Liga de Haia no quadro de movimentações políticas, militares e diplomáticas que conduziram e solidificaram a guerra europeia associada à crise de sucessão espanhola no início do século XVIII.

⁴ (Cardoso et al, 2003). Esta iniciativa editorial teve origem no Encontro sobre Portugal e a Europa de princípios do século XVIII – 3.º centenário da Guerra da Sucessão de Espanha e tratado de Methuen (1703), ocorrido em Junho de 2003 no Palácio Fronteira pela Fundação das Casas Fronteira e Alorna.

⁵ (Castro, 2004)

⁶ (Cluny, 2006)

⁷ (Cluny, 2007)

Dezembro de 2006, foi incluída no livro que reuniu os diferentes contributos do colóquio⁸, ocorrido em Madrid.

Regressando a 2006, foram acrescentados à coleção «reis de Portugal» da editora Círculo de Leitores, os volumes correspondentes aos monarcas D. Pedro II (rei entre 1682 e 1706)⁹ e D. João V (rei em 1707-50)¹⁰; dois anos depois foi publicada a síntese monumental de Ana Leal Faria sobre a diplomacia portuguesa entre 1640 e 1815¹¹, nela descrevendo as relações diplomáticas portuguesas durante a Guerra da Sucessão de Espanha¹², e também o artigo de Ana Martinez-Pereira sobre a guerra «simbólica» entre Portugal e Espanha durante o conflito, através da produção escrita impressa e manuscrita; no ano seguinte, a publicação espanhola *La Guerra de Sucesión y la batalla de Almansa. Europa en la Encrucijada*. incluiu uma síntese de Pedro Cardim sobre a participação portuguesa naquele conflito¹³, e uma nova História de Portugal coordenada por Rui Ramos, Bernardo Vasconcelos Sousa e Nuno Monteiro¹⁴ não deixou de abordar o problema.

Em 2011, o 12.º volume dos *Anais de História de Além-mar* apresentou um trabalho sobre a administração da defesa do Brasil no início do reinado joanino da autoria de Miguel Dantas da Cruz¹⁵; no ano seguinte, o investigador espanhol do Centro de História de Além-

⁸ Isabel Cluny apresenta, nesta miscelânea de trabalhos, as razões da mutação da opção estratégica portuguesa nos primórdios da Guerra da Sucessão de Espanha como a afirmação definitiva do primado pela defesa do Brasil e rotas atlânticas.

⁹ (Lourenço, 2006)

¹⁰ (Silva, 2006a)

¹¹ (Faria, 2008)

¹² Ana Leal Faria parte da evolução da estratégia portuguesa desde a aliança com a França de Luís XIV (Junho de 1701) à reversão de alinhamento para o bloco da Casa de Habsburgo, representada pela Grande Aliança, passando pelos diferentes tratados comerciais estabelecidos entre Portugal e as potências da Liga de Haia (na sequência do tratado de Dezembro de 1703 firmado com a Inglaterra, a corte portuguesa ouviria incessáveis protestos da parte dos Estados Gerais – o governo das Províncias Unidas – e assinaria um idêntico com este estado em Abril de 1705, admitindo-lhes – e exigindo em troca – os mesmos privilégios comerciais), participação portuguesa na guerra, negociações de paz em Utreque, para culminar na política externa joanina durante o conflito, iniciada com uma política casamenteira (o novo monarca contrai matrimónio com D. Maria Ana de Áustria, filha de Leopoldo I, em Julho de 1708) e terminada com um afastamento, após o malogro das fracas conquistas territoriais decorrentes do congresso de Utreque, traduzidas unicamente na entrega do território da colónia de Sacramento, no sul do Rio da Prata, na América do Sul.

¹³ (Cardim, 2009)

¹⁴ (Ramos, Sousa e Monteiro, 2009)

¹⁵ (Cruz, 2011). Miguel Dantas da Cruz trata, no seu artigo, da ingerência de um órgão institucional concorrente ao Conselho Ultramarino na defesa do Brasil na transição do século XVII para o XVIII.

mar da Universidade Nova de Lisboa, David Martin Marcos, viu publicados os seus contributos para a reflexão sobre o envolvimento português nesta guerra europeia, nomeadamente as negociações da paz hispano-lusa de 1715 no congresso de Utreque¹⁶ e a presença de Carlos de Habsburgo (filho segundo do imperador Leopoldo e candidato ao trono espanhol pelo ramo da Casa de Áustria, em oposição a Filipe de Anjou, neto de Luis XIV, pelo lado francês de Bourbon) em Portugal, no biénio 1704-1705.¹⁷

Tornando ao domínio biográfico, a dissertação de doutoramento de Rosalina Delgado, sobre José da Cunha Brochado, enviado extraordinário de Portugal em França (1699-1704¹⁸), foi publicada em 2000¹⁹, e a de mestrado de Isabel Cluny, sobre D. Luís da Cunha, enviado extraordinário de Portugal em Inglaterra durante a Guerra da Sucessão de Espanha (1697-1712)²⁰, em 1999²¹, e dois anos antes foi apresentada à Universidade de Lisboa uma dissertação de mestrado sobre D. Nuno Álvares Pereira, 1.º duque de Cadaval²², conselheiro de estado de D. Pedro II²³. Os embaixadores anteriormente referidos, de resto, haviam já sido

¹⁶ (Martin Marcos, 2012a). David Martin Marcos explora os antecedentes e gestação do tratado de paz entre Portugal e Espanha no seio do conflito internacional, defendendo que ele consagrou em definitivo a plena normalidade das relações entre os dois estados, num tratamento recíproco em matéria de *statu quo*, encerrando finalmente o tratado de 1668, com o qual o primeiro dos reinos conseguiu o reconhecimento da sua independência por parte do segundo.

¹⁷ (Martin Marcos, 2012b). David Martin Marcos descreve a estadia do arquiduque em Portugal, iniciada em Lisboa, na companhia de D. Pedro II, analisando o declínio de protagonismo da capital portuguesa neste contexto a partir da conquista de Gibraltar por parte dos Aliados e sua entrada no Mediterrâneo.

¹⁸ Cunha Brochado fora antes secretário do marquês de Cascais (D. Luís Álvares de Castro) na embaixada de Portugal em França, entre 1695 e 1699; mais tarde, foi enviado extraordinário na Grã-Bretanha, em 1710-14, e ministro plenipotenciário em Espanha, em 1725, com António Guedes Pereira, para conclusão dos tratados matrimoniais dos príncipes de Brasil e Astúrias.

¹⁹ (Delgado, 2000). Rosalina Delgado apresentara a sua dissertação à Universidade Lusíada no ano anterior.

²⁰ Luís da Cunha seria posteriormente: 2.º ministro plenipotenciário (o 1.º foi o Conde de Tarouca) em Utreque em 1712, para a condução das negociações de paz da Guerra da Sucessão de Espanha, da parte portuguesa; embaixador extraordinário na Grã-Bretanha em 1715 para a coroação de Jorge I; ministro plenipotenciário em Espanha em 1719-20; ministro plenipotenciário nas Províncias Unidas em 1728-36; embaixador em França em 1737-49.

²¹ (Cluny, 1999). A dissertação de Isabel Cluny fora apresentada à Universidade Nova de Lisboa em 1996.

²² (Antunes, 1997)

²³ Cadaval participou na deposição de D. Afonso VI; durante a regência e reinado de D. Pedro II foi também mordomo-mor, presidente da Junta do Tabaco, embaixador extraordinário em Saboia (1682:

ou continuam a ser alvo de atenção por parte de outros estudiosos ou académicos portugueses e brasileiros: António Dória²⁴; J. Sousa Mendes²⁵; Mendes dos Remédios²⁶; José Calvet de Magalhães²⁷; Ricardo Alves²⁸; Norberto Ferreira da Cunha²⁹; Fernando Conceição³⁰; Luís Ferrand de Almeida³¹; Raúl da Silva Veiga³²; Abílio Diniz da Silva³³; Joaquim Romero Magalhães³⁴; Júnia Ferreira Furtado³⁵.

Quando Nuno Monteiro contribuiu para *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*, lembrou que a participação de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha era ocasionalmente omitida na historiografia geral portuguesa e igualmente que se ignorava também por vezes o facto de a adesão de Portugal às potências aliadas e apoio ao candidato austríaco na crise da sucessão espanhola ter sido antecedida pelo alinhamento inicial ao eixo franco-espanhol e seu candidato borbónico, Filipe de Anjou³⁶. Isabel Cluny, na mesma coletânea de trabalhos, também alertava para a insuficiência, à data, dos estudos atualizados sobre o tema e defendia a necessidade de continuar a questionar-se esta problemática³⁷; a investigadora admitia serem então já bem conhecidas as diferentes posições assumidas no reino sobre a questão da sucessão espanhola (aludindo nesse sentido para trabalhos de Luís Ferrand de Almeida³⁸, Nuno Monteiro³⁹, David Francis⁴⁰ e sua dissertação de doutoramento), mas argumentava também que a participação portuguesa no conflito

condução de Vítor Emanuel II, Duque de Saboia, a Portugal, de acordo com o contrato de casamento com a Infanta D. Isabel, malogrado), presidente do Desembargo do Paço e mestre campo-general.

²⁴ (Dória, 1944)

²⁵ (Mendes, 1952-57)

²⁶ (Remédios, 1996)

²⁷ (Magalhães, 1997)

²⁸ (Alves, 1999)

²⁹ (Cunha, 2001)

³⁰ (Conceição, 1947)

³¹ (Almeida, 1943), (Almeida, 1961), (Almeida, 1987).

³² (Veiga, 1991)

³³ (Silva, 2001b), (Silva, 2001c), (Silva, 2003d), (Silva, 2008-2009e), (Silva, 2013f).

³⁴ (Magalhães, 2004)

³⁵ (Furtado, 2010), (Furtado, 2011).

³⁶ (Cardoso et al, 2003: 98). Neste trabalho, Nuno Monteiro analisa, numa abordagem genérica, as consequências para a condução das políticas interna e externa de Portugal do envolvimento português nestes desafios diplomáticos e políticos europeus do início do século XVIII.

³⁷ (Cardoso et al, 2003: 51)

³⁸ (Almeida, 1975)

³⁹ (Monteiro, 2001)

⁴⁰ (Francis, 1975)

europeu não havia sido até então objeto de novas leituras com base na documentação existente⁴¹.

Nesse sentido, Isabel Cluny recorreu a fontes mais e menos exploradas e deu a conhecer alguns argumentos utilizados pelos diplomatas portugueses em estados europeus durante a Guerra da Sucessão de Espanha para defenderem as suas posições relativamente às escolhas de alianças internacionais, bem como a influência que os mesmos haviam tido nas forças internas de decisão política. Analisando os seus discursos, tentou entender quanto haviam sido determinantes as suas informações e opiniões enviadas para Lisboa nas opções de posição política internacional do reino, nas decisões últimas do monarca, D. Pedro II. Os seus limites cronológicos são 1700-1703, no intuito de tentar mensurar a influência das impressões e perceções enviadas pelos embaixadores na mutação de alinhamento internacional português do apoio a Luís XIV (1701) à Grande Aliança (1703). Estes limites seguem os do seu trabalho para o n.º 26 da *Penélope* (por sua vez a adaptação de um capítulo da sua dissertação de doutoramento) e os outrora definidos por Damião Peres na monografia que dedicou ao estudo (mais exaustivo) das posições tomadas pelos diplomatas portugueses nas cortes europeias, face às eventuais alianças a estabelecer⁴², entre a morte de Carlos II de Espanha (Novembro de 1700) e a integração de Portugal na Grande Aliança (Maio de 1703) e suspensão de relações diplomáticas com França e Espanha.

Damião Peres excluía, no entanto, a análise à conjuntura interna promotora da troca de alianças por parte de Portugal entre 1701 e 1703, lacuna que Luís Ferrand de Almeida tentou colmatar na sua dissertação de doutoramento sobre a Colónia de Sacramento durante a Guerra da Sucessão de Espanha⁴³, na qual incluiu uma importante reflexão sobre a importância do princípio de equilíbrio de poderes europeu na explicação deste conflito da transição de Seiscentos para Setecentos. Este trabalho, embora dedicado fundamentalmente às questões diplomáticas subjacentes à defesa da colónia do Sacramento, destacou-se pela utilização de fontes não só portuguesas como também espanholas, francesas e inglesas, permitindo ao autor avançar conceções novas respeitantes aos motivos da participação de Portugal, isto é, a apresentação de Portugal como um sujeito ativo, não passivo, diante a crise de sucessão espanhola. Perante a debilidade da corte de Madrid evidenciada nos finais do século XVII, o governo de Lisboa procurara conseguir benefícios económicos e territoriais, tanto na inicial aliança borbónica como na posterior austríaca.

⁴¹ (Cardoso et al, 2003: 51)

⁴² (Peres, 1931)

⁴³ (Almeida, 1973)

Nesse sentido, Luís Ferrand de Almeida pretendia repensar as questões diplomáticas do contexto em questão em parâmetros distintos daqueles até então utilizados, nomeadamente nos estudos de Eduardo Brazão⁴⁴, Visconde de Santarém⁴⁵ e Gastão Melo de Matos⁴⁶. Estes autores, embora já houvessem dado a conhecer os agentes da ação diplomática portuguesa (Brazão) e fontes existentes em arquivos europeus dos Ministérios dos Negócios Estrangeiros relativas a Portugal (Peres), bem como importantes levantamentos documentais (Santarém), haviam também excluído uma abordagem à articulação entre as políticas interna e externa – de como a conjuntura da primeira conduziu à rutura da aliança estabelecida com a França em 1701 e posterior integração na Grande Aliança em 1703.

O contributo de Luís Ferrand de Almeida foi importantíssimo por ter alertado para a necessidade de ser escrito o diálogo entre política interna e política externa na história portuguesa deste período e como ambas se influenciaram mutuamente, ora antes ora depois do conflito; esta última proposição (de como esta guerra trouxe mudanças nos centros da decisão política) foi alvo de uma admirável conceptualização por Nuno Monteiro⁴⁷. A proposta metodológica e alegação de Luís Ferrand de Almeida está na génese da produção historiográfica portuguesa mais recente sobre o tema, desde que ele tornou a despertar a atenção da comunidade científica nos inícios do século XXI, com Pedro Cardim, Isabel Cluny e Nuno Monteiro.

Isabel Cluny refletiu também sobre o diálogo historiográfico em torno desta problemática e avançou a ideia de a lacuna na produção de conhecimento sobre este tema, até à data, refletir outra maior que era a de toda a história política de Portugal do tempo que separa a Restauração do Ouro do Brasil; para a autora, tudo o que se produzira além dos trabalhos de Damião Peres e Luís Ferrand de Almeida resumia-se a sínteses do que esses dois historiadores haviam conseguido apurar⁴⁸.

A autora delineou um plano metodológico para o estudo da diplomacia portuguesa durante a Guerra da Sucessão de Espanha e uma proposta de definição para o seu conceito a partir da proposta de conceptualização de história da diplomacia de Lucien Bély, que a própria descreve⁴⁹. A diplomacia portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha

⁴⁴ (Brazão, 1938) e (Brazão, 1980)

⁴⁵ (Santarém, 1845)

⁴⁶ (Matos, 1937)

⁴⁷ (Monteiro, 2001)

⁴⁸ (Cluny, 2002: 63)

⁴⁹ (Cluny, 2006: 15)

compreenderia o diálogo entre os estados envolvidos nas negociações que antecederam a guerra e a acompanharam, incluindo as técnicas, métodos e ideias que caracterizaram essas negociações. O plano metodológico desse estudo incluía o tratamento das biografias dos dois monarcas que viveram o conflito e outras figuras de relevo na decisão política portuguesa, o estudo do funcionamento das instituições do poder central (secretarias, tribunais, concelhos de estado e da guerra, fazenda...), exército e marinha⁵⁰, o conhecimento das técnicas utilizadas pelos embaixadores nas suas negociações e das ideias de política externa associadas às conversações entre os estados durante a guerra e a paz.⁵¹

Em 2003, Ana Leal Faria relembriaria essa necessidade de cruzamento com fontes da história política institucional interna no estudo da história da diplomacia, na sua dissertação de doutoramento⁵², sob a forma de uma biografia de Duarte Ribeiro de Macedo, diplomata no reinado de D. Afonso VI (1656-68): «os Despachos como os ofícios limitam-se, frequentemente, a mera casuística (...) Torna-se, portanto, imprescindível o cruzamento dos dados que disponibilizam com informações provenientes de outro tipo de fontes, nomeadamente dos Conselhos da Fazenda ou da Guerra, da Inquisição (...)»⁵³.

Tanto o trabalho desta historiadora como a dissertação de doutoramento de Isabel Cluny apresentam importantes considerações de método sobre história da diplomacia, a investigação biográfica e a relação desta com a história (sua aceitação como género histórico sem unanimidade). Em ambos se encontram também reflexões sobre a evolução epistemológica da história da diplomacia a partir da história das relações internacionais, esta, por sua vez, da história diplomática⁵⁴. Foi sobretudo a partir dos trabalhos de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, nas décadas de 1950 e 1960, que a velha história diplomática, tão ligada ao acontecimento, ao individual e à cronologia, foi sendo gradualmente substituída pela nova história das relações internacionais. Redescobria-se, agora, o fenómeno político, todavia

⁵⁰ Segundo a autora, uma vez conhecido o funcionamento das diferentes estruturas políticas internas, poder-se-ia estudar a organização das embaixadas, na sua comunicação permanente com a secretaria de estado.

⁵¹ (Cluny, 2002: 64)

⁵² O trabalho de Ana Leal Faria foi publicado dois anos depois pelo Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros; é essa a referência aqui utilizada para efeitos de citação ou alusão a ideias e informações.

⁵³ (Faria, 2005: 19)

⁵⁴ (Faria, 2005: 17-36), (Cluny, 2006: 13-15).

pensado «em termos de autonomia relativa e em articulação com o contexto económico-social interno e no cenário do jogo de forças do quadro internacional.»⁵⁵.

Até ao início do século XX, a história diplomática fora um dos campos historiográficos basilares da história política e social e os historiadores de então, baseando-se na documentação das chancelarias e secretarias de estado (graças à abertura dos arquivos de estado no século XIX, na sequência das revoluções liberais europeias), encontraram nos tratados internacionais, gerados por determinadas vitórias e derrotas militares, num certo momento, pelo talento ou ineficácia de algum homem (estudando mais os resultados do que os processos), a fonte das suas narrativas explicativas das orientações políticas adotadas por cada estado em matéria de política externa. Esta metodologia, de uma «história diplomática em si mesma, separadas das outras realidades, uma história de vencedores, personificada pelo Estado, monarcas, ministros e conselheiros, realizada na ótica das grandes potências»⁵⁶, «ignorava outro tipo de informações e conhecimentos que poderiam contrapor as versões institucionais e negligenciava o estudo de questões de fundo que podiam influenciar a produção de certo documento, numa época determinada»⁵⁷.

Os *Annales*, revolucionando profundamente a ontologia historiográfica, apartaram-se da história tradicional alicerçada no facto político, reagindo contra «o interesse pela história diplomática como estudo da “alta política”»⁵⁸ e contestando a objetividade dessa leitura da realidade, que acabava «numa transposição dos problemas do presente para o passado em vez de procurarem compreender as sociedades a partir dos seus conflitos internos»⁵⁹. Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, sob a influência deste paradigma científico, procuraram renovar esse campo historiográfico e impulsionaram a história das relações internacionais: imprimiram o conceito de «forças profundas» como promotor estruturante das relações internacionais e enfatizaram a importância das condições geográficas, interesses económicos, mentalidades coletivas, movimentos intelectuais, etc; paralelamente, não deixaram, todavia, de relevar o papel tido ocasionalmente por alguns estadistas, pela sua personalidade ou ideias⁶⁰.

⁵⁵ (Faria, 2005: 31)

⁵⁶ (Faria, 2005: 31)

⁵⁷ (Cluny, 2006: 14)

⁵⁸ (Faria, 2005: 31)

⁵⁹ (Faria, 2005: 31)

⁶⁰ (Cluny, 2006: 14)

Contudo, ao enfatizar nas preocupações da investigação histórica as explicações de carácter global sobre os sistemas políticos internacionais, a história das relações internacionais foi-se esvaziando do singular; o acontecimento deu lugar às seriações de ocorrências mais ou menos semelhantes entre si e o indivíduo «foi substituído pelos grupos sociais, agentes de práticas coletivas»⁶¹, ignorando «o imponderável da vida e a importância das pessoas»⁶². Talvez por isso, uma nova geração de historiadores, da qual se destaca Lucien Bély, liberta da história quantitativa e serial, propôs uma história da diplomacia, que desse relevo ao estudo dos principais agentes das negociações, fossem soberanos, embaixadores, ministros ou mesmo simples informadores e deixou de valorizar apenas os resultados de uma negociação para, recorrendo a fontes não oficiais, distinguir a importância dos meios utilizados durante as negociações, estas resultantes não apenas de planos antecipadamente elaborados, mas fruto de circunstâncias fortuitas. Em conclusão e axioma, a história da diplomacia formula-se «como um compromisso entre a antiga história diplomática e a mais recente história das relações internacionais»⁶³.

No século XXI, a natureza do campo disciplinar continua a ser objeto de debate e assiste-se mesmo a uma «revitalização da história diplomática»⁶⁴: Jeremy Black⁶⁵, historiador britânico, sugere, para a história das relações internacionais entre o tratado de Vestefália (1648) e o congresso de Viena (1815) uma relação sujeito-objeto/passado-presente de rejeição das abordagens determinista, estrutural e sistémica; respeitando uma posição analítica de realismo na história, defende a ênfase da contingência, embora não esquecendo o quadro mental/intelectual e as realidades “domésticas” e suas consequências na política externa, em oposição à tradição oitocentista da história das relações internacionais centradas na atividade diplomática.

⁶¹ (Cluny, 2006: 15)

⁶² (Cluny, 2006: 15)

⁶³ (Cluny, 2006: 15)

⁶⁴ (Schweizer e Schumann, 2008). Neste trabalho, Karl Schweizer e Matt Schumann, refletindo sobre o passado, presente e futuro da história diplomática, apresentam soluções de como pode ela tornar-se mais inclusiva e, assim, profícua para outros campos disciplinares, passando a sua revitalização pelo regresso à «grande tradição» da investigação histórica europeia (entenda-se política), enraizada nos princípios renascentistas, iluministas e trabalhos de Leopold Von Ranke; para eles, a história diplomática deve encontrar o seu caminho no sentido de assegurar uma autonomia, livre das pressões da politologia pelo lado ideológico da direita, e da história social e suas preocupações ativistas da esquerda, assumindo-se como moderada, recetiva a novas ideias mas nunca subvalorizando a contingência e ação humana.

⁶⁵ (Black, 1999), (Black, 2002) e (Black, 2010).

Jeremy Black rejeita, por outro lado, interpretações que valorizem fatores como a geografia ou estruturas sociais ou económicas; antes enfatiza a particularidade das diferentes personalidades que protagonizaram a evolução observada neste período, bem como a inconstância das relações observadas nos campos diplomático e militar. Regressa, assim, à perspectiva empírica oitocentista da história e procura, valorizando o acaso e a contingência, evitar incursões mais no geral do que no particular, em que as macro-análises remetem para teorias que empregam conceitos como «equilíbrio de poderes» ou inter-relações entre os sistemas de trocas comerciais globais e decisões políticas; rejeitando a interpretação marxista da história das relações internacionais, introduzida por E. H. Carr (1892-1982) e E. J. Hobsbawm (1917-2012), no contexto da afirmação do estruturalismo na segunda metade do século XX, propõe um sincretismo entre o realismo político da historiografia oitocentista e as problemáticas do sujeito sobre o objeto do pós-modernismo desconstrutivista⁶⁶.

Além de Jeremy Black, que não deixa de abordar a Guerra da Sucessão de Espanha nos seus trabalhos sobre história militar⁶⁷, relações internacionais⁶⁸ e diplomacia⁶⁹ na Europa Moderna, outros investigadores britânicos estudaram o tema mais ou menos diretamente, como o já distante Richard Lodge⁷⁰ e o contemporâneo Christopher Storrs⁷¹. Dois nomes são, todavia, incontornáveis referências: David Francis⁷², que se dedicou grandemente ao estudo dos tratados de Methuen; e Henry Kamen, com o seu estudo de síntese sobre a Espanha no conflito⁷³, trabalho pioneiro dados os escassos conhecimentos sobre o tema à data, posteriormente completado por David Francis⁷⁴. Cerca da mesma altura da produção destes trabalhos, também Andrew Szarka, professor de história retirado da Universidade do Texas, apresentou, em 1976, a sua dissertação de doutoramento à Universidade do Ohio, EUA, sobre

⁶⁶ (Black, 2002: 5-27). No segundo capítulo do seu trabalho, Jeremy Black problematiza a questão epistemológica da história das relações internacionais, rejeitando determinismos e teorias estruturais e sistémicas do campo disciplinar.

⁶⁷ (Black, 1999)

⁶⁸ (Black, 2002)

⁶⁹ (Black, 2010)

⁷⁰ (Lodge, 1935). Richard Lodge: 1855-1936.

⁷¹ (Storrs, 2003). Storrs: Universidade de Dundee, Reino Unido.

⁷² (Francis, 1966) e (Francis, 1975). David Francis baseou-se em documentação inédita – sobretudo correspondência oficial e particular até então nunca estudada de forma exaustiva e desenvolveu o que a historiografia portuguesa mais recente considera hoje o trabalho mais completo e rigoroso sobre a permanência dos Methuen em Portugal.

⁷³ (Kamen, 1969)

⁷⁴ (Francis, 1975)

as relações franco-portuguesas entre o tratado de Ryswick e a entrada de Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha, em 1703⁷⁵.

A investigação de David Francis permite compreender o percurso de John Methuen desde a primeira fase da sua nomeação como embaixador em Lisboa (1691-1696) e a influência que exerceu junto de figuras proeminentes na corte de D. Pedro II, além do acesso direto e fácil junto do monarca português, desempenhando um papel crucial na negociação do realinhamento político português com as potências da Grande Aliança. Deste modo, o tratado de comércio por si negociado deve ser visto como o culminar de opções e orientações estratégicas com implicações e consequências nos planos político, diplomático, militar e económico⁷⁶.

Estes argumentos tiveram posteriormente repercussão em Jorge Borges de Macedo⁷⁷, segundo o qual o enquadramento político-diplomático da assinatura dos tratados explica como ele constituía uma compensação económica para assegurar a viragem portuguesa ao distanciar-se da pressão franco-espanhola; na cena internacional, por seu lado, Portugal e o Atlântico representavam um papel importante na estratégia político-comercial tanto inglesa como austríaca e holandesa⁷⁸.

Henry Kamen produziu o que a historiografia espanhola considera hoje um clássico da investigação deste tema e é a partir do seu trabalho de síntese sobre a Espanha na guerra⁷⁹ e, mais tarde, David Francis, que Joaquim Albareda Salvadó apresenta uma síntese do tratamento científico da Guerra da Sucessão de Espanha⁸⁰, todavia mais focado na produção do seu país⁸¹ e a cuja lista outros nomes, ou trabalhos, podem ser acrescentados: Francisco Guillamón Alvaréz e Julio Muñoz Rodríguez⁸²; María Luz Gómez-Mesquita⁸³; Virginia Leon Sanz⁸⁴; Julio Muñoz Rodríguez⁸⁵; Luis María García-Badellarias; e outros desde o início da presente centúria, pois os inícios de século assinalam centenários da mutação dinástica

⁷⁵ (Szarka, 1976)

⁷⁶ (Cardoso et al, 2003: 24-26)

⁷⁷ (Macedo, 1987)

⁷⁸ (Cardoso et al, 2003: 24)

⁷⁹ Henry Kamen produziu também uma biografia de Felipe V de Espanha: (Kamen, 2001).

⁸⁰ (Albareda Salvadó, 2010: 07-13)

⁸¹ Joaquim Albareda Salvadó destaca como nomes que para si são estrangeiros no estudo do conflito, Kamen, Francis e Bély.

⁸² (Guillamón Álvarez e Muñoz Rodríguez, 2006)

⁸³ (Gómez-Mesquita, 2007)

⁸⁴ (Leon Sanz, 1993) e (Leon Sanz, 2001)

⁸⁵ (Muñoz Rodríguez, 2010)

espanhola, impulsionando a produção historiográfica sobre o tema que lhe está intrinsecamente associado.

A participação diplomática portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha começou por ser tratada na primeira metade do século XX por Damião Peres, a partir das sensibilidades de três diplomatas portugueses ao serviço nalgumas das principais potências envolvidas nas vésperas do conflito. O trabalho dele foi completado pelo de Luís Ferrand de Almeida, perto do último quartel daquela centúria, pela análise da conjuntura interna promotora da troca de alianças de Portugal entre 1701 e 1703, acrescentando a coordenação entre as políticas interna e externa portuguesas na emergência da guerra. Mediante a exploração de fontes estrangeiras, desenvolveu a conceção de uma política ativa de defesa territorial na América perante a debilidade da corte espanhola nos finais do século XVII, como já o haviam feito Eduardo Brasão, David Francis e Jorge Borges de Macedo.

Eduardo Brasão salientara que a posição geográfica portuguesa, de enorme valor para as potências aliadas, não deixaria estas satisfeitas com uma neutralidade do reino ibérico e tampouco conviria ao mesmo permanecer conectado ao bloco borbónico e nele basear toda a sua atividade externa, obrigatoriamente antagonizando-se com a Inglaterra, com a qual mais se harmonizavam as suas necessidades. Ao mesmo tempo, tentava-se equilibrar esse acordo com «entendimentos no continente, mas nunca em prejuízo da velha aliada.»; um equilíbrio diplomático realizado «duma maneira quase continua desde a renovação da aliança depois da Paz dos Pirenéus»⁸⁶.

David Francis demonstrara os interesses ingleses em acederem ao mercado colonial português, facilitável por um tratado de amizade, havendo chegado as propostas a um nível de simetria com as necessidades portuguesas e, portanto, condições impostas e apresentadas durante as negociações – os interesses e necessidades dos dois estados encontraram nesta conjuntura o paralelismo que os aliou entre si quando ambos edificavam novos contornos da sua geografia ultramarina.

Jorge Borges de Macedo, enquadrando a sua leitura num modelo conceptual da geopolítica, explicara a condução da política externa portuguesa, fundamentalmente numa perspectiva de continuidade ao longo de diferentes conjunturas a partir do século XII, numa estratégia repetível, não obstante as mutações do ambiente internacional, de garantia da soberania e preservação de conquistas no âmbito do projeto expansionista. O autor entendia a inversão da política externa em 1703 como, mais do que fruto da pressão internacional anglo-

⁸⁶ (Brasão, 1938: 69.)

neerlandesa, a garantia de vantagens económicas para Portugal, ao abdicar da aliança franco-espanhola e quando definia ainda a identidade da nova configuração imperial, após a recente descoberta de ouro no Brasil; Portugal e a Inglaterra consolidavam a convergência mútua devido a um interesse comum: o Atlântico e a estratégia política que ele proporcionava aos dois estados pelas dinâmicas comerciais potenciadas.

A orientação teórico-metodológica de Luís Ferrand de Almeida veio conduzir o ressurgimento do tratamento analítico deste tema nos finais de Novecentos e século XXI, através do dialogo conceptual entre as dinâmicas das políticas interna e externa de Portugal com Pedro Cardim, Isabel Cluny e Nuno Monteiro, este último mais dedicado às alterações introduzidas na política interna introduzidas pela guerra (assim prolongando o trabalho de Luís Ferrand de Almeida) do que, como os outros, o trabalho da diplomacia portuguesa e os seus efeitos na definição da política externa do reino, pela corte e pela coroa (assim prolongando o trabalho de Damião Peres).

Recentemente, com a aproximação do 3.º centenário das negociações de Utreque, David Martin Marcos recuperou também a história das relações luso-espanholas desde a paz de 1668 e entendeu os acordos de Utreque como a conclusão dos que haviam selado as guerras da Restauração entre Portugal e Espanha. Sobretudo, entendeu David Martin Marcos, Portugal procurava desde então, um tratamento diplomático paritário por parte do reino vizinho, o que conseguiu em Utreque; ligando 1668 e 1715, o investigador destaca que na paz europeia Portugal encontrou uma oportunidade de aproveitar a fragilidade diplomática espanhola para afirmar um *status quo* de equilíbrio mútuo⁸⁷.

Tanto a historiografia portuguesa antiga como a moderna têm procurado mostrar ter sido maior a preocupação portuguesa, desde a Restauração, em defender o Brasil e as rotas comerciais do que as fronteiras terrestres com Espanha, contrariamente a outras casas reais europeias, e que a dinastia brigantina entendeu a ocasião de participar na guerra junto dos vitoriosos como uma via ao reconhecimento internacional da nova soberania desde 1640.

Desta historiografia, fizeram também parte estudos específicos sobre diplomatas, como D. Luís da Cunha e João Gomes da Silva, conde de Tarouca, por Isabel Cluny e José da Cunha Brochado por Rosalina Delgado; Francisco de Sousa Pacheco não o fora senão por Luís Ferrand de Almeida sobre a sua missão especial à corte imperial em 1698 e em estudos de síntese, nomeadamente por Damião Peres e Isabel Cluny, mais, contudo, focados na sua correspondência oficial do que privada (ou familiar).

⁸⁷ (Martin Marcos, 2012a.)

No contexto dos esforços políticos de Portugal na condução da sua política externa, ao longo dos tempos, desde que iniciara o seu projeto de expansão marítima, os seus embaixadores foram instrumentos de ação na esfera internacional competitiva duma Europa que procurava os mesmos fins, mas também observadores beneficiados dos poderes de outros estados e, portanto, indutores, de informação e opiniões pessoais no reino. Uma vez que Sousa Pacheco não foi ainda objeto de biografia, a sua orientação política e estratégica carece de um estudo mais aprofundado; pela leitura das cartas que trocou com D. Luís, que só muito pontualmente foram até agora referidas pela historiografia, é possível desenvolver essa componente do seu perfil mental. Além disso, por apresentarem descrições de grande parte do seu quotidiano, permitem também conhecer melhor as dinâmicas e funcionamento da sua legação e ampliar, pela inclusão de elementos ou experiências mais ou menos ocultas ou imprevistas, o próprio conceito de embaixada.

1.2. Novas propostas para a história da diplomacia e dos diplomatas

Recentemente, a história da diplomacia e dos diplomatas em particular, beneficiou de novas propostas conceptuais, para o que muito contribuiu a interdisciplinaridade, nomeadamente através da participação de campos disciplinares da história da cultura, não deixando de enfatizar o estudo de correspondência entre diplomatas. A história internacional e a história da cultura em conjunto mostraram que a experiência diplomática era indissociável duma vivência e inclusão num grupo de elite não só política mas também social, muito próxima ou mesmo integrante da produção e consumo e partilha intelectuais e artísticas e de ambientes mundanos e cortesãos. Uma vez que o presente estudo se situará igualmente neste campo problemático e que algumas dessas recentes propostas da história da cultura são também incluídas neste trabalho, interessa apresentá-las de seguida, brevemente.

Os embaixadores modernos eram negociadores ao serviço dos seus príncipes, quando, sobretudo com a Guerra da Sucessão de Espanha, a «Europa dos Reis» (a expressão é de Lucien Bély – à qual pode ser acrescentada outra sua, de «sociedade dos príncipes»⁸⁸ – e realça a existência de uma «ideia de Europa» na qual os direitos dos soberanos se

⁸⁸ (Bély, 1999)

sobrepujam, no domínio das relações internacionais, ao direito das gentes⁸⁹) dá lugar a uma nova ordem internacional, na qual os respetivos conflitos passam a ser regulados pelo comércio marítimo, que regula para um plano secundário as disputas dinásticas e territoriais no continente⁹⁰; mas eram também *honnêtes hommes*⁹¹, instruídos e cosmopolitas, munidos de saberes necessários à sobrevivência social em parâmetros sofisticados, muitas vezes eles próprios criadores e teorizadores da sua atividade, a partir de exemplos de manifestação cultural erudita, como o mostra a relação intelectual entre os quinhentistas Alberico Gentili e Philip Sidney, cujo legado é analisado por Joanna Craigwood numa coletânea interdisciplinar que reúne ensaios de académicos do Reino-Unido, EUA e Holanda⁹², de estudos de diplomacia moderna vista segundo uma nova abordagem do campo disciplinar, a das forças centrípetas da sua esfera social, isto é, «daqueles que operaram em áreas como a recolha e troca de informação, aquisição de bens luxuriosos, e experiências com formas poéticas e literárias, influenciaram de formas distintas a cultura e sociedade na qual viveram e trabalharam, não a partir do centro mas das margens»⁹³.

O estudo da diplomacia moderna tem, a nível internacional e após um longo período de esquecimento, conhecido uma revitalização nos últimos anos, nota Mark Netzloff⁹⁴, e a reunião de trabalhos por parte de Robyn Adams e Rosanna Cox em 2011 inscreve-se numa nova preocupação epistemológica na história da diplomacia moderna, estabelecendo uma leitura mais ampla da cultura diplomática, a partir, metodologicamente, da interdisciplinaridade e propondo um alargamento da introdução convencional ao estudo da diplomacia moderna, através da revelação de espaços negligenciados, cujas atividades são também capitais para a compreensão total dos processos e sistemas das embaixadas deste período⁹⁵.

⁸⁹ (Cardoso et al, 2003: 68). O texto de Isabel Cluny tem como objeto principal as «sensibilidades dos embaixadores relativamente à política de alianças». (Cluny, 2002:68). Este trabalho antecipa matéria da sua contribuição para o Encontro sobre o 3.º centenário da Guerra da Sucessão de Espanha promovido pela Fundação das Casas Fronteira e Alorna; nela, apresenta as impressões, perceções e informações enviadas pelos representantes diplomáticos portugueses em Inglaterra, França e Províncias Unidas).

⁹⁰ (Cluny, 2003: 51)

⁹¹ (Faria, 2008: 47-60)

⁹² (Adams e Cox, 2011:82-100)

⁹³ (Adams e Cox, 2011: 05)

⁹⁴ (Adams e Cox, 2011: 155)

⁹⁵ (Adams e Cox, 2011: 08)

A investigação deste campo disciplinar tem, assinalam as coordenadoras do projeto, vindo a apartar-se da tradicional perceção da figura do diplomata através da perspectiva da história política e militar, para iniciar a exploração do complexo ambiente da negociação diplomática; a figura do diplomata passa a ser aferida em contexto, pela análise da pluralidade tipológica e formalista da diplomacia, as circunstâncias impulsionadoras de negociações diplomáticas e a heterogeneidade das embaixadas e dos embaixadores.

Segundo Robyn Adams e Rosanna Cox, desfragmentadas a fronteira artificial entre as políticas interna e externa e com a reaproximação aos textos e contextos dos embaixadores, a formação das embaixadas modernas tem vindo a ser revelada; estudos interdisciplinares do ambiente diplomático «começaram a expor uma camada rica de particularidades históricas, complementando o atual conhecimento das delicadas infraestruturas, condições sociais e elementos práticos do representante diplomático», dilatando o potencial do entendimento que se tem de diplomacia e acercando o esclarecimento da «biologia do corpo diplomático». O estudo das redes de amizade e trocas de presentes entre semelhantes homens tem encaminhado os investigadores à imersão na cultura de ofertas e trocas deste período; os cenários de operações de negociações diplomáticas, analisado, «revelam informação crucial sobre protocolo e precedência»⁹⁶.

Este conjunto de ensaios propõe-se descortinar o funcionamento do contexto “doméstico” diplomático, desbravando terreno e abrindo espaço ao debate nas novas perspectivas da história da diplomacia através da exibição minuciosa e plural de um microcosmo do sistema diplomático: a embaixada em si mesma, em todo a sua organicidade; quer dizer, não só todo o seu pessoal (embaixadores, agentes, espões, secretários, bispos, criados, etc.), mas também o multiverso cénico, a pluralidade material do espaço doméstico de legação, em que o lazer, a sociabilidade e o exercício profissional se cruzavam entre si. Nessa plasticidade do espaço físico das embaixadas incluem-se as bibliotecas e seus conteúdos (livros, mapas, fontes históricas...), as galerias de artes plásticas, o guarda-roupa, o arquivo pessoal (a troca epistolar, os diários e memórias, as despesas e relações), entre outros. Robyn Adams e Rosanna Cox procuraram trocar o estudo do diplomata ou agente isolado na sua execução oficial pelo dos intervenientes e lugares que preencheram o seu quotidiano, entre pessoal da embaixada e serviços postais, além dos bens colecionados e atividades

⁹⁶ (Adams e Cox, 2011: 07)

rotineiras paralelas ao cumprimento das missões, assim completando o que as investigadoras chamam a «paisagem diplomática»⁹⁷.

O contributo de Mark Netzloff⁹⁸ correlaciona a embaixada como espaço social e a modelização da correspondência e relações profissionais no seio da comunidade diplomática e apresenta considerações importantes na reflexão sobre a história da diplomacia feita a partir de dentro e a partir do embaixador como homem, criatura múltipla, de natureza social e individual, animal de hábitos, crenças, gostos, interesses, opiniões e convicções, que ora modelam ora são modelados pelo contexto que os move, pelo ambiente que frequentam. Se se quiser, pelo seu *habitat* ou *habitats*, ora cronologicamente numa vida, ora diametralmente em períodos da existência, o homem e as suas movimentações foram condicionados por linhas de orientação também elas alvo de pressões centrípetas e centrífugas e compelidas a equilibrar dinâmica e estática (ruturas e continuidades) entre si. Uma leitura antropológica (mais incidente no homem ou grupo em si mesmo), depois sociológica (estudo de grupos da mesma matriz na coletividade coordenados entre si, como sistema), na história (as coletividades coordenadas entre si, numa civilização passada, na memória da humanidade); Mark Netzloff rejeita a convenção de que a diplomacia seguia uma «prescrição de regras e protocolos universais»⁹⁹, antes enfatizando o grau de influência das «ações, agendas e estilos pessoais» dos intervenientes da cena diplomática na sua modelização – de como as práticas, mais ou menos estilizadas, tão plurais como são as sociedades e o homem, também geraram as linhas de orientação e as fundamentações teóricas da «condução pacífica das relações internacionais»¹⁰⁰ que representa a diplomacia («como notou recentemente Daniela Frigo, a diplomacia moderna é melhor analisada segundo o papel ou ofício do embaixador em vez de um sentido abstrato de uma «esfera de ações formais»¹⁰¹). A partir de um caso (a missão diplomática de Henry Wotton em Veneza, nos inícios do século XVII¹⁰²), Mark Netzloff analisa o quotidiano da embaixada diplomática moderna através do estudo, nomeadamente, do que denomina «práticas materiais e dinâmicas sociais da produção epistolar»¹⁰³; afinal, «a ascendência histórica do modelo burocrático dos diplomatas obscureceu o reconhecimento de

⁹⁷ (Adams e Cox, 2011: 08)

⁹⁸ (Adams e Cox, 2011: 155-171)

⁹⁹ (Adams e Cox, 2011: 156)

¹⁰⁰ (Barber, 1979: 06)

¹⁰¹ (Adams e Cox, 2011: 157)

¹⁰² Wotton serviu como embaixador residente da Inglaterra em Veneza entre 1604 e 1623, intermitentemente.

¹⁰³ (Adams e Cox, 2011: 156)

diferentes tipos de agência e práticas de escrita dos embaixadores do período moderno». E «estas primitivas e concorrenciais formas de diplomacia» são conseqüentemente e com hábito relegadas para o domínio privado, como que uma «esfera literária excluída do campo público e institucional da diplomacia»¹⁰⁴.

1.3. Objeto, metodologia, estrutura e fontes.

O levantamento do estado da questão no tratamento da problemática que é a participação portuguesa na Guerra da Sucessão de Espanha fez perceber que dos quatro diplomatas que representavam Portugal noutros estados europeus nos antecedentes do conflito – D. Luís da Cunha, José da Cunha Brochado, Diogo de Mendonça Corte Real (Espanha, 1695-1703¹⁰⁵) e Francisco de Sousa Pacheco (Províncias Unidas, 1694-1709) – os dois últimos não haviam sido estudados de forma tão exaustiva como os primeiros, não obstante a tese de licenciatura sobre Corte Real datada dos anos 50 do século XX¹⁰⁶, as referências pontuais a alguns ofícios de Sousa Pacheco em vários trabalhos (David Francis¹⁰⁷, David Martin Marcos¹⁰⁸, Isabel Cluny¹⁰⁹ e Pedro Cardim¹¹⁰, os dois últimos, por sua vez, a partir de Damião Peres¹¹¹) e a investigação de Luís Ferrand de Almeida sobre a missão extraordinária

¹⁰⁴ (Adams e Cox, 2011: 157)

¹⁰⁵ Corte Real serviu em Madrid como enviado extraordinário, qualidade na qual antecederia Sousa Pacheco em Haia entre 1691 e 1694. Seria, regressado a Portugal com o corte de relações diplomáticas entre este reino e a Espanha, em 1706 (Faria, 2008: 190), secretário das mercês e de estado de D. Pedro II e D. João V até 1736 (Faria, 2008: 240).

¹⁰⁶ (Pinto, 1956)

¹⁰⁷ (Francis, 1975)

¹⁰⁸ (Martin Marcos, 2012b). O título do trabalho de David Martin Marcos toma de empréstimo palavras de Sousa Pacheco dirigidas ao seu «homólogo imperial» em Haia, ao descrever a posição de D. Pedro II relativamente à crise sucessória espanhola, por sua vez reproduzida à secretaria de estado (Martin Marcos, 2012b: 471).

¹⁰⁹ (Cluny, 2002), (Cluny, 2007) e (Cardoso et al, 2003: 51-69).

¹¹⁰ (Cardim, 2009)

¹¹¹ (Peres, 1931)

de Sousa Pacheco à corte imperial de Viena em 1698, que lhe servira de base a uma comunicação apresentada na Academia Portuguesa de História em Novembro de 2000¹¹².

Assim, e uma vez que Sousa Pacheco assumiu um papel tão importante nas relações diplomáticas entre Portugal e as Províncias Unidas em geral, e nas negociações que conduziram a entrada de Portugal na Grande Aliança em particular, foi este o ministro eleito para dar continuidade à investigação histórica já existente sobre a diplomacia portuguesa neste período. Tendo, porém, em conta que os seus ofícios já haviam sido referidos em estudos de síntese e que Damião Peres lhe dedica especial atenção na sua monografia¹¹³, foi decidido para este trabalho, concentrar a atenção nas cartas particulares de Sousa Pacheco enviadas a D. Luís da Cunha antes e durante o conflito (1700-1706)¹¹⁴.

O conjunto documental nuclear desta dissertação inclui quatro códices de manuscritos, divididos entre a Biblioteca Nacional de Portugal (coleção de reservados, ou «manuscritos»: códice 6687//3, cartas de 1700-1701; códice 8580, cartas de 1702) e a da Academia das Ciências de Lisboa (Manuscritos Série Azul: códice 176, cartas de 1702-1704; códice 177, cartas de 1705-1706). No total, contam-se 622 cartas.

Uma vez que a problemática deste trabalho não procura uma correlação que implique limites cronológicos mais ou menos arbitrários, a periodização obedeceu à do próprio objeto de estudo (de 1700 a 1706); um critério de amostra (a leitura de apenas parte dos códices) não justificaria a escolha dos objetivos definidos: entender a sensibilidade política de Francisco de Sousa Pacheco (a estratégia política defendida perante o problema das alianças no quadro da Guerra da Sucessão de Espanha); e apurar indicadores da sua correspondência que potenciem a reconceptualização da história da diplomacia no que respeita aos métodos e sua identidade epistemológica, nomeadamente aspetos e episódios tido como secundários na rotina diplomática.

Um estudo cruzado da correspondência entre os dois diplomatas permitiria talvez mais facilmente a identificação de correlações nos discursos de ambos, nomeadamente

¹¹² (Almeida, 2000). Sousa Pacheco teve uma missão extraordinária em Viena em 1698 com vista à resolução da contenda entre Lisboa e a corte imperial, resultante da suspeita de homicídio que caíra sobre o marquês de Arronches, embaixador extraordinário de Portugal no Império, dois anos antes.

¹¹³ (Peres, 1931). Damião Peres descreve, num capítulo e com detalhe, as múltiplas conferências havidas entre o enviado de Portugal e o grande pensionário das Províncias Unidas entre Janeiro e Maio de 1703, com vista a debater a entrada do reino na Liga de Haia, através da leitura dos despachos enviados por Sousa Pacheco à corte.

¹¹⁴ Note-se que algumas peças desta documentação foram também já pontualmente mencionadas por David Martin Marcos¹¹⁴, João Miranda¹¹⁴ e o próprio Damião Peres¹¹⁴.

repercussões teóricas mútuas; aos comentários de um poder-se-ia conhecer as respostas do outro e eventualmente detetar possíveis influências de estilo, pensamento ou ambas. Porém, limites de tempo e espaço inerentes a um trabalho desta natureza conduziram à opção de concentrar a investigação apenas nas cartas de Sousa Pacheco. Dá-se assim oportunidade de compreender uma personalidade menos conhecida no quadro da diplomacia moderna portuguesa em comparação com D. Luís da Cunha, não obstante a sua elevada produção escrita em quinze anos de embaixada e a sua importância nas relações diplomáticas entre Portugal e as Províncias Unidas.

A classificação tipológica destas fontes constitui também um problema conceptual. À denominação habitualmente utilizada de «correspondência particular» ou «privada», distinta da correspondência oficial (os ofícios e as instruções), caracterizável pela sua natureza vertical, pode ser associada a de «correspondência familiar» descrita por João Lisboa e Tiago Miranda¹¹⁵ e já anteriormente proposta por Luís Teixeira de Sampayo¹¹⁶. Trata-se de peças de correspondência entre *honnêtes-hommes*, veículo de sociabilidade entre cortesãos e «um bom cortesão deveria manter-se interessado nesse comércio de novidades e dele tomar parte segundo os seus meios. Tanto em conversa, como por escrito – encurtando as distâncias do tempo e do espaço.»¹¹⁷.

Segundo Ana Leal Faria, durante o século XVII, a atividade diplomática tornou-se também ritual; «a sua vertente de teatralização servia de suporte à integração do diplomata transformado num profissional dum mundo de aparências, em que um determinado código implícito e tácito de comunicação atenuava as diferenças entre a aristocracia e a nobreza de toga que frequentava as cortes» e essa aprendizagem era feita pela frequência de certos ambientes sociais e absorção teórica dos manuais de civilidade. François De Callières¹¹⁸,

¹¹⁵ (Lisboa e Miranda, 2011)

¹¹⁶ (Sampayo, 1925: 44). Acerca destas cartas particulares (ou «familiares») entre diplomatas, o autor lembrou o seguinte: «Nos tempos antigos, as distâncias e a morosidade das comunicações não consentiam que eles esperassem as notícias por via dos seus próprios governos; e a incerteza das novas que corriam num país, vindas sem se saber bem por onde, atordoadas e espalhadas às vezes tão interesseiramente como as do nosso tempo, exigia que os diplomatas comunicassem quanto possível com os seus colegas nacionais. As cartas particulares completavam a informação dos ofícios remetidos. A amizade entre os ministros, quando realmente existia, deixava-os escrever com liberdade informações e críticas, que não atingiam apenas os governos dos países estrangeiros. O governo da metrópole não era dos menos beliscados nessas correspondências.».

¹¹⁷ (Lisboa e Miranda, 2011: 367)

¹¹⁸ François De Callières (1645-1717): autor e embaixador francês ao serviço de Luís XIV. Foi plenipotenciário nas Províncias Unidas durante as negociações da Paz de Ryswick (1697); o seu

embaixador e membro da Academia Francesa, caracterizou o perfil adequado a um diplomata: educado, culto, civilizado, dotado de boas maneiras e trato agradável, de acordo com o conceito francês de *honnêteté*. O termo *honnêteté* era aplicável a um conjunto de qualidades definidoras do ideal de homem completo, entendendo por tal as características necessárias a “agradar em sociedade”. «O *honnête homme* era uma companhia agradável, que tinha sentido de humor, conhecia a etiqueta social e distinguia o que era de bom-tom ou inconveniente na forma de cumprimentar e manter uma conversa.»¹¹⁹.

No manual epistolar *Corte na Aldeia* (1619) de Francisco Rodrigues Lobo, seguindo o exemplo do *Livro do Cortesão* (1528) de Baltazar Castiglione, encontram-se os saberes que se esperavam encontrar em aspirantes ao título de «cortesão», entendido no seu sentido mais lato de homem «discreto», polido ou «cortês»; o cortesão deveria dominar o uso da língua, a etiqueta e postura corporal, resultado de «um longo processo de aplicação pessoal, entre livros e mestres, nos bancos de escola, no espaço doméstico e convívio com os seus pares. Convívio que, idealmente, se há-de estender à vizinhança do rei; ao quotidiano da sua corte.»¹²⁰.

Na *Corte na Aldeia*, dois diálogos inteiros são dedicados à discussão sobre a forma e usos da correspondência: o primeiro sobre forma e estilo e o segundo sobre normas de conteúdo e classificação tipológica das missivas. O anfitrião da *Corte* e personagem central dos diálogos recorda Cícero para descrever os três géneros de missivas: «cartas de negócio e das cousas que tocam à vida e fazenda e estado de cada um», igualmente conhecidas por «cartas familiares»; «cartas dentre amigos uns aos outros, de novas e cumprimentos de galantarias» e cartas sobre «matérias mais graves e de peso», nas quais se incluíam as dos assuntos do governo da Republica e da Igreja¹²¹.

A metodologia empregue no trabalho, baseada na análise de discurso das epístolas começou pela sua transcrição literal e semi-integral (foram excluídos os parágrafos de saudação e despedida e excertos que fossem dedicados a assuntos não contemplados na problemática do trabalho). Posteriormente, os textos foram desfragmentados em assuntos-tipo e estes categorizados em «notícias políticas e de negociação», «notícias militares», «sociabilidade e quotidiano» e «reflexões pessoais», integrados numa grelha de observação, para melhor codificação dos dados e posterior análise dos resultados. Não foram, porém,

tratado de diplomacia *De la manière de negocier avec les souverains*, 1716, foi considerado um modelo na introdução ao ofício diplomático.

¹¹⁹ (Faria, 2008: 56)

¹²⁰ (Lisboa e Miranda, 2011: 366)

¹²¹ (Lisboa e Miranda, 2011: 367)

decifradas as cifras, presentes em quatro cartas, nem incluídas na análise as cartas escritas pelo embaixador noutros idiomas (francês, castelhano e latim), que constituíam relações enviadas aos Estados Gerais, cartas ao pensionário das Províncias Unidas e outros embaixadores europeus. Estes documentos foram, todavia, identificados e assinalados nos anexos do trabalho, incluídos no final do mesmo.

Estes anexos, a despeito desta sua designação, representam, crê-se, uma das contribuições mais importantes desta dissertação de mestrado. Neles são catalogadas, através do seu levantamento e descrição sumária, todas as cartas enviadas por Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha entre [ano-ano]; para cada documento, são resumidas em discurso indireto as considerações pessoais e as notícias presentes nas missivas. Foi, assim, construído um catálogo para cada um dos códices, organizado pelas variáveis data e assuntos tratados. Nesses quatro catálogos, que estão ordenados cronologicamente (1700-1701; 1702; 1702-1704; 1705-1706), as considerações foram apenas identificadas e sumariadas, não descritas, sendo a respetiva informação utilizada no capítulo dedicado à componente analítica, que antecede os anexos e é, por sua vez, antecedido de outro de contextualização.

Depois da presente introdução, onde é feita a revisão bibliográfica e identificado o objeto e os problemas em estudo, o *corpus* documental e a metodologia de trabalho, esta dissertação apresenta-se estruturada da seguinte forma: primeiramente, um capítulo de enquadramento e contextualização, que procura situar espacial e temporalmente a problemática que conduz o trabalho; depois, uma componente analítica central, dedicada ao objeto de estudo da investigação; por fim, os anexos com as catalogações e um glossário de personalidades, com alguns dos nomes que nelas se encontram presentes.

O capítulo de enquadramento encontra-se, por sua vez, tripartido: procura-se inicialmente apresentar a realidade portuguesa nas conjunturas interna e externa do pós-Restauração, momento político em que Portugal é reintroduzido no sistema internacional europeu e inicia um novo ciclo político ao recuperar a sua identidade autónoma, até ao seu envolvimento no problema europeu que foi a crise da sucessão espanhola, que espoletou uma longa guerra entre várias potências do continente; seguidamente, descrever e interpretar esse conflito em linha de continuidade com as alterações de poderes no continente introduzidas pela paz de Vestefália e expondo-o como produto do sistema dinástico então regulador da ordem europeia e a procura do equilíbrio de poderes europeu pelas potências do continente, recuperando a tese de Luís Ferrand de Almeida na análise desse problema¹²²; por fim, expor e

¹²² (Almeida, 1973: 01-50)

analisar a organização das relações diplomáticas europeias no período que separa Vestefália de Utreque, a conjuntura que enquadra a gênese e desenvolvimento da Guerra da Sucessão de Espanha, e sofisticação da prática diplomática da Europa do Antigo Regime, devido tanto à emergência do estado territorial e afirmação do direito público moderno como da centralização administrativa.

2. PORTUGAL, A GUERRA DA SUCESSÃO DE ESPANHA E A DIPLOMACIA EUROPEIA NA IDADE MODERNA.

2.1. Portugal entre guerras: da Restauração à Sucessão de Espanha.

Contrariamente à Restauração e período joanino, os reinados de D. Afonso VI e D. Pedro II não são objeto de investigação historiográfica frequente, não obstante, como lembra Nuno Monteiro, «a profusão de fontes narrativas de excepcional qualidade legadas pela própria época»¹²³ para o estudo da regência e reinado do segundo dos monarcas (1668-1706); este autor recorda ainda que a memória principal que a posteridade reteve deste governo foi a deposição do irmão do regente e subsequente matrimónio do novo rei com a sua cunhada (1668), D. Maria Francisca Isabel de Sabóia (1646-1683), na sequência de um processo escandaloso de anulação das núpcias, baseado em testemunhos sobre a sua falta de consumação¹²⁴. Do reinado afonsino, a posteridade e interesse historiográfico conheceram sobretudo a figura do valido Castelo Melhor¹²⁵, afastado do governo na sequência da deposição do monarca e retirado para o exílio logo de seguida, mas regressado ao reino ainda no governo de Pedro II.

O novo ciclo político iniciado com rutura abriria uma conjuntura de acalmia bélica: no plano de política externa, com o estabelecimento da paz definitiva com Espanha (1668), que seria interrompida poucos anos antes da morte de D. Pedro II, em 1706, através da adesão de Portugal à Grande Aliança três anos antes; no da política interna, a disputa faccional sofre um enfraquecimento (banindo desta vez a exclusão dos derrotados), suplantada pela função arbitral da figura real, agora com uma preeminência indisputada. A dinastia é decisivamente consolidada neste reinado, através da paz externa, mas também pelas disposições asseguradoras da definição dos mecanismos de sucessão à coroa: depois da reunião das cortes em 1668 para a deposição de D. Afonso, reputado incapaz, e consequente auto-proclamação

¹²³ (AAVV, 1998: 410)

¹²⁴ (AAVV, 1998: 410)

¹²⁵ Luís de Vasconcelos e Sousa, 3.º Conde de Castelo Melhor (1636-1720). Valido de D. Afonso VI, abandonou o reino quando D. Pedro assumiu a regência (1668). Esteve exilado em Paris, Sabóia, Turim e Londres, onde, desde 1677, assistiu à rainha D. Catarina. Regressou a Portugal em 1687, fixando inicialmente residência em Pombal. Pouco tempo depois era-lhe permitido viver em Lisboa, recuperando algum do seu anterior prestígio.

do infante D. Pedro como regente, as convocadas em 1673-74 serviram para jurar como presuntiva herdeira a filha nascida do casamento entre o novo rei e sua cunhada, D. Isabel Luísa, as de 1679 para derrogar as chamadas atas das cortes de Lamego, que coíbiam o casamento da jovem sucessora com um príncipe estrangeiro, e as de 1697-1698 para derrogar a reputada a «lei fundamental do Reino», permitindo a sucessão de um filho de irmão de rei sem necessidade de convocar novas cortes. Consagrava-se a sucessão do príncipe D. João, primogénito do segundo casamento de D. Pedro II, naquelas cortes aclamado como herdeiro¹²⁶.

Segundo Nuno Monteiro, os conflitos entre fações políticas na corte do reinado de Pedro II «parecem ter sido determinados, em larga medida, pela prioridade conferida aos alinhamentos políticos externos». Nesse contexto, Castelo Melhor representaria o «partido inglês»¹²⁷ e o seu afastamento o triunfo momentâneo do «partido francês». O «partido francês», todavia, mesmo com os seus sólidos apoios, seria derrotado: em 1668 com o estabelecimento da paz, que procurou adiar; e em 1687, quando D. Pedro II, já rei (desde 1683) se casou pela segunda vez com a princesa Maria Sofia de Neubourg, filha do eleitor palatino do Reno, em detrimento de uma princesa francesa¹²⁸.

Esse recuo da afirmação do «partido francês» e consequente reemergência do «partido inglês» significou também a prevalência até à Guerra da Sucessão de Espanha de uma prioridade atlântica, sustentada na estabilidade das relações com Inglaterra, e um relativo distanciamento face aos conflitos europeus, onde o reino obtivera já o seu reconhecimento. A Guerra da Sucessão de Espanha é, na verdade, a sua cristalização: as tentativas de minorar os efeitos dos tratados comerciais pós-Restauração dão-se inicialmente numa conjuntura marcada ainda pela quebra na economia açucareira no Brasil; mas em meados dos anos 90, a

¹²⁶ (AAVV, 1998: 412). «As cortes reuniam-se para não terem de futuro de ser convocadas. As retificações constitucionais que introduziram vieram a dispensar, durante mais de um século, a sua reunião. As cortes de 1697-1698 foram, sobretudo, o juramento do príncipe sucessor.»; «os ritmos da vida política seriam, em larga medida, balizados pelo problema sempre decisivo de garantir a continuidade da Coroa no reino.».

¹²⁷ O *Parecer* de Castelo Melhor é também uma reflexão sobre política europeia, na qual inclui uma descrição de episódios marcantes da diplomacia neste ambiente e analisou a política interna portuguesa, ora produto ora produtora das orientações estratégicas a nível internacional; descreveu igualmente os diferentes grupos de pressão da corte portuguesa e o que justificava as suas advocações no plano externo.

¹²⁸ (AAVV, 1998: 412). A própria questão da procura constante, neste novo reinado, da garantia da continuidade da Coroa no reino, tinha subjacente a preocupação pelo facto das opções respeitantes a essa matéria condicionarem as alianças externas.

descoberta de ouro naquele espaço resulta numa rápida ascensão da economia da colónia¹²⁹, cuja expressão apoteótica seria observada no reinado seguinte de D. João V.

As guerras da Restauração (1640-1668) com a Espanha e a travada com as Províncias Unidas no ultramar (1641-1669)¹³⁰ haviam esgotado o reino em recursos humanos e materiais; além disso, Portugal contraíra uma dívida com as Províncias, resultante dos acordos de paz com a república em 1669 – uma indemnização em sal de Setúbal devido à perda de Pernambuco por parte dos holandeses em 1653. As relações diplomáticas de Portugal com aquele estado após a Restauração são causa e consequência da opção estratégica atlântica que definirá a identidade geopolítica do reino nas gerações governativas subsequentes e se apresentou como solução a um problema do estado: a salvaguarda e manutenção da sua independência.

D. João IV compreendia a importância daquela república no cenário diplomático europeu e o interesse da sua posição económica. Jorge Borges de Macedo formulou este axioma, evidenciado pelo próprio, da seguinte maneira: como inimiga da Espanha na Europa, facilitava o recrutamento de tropas e compra de armas e impulsionava o escoamento de produtos comerciáveis; a paz marítima despreocuparia os Portugueses e «reforçaria o seu poder continental», que, por sua vez, consolidaria a salvaguarda da sua independência e subsequente apoio diplomático francês¹³¹.

Com efeito e segundo Leonor Freire Costa, as relações diplomáticas dos vinte e oito anos das guerras da Restauração determinaram, em parte, os acontecimentos de 1701 a 1703. O sal e as indemnizações de guerra com a Inglaterra e as Províncias Unidas são temas que caracterizam uma relação morosa e correlacionam a conjuntura da Restauração com a Guerra da Sucessão de Espanha¹³².

¹²⁹ (AAVV, 1998: 412). «É para o Atlântico e Brasil que se dirigem, de forma prioritária, as atenções da política portuguesa.».

¹³⁰ Antes de 1580 as relações entre Portugal e os Países Baixos haviam sido amistosas, mas a União Ibérica emergiu os Portugueses noutra longa guerra com as sete províncias do norte que se haviam confederado numa república mercantilista e apartado do domínio espanhol desde 1579 com a União de Utreque e 1581 com o Ato de Abjuração face a de Filipe II. Mesmo depois de 1640, quando as Províncias já haviam conquistado amplas possessões portuguesas, principalmente no Brasil, os conflitos prolongaram-se em cerca de 30 anos, para o fim dos quais contribuiria nomeadamente uma intensa atividade diplomática.

¹³¹ (Macedo, 1969: 524)

¹³² (Cardoso et al, 2003: 45)

Assim, «Methuen veio tão-só confirmar os alinhamentos delineados meio século antes»¹³³. De facto, essas negociações diplomáticas envolveram, além das Províncias Unidas, a Inglaterra, em cuja órbita as guerras da Restauração haviam posto Portugal, por necessidade de defesa.

Depois da insurreição de 1640, Portugal tinha como vizinha uma Espanha indisposta a abdicar das «virtualidades estratégicas de um território aberto ao Atlântico, nem as potencialidades económicas de um amplo domínio ultramarino.»; logo, «não podia afastar o apoio, ainda que ocasional, das potências europeias a quem, direta ou indiretamente, interessava combater a hegemonia espanhola.»¹³⁴.

A conservação da independência impunha um empenho permanente e obstinado de afirmação nos planos militar e diplomático, numa conjuntura internacional complexa e na qual a diplomacia de Filipe IV tentava isolar Portugal; além disso, havia que lidar também com a concorrência das frotas inglesas, francesas e holandesas no Atlântico Sul, no Índico e na própria metrópole. Portugal estava em guerra mas procurava a paz, nomeadamente com as potências europeias que lhe disputavam os espaços que descobrira, explorara e colonizara no ultramar; Portugal procurava um lugar nessa Europa, que, cada vez mais e como aquele reino ibérico, se afirmava além dos seus limites físicos como conquistadora e colonizadora¹³⁵.

Portugal procurava o reconhecimento das potências desse cosmo em transformação identitária, que acompanhava a evolução geográfica do continente iniciada por aquele reino ibérico; segundo George Modelski, em 1515 Portugal estabelecera uma nova ordem no continente, aproveitando o declínio veneziano¹³⁶, na sequência das guerras de Itália, e após as suas próprias explorações no Atlântico africano, gerações antes. A Carreira da Índia (a rota marítima Lisboa-Goa através da dobragem do Cabo da Boa Esperança), sustentáculo do comércio das especiarias, inaugurava um «novo sistema global»¹³⁷; Portugal, ascendia a um «estatuto global»¹³⁸.

¹³³ (Cardoso et al, 2003: 32)

¹³⁴ (Faria, 2005: 33)

¹³⁵ (Faria, 2005: 33-34)

¹³⁶ De acordo com George Modelski, Veneza, no século XV, estabelecera um monopólio comercial com Alexandria e tornara-se a potência hegemónica do Mediterrâneo oriental, se não da própria Europa (Modelski, 2000: 218).

¹³⁷ (Modelski, 2000: 218)

¹³⁸ (Modelski, 2000: 218)

O domínio dos Habsburgo em Portugal, a partir de 1580, na sequência da crise dinástica de 1578, enfraqueceria o império português¹³⁹. A Espanha de Filipe II travava já uma guerra com os rebeldes dos Países Baixos cujos rendimentos deviam muito ao seu comércio com Portugal; Filipe II iniciou uma batalha a este comércio, fechando às povíncias rebeldes o porto de Lisboa, e estas, conseqüentemente, o ataque ao Índico português no sentido de lhe usurpar o monopólio das especiarias. A este propósito, Edgar Prestage disse que «os holandeses começaram a enviar os seus navios ao oriente e às costas de África e América, quer como corsários quer no exercício legítimo de comércio, e dentro de cinquenta anos tornavam-se numa grande potência colonial, à custa dos Portugueses.»¹⁴⁰. E este sucesso, diz Edgar Prestage, deveu-se às Companhias privilegiadas das Índias Ocidentais e Orientais. A Companhia da Índia Ocidental foi fundada em 1621 e a Companhia da Índia Oriental em 1602 (dois anos depois da criação, em Londres, da Companhia Inglesa das Índias Orientais); ambas disputaram o império português nas suas frentes índica asiática e americana, conduzindo à deslocação do seu epicentro desde o Índico até ao Atlântico¹⁴¹.

Estas companhias constituíam indicadores de uma nova fase do capitalismo europeu e da sua política imperialista, em que o sistema de colonização controlado pelo estado e em parte por ele dirigido foi aniquilado por uma política comercial e colonial mais complexa, na qual os governos tentavam conjugar os interesses da empresa com os do estado. Já nem os governos nem determinados particulares conduziram os processos de desenvolvimento dos espaços conquistados; a eles se relacionaria a sociedade comercial iniciada no norte da Europa com base no modelo mediterrânico do século XV, agora, por sua vez, apoiada pelo poder central, que procurava aproveitar a expansão colonial¹⁴².

¹³⁹ Na união ibérica iniciada em 1580, os navios e possessões ultramarinas de Portugal conservaram a sua identidade separada de Espanha, embora, com diz George Modelski, para fins políticos, o que chama de o «sistema global português» foi imerso nos domínios dos Habsburgos espanhóis.

¹⁴⁰ (Prestage, 1926: 01)

¹⁴¹ (Prestage, 1926: 2-4)

¹⁴² Às companhias de Inglaterra e Províncias Unidas seguir-se-iam as de França, Espanha, Portugal e até Prússia, ao longo de Setecentos. Quando a dinastia de Bragança reinaugura a independência portuguesa, toma imediatamente a cargo a defesa do que restava das suas colónias, ou seja, grande parte dos espaços na costa ocidental africana e o Brasil; ficara para trás o Oriente e suas especiarias e apostar-se-ia na cultura do açúcar, tabaco e café e produção de couros no Brasil, pelo recurso à mão-de-obra escrava trazida de África. Foi fundada a Companhia Geral do Comércio do Brasil, em 1649, para o encargo da exportação de açúcar em navios comboiados. Angola seria uma das grandes reservas de escravos e muitas das suas fortalezas costeiras chegaram a ser atacadas pelos holandeses; São Paulo de Luanda foi mesmo ocupada, mas reconquistada em 1648 por uma esquadra vinda do Brasil.

Entretanto, no plano continental a Europa viveria uma profunda transformação na sua ordem territorial com a Guerra dos Trinta Anos, concluída com os tratados de Vestefália. Na caracterização de Bertrand Badie, ao mesmo tempo um conflito de potências e guerra de religiões, choque entre estados e ocaso de um império privado das suas anteriores capacidades, ela revelou as fraquezas de um sistema imperial comprometido pela Reforma e desaparecimento de um espaço cristão unificador¹⁴³.

Segundo Bertrand Badie, a paz de Vestefália substituiu uma ordem por outra, pois «a religião perde a sua função constitutiva do espaço político»: «a paz de Augsburgo, assinada em 1555, é confirmada e aprofundada – as mudanças de confissão são admitidas no seio do Império – e a ideia de um estado secularizado entra assim, gradualmente, nos costumes. Neste sentido, «a Reforma passa a estar oficializada na sua função de criação territorial». A noção de mundo cristão é privada de «toda a sua consciência política, toda a sua capacidade geradora de autoridade», ao mesmo tempo que secularização e territorialização se passam a correlacionar¹⁴⁴.

De facto, no início do século XVI, a Casa de Áustria encarna a maior potência europeia e, conta Gérard Soulier, «sonha ainda restaurar a unidade do Império cristão». As suas possessões enormes rodeiam o reino de França e «explica-se, assim, um conflito de mais de um século marcado por vivos confrontos e tendo determinado alianças inesperadas» (começara com Luís XII de França e acentuou-se com a luta entre Francisco I e Carlos V). Em 1559 fora assinado o tratado de Chateau-cambrésis, no qual a França abandonava as suas pretensões em Itália; os confrontos recomeçaram em 1618 e a Guerra dos Trinta Anos, de conflito alemão em breve se tornaria europeu. Assinados entre o Império e a França e o primeiro e a Suécia, os tratados de Vestefália (os tratados foram assinados em Monastério e Osnabruque – os católicos reuniram-se na primeira das cidades e os protestantes na outra) tiveram como principal beneficiário a França, que, havendo visto afastada a ameaça austríaca, continuou a guerra contra a Espanha até 1659, data da assinatura do tratado dos Pirinéus, que concluiria o casamento de Luís XIV com a infanta de Espanha e consagraria ganhos territoriais importantes para a França. Estes acontecimentos, concluiu Gérard Soulier, abririam caminho a um período de hegemonia francesa que coincidiria com o reinado de Luís XIV¹⁴⁵.

¹⁴³ (Badie, 1995: 47)

¹⁴⁴ (Badie, 1995: 48)

¹⁴⁵ (Soulier, 1994: 59)

A França declarara guerra à Espanha em 1635, no contexto da Guerra dos Trinta Anos, que envolvera aquele reino ibérico devido à quebra dos princípios da *Pax Hispanica*¹⁴⁶ em 1618, por razões dinásticas e religiosas¹⁴⁷; a paz dos Pirenéus, mais tarde, seria, diz Ana Leal Faria, «uma breve trégua, que Luís XIV quebraria logo na primeira oportunidade (1667-1668), aproveitada por Portugal que via chegar um momento propício para alcançar a paz com Espanha»¹⁴⁸.

A França era, portanto, no contexto da Restauração e nas palavras de Leonor Freire Costa, o «aliado natural»¹⁴⁹ para o Portugal insurreto e necessitado de reconhecimento internacional e alinhamentos estratégicos que garantissem a independência reconquistada; em Janeiro de 1641, a primeira embaixada de D. João IV havia proposto em Paris uma liga contra o ramo Habsburgo da realeza espanhola. Perante a paz dos Pirenéus, entre Luís XIV e Filipe IV, a diplomacia portuguesa representada por Duarte Ribeiro de Macedo lembraria a França as suas promessas de apoio à causa portuguesa e esse apoio materializar-se-ia na influência que a diplomacia francesa teria na negociação de um tratado entre Portugal e Inglaterra («a potência livre dos compromissos da Paz dos Pirinéus»¹⁵⁰), assinado em 1661 e que traria os recursos militares indispensáveis ao reino¹⁵¹.

Esta aliança anglo-portuguesa era crucial no contexto da paz dos Pirinéus, pois temia-se que Filipe IV, liberto da frente nordeste, se voltasse de novo para Portugal; era urgente, pois, garantir a proteção naval do reino na Europa e fora dela. A diplomacia portuguesa

¹⁴⁶ *Pax Hispanica* é um conceito proposto por John Elliott (*Imperial Spain*, 1963) e define um período de vinte e três anos de hegemonia espanhola na Europa, caracterizada pela sua política externa conciliadora e pacifista (1598-1621) introduzida no reinado de Filipe III, com a preponderância do seu valido Duque de Lerma nos negócios estrangeiros da coroa espanhola, em oposição a uma política externa mais agressiva que marcou o reinado seguinte, de Filipe IV, e seu valido Conde-Duque de Olivares. Esta mudança radical de política externa, com a saída de Lerma do poder, acompanha o fim do período de hegemonia espanhola no quadro europeu, em favor da França.

¹⁴⁷ (Floristan Imizciz, 2002: 362). Filipe III optaria por auxiliar a Boémia na sua luta contra a insurreição protestante que entretanto a ameaçara.

¹⁴⁸ (Faria, 2005:36)

¹⁴⁹ (Cardoso et al, 2003: 33)

¹⁵⁰ (Cardoso et al, 2003: 46)

¹⁵¹ Já a embaixada portuguesa em Inglaterra secretariada por António de Sousa Macedo, posteriormente embaixador com uma ligação particular à casa real inglesa, conseguiu esclarecer o rei Carlos I sobre o que sucedera em Dezembro de 1640. Ao contrário do que sucederia na Santa Sé, onde a diplomacia espanhola conseguira impedir o seu reconhecimento da soberania de D. João IV, a embaixada de D. Antão de Almada em Inglaterra conseguiria firmar um tratado de aliança, finalmente assinado em Janeiro de 1642.

procurou selar os laços de união entre as casas reais inglesa e portuguesa, bem como garantir os reforços militares; o casamento de Carlos II de Inglaterra com Catarina de Bragança enquadra-se nesta estratégia e o tratado de 1661 reiterava, além de um dote, as concessões económicas que Portugal já se vira forçado a aceitar anos antes, em 1654, na paz com Oliver Cromwell, que, por sua vez, já fizera sentir o perigo de uma Inglaterra como inimiga nos mares¹⁵².

Estas linhas de continuidade entre o tratado de 1661 e os de 1703, apresentadas por Leonor Freire Costa, concluem o seguinte: a transladação do epicentro do império português do Índico para o Atlântico implica uma atenção constante ao Brasil e a sua delimitação territorial no norte e sul começa a impor-se, sobretudo a partir da descoberta da prata argentina. Era importante manter boas relações com a potência naval inglesa, que, por sua vez, servia de garante à proteção contra a permanente ameaça das Províncias Unidas¹⁵³.

Este contexto ajuda a explicar a própria política de alinhamento de D. Pedro II com Luís XIV em 1701, pois no norte do Brasil, o Maranhão, «prosperando à sombra do nordeste pernambucano penalizado pela guerra, aconselhava o tom amigável do diálogo com a França.»¹⁵⁴; D. Pedro II nomeou o duque de Cadaval e Roque Monteiro Paim para uma junta de avaliação dos limites do Brasil e a 04 de Março de 1700 era assinado um tratado provisional com a França, a ser reavaliado um ano depois e que pretendia fixar as fronteiras

¹⁵² Em 1650, D. João IV dera proteção aos príncipes Rupert e Maurício, partidários da realeza na Guerra Civil de Inglaterra, em Lisboa, quando ao serviço da marinha inglesa, comandavam uma frota vinda da Irlanda. Sob ordem de Cromwell, uma armada de Robert Blake dizimou a armada da Companhia Geral do Comércio do Brasil no Tejo, destruindo a frota do Rio de Janeiro que voltava da América com açúcar.

¹⁵³ Leonor Freire Costa conta que várias cláusulas consagradas à defesa do reino e do império definiram a aliança anglo-portuguesa de 1661: a Inglaterra enviaria dois terços de infantaria de mil homens cada e dois regimentos de cavalaria de quinhentos cavalos, armados e equipados; todas as vezes que Portugal fosse invadido, seguiriam 10 naus de guerra e, em caso de corso na costa, eram disponibilizados 4 navios armados do aliado. As concessões previstas em 1654, reiteradas nos artigos XII e XIII, bem como a entrega de Bombaim, constituíram moeda de troca para os serviços militares ingleses. Assim, o casamento entre as casas reais portuguesa e inglesa, diz Leonor Freire Costa, foi «um concerto para atingir o adversário comum no Oriente; a Inglaterra e as Províncias disputavam rotas comerciais e controlo dos mares desde 1652 – depois da Restauração inglesa, em 1660, Carlos II procurou servir os seus interesses dinásticos tentando fazer do seu sobrinho, o príncipe Guilherme III de Orange, *stadtholder* da república mercantilista; o tratado de 1661, em conclusão da investigadora, servia, por parte da Inglaterra, para equilibrar poderes europeus, pois, «observado a uma escala internacional, adquire uma dimensão ofensiva ao governo dos Estados Gerais» (Costa em Cardoso et al, 2003: 42).

¹⁵⁴ (Cardoso et al, 2003: 43)

entre Cayenne, na Guiana Francesa, e Maranhão. Em Junho desse ano o rei português alinhava pela França, reconhecendo o candidato Bourbon ao trono de Espanha¹⁵⁵.

Em conclusão e segundo Leonor Freire Costa, uma vez que «os alinhamentos externos de Portugal desenhados durante os vinte e oito anos das guerras da Restauração sacrificaram a parte menos importante do império português seiscentista, mas significaram um considerável esforço financeiro»¹⁵⁶, a aliança defensiva de 1703 «encerrou um capítulo da história económica e diplomática da Restauração»¹⁵⁷: D. Pedro II trocava as promessas das potências com as quais vinha definindo as fronteiras do Brasil¹⁵⁸ pela «certeza da moratória das dívidas externas»¹⁵⁹ – os aliados de Portugal da aliança defensiva de Maio de 1703 (Inglaterra e Províncias Unidas) comprometiam-se a sustentar a soberania portuguesa na Colónia de Sacramento, no sul do Brasil (além das ajudas militares negociadas a qualquer ponto costeiro português no continente, em caso de ataque) e a cancelarem as dívidas de Portugal para com eles decorrentes das indemnizações de guerra dos conflitos que haviam marcado os decénios anteriores¹⁶⁰.

2.2. A Guerra da Sucessão de Espanha: do conflito dinástico à luta pelo equilíbrio de poderes europeu.

A paz de Vestefália colocara a França (e também a Suécia) como triunfadora e o Sacro-Império como vencido. A primeira dilatou o seu território na fronteira leste até ao

¹⁵⁵ (Cardoso et al, 2003: 44)

¹⁵⁶ (Cardoso et al, 2003: 42): além dos dois milhões de cruzados do dote de D. Catarina, o peso das indemnizações – as reclamadas pelos ingleses depois de 1650 e as dos holandeses, calculadas em quatro milhões de cruzados, sob a forma de sal de Setúbal – marcaria o quotidiano dos portos portugueses.

¹⁵⁷ (Cardoso et al, 2003: 47)

¹⁵⁸ A França, devido ao Estado do Maranhão no Norte, vizinho de Cayenne, Guiana Francesa; a Espanha, no Sul, que tomara a Portugal a Colónia de Sacramento em 1680, devolvera no ano seguinte (Tratado Provisional de Lisboa, assinado a 07 de Maio), para a retomar em 1705 e reentregar dez anos depois, na sequência das negociações de Utreque.

¹⁵⁹ (Costa em Cardoso et al, 2003: 47)

¹⁶⁰ De extrema importância foi, sobretudo, a revisão da cláusula do tratado de 1669 com a República, que pôs fim às dívidas pagas pelo sal, estipulando-se um pagamento único de 850 000 cruzados. A Inglaterra retirava, assim, às Províncias, o sal de Setúbal, que lhes alimentava o controlo sobre o Báltico.

Reno¹⁶¹, regressaram à sua posse os bispados de Metz, Toul e Verdun e pequenas áreas da Alsácia; por outro lado, a Suíça e os Países Baixos apartaram-se de vez da órbita imperial e alguns príncipes alemães, nomeadamente os da Baviera e Brandeburgo, alargaram as suas fronteiras – o Império perdeu solidez e unidade (os poderes regionais foram reforçados). Os estados confederados ganharam soberania e o direito de estabelecerem alianças entre si e estados estrangeiros¹⁶².

As perdas territoriais do Império não foram consideráveis, mas o seu enfraquecimento diminuiu o poder do imperador e a França e a Suécia, na qualidade de garantes da paz, auferiram a possibilidade de intervir nos assuntos internos do Império.

Os tratados de 1648 haviam posto termo à guerra entre França e Habsburgos austríacos, mas a travada contra os Habsburgos espanhóis duraria mais onze anos. A paz dos Pirinéus (que deve o seu nome à nova delimitação fronteiriça hispano-francesa¹⁶³) confirmava o que a de Vestefália fizera suspeitar: a França tornava-se a maior potência europeia. Se antes conquistara espaço junto ao Reno, agora fazia-o junto à Ibéria – a França ganhava os condados catalães do Rossilhão, Conflent e Cerdanha, e também as províncias de Artois, Hainaut e o condado de Luxemburgo nos Países Baixos, juntamente com uma série de praças flamengas estratégicas, ficando, porém, Dunquerque sob domínio inglês¹⁶⁴.

A paz dos Pirenéus evidenciava o fortalecimento francês e o enfraquecimento espanhol (desde Vestefália que a Espanha havia sofrido um enorme desgaste humano e económico, particularmente sentido em Castela, a coroa que maior poder de decisão tinha sobre a política europeia da monarquia compósita¹⁶⁵). E mais: a preparação da nova grande

¹⁶¹ Certas testas-de-ponte na margem direita do rio serviam de defesa aos novos territórios.

¹⁶² (Floristan Imizciz, 2002: 407-409). Relativamente a este último ponto, as alianças não podiam realizar-se contra o imperador, mas isso foi ignorado pelos principados mais poderosos.

¹⁶³ (Floristan Imizciz, 2002: 409)

¹⁶⁴ (Floristan Imizciz, 2002: 409). Em troca pelos ganhos territoriais na região pirenaica, a França não deveria auxiliar os Portugueses nas suas lutas contra Espanha.

¹⁶⁵ (Floristan Imizciz, 2002: 485). A expressão «monarquia compósita» é de John Elliot e define uma «estrutura descentralizada formada por um coletivo de jurisdições e comunidades bastante diferenciadas entre si que, contudo, prestavam lealdade a um mesmo monarca.» (Williams, 2012: 42); segundo Rachel Williams e com base na proposta conceptual de Elliot, a Espanha dos Habsburgos «era um território formado por diversas entidades relativamente autónomas, onde cada província ou reino poderia manter suas próprias instituições políticas, leis, privilégios e liberdades vigentes no momento de união como a coroa castelhana.». Filipe V (de Bourbon) iniciaria, em 1707, um processo de centralização política espanhola, sob o domínio administrativo castelhano e modelo de absolutismo francês iniciado no reinado de Luís XIV; a coroa de Aragão, que apoiara o arquiduque Carlos de

potência para a sucessão ao trono espanhol – o tratado incluía também as núpcias de Luís XIV com Maria Teresa, filha de Filipe IV.

No Império, entretanto, outro vizinho ameaçaria o equilíbrio de poderes europeu, desta vez a leste: o vizinho turco¹⁶⁶. No início dos anos 1680, os turcos preparavam um novo ataque à Áustria; as suas manobras, encetadas e favorecidas por sucessivos levantamentos húngaros, coordenavam-se com as dos franceses a oeste, da «política de reuniões» de Luís XIV¹⁶⁷, depois da guerra que começara com as Províncias Unidas em 1667 e terminara onze anos depois. A política imperialista de Luís XIV¹⁶⁸ resultaria numa nova guerra entre franceses e espanhóis nos Países Baixos e Luxemburgo, na qual nenhum dos aliados dos últimos interveio (as Províncias Unidas haviam, entretanto, assinado uma trégua e o imperador enfrentava os turcos à porta de Viena¹⁶⁹) e Génova, aliada tradicional de Espanha, foi submetida a um intenso bombardeio. A Trégua de Ratisbona, em 1684, acabaria por reconhecer a livre posseção por parte de França dos territórios recentemente incorporados nas «reuniões»; mas esse seria o início do retrocesso francês, acompanhado e impulsionado pelo retrocesso otomano na Europa e conseqüente avanço austríaco para sul, ficando Leopoldo «de mãos livres para intervir mais ativamente na política europeia».¹⁷⁰

O sucesso imperial nos Balcãs em 1683 talvez tenha contribuído para suscitar em Luís XIV o desejo de fazer algo semelhantemente significativo ao serviço da fé católica. A sua

Habsburgo à sucessão ao trono, em parte devido às suas possessões italianas, «experimentou um retrocesso político sem precedentes» (Albareda Salvadó, 2010: 492).

¹⁶⁶ Segundo Luis Ribot García, o Império, vendo fracassadas as suas pretensões hegemónicas no centro e oeste da Europa com os tratados de Vestefália e Pirinéus, virou as suas atenções para sudeste, para os territórios sob soberania turca, no anterior reino da Hungria (Floristan Imizciz, 2002: 485.).

¹⁶⁷ (Floristan Imizciz, 2002: 493-494). Segundo Pedro Cardim, a «política de reuniões» de Luís XIV apresentavam reivindicações legalistas: «os antigos territórios do império de Carlos Magno serviram de argumento para a Coroa reivindicar o direito à soberania sobre certas regiões.» (Cardim, 2005: 33.). Esta «arbitrariedade de Luís XIV, apoiada pelos seus juristas, com a finalidade de anexar a orelha esquerda do Reno, em prejuízo das possessões espanholas e territórios alemães», traduziu-se na ocupação por parte das suas tropas de diversas zonas dos Países Baixos e Luxemburgo e até a cidade livre de Estrasburgo, a «porta do Império» (Floristan Imizciz, 2002: 493-494). A Europa, estupefacta e temerosa do expansionismo francês, coligou-se contra o grande reino: às Províncias Unidas e Suécia (a cujo monarca fora prometida a sucessão do ducado de Zweibrücken, anteriormente do Império) juntaram-se o imperador e a Espanha em 1682; no ano seguinte, perante a invasão francesa dos Países Baixos, só a última lhe declarou guerra.

¹⁶⁸ Ver uma síntese do «imperialismo de Luís XIV», por Luís Ribot García, em (Floristan Imizciz, 2002: 486-488).

¹⁶⁹ (Floristan Imizciz, 2002: 494)

¹⁷⁰ (Floristan Imizciz, 2002: 494)

atitude relativamente ao império otomano nos anos anteriores pusera em perigo toda a Europa; o Sacro-império era atacado em tenaz – os confrontos a ocidente com a França distraíam-no do combate ao inimigo da cristandade¹⁷¹.

Em França ainda existia uma minoria protestante, os huguenotes, protegidos pelo Édito de Nantes (1598) e tolerados por Richelieu. O Édito de Nantes fora promulgado por Henrique IV e pusera fim a oito guerras de religião (nas quais a questão dinástica desempenhara um papel importante) entre católicos e protestantes franceses, entre 1562 e 1593; o texto constituía o primeiro exemplo de tolerância na Europa ocidental¹⁷², pois nos restantes sítios era a religião do príncipe que se impunha – era a religião de estado. A paz de Augsburgo de 1555 garantira a liberdade religiosa dos príncipes, não a dos súbditos; mais tarde, no dealbar do século XVII, os êxitos da Contra-Reforma no Baixo-Reno e Baviera levaram, em 1608, ao levantamento da União Protestante, que, no ano seguinte, se opôs à Liga Católica, sob a direção da Baviera. A Guerra dos Trinta Anos, que começa por ser alemã e rapidamente se torna europeia, rebenta em 1618, opondo católicos a protestantes. A França, que apoiara a Suécia contra o Império, no intuito de quebrar a preeminência dos Habsburgos espanhóis e austríacos, expandiu o seu território para leste no decurso desta guerra. Um grande número de pessoas havia passado para França, ora pelas limitações de Augsburgo ora pelo expansionismo francês.

O papado, desde o Concílio de Trento (1545-1563) e ao longo do século XVII, com vista a vincar o seu protagonismo político, tirou partido não só dos conflitos entre católicos e otomanos como entre os primeiros e os protestantes¹⁷³; para a França de Luís XIV, obrigar os huguenotes a submeterem-se ou eliminá-los era uma medida que convinha ao estado absolutista¹⁷⁴, ao mesmo tempo que seria do interesse do papado.

O Édito de Nantes foi revogado em 1685. Daí em diante teria de existir apenas uma religião em França. Os métodos utilizados neste sentido provocaram repúdio por toda a parte;

¹⁷¹ Não obstante as divisões religiosas da Europa evidentes no século XVI, com a Reforma, que a divide, grosso modo, num norte protestante e um sul católico, o inimigo muçulmano que ameaça a fronteira sudeste da Europa é ainda um fator claramente de diferenciação da civilização europeia, que ainda partilha elementos de unidade vindos desde o universo greco-romano, nomeadamente a introdução do imperialismo e universalidade e o seu património jurídico e linguístico (Soulier, 1994: 20). Pedro Cardim lembra que o próprio papado, no século XVII, a pretexto da guerra contra os Otomanos, reavivaria o ideal de cruzada (Cardim, 2005: 23).

¹⁷² A leste, a Polónia e a Hungria seriam mais tolerantes a respeito da Reforma: o princípio da liberdade religiosa fora proclamado simultaneamente em Varsóvia e Torda em 1571-1572.

¹⁷³ (Cardim, 2005: 23)

¹⁷⁴ (Floristan Imizciz, 2002: 445; 447)

na Europa protestante suscitaram indignação. Centenas de milhares de pessoas abandonaram a França e fugiram para Inglaterra, Províncias Unidas e Brandeburgo, onde o grande eleitor de bom grado os recebeu; os laços políticos que uniam Brandeburgo à França dissolveram-se. Em França, a emigração significava uma grande perda de homens, engenho e cultura.

Em Inglaterra, entretanto, a «Revolução Gloriosa» do Parlamento, perante o nascimento de um filho varão do rei, que abria a perspectiva de uma dinastia católica no país, expulsava o católico e de tendências absolutistas¹⁷⁵ Jaime II Stuart do trono e designava como monarca Guilherme III de Orange, seu genro, em 1688. Luís XIV perdia qualquer esperança de encontrar um aliado do outro lado da Mancha; além disso, a presença naquele trono de um Orange aumentava a força de uma colaboração antifrancesa por parte de duas potências marítimas, que vinham-se defrontando nos mares, disputando rotas e monopólios comerciais desde a República de Cromwell.

Nesse mesmo ano, o monarca francês tentou impor pelas armas as pretensões de sua cunhada Carlota Isabel à sucessão do Palatinado e Orange organizou uma coligação europeia com o propósito de obstar às pretensões da França na Europa, nas colónias e no mar. A França, desta vez, encontrava-se económica e demograficamente esgotada, atravessando períodos de fome e agitação popular, baixas nos efetivos do exército; Luís XIV assinaria a paz de Ryswick em 1697, pondo fim a esta Guerra dos Nove Anos¹⁷⁶, que opôs a França ao imperador e um conjunto de príncipes alemães (os eleitores de Baviera, Saxónia e Palatinado), Espanha, Suécia (que tinha terras no Império), Brandeburgo, Inglaterra, Províncias Unidas, outros territórios alemães e até o próprio papado (devido à política galicista de Luís XIV, que lhe atribuía direitos sobre a Igreja francesa) – o bloco que constituiu a Liga de Augsburgo, erigida em 1686 – e, mais tarde (em 1689), acrescentado o ducado de Saboia, o território italiano há muito vinculado à política francesa.

Luís XIV acabou por reconhecer Orange como rei de Inglaterra e comprometer-se a não apoiar conspirações jacobitas (o movimento inglês que apoiava o retorno de Jaime II e seus herdeiros ao trono de Inglaterra) e a devolver o que anexara nas «reuniões» à exceção de Estrasburgo; as Províncias Unidas puderam estabelecer praças de guarnição nalgumas cidades dos Países Baixos espanhóis; a Espanha recuperou Luxemburgo e outros territórios conquistados depois de Nimega. Ryswick representava «um primeiro retrocesso na trajetória imperial de Luís XIV e um importante triunfo da coligação de um resto da Europa contra

¹⁷⁵ (Floristan Imizciz, 2002: 445; 495)

¹⁷⁶ Entre historiadores e países, outros nomes foram sugeridos para este conflito: Guerra da Devolução; da Liga de Augsburgo; da Grande Aliança; de Orange.

si»¹⁷⁷. Como diz Luís Ferrand de Almeida, «à hegemonia francesa sucedia uma situação de equilíbrio no continente europeu e o próprio Luís XIV deve ter reconhecido que a paz se tornava uma necessidade»; mas também é possível que «na “moderação” do rei de França tenha influído também um problema que ia constituindo, de dia para dia, a preocupação dominante das cortes europeias: o da sucessão de Espanha»¹⁷⁸.

Segundo Jeremy Black, Ryswick tratou-se de um prelúdio do problema da sucessão espanhola; concluindo a guerra antes de a questão ser seriamente levantada, Ryswick deu novamente a Luís XIV um papel relevante nas negociações. O monarca francês conseguia uma oportunidade de alcançar um acordo com as outras potências que simultaneamente servia os seus interesses e dividia a futura Grande Aliança¹⁷⁹.

Em virtude de o último rei da Casa de Áustria em Espanha, Carlos II (rei de 1665 a 1700) não ter herdeiro direto, já muito antes da sua morte se debatia a sucessão espanhola nas cortes da Europa. Tanto o imperador Leopoldo I como Luís XIV eram – à semelhança de Carlos II – netos de Filipe III, e cada um havia tomado por esposa uma irmã de Carlos II; um e outro sabiam que a sua pretensão à coroa de Espanha suscitaria o desafio do resto da Europa, que não queria ver ressuscitar o império de Carlos V nem admitir a França na posição de dominadora no continente e nas colónias. O património a herdar era extensíssimo; «a extensão da monarquia espanhola e dos territórios seus dependentes na Europa, América e Oriente, a sua importância estratégica e económica faziam com que a sucessão pusesse de novo em jogo o equilíbrio europeu»¹⁸⁰.

Por iniciativa de Guilherme III de Inglaterra foram elaborados dois tratados de partilha que favoreciam o filho mais novo de Leopoldo, Carlos, e o neto de Luís XIV, Filipe, ou, como alternativa, um príncipe bávaro. Após a morte do candidato bávaro, Carlos II designou finalmente como único herdeiro o pretendente francês, vindo a morrer em 1700, depois de Luís XIV ter aceitado a indicação de herdeiro do trono espanhol para Filipe, seu neto. O conselho de estado espanhol, temendo o desmembramento da sua monarquia, induzira, em 1700, o rei moribundo a fazer testamento em favor da casa de Bourbon, na pessoa de Filipe de Anjou, neto de Luís XIV, com a obrigação da renúncia à coroa francesa da sua parte.

Desmoronava-se assim o sistema subtilmente negociado nos tratados de partilha, visando um *status quo* mais ou menos equilibrado (um equilíbrio terrestre segundo Mathew

¹⁷⁷ (Floristan Imizciz, 2002: 445; 497)

¹⁷⁸ (Almeida, 1973: 14)

¹⁷⁹ (Black, 2002: 100)

¹⁸⁰ (Almeida, 1973: 16)

Anderson, lembra David Martin Marcos¹⁸¹). Mas a Europa não se resignou a esta conjuntura: formar-se-ia contra Luís XIV e seu neto Filipe, o novo rei de Espanha, uma grande aliança em que participaram o imperador, a Inglaterra, as Províncias Unidas, alguns estados alemães e Portugal, cujo monarca, D. Pedro II, chegara também a assumir-se como pretendente ao trono espanhol por «ligação familiar remotíssima», como descendentes de D. Maria, filha dos Reis Católicos e mulher de D. Manuel I¹⁸².

Quando o século XVII se aproximava do seu fim, o reino mantinha-se desde há algum tempo alheado dos últimos conflitos internacionais; considerando a paz e a estabilidade pilares fundamentais para a consolidação da independência nacional, D. Pedro II decidira inicialmente não se envolver nas disputas entre coroas europeias. Todavia, a ausência de herdeiro direto ao trono no país vizinho obrigou-o, bem como a outras das figuras principais na direção do reino, a manter-se vigilante e a debater o assunto, ouvindo pareceres sucessivos.

Em Abril de 1701 o duque de Anjou dirige-se a Madrid para tomar posse do trono que lhe fora legado em testamento. A posição inicial de D. Pedro II foi a de reconhecer a legitimidade do neto de Luís XIV para assumir a coroa espanhola, decisão consonante com a que fora adotada por outras casas reinantes uma vez que se acreditava que Filipe de Anjou renunciaria à sucessão francesa.

O Império, porém, reagiria violentamente, ao ver preterido o direito ao trono de Carlos, filho segundo do imperador Leopoldo, e formaria a *Grande Aliança de Haia*, a 7 de Setembro de 1701, com os objetivos de defender os interesses de Carlos de Habsburgo e impedir a França de intervir na Península Ibérica. Ao lado do Império alinhariam de início as Províncias Unidas e o Brandeburgo e depois, em 1702, na sequência da declaração de Luís XIV sobre Filipe V conservar os direitos da coroa francesa, a Inglaterra, cujo poderio naval reforçaria, a partir de então e significativamente, a capacidade naval do bloco anti-bourbónico. Por seu turno, Filipe de Anjou era apoiado pela França, uma parte de Espanha e suas dependências italianas, principados alemães do Reno e, inicialmente, o duque de Sabóia, seu sogro.

A definição destes dois blocos obrigaria Portugal a reavaliar a sua posição, uma vez que o Império e os seus aliados pareciam decididos em impor o candidato austríaco, antevendo-se uma guerra que previsivelmente teria como palco a Península Ibérica. Até à data o reino português havia conseguido passar à margem dos conflitos internacionais,

¹⁸¹ (Martin Marcos, 2012a: 152)

¹⁸² (Peres, 1934: 134)

nomeadamente os que cessaram com o tratado de Ryswick, invocando uma condição de neutralidade. A sua posição política mantivera-se durante muito tempo obstinada relativamente ao envolvimento nas questões europeias e essa opção daria lugar, ao longo dos anos, a esforços diversificados de embaixadores estrangeiros em Portugal no sentido de a reverterem, pois quer a posição física do reino no espaço europeu quer a dimensão e características do seu império colonial tornavam apeteável o estabelecimento de alianças.

Apesar de serem muitas as fações internas que continuavam a preferir a neutralidade portuguesa, a constituição dos dois blocos políticos e militares não permitia ao reino insistir no seu alheamento relativamente a querelas dinásticas europeias. As constantes solicitações por parte dos aliados a partir de Julho de 1701 – data em que Portugal no seguimento do tratado de partilha da monarquia espanhola se aliou com a França – obrigaram os conselheiros de estado a centrarem as suas discussões não na política interna, como habitualmente, mas na externa e por essa razão, as informações enviadas pelos diplomatas assumiam uma enorme importância, pois seria nelas que eles recolheriam argumentos para elaborarem os pareceres da sua própria autoria que facultariam ao monarca, para objeto de análise e discussão.

2.3. A diplomacia europeia entre Vestefália e Utreque: a progressiva profissionalização.

Com o ocaso dos projetos universalistas europeus a partir da Reforma e corolário na Guerra dos Trinta Anos (segundo Ana Leal Faria, «a Reforma representou a grande clivagem do século XVI», pois «na perspetiva de uma historia da diplomacia, as guerras religiosas abalaram o sistema de representação que parecia estar praticamente consagrado na Europa que, apesar da fratura, se mantém como Cristandade face à ameaça otomana.»¹⁸³), e consequente enfraquecimento político do papado e Habsburgos centro-europeus no jogo internacional do continente, a Inglaterra e a França passaram a disputar a hegemonia europeia entre si. Por outro lado, desde meados de Seiscentos, a generalidade dos reinos e repúblicas desse espaço civilizacional iniciou um processo de afirmação de paz entre si, do qual um dos resultados foi a emergência de negociações multilaterais que conduzissem a acordos que substituíssem os conflitos armados. Essas negociações, por seu turno, deram lugar a um novo fenómeno: os congressos de paz; crescendo em frequência a partir da terceira década do século XVII, foi o chamado período «da paz geral», a partir de 1643 (até 1648) em Münster e

¹⁸³ (Faria, 2007: 342)

Osnabrück (negociações de Vestefália), que evidencia a profunda mutação que viviam as relações entre os diversos potentados europeus¹⁸⁴. Nas palavras de Pedro Cardim, «mais do que iniciadores da mudança, os tratados firmados em Münster e Osnabrück, além de terem posto fim à Guerra dos Trinta Anos, representaram uma das faces mais notórias da emergência de um outro entendimento das relações entre reis, príncipes, repúblicas e papado.»¹⁸⁵. O autor refere-se ao já anteriormente referido princípio do «equilíbrio de poder», observável na retórica política produzida a partir de então e que, segundo ele, substituía uma conceção secular sobre as relações externas baseada na hierarquia e diferenciação qualitativa entre as diferentes autoridades europeias; a consciência política coletiva da Europa incluía no seu vocabulário e pensamento as noções de igualdade internacional, expressões como «paz duradoura» e «equilíbrio do poder» entre estados.

O investigador conta ainda que a multiplicação dos congressos de paz foi ao mesmo tempo causa e consequência de mutações na cultura jurídica europeia, que propunha a introdução nas relações entre diferentes poderes na cena internacional da ideia de paridade; eles contribuíram para a afirmação política de pequenos estados, ao reconhecerem-lhes o direito de existirem e perseguirem os seus próprios interesses, sem verem a sua soberania ameaçada por potentados superiores – igualdade jurídica mútua.

Esta mudança no quadro das relações externas da Europa a partir de Vestefália implicou um projeto de configuração de um quadro normativo que regulasse as relações entre as diversas casas reais, repúblicas e a Santa Sé, nomeadamente pela inclusão do princípio jurídico positivo¹⁸⁶. Essa nova mundividência política do pensamento jurídico europeu, sobretudo impulsionado por Hugo Grócio¹⁸⁷, encontra a sua operacionalização no aumento da importância dada às relações diplomáticas, que crescem, intensificam-se e conhecem alterações de forma e conteúdo.

¹⁸⁴ (Cardim, 2005: 30-31)

¹⁸⁵ (Cardim, 2005: 31)

¹⁸⁶ (Cardim, 2005: 32)

¹⁸⁷ Hugo Grócio (1583-1645), juriconsulto neerlandês, propôs uma teoria do poder baseada nas conceções jusnaturalistas; com ele, o princípio do equilíbrio de poder foi formulado como um princípio da diplomacia segundo o qual os estados europeus eram representados no seio duma comunidade na qual nenhum deles deveria prevalecer, desequilibrando a balança do poder. Se isso acontecesse, as potências lesadas deveriam intervir pelas armas e repor a paridade geral. No espólio teórico de D. Luís da Cunha encontram-se, entre as suas reflexões sobre diplomacia, inúmeras referências a Grócio (além de Jean Bodin e Samuel Pufendorf).

Este novo concerto das relações internacionais europeias é, lembra-o Pedro Cardim, indissociável do movimento de centralização administrativa também comum ao conjunto de estados do continente. Esse processo centralizador passou nomeadamente pela tentativa de fortalecer os aparelhos administrativos, o que implicou reformas institucionais e a maior generalização da utilização das relações contratuais; o contrato passou a ser o instrumento regulador da interação entre partes cujos interesses podem ser contrários entre si – a conduta jurídica comprometia partes entre si. Justaposto ao domínio dos negócios estrangeiros, esta regulação previa também a existência de um dispositivo jurídico que vigiasse o cumprimento das condições contratuais e gerasse confiança e previsibilidade nas relações entre as entidades políticas; procurava-se introduzir o conceito de “sociedade internacional” na normativa jurídica e a inclusão nessa coletividade implicava o reconhecimento e cumprimento de regras partilhadas¹⁸⁸.

Na sequência de tudo isto, surgiu, graças à consolidação do *jus legationis* (um ramo do direito que pouco antes tinha começado a desenvolver-se e estabilizaria decisivamente o serviço diplomático), a partir das propostas de Grócio, um conjunto de normas jurídicas concernente em específico ao estatuto dos diplomatas, prefigurando uma jurisdição cujos titulares seriam conhecidos por corpo diplomático. Assim se consolidava um certo corporativismo dos representantes diplomáticos, «um conjunto de oficiais sujeito normas e regras comuns, que aos poucos se foram observando por toda a Europa Ocidental¹⁸⁹.

O esforço de centralização da segunda metade de Seiscentos compreendeu todos os setores da administração régia, repercutindo-se na organização das missões diplomáticas. As grandes missões de ostentação de anteriormente deram lugar, sobretudo a partir do último quartel do século XVII, às comitivas «mais modestas, menos dispendiosas e mais” profissionais”»¹⁹⁰: as embaixadas itinerantes foram, substituídas pelas residentes; os juramentos de fidelidade dos embaixadores começaram a dar lugar às instruções e compromissos de prestações de serviços, que fixavam as obrigações do diplomata; por fim, a imunidade dos servidores diplomáticos perante a jurisdição local foi sendo delimitada e estabilizada. Assim, «o serviço diplomático ganhou um perfil mais nítido e uma vocação inicial mais vincada»¹⁹¹.

¹⁸⁸ (Cardim, 2005: 34)

¹⁸⁹ (Cardim, 2005: 36-37)

¹⁹⁰ (Cardim, 2005: 37)

¹⁹¹ (Cardim, 2005: 38)

A diplomacia europeia foi-se especializando e a tipologia dos enviados assumindo limites mais claros. Em Portugal, as missões de representação permanente eram desempenhadas pelo embaixador ordinário ou residente, enquanto as enviaturas extraordinárias por ministros com carácter diverso. Nos casos de condolências pela morte dum rei ou acompanhamento de uma princesa estrangeira para casar no reino, o responsável pela tarefa era, normalmente, um embaixador extraordinário; nas missões especialmente urgentes, nomeadamente angariação de auxílio militar, recorria-se, habitualmente, a enviados especiais ou a agentes; por fim, para afirmar a participação em congressos e conferências internacionais, a coroa recorria usualmente aos designados ministros plenipotenciários, enviados investidos de alguma margem de poder para tomar decisões e assinar acordos em nome do rei¹⁹².

Entre meados do século XVII e os inícios de Setecentos, um pouco por toda a Europa, surgiram os primeiros “gabinetes de negócios estrangeiros” destinados a fazer face ao rápido crescimento dos assuntos que era premente despachar; na segunda metade de Seiscentos, um pouco por todo o lado, começariam a ser criadas as «Secretarias de Negócios Estrangeiros e da Guerra» (em Portugal, todavia, seria apenas em 1736, no reinado de D. João V, que semelhante órgão de governo seria introduzido¹⁹³). A principal finalidade da criação de secretarias especializadas em relações externas era agilizar o serviço e submetê-lo a uma direcção política mais clara; este processo insere-se numa tendência europeia inseparável do quadro normativo vestefaliano, pois com o desenvolvimento das relações externas numa base tendencialmente mais paritária alargou-se a esfera de intervenção da diplomacia.

Na natureza “profissional” do diplomata, a espionagem, que até então tanto se confundia com a prática diplomática, continuou a fazer parte da sua rotina, nomeadamente porque entre as suas principais obrigações mantinha-se a recolha de informação. Peter Barber, lembrando a percepção do imaginário coletivo perante a figura do diplomata ora como um espião, ora como um cavalheiro honesto, intitulou «o mundo do espião honesto» à diplomacia¹⁹⁴; Lucien Bély descreveu como a “civilização da diplomacia” na Europa de Luís XIV combinava espiões e embaixadores¹⁹⁵.

No que respeita ao recrutamento diplomático, a partir de meados de Quinhentos, em toda a Europa ocidental, os diversos monarcas vinham já outorgando os postos de embaixador

¹⁹² (Cardim, 2005: 44)

¹⁹³ (Brasão, 1978)

¹⁹⁴ (Barber, 1979)

¹⁹⁵ (Bély, 1990)

sistematicamente às principais figuras da aristocracia. No quadro mental da política, a diplomacia constituía o ambiente por excelência dos grandes aristocratas; a coroa confiava na autoridade moral da nobreza e esperava que os dignitários pagassem pelo menos parte dos custos de missão. Além disso, a saber comportar-se e adaptar-se a cortes estrangeiras e representar condignamente o seu monarca.

Grande parte dos diplomatas gozava de formação jurídica e foram justamente os escritos e a prática destes homens formados em leis que atribuíram contornos mais nítidos à diplomacia; juridicamente, a diplomacia, enquanto atividade administrativa, associava-se cada vez mais à contratualização das relações, esforço de centralização e a «princípios como o respeito pela soberania de cada entidade política, o empenho em instaurar um enquadramento jurídico para as relações externas ou ainda a noção de paridade entre os vários estados, grandes ou pequenos.»¹⁹⁶.

Ações relativas à formação diplomática foram apenas episódicas; apenas a *Académie Politique* francesa, criada em 1712 pelo ministro dos negócios estrangeiros marquês de Torcy, que acabaria por ser extinta oito anos depois, cinco após a queda política do ministro. Até ao início do século XVIII não se conhecera qualquer tentativa de preparação teórica do diplomata; considerava-se a formação recebida no seio da casa aristocrática como a melhor escola e a própria iniciação numa missão diplomática¹⁹⁷.

A aristocracia era relutante à formação e a generalização do domínio da língua francesa entre o grupo social conduzia também à desnecessidade da aprendizagem de línguas estrangeiras; no século XVII, o francês acabaria por suplantar outras “línguas diplomáticas” como o alemão, o italiano, o latim e o espanhol, tornando-se o mais próximo de um idioma diplomático internacional, sobretudo entre 1660 e 1715: o enfraquecimento espanhol e a delegação da coroa desse reino num Bourbon em 1700; o prestígio que Luís XIV imprimiu em França e a consequente afirmação de Paris como grande centro diplomático; o declínio do prestígio papista; a importância, no seio do Império, dos dialetos regionais. Tudo isto contribuíra para que nas negociações de Utreque o francês fosse já a língua diplomática dominante na Europa ocidental, sendo usado nas negociações internacionais e tratados, entrevistas e correspondência entre diplomatas de nacionalidades diferentes¹⁹⁸.

A eclosão do estado territorial a partir de Vestefália e a fundação do direito público moderno e internacional a partir das bases teóricas de Grócio impuseram a conceção de uma

¹⁹⁶ (Cardim, 2005: 48)

¹⁹⁷ (Cardim, 2005: 47)

¹⁹⁸ (Black, 2002: 32-33)

organização especificamente dedicada às relações entre os estados atuantes na comunidade internacional. Ao mesmo tempo, internamente, cada estado consolidava a sua centralização administrativa e aperfeiçoava as suas instituições, daí resultando a regularização das embaixadas, nas quais os aristocratas encontraram em tempos de paz, uma alternativa à carreira das armas; as coroas, por seu lado, acreditavam também reunir neles as características necessárias à sua boa representação, como a formação e estatuto sociais, formação académica, experiência militar e domínio de latim e francês.

As embaixadas tornaram-se mais permanentes e os seus mapas ampliados; algumas formulações teóricas aperfeiçoaram os estatutos dos diplomatas e tipologias de missões e categorias de enviados. A carreira diplomática não carecia de formação específica, sendo o recrutamento muito baseado na condição social, laços de fidelidade entre nobreza e coroa, habilitações jurídicas, experiência administrativa e militar. De Vestefália a Utreque, a diplomacia europeia iniciou a sua configuração profissional.

3. AS CARTAS DE FRANCISCO DE SOUSA PACHECO A D. LUÍS DA CUNHA

3.1. Os correspondentes: perfis sociais.

Francisco de Sousa Pacheco era o 2.º filho de Manuel de Sousa Pacheco e Maria da Rocha¹⁹⁹; o seu irmão, Filipe, natural de Lisboa, servira a casa real durante 13 anos, entre 1677 e 1691, ano da sua morte: segundo a relação de serviços e informação apurada por Isabel Cluny, fora primeiro soldado da 3.ª guarnição de Cascais e da Costa, e mais tarde, capitão-de-mar-e-guerra da fragata de S. Beneditino, havendo embarcado em 13 armadas e estado no Estreito, Saboia e Mazagão²⁰⁰. Deixou a Francisco uma tença de 380.000 cruzados²⁰¹.

Manuel de Sousa Pacheco fora 3.º governador pós-Restauração, como mestre de campo de infantaria, da Fortaleza de S. João Batista da Ilha Terceira²⁰², Açores, onde chegara em Março de 1642 na companhia do general António de Saldanha, (Saldanha regressaria a Lisboa em Junho seguinte, após adquirir cavalos para a organização de duas companhias que serviriam no continente a embarcar castelhanos numa nau inglesa com destino à Corunha²⁰³):

D. João faço saber aos que esta minha Carta Patente virem, que pela satisfação que tenho de Manuel de Sousa Pacheco, que em companhia de António de Saldanha veio à Ilha Terceira para ficar por governador dela e do Castelo de S. Filipe do Monte Brasil (...) de mestre de campo de infantaria como o fazia Sebastião de Vasconcelos (...) pelo que mando a António de Saldanha

¹⁹⁹ Arquivo Nacional Torre do Tombo, Mercês de D. Pedro II, livro 3, fólios 64v e 65.

²⁰⁰ (Cluny, 2002:86; 2003: 68)

²⁰¹ Na mercê de D. Pedro II referida anteriormente, lê-se que Filipe de Sousa Pacheco morrera solteiro e sem fazer testamento; neste sentido, também a Francisco passou a pertencer a «sucessão dos morgados de que o dito seu irmão era possuidor».

²⁰² O Castelo de S. João Batista da Ilha Terceira, Açores, terá sido edificado pelo governo de Castela nos anos 1590 e então denominado Castelo de S. Filipe do Monte Brasil; foi na sequência da insurreição portuguesa de 1640 e restaurado o domínio de Lisboa sobre a ilha, que se deu a renomeação da fortaleza (Araújo, 1979).

²⁰³ (Araújo, 1963: 115-116). A armada de António Saldanha chegara ao porto de Angra «três ou quatro dias» depois da partida para Lisboa do capitão-mor da Praia, Francisco de Ornelas da Câmara, que fora designado para levar ao monarca a notícia da rendição da Fortaleza; Saldanha trouxera uma expedição de 300 homens com o fim de colaborar na luta para a rendição do Castelo; a 16 de Junho partiria para Lisboa, entregando o governo do Castelo a Sousa Pacheco.

tenha e conheça ao dito Manuel de Sousa Pacheco por mestre de campo e lhe deixe servir e exercitar o dito cargo...²⁰⁴

Também nos *Anais da Ilha Terceira* de Francisco Ferreira Drummond (1796-1858) se encontra transcrito um *Atestado do governador do castelo a favor do tenente Sebastião Cardoso Machado*, enviado a D. João IV e assinado por Manuel de Sousa Pacheco, datado de Maio de 1643²⁰⁵.

Posteriormente, Sousa Pacheco seria ainda nomeado governador da Guarnição de Cascais, em 1648, como Mestre de Campo do Terço:

D. João IV faço saber aos que esta minha Carta Patente virem (...) na pessoa de Manuel de Sousa Pacheco, fidalgo da minha casa aos serviços que tem feito a esta Coroa no decurso de muitos anos (...) e estima muito proceder no Cargo de Governador do Castelo de S. João da Ilha Terceira e por confiar dele que em tudo o de que o encarregar me servira muito a meu contentamento e satisfação conforme a confiança e estimação que faço da sua pessoa, imitando aqueles de quem descende (...) fazer do cargo de Mestre de Campo do Terço que mando levantar para guarnição do Presidio de Cascais para que o sirva enquanto eu houver por bem e não mandar o contrario (...) Pelo que mando ao Governador das Armas do Presidio o tenha e conheça por mestre de campo do terço (...) e o dito Manuel de Sousa Pacheco jurará na forma costumada que cumprirá em tudo as obrigações do dito cargo (...) aos 17 dias do mês de Julho (...) de 1648.²⁰⁶

A origem social de Francisco de Sousa Pacheco na carreira da defesa poderá encontrar raízes ainda mais profundas do que a filiação, pois a *Crónica Geral do Brasil* de Alexandre Mello Moraes (1816-1882) refere que o governador de Pernambuco nomeado em 1615, na sequência da retirada de Gaspar de Sousa para a Baía no início desse ano, finda a conquista do Maranhão meses antes, dava pelo nome de Vasco de Sousa Pacheco:

Alexandre de Moura é nomeado governador de Pernambuco em 1610, e ali se conservou até 1613, época em que ali chegou Gaspar de Sousa, governador-geral do Estado do Brasil, com ordem de ficar em Pernambuco, a fim de organizar a expedição para a conquista do Maranhão, o que concluiu em 1614; e retirando-se então para a Baía no princípio do ano de 1615 deixou no governo de Pernambuco a Vasco de Sousa Pacheco.»²⁰⁷; «Gaspar de Sousa, governador-geral do

²⁰⁴ Registo Geral de Mercês, Mercês da Torre do Tombo, l. 15, f. 23.

²⁰⁵ (Drummond, 1856: 309)

²⁰⁶ RGM, MTT, l. 18, f. 78.

²⁰⁷ (Moraes, 1886: 208)

Estado do Brasil, retirando-se de Pernambuco para a Baía, nomeou capitão-mor e governador de Pernambuco a Vasco de Sousa Ano e Pacheco, subordinado ao governo-geral do Estado.»²⁰⁸; «Os monges beneditinos, que vieram de Portugal, fundaram em Olinda o seu mosteiro em 1616, sendo governador de Pernambuco Vasco de Sousa Ano e Pacheco, que foi rendido por João Pais Barreto, ultimo governador por nomeação do 3.º donatário Jorge de Albuquerque Coelho.»²⁰⁹.

Francisco de Sousa Pacheco foi nomeado como enviado extraordinário de Portugal nas Províncias Unidas em 1693, partindo para Haia (a apelidada «galeria dos segredos da Europa», pelo seu potencial de recetor e emissor de notícias de toda a Europa²¹⁰) no ano seguinte (a 12 de Setembro, de acordo com o que comenta com D. Luís da Cunha em Agosto de 1701: «sempre entendi que esta resolução me deitasse já daqui para fora, porém estas dúvidas de guerra ou paz nos farão ainda morar algum tempo e a 12 do mês que vem faz 8 anos que sai da minha casa.»²¹¹) e lá permanecendo até Setembro de 1709, data do seu falecimento²¹²: no final desse mês, D. Luís da Cunha escrevia num ofício ao então secretário de estado, Diogo de Mendonça Corte Real (secretário de estado entre 1707 e 1736²¹³), que Sousa Pacheco se encontrava «perigosamente enfermo»; nos inícios do mês seguinte, comunicou a morte do seu colega, dizendo «Foi Deus servido retirar do mundo a Francisco de Sousa Pacheco, no qual Sua Majestade perdeu um muito hábil e zeloso ministro.»²¹⁴.

Quatro anos antes, D. Luís da Cunha escrevia num ofício ao secretário de estado Roque Monteiro Paim (secretário de estado desde 1699, como interino nos impedimentos dos titulares do cargo²¹⁵), diante a previsão de um congresso de paz, possivelmente na Holanda, e dúvidas sobre a nomeação do respetivo plenipotenciário de Portugal, que

Sobre o meu particular, que se deduz também do público, tomo a liberdade de vos dizer que suspeitando que se aproxima o tempo de se tratar da paz, como conveniente, cuidará nosso amo em quem deverá ser plenipotenciário. O lugar do Congresso, o serviço e a capacidade darão e devem dar a Francisco de Sousa Pacheco todas as razões para se lhe não negar esta honra²¹⁶.

²⁰⁸ (Moraes, 1886: 216-217)

²⁰⁹ (Moraes, 1886: 219)

²¹⁰ (Black, 2002: 29)

²¹¹ Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos, Códice 6687//3, carta de 19 de Agosto de 1701.

²¹² Sucedeu-o João Gomes da Silva, 4.º conde de Tarouca.

²¹³ (Sampayo, 1925: 114)

²¹⁴ (Silva, 2001b: 49)

²¹⁵ (Sampayo, 1925: 114)

²¹⁶ (Silva, 2001b: 48)

Sousa Pacheco sucedeu no seu cargo Diogo de Mendonça Corte Real, que lá estivera desde 1691, também como enviado extraordinário; Corte Real serviria a partir de então em Madrid, Espanha, como enviado até 1703²¹⁷, quando as relações diplomáticas entre Portugal e Espanha são interrompidas, na sequência da adesão portuguesa à Grande Aliança e apoio ao candidato imperial ao trono espanhol. Segundo Rosalina Delgado, através da leitura das cartas de Cunha Brochado da edição crítica de António Dória, Sousa Pacheco chegou ainda a estar preconizado para residente ou enviado em Roma, quando já pelo menos quatro anos haviam decorrido da sua missão em Haia²¹⁸. Dele, disse David Francis (tendo-o caracterizado como zeloso), criticavam-lhe, na cidade do governo federal da república talassocrática, a complacência e os gastos de subsídios da liga em artigos militares menos uteis do que «magníficos»²¹⁹.

Durante a sua atividade diplomática nas Províncias Unidas, o enviado português cumpriu também duas missões extraordinárias: em 1698, a Viena, encarregado por D. Pedro II de apresentar uma satisfação a Leopoldo I pela fuga para Itália de Carlos José de Ligne, 2.º marquês de Arronches, embaixador de Portugal no Império, na sequência da acusação de homicídio de um conde polaco que caíra sobre si em Agosto de 1696²²⁰; em 1708, a Berlim,

²¹⁷ Ver a lista de representantes diplomáticos portugueses desde 1640 até 1834 publicada por Luís Teixeira de Sampayo (Sampayo, 1925: 95-106) ou a de Eduardo Brazão de 1640 a 1700 (Brasão, 1980: 191-210). Num ofício de 09 de Março de 1694, Sousa Pacheco noticia a partida de Corte Real de Haia (ANTT, Ministério dos Negócios Estrangeiros, L. 798, f. 1v).

²¹⁸ (Delgado, 2000: 77-78). Numa carta enviada ao confessor de D. Pedro II (o Padre Sebastião de Magalhães), em Outubro de 1698, Cunha Brochado dava conta de lhe haver sido comunicada a notícia da nomeação de Sousa Pacheco para residente de Roma e lembrava que esse ministro, embora fosse «bom cortesão», não era um letrado e que «Aquela Cúria é composta de letrados», que «todos os requerimentos e negócios ordinários têm raízes no direito» e que «todos os Embaixadores que vão a Roma desta Corte levam consigo um Doutor canonista» e, assim, «se El-Rei Nosso Senhor achasse um homem tão grande cortesão como se supõe Francisco de Sousa Pacheco, e tudo junto como o Sr. Simão de Sousa Magalhães, seria então a negociação de melhor efeito e de maior crédito». (Dória, 1944: 60-61): segundo António Dória, José Soares da Silva (*Gazeta em forma de carta*) disse de Sousa Pacheco, noticiando-lhe o falecimento em 1709, «perdeu El Rey um dos melhores ministros que tinha».

²¹⁹ (Francis, 1975: 67)

²²⁰ (Almeida, 2000). Sousa Pacheco recebeu o encargo desta missão em Abril de 1697, com a reserva, porém, de não abandonar o seu posto caso estivesse próxima a paz europeia da Guerra dos Nove Anos, pois poderia ali fazer falta. Os tratados da paz de Ryswick foram assinados em Setembro-Outubro e o enviado português partiu em Fevereiro seguinte; chegou a Viena em Abril e regressou a Haia em Junho desse ano.

para felicitar Frederico I da Prússia pela sua elevação a rei²²¹, sete anos antes, por auto coroação. Segundo Ana Leal Faria, uma vez que entre 1700 e 1703 «o tempo do governo português foi o da hesitação política entre a neutralidade que acabava por favorecer os interesses franceses e a adesão à Grande Aliança, resposta das potências marítimas para contrariar as tendências hegemónicas continentais» e porque «Portugal não poderia gozar de uma perfeita neutralidade sem reconhecer Frederico como rei», D. Pedro II acabaria por reconhecer o novo monarca em 1704²²².

Isabel Cluny notara também que Sousa Pacheco, ao contrário de José da Cunha Brochado e D. Luís da Cunha, não gozava de formação académica (como se pudera verificar pelas cartas de Cunha Brochado, coligidas por António Dória²²³) nem desempenhara quaisquer funções administrativas ou judiciais antes da sua nomeação para Haia como enviado extraordinário²²⁴; a investigadora fez também notar que novamente em oposição aos outros dois embaixadores, não se conhece deste enviado português nas Províncias Unidas qualquer reflexão teórica sobre diplomacia, formulada em trabalho específico, nem também, pode acrescentar-se, alguma produção escrita de memórias da sua atividade diplomática.

Todavia, nos quinze anos que durou a sua missão, entre correspondência remetida a outros embaixadores portugueses e à secretaria de estado do reino, Sousa Pacheco redigiu 2056 epístolas, entre as quais, 622 para D. Luís da Cunha. E nessa produção epistolar não deixou de registar factos do seu percurso profissional e pessoal, bem como indicadores da sua interpretação sobre os acontecimentos internacionais por si testemunhados, direta e indiretamente. Se a correspondência remetida à secretaria de estado assume uma natureza mais formal e, portanto, se aproxima mais do formato de relatório (ora de envio de notícias europeias, ora de prestação de contas do seu trabalho), a enviada a colegas de ofício (neste caso, D. Luís da Cunha) e não obstante enquadrarem-se inevitavelmente num âmbito semiprofissional (por serem cartas entre colegas de atividade e nas quais se atualizavam entre si, em matérias de resultados nas suas práticas como negociadores ao serviços do mesmo príncipe, e política internacional), apresenta um tom menos impessoal e institucional, com espaço para a partilha de experiências e considerações; na forma e conteúdo, essas cartas distanciam-se do formato de relatório (ofícios) e aproximam-se do de espólio pessoal, de

²²¹ (Faria, 2008: 250)

²²² (Faria, 2008b: 07)

²²³ Não obstante isto, dominava o castelhano, o francês e o latim, como o evidenciam cartas suas redigidas nestes idiomas, entre a correspondência com D. Luís da Cunha.

²²⁴ (Cluny, 2003: 64)

produto de sociabilidade. E, tratando-se de correspondência de interpares da diplomacia, as matérias nela versadas incluem o pensamento político e reflexões acerca da condição dos diplomatas, entre outras.

No decurso da investigação que conduz este trabalho e detetou esse conjunto de missivas, ficou a interrogação constante sobre o paradeiro do restante dessas cartas, uma vez que o conjunto em análise e que constitui o resultado da investigação (1700-1706) apurou um intervalo cronológico inferior ao da atividade profissional do enviado de Portugal nas Províncias Unidas antes do tratado de Utreque, isto é, de sete anos, seis depois de ter iniciado o seu trabalho em Haia, e três antes de a sua morte o interromper.

Isabel Cluny apurou também que Sousa Pacheco é referido como fidalgo da Casa de Sua Majestade numa mercê de D. João V, de 1709, em que lhe é concedida autorização para receber a capela a que renunciara Joana da Gloria, religiosa do convento de Castanheira²²⁵. O Convento pertencia à Ordem dos Frades Menores (Ordem de S. Francisco) e estava situado na vila da Castanheira do Ribatejo, freguesia de S. Bartolomeu da Castanheira (o concelho de Castanheira foi extinto em 1837 e integrado no de Vila Franca de Xira, sendo criada a freguesia de Castanheira do Ribatejo); foi extinto em Setembro de 1873, por morte da última religiosa professa²²⁶.

Esse alvará²²⁷ diz ainda que à morte de Sousa Pacheco, em 1709, o bem foi delegado a sua mulher, Clara Bernardina Francisca, e que esta, três anos depois, o passou ao filho de ambos, João Guilherme Manuel Pacheco, então menor de idade. Sousa Pacheco casou com Bernardina Francisca, princesa da Casa Nassau-Siegen e 8.ª filha do 3.º matrimónio de João Francisco Desiderato, católico, com a Baronesa Isabela Clara Eugénia Puget de la Serre²²⁸, em 1706, facto que noticia a D. Luís da Cunha em Agosto desse ano, quando ainda estava «ajustado a casar com uma canonisa filha do 3.º matrimónio dos Senhores Príncipes de Nassau Siegen»²²⁹; em Outubro seguinte responderia ao seu colega acreditado em Inglaterra que lhe remeteria, de acordo com o seu pedido, a árvore genealógica da canonisa da Casa

²²⁵ (Cluny, 2002: 86)

²²⁶ <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224415>. Na igreja estavam sepultados D. Fernando de Ataíde e sua mulher, D. Leonor de Noronha, responsáveis pela edificação do convento, instituído por bula papal em Agosto de 1520.

²²⁷ ANTT, Mercês de D. João V, l. 3, f. 126.

²²⁸ Ficam por apurar as ligações genealógicas desta baronesa a Jean Puget de la Serre, escritor francês seiscentista, autor do manual epistolar *Le Secrétaire de la Cour*, de 1631.

²²⁹ Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos Série Azul, Códice 177, carta de 31 de Agosto de 1706.

Nassau-Siegen: «Vejo também que me pedis a árvore da Família da minha hóspede, e assim tratarei de a haver para vo-la mandar, pois me quereis fazer o favor de a pôr nos vossos Livros»²³⁰.

D. Luís da Cunha nasceu em Lisboa em 1662, filho de D. António Álvares da Cunha, que foi Guarda-mor da Torre do Tombo, e D. Maria Manoel de Vilhena; segundo Joaquim Romero Magalhães, foi criado num «ambiente cortesão e de fidalguia com preocupações intelectuais»²³¹. Ingressou na Faculdade de Cânones da Universidade de Coimbra em 1678, concluindo o grau de licenciatura em 1685; foi magistrado na Relação do Porto logo no ano seguinte, sendo depois transferido para Lisboa, para a Casa da Suplicação.

D. Luís da Cunha foi nomeado enviado extraordinário de Portugal em Inglaterra por D. Pedro II, em 1695, e lá serviu entre 1697 e 1712; em 1713-15, conjuntamente com o conde de Tarouca, representou o reino nas negociações de Utreque (foi segundo plenipotenciário), que colocaram termo à Guerra da Sucessão de Espanha. Depois, representaria Portugal em Espanha (1718-1719), tentando que esta cumprisse o estipulado em Utreque relativamente à Colónia do Sacramento; mais tarde, em França, nas negociações de Cambrai (1719-1720), depois em Paris e passando por Bruxelas (1725-1728), Haia (1728-1736) e de novo Paris (1736-1749), onde faleceria.

Joaquim Romero Magalhães refere que, «como todos os representantes do rei de Portugal no estrangeiro», D. Luís da Cunha «fez a sua formação em serviço»: o próprio «confessa que de pouco lhe servira em Londres a prática anterior de despachar feitos na Casa da Suplicação», antes sendo «a observação em direto da grande política internacional que lhe dá o conhecimento do modo de funcionamento das relações entre as potências e dos interesses em jogo que regem a diplomacia»; foi «neste novo concerto das Nações de princípios do século XVIII» que «soube adquirir uma posição de relevo nas Cortes onde serviu e de respeito na Corte, em Lisboa.»²³².

Isabel Cluny menciona que, como enviado em Inglaterra, D. Luís da Cunha, perante instruções que o orientavam no sentido de afastar Portugal dos conflitos internacionais, «manifestou desde cedo a sua preocupação em alcançar um lugar de destaque, no contexto internacional, para a diplomacia portuguesa, evitando confundir neutralidade com ausência de protagonismo em política externa.»²³³. Segundo a investigadora, o enviado português, ao

²³⁰ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 12 de Outubro de 1706.

²³¹ (Magalhães, 2004: 655)

²³² (Magalhães, 2004: 656)

²³³ (Cluny, 2003: 60)

estudar a diplomacia, compreendia que em Portugal, além da fraca importância dada aos critérios de recrutamento dos embaixadores, também não era grande a exigência na sua formação; assim, tratou de conhecer os diferentes tratados políticos internacionais e recomendou essa prática nos seus trabalhos escritos para futuras gerações diplomáticas, pois, segundo ele, era «do correto entendimento dos tratados entre casas reinantes que dependia a atuação de um ministro enquanto diplomata.».

Questionado sobre o seu parecer relativamente à posição de Portugal face à sucessão de Espanha, D. Luís da Cunha começou por defender que o reino poucas vantagens retiraria duma aproximação à Grande Aliança, manifestando-se a favor de uma aliança com França, dado nomeadamente a amizade entre Portugal e esse reino no passado recente e o facto da possibilidade da junção das duas casas reinantes (França e Espanha) somar um poder político e militar enorme, mais a concessão imediata das barreiras, linhas de defesa da fronteira portuguesa, que a Grande Aliança só poderia oferecer se e quando vencesse a guerra²³⁴.

Segundo Isabel Cluny, o pretexto para a mudança de posição portuguesa no jogo político entre as potências europeias, passando de um apoio declarado à França (1701) para um «apoio velado e depois explícito à Inglaterra» (1703), seria a mutação da política externa de Luís XIV, ao deixar Guilherme III e apoiar Jaime III, contrariando o que se instituíra no tratado de Ryswick; seria a partir de 1702, com a morte de Guilherme e consequente entronização de Ana que começou a configurar-se a alteração do alinhamento político português.

A posição portuguesa de oposição aos interesses da Casa de Áustria seria repensada na sequência das alterações do xadrez político europeu e contrapostas apresentadas por Inglaterra a Portugal no sentido de o retirar da esfera de influência francesa e aproximá-lo dos interesses ingleses²³⁵.

Possivelmente, como diz ainda Isabel Cluny, os acontecimentos decorridos entre 1701 e 1703 terão contribuído para a mudança de opinião de D. Luís da Cunha em relação às alianças, pois, como Cunha Brochado, terá sido posto perante a evidência da força da Grande Aliança; o ataque bem-sucedido dos ingleses a Cádiz, a falta de resposta da França às pretensões de D. Pedro e a atuação exímia da diplomacia inglesa em Portugal, que se apressou a garantir a segurança do Brasil, a posse de Sacramento e prometer a salvaguarda das

²³⁴ (Cluny, 2003: 61)

²³⁵ (Cluny, 1999: 69)

barreiras continentais²³⁶ poderão ter influído na alteração da posição do diplomata português nesta questão.

D. Luis da Cunha passou a defender que o equilíbrio de poderes europeu passava pelo enfraquecimento da França e a considerar que naquela altura a Portugal apenas interessava a neutralidade ou aproximação às potências marítimas; o embaixador português, «conjugando os ensinamentos sobre diplomacia, aprendidos ao serviço em Londres, com as necessidades de um pequeno país como Portugal, representou de forma exemplar a política joanina para a Europa, sem esquecer os problemas do Império.». A política de neutralidade traçada pelo governo de D. João V seria várias vezes assegurada pela competência daquele seu representante em cortes estrangeiras; o diplomata «deu um precioso contributo para a definição da política externa portuguesa ao enviar informações precisas e constantes sobre o que então se passava nas cortes europeias e questões coloniais, quer a oriente quer a ocidente.»²³⁷.

Alguns dos elementos biográficos de Sousa Pacheco recordados e divulgados neste trabalho permitem avançar hipóteses de trabalho da problemática levantada por Pedro Cardim, Nuno Monteiro e David Felismino²³⁸ e Ana Leal Faria²³⁹: a caracterização do recrutamento dos diplomatas portugueses do Antigo Regime; o seu «perfil sociológico e trajetórias»²⁴⁰ e também o seu «perfil intelectual»²⁴¹. Isabel Cluny, em 2002, antes de no ano seguinte informar que Sousa Pacheco não gozava de formação académica nem desempenhara funções administrativas ou judiciais antes da sua nomeação para Haia como enviado extraordinário, chamara já a atenção para o facto de dois anos antes (em 1691) ele ter recebido a herança de 380.000 cruzados da parte de seu irmão, o que, segundo a investigadora, «não deixa de ser interessante, já que parece ter tido influencia na sua nomeação os meios económicos de que passou a dispor.»²⁴².

De acordo com Cardim et al, a categoria de «enviado» incluía-se num plano de «segunda ordem» na hierarquia dos representantes diplomáticos; segundo os autores, o numero deste tipo de servidores foi bastante mais numeroso do que os classificados de «primeira ordem», os embaixadores. Além disso, exerciam por vezes funções no mesmo

²³⁶ (Cluny, 2003: 63)

²³⁷ (Cluny, 1999: 73-74)

²³⁸ (Cardim et al, 2005)

²³⁹ (Faria, 2007)

²⁴⁰ (Cardim et al, 2005)

²⁴¹ (Faria, 2007)

²⁴² (Cluny, 2002: 86)

espaço político e em simultâneo com aqueles, gozando, no entanto, duma capacidade decisória obviamente inferior; os enviados eram habitualmente incumbidos de missões de carácter mais técnico ou sigiloso²⁴³.

Quanto à caracterização da população diplomática portuguesa das Províncias Unidas a partir das conjunturas mais próximas da Guerra da Sucessão de Espanha, estas distinguem-se por, a partir de 1669, os representantes oficiais do reino serem, principalmente, negociantes de origem portuguesa estabelecidos nos entrepostos marítimos da república: a família Nunes da Costa. Nesse sentido, os autores consideram que a representação portuguesa em Haia (capital governativa do estado) foi, no geral, pouco seleta, incluindo muitos homens de negócios ou figuras ligadas aos circuitos mercantis, observando-se também um número elevado de missões secretas, enviaturas lideradas por clérigos em missão oficiosa e até por dignitários de origem judaica; por outro lado, também se notou a presença de alguns letrados (António de Sousa Macedo, por exemplo), mas, por fim, de notar a fraca presença de elementos da primeira nobreza²⁴⁴. A república do norte da Europa, a par do Império Habsburgo, encontra-se, segundo aqueles investigadores, num «terceiro nível de representação diplomática»: «a «presença de enviados com o estatuto de embaixador é bem menor, configurando, assim, uma representação muito menos seleta tanto em termos do “carácter” do enviado quanto no que toca à qualidade do nascimento dos diplomatas.»²⁴⁵

Neste trabalho, tendo-se produzido uma sùmula da árvore genealógica conhecida de Sousa Pacheco, pôde-se caracterizar a origem social do diplomata português. Manuel de Sousa Pacheco, mestre de campo, participou na consolidação da tomada do Castelo do Monte Brasil a Castela, e ainda na administração do presídio de Cascais; Vasco de Sousa Pacheco, cuja paternidade do anterior fica, todavia, por confirmar, fora nomeado governador de Pernambuco, conforme Alexandre Mello Moraes informara na sua *Crónica Geral do Brasil*, na sequência do fim da conquista portuguesa do Maranhão e conseqüente retirada de Gaspar de Sousa para a Baía no início de 1615 (Sousa iniciara o governo da capitania de Pernambuco em 1613).

D. Luís da Cunha foi uma das figuras da diplomacia portuguesa que experimentou uma ascensão no percurso da carreira diplomática: em Inglaterra, de enviado extraordinário, em 1696, a embaixador em 1715 (na então Grã-Bretanha); nas palavras de Ana Leal Faria, a

²⁴³ (Cardim et al, 2005: 288)

²⁴⁴ (Cardim et al, 2005: 300-301)

²⁴⁵ (Cardim et al, 2005: 308)

imagem que legou foi a de um «profissional da diplomacia a tempo inteiro (1697-1749)»²⁴⁶. É a partir de 1669 que se inicia a afirmação da Inglaterra como parceiro diplomático principal da coroa portuguesa; entre esse ano e 1750, segundo Cardim et al, essa relação traduziu-se em mais de 20% do total do «esforço diplomático lusitano»: questões comerciais, dinásticas (reconhecimento de Guilherme III – 1690), negociações relacionadas com a crise sucessória de Espanha (tratados de Methuen), articulação com a nova dinastia dos Hanôver e procura de apoio inglês para travar as pretensões hegemónicas francesas no Amazonas e Maranhão²⁴⁷.

Francisco de Sousa Pacheco e D. Luís da Cunha constituem exemplos diferentes de recrutamento para dar vida ao corpo da diplomacia portuguesa. Sousa Pacheco, um «bom cortesão», nas palavras de Cunha Brochado, filho, neto e irmão de militares e herdeiro, à véspera da sua nomeação para Haia, onde, ao mesmo tempo, o «cerimonial relativamente apagado não exigia representação de alto nível»²⁴⁸ mas a abastança material potenciava a discriminação positiva, de uma significativa tença; D. Luís, com formação em leis e experiência na magistratura, com uma origem social conceituada, apesar de excluída da nobreza titulada, devido às funções exercidas pelo seu pai junto do rei e todo o contexto familiar²⁴⁹.

Num momento de enorme importância política europeia, as duas figuras nomeadas para cidades tão influentes no desenvolvimento das relações internacionais do continente, parecem evidenciar perfis tão diferentes como o eram as próprias cortes/assembleias nas quais serviram o seu reino; duas personalidades com percursos distintos entre si, pessoal, social e profissionalmente, adequados aos espaços sociais e políticos que foram habitar, conduziram ambos as suas missões intensamente, ao longo de vários anos, com uma atividade influente nas negociações a favor do governo de Lisboa, da qual colecionaram malogros e sucessos, perpetuados nomeadamente numa produção epistolar amplíssima.

Dessa produção, que não deixa de respeitar um modelo comum, na forma e no conteúdo, Sousa Pacheco deu conta de uma mundividência e experiências particulares: partilhou impressões suas acerca de assuntos diplomáticos europeus, descreveu parte do seu quotidiano e facultou elementos que permitem conhecer melhor o trânsito da informação diplomática portuguesa; tudo isso será visto de seguida.

²⁴⁶ (Faria, 2007: 353)

²⁴⁷ (Cardim et al, 2005: 294-295)

²⁴⁸ (Cluny, 2003: 55)

²⁴⁹ (Cluny, 2003: 56)

3.2. A correspondência de Francisco de Sousa Pacheco: alguns traços gerais e aspetos do quotidiano.

As cartas que Sousa Pacheco escreveu a D. Luis da Cunha são na generalidade breves e frequentes, isto é, com intervalos temporais curtos entre si; na forma, estruturam-se numa tripartição simples de saudação, narração e despedida (excluem um exórdio, petição e até uma conclusão propriamente ditos, como nas convenções de muitos retóricos; nesse aspeto, mais se aproximavam, assim, dos ditames de Rodrigues Lobo, de evitar os rodeios, enfeites, epítetos e repetições²⁵⁰); no estilo, simples, mas não isentas de vivacidade, como já haviam recomendado Erasmo e Justo Lísio no século XVI²⁵¹. O próprio Montaigne, segundo João Lisboa e Tiago Miranda, possuía na sua coleção de livros de cartas impressas, as de Annibale Caro, por apreciar a sua «expressão relativamente livre e graciosa do eruditíssimo tradutor da *Eneida*»²⁵².

A fórmula de saudação alterna entre «Meu amigo e meu senhor», «Meu amigo do meu coração» ou apenas «Meu amigo»; neste ponto cabe lembrar o que disse Luís Teixeira de Sampayo acerca da etiqueta na correspondência diplomática, embora referindo-se a documentos de comunicação oficial, institucional: as fórmulas não devem ser interpretadas de maneira excessiva e, portanto, não lhes serem atribuída uma importância exagerada; «este preceito é extensível a certa dose de amabilidade e de protestos de sentimentos amigáveis que aparecem na correspondência diplomática»²⁵³.

As cartas trocadas entre diplomatas não ignoravam a formatação cerimoniosa que caracterizava os documentos remetidos à corte, ao seu príncipe; estes *honnêtes hommes* partilhavam na sua sociabilidade escrita tanto modelos formalistas provindos da sua natureza de elite social como de elite política. Há um sincretismo, uma simbiose entre, mais do que estilos, formatos nas cartas de inter pares da «civilização da diplomacia»²⁵⁴: por um lado, aproximam-se do modelo de «cartas familiares» pela sua simplicidade, brevidade e clareza (sem, todavia, descuidar o requinte), ingredientes louvados pelos humanistas de Quinhentos (que condenavam também a cerimônia, o artifício elogioso, caracterizáveis como pedantismo, além da própria bajulação); por outro, do de «cartas de secretário», que se afirmam com a

²⁵⁰ (Lisboa e Miranda, 2011: 368)

²⁵¹ (Lisboa e Miranda, 2011: 369)

²⁵² (Lisboa e Miranda, 2011: 370)

²⁵³ (Sampayo, 1925: 27)

²⁵⁴ (Bély, 1990: 322)

complexificação e alargamento dos espaços de corte, quando, no próprio século XVI a norma passa a ditar que os preceitos de comportamento e etiqueta se tornem cada vez mais sofisticados e exigentes, além da «crescente demanda de modelos para guiar a atividade burocrática de um novo exército de oficiais e escreventes com poucos recursos linguísticos»²⁵⁵.

As «cartas familiares» dão lugar às «cartas de homem de corte» na mundividência cortesã e à medida que se avança no século XVII, ganham importância as variáveis do «artifício» e «aparência»; A *Corte na Aldeia* encontra-se a meio caminho «entre a nova missiva retórica dos humanistas e o auge dos manuais de epistolografia usualmente chamados «barrocos.»²⁵⁶. As cartas de Sousa Pacheco são, com efeito, simples no estilo, isentas de complexas metáforas e belas imagens, e também na linguagem, sem termos requintados e conceitos sofisticados; incluem também, contudo, aquela combinação de louvores e elogios («Meu amigo e meu senhor. Recebo agora uma carta vossa, e estimo sempre este favor das vossas notícias, porque as desejo muito repetidas e de que lograis a mais perfeita disposição»²⁵⁷. Trata-se do parágrafo de saudação modelo de Sousa Pacheco, que se repete carta após carta, variando mais ou menos nas palavras e sua ordenação, não na mensagem) cara a Cândido Lusitano, autor de *O Secretário Português* (1.^a edição em 1745), para quem a opinião e cumplicidade do destinatário da carta deveria e poderia assim ser conquistado.

Afinal, segundo Luís Teixeira de Sampayo, «o velho estilo diplomático português era, no século XVII, geralmente isento de gongorismos, redundâncias e prolixidades. D. Luís da Cunha escrevia numa linguagem simples, clara, muito minuciosa. Duarte Ribeiro de Macedo punha de parte todos os artifícios literários nas suas notas e ofícios.»²⁵⁸; por outro lado, ainda de acordo com o autor sobre a correspondência familiar de diplomatas, «raras vezes estas cartas abandonavam o tom cerimonioso e reverente da correspondência oficial»; «muitas das cartas particulares dos diplomatas do século XVIII mal se distinguiam dos ofícios por outra coisa que não seja a fórmula do princípio e final.»²⁵⁹.

Na saudação das cartas de Sousa Pacheco, o autor acusa receção de carta enviada pelo seu par quando se dá o caso e expressa votos de boa saúde; quando a doença afetava um

²⁵⁵ (Lisboa e Miranda, 2011: 371): «Desde meados do século, a melhor forma de escrever cartas inspirava conselhos nos livros de «cortesias», nas artes de «boa conversação» e em pequenas memórias ou apontamentos que os homens de letras trocavam entre si».

²⁵⁶ (Lisboa e Miranda, 2011: 372)

²⁵⁷ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 26 de Janeiro de 1703.

²⁵⁸ (Sampayo, 1925: 47)

²⁵⁹ (Sampayo, 1925: 44)

ou ambos, são mais ou menos pormenorizadas as ocorrências e sugestões de cura, num acompanhamento regular ao longo das cartas seguintes. Há queixas recorrentes de ambas as partes relativamente a problemas de catarro, dores de garganta, febres e outros problemas associados a gripes; também os conhecidos achaques de D. Luís da Cunha e queixas sobre o clima do norte da Europa, bem como ocasionais referências a sangrias da parte do enviado português nas Províncias Unidas, que também sucede mencionar sofrer de pontadas no coração. Também são registadas observações sobre médicos e remédios, nomeadamente da parte de Sousa Pacheco, as sangrias de que por vezes era alvo.

Frequentemente, também, o correspondente português ao serviço nas Províncias Unidas anuncia uma carta particularmente breve ou desculpa-se por um subjetivo atraso na sua resposta, justificando-se com a falta de tempo disponível para nela se alongar (ou responder a uma carta) devido a ter pendente execução de correspondência para Lisboa, à qual deve ser dada prioridade: «Ainda que me acho com pouco tempo para escrever-vos com a posta de Lisboa, não quero deixar de mostrar-vos que nada me embaraça o gosto de procurar as vossas notícias»²⁶⁰; as cartas mais breves de Sousa Pacheco são, habitualmente, iniciadas com este exórdio. Não raras vezes, igualmente e por outro lado, sucede queixar-se de falta de notícias da parte do seu colega, ora com maior discrição e subtileza («Meu amigo e meu senhor. Largos tempos há que não temos novas dessa corte e eu desejo muito as vossas para saber se lograis a perfeita saúde que vos desejo, o que estimarei seja e me possais dizer estais livre de todo o achaque.»²⁶¹), ora mais frontal e mordazmente («Pareces-me um pouco preguiçoso porque me não dizeis o que foi feito da armada dessa nação»²⁶²).

A narração, nas cartas do diplomata, traduzia-se principalmente na transmissão de notícias políticas e militares europeias que acompanhava pela leitura de gazetas e duma rede de sociabilidade epistolar internacional que construía – Sousa Pacheco não se correspondia apenas com Diogo de Mendonça Corte Real e José da Cunha Brochado, de quem ou a partir de quem remetia novas a D. Luís da Cunha, identificando a fonte da notícia. O enviado português nas Províncias Unidas mantinha contactos com diferentes cidades europeias, das quais dá conta de lhe serem enviadas cartas, nomeadamente Bruxelas, Viena e Hamburgo, onde a família de cristãos-novos Nunes da Costa servia Portugal sob o título de agente desde 1644: Duarte Nunes da Costa, mercador cristão-novo lisboeta que se retirou de Portugal, em fuga da Inquisição, cerca de 1609; depois de anos passados em Espanha e Itália, fixou-se, em

²⁶⁰ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 30 de Janeiro de 1703.

²⁶¹ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 16 de Janeiro de 1703.

²⁶² BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 05 de Agosto de 1701.

1626, em Hamburgo, onde e até 1640 importou significativas quantidades de açúcar brasileiro e outros bens a partir de Lisboa e se envolveu também nas trocas internacionais de munições. Na sequência da Restauração portuguesa, Nunes da Costa assumiu-se como um defensor ativo da causa brigantina entre a comunidade judaica portuguesa estabelecida na Europa do Norte; assegurou a chegada de munições e mantimentos navais a Lisboa e envolveu-se nas tentativas de resgate de D. Duarte, infante de Portugal²⁶³. Nunes da Costa foi nomeado cavaleiro da Casa Real portuguesa em 1641 e agente de Portugal em Hamburgo três anos depois²⁶⁴.

Ana Leal Faria notou que a família Nunes da Costa, sedeadada em Hamburgo e Amesterdão, forneceu, através de três gerações, cinco agentes ao serviço da coroa portuguesa; representou um apoio fundamental à diplomacia do reino através de informações prestadas e empréstimos e adiantamentos financeiros sem os quais, em tempo de guerra, teria sido impossível contratar tropas e, ainda, em tempos de paz, sustentar as embaixadas e pagar as mesadas de residentes e enviados²⁶⁵.

O levantamento de representantes diplomáticos portugueses de Luís Teixeira de Sampayo refere que à morte de Duarte Nunes da Costa, em 1664, ter-lhe-á sucedido no cargo o seu filho Manuel, até 1670, após o que se regista um hiato até 1790²⁶⁶ na representação portuguesa em Hamburgo e cidades hanseáticas; poderá o irmão mais novo do último, de nome Jorge²⁶⁷, ter-lhe sucedido. O mais velho dos irmãos, Jerónimo, enviado pelo pai para Amesterdão em 1642, a pedido dos negócios estrangeiros portugueses, serviu Portugal nas Províncias Unidas como secretário, agente e encarregado de negócios, entre 1643 e 1697²⁶⁸, imediatamente sucedido por seu filho mais velho, Alexandre e este, em 1712, por seu irmão, Álvaro²⁶⁹. Jonathan Israel conta também que um primo de Jerónimo, Duarte Rodrigues Lamego (filho da irmã mais nova de Duarte, portanto seu tio), próspero mercador cripto-judeu de Ruão, reencaminhava informação sobre a corte francesa à rede diplomática portuguesa, bem como aos seus parentes em Hamburgo e Províncias Unidas²⁷⁰, o que poderá explicar a utilização de Sousa Pacheco em inúmeras cartas suas da expressão «cartas de França», em

²⁶³ Irmão mais novo de D. João IV, feito cativo pelo imperador Fernando III, a quem servia na Guerra dos Trinta Anos desde 1634, instigado por Filipe IV de Espanha.

²⁶⁴ (Israel, 1983: 168)

²⁶⁵ (Faria, 2007: 351)

²⁶⁶ (Sampayo, 1925: 102)

²⁶⁷ (Israel, 1983: 173)

²⁶⁸ (Sampayo, 1925: 102)

²⁶⁹ (Israel, 1983: 190)

²⁷⁰ (Israel, 1983: 176)

distinção de «cartas de José da Cunha» (referindo-se a Brochado), ao identificar a fonte geográfica de notícias recebidas por si e que passava a D. Luís da Cunha.

Os Rodrigues de Lamego eram, segundo Cardim et al, eram uma das mais proeminentes famílias de mercadores de Ruão²⁷¹; de acordo com os autores e citando James Boyjian, tratavam-se de um dos ramos da grande casa mercantil de Rodrigues de Lisboa, tendo negócios de açúcar e escravos e investindo também na carreira da Índia. Os investigadores do projeto *Optima Pars* lembram que a escolha de negociantes de origem portuguesa estabelecidos em praças marítimas, como os Nunes da Costa e Rodrigues de Lamego, por parte da respetiva coroa para povoarem as suas fileiras diplomáticas, resultava para a mesma em imensas vantagens, entre as quais a poupança de recursos materiais, mas também o aproveitamento dos contactos comerciais e políticos de tais famílias²⁷².

Cardim et al incluem os «agentes» num grupo de chamada terceira ordem da hierarquia de pessoal diplomático, a par dos «residentes», «ministros» (sem carácter) e «encarregados de negócios»; os «agentes» constituíam, informam os autores, «uma representação marcadamente ligada à resolução de assuntos pontuais, nalguns casos até de contornos sigiloso.».

As cartas de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha acrescentam um nome à lista dos Nunes da Costa ao serviço dos portugueses nas grandes cidades europeias: José Nunes da Costa operava em Inglaterra e foi intermediário entre os dois enviados portugueses na transação de bens; por duas vezes é referido, como trabalhando com Alexandre Nunes da Costa, que em Amesterdão recebia as encomendas que dele recebia para Sousa Pacheco, via D. Luís da Cunha, e de lá enviava o que no sentido inverso lhe fosse solicitado. O mercador apenas é mencionado em cartas do início de 1703: «Aqui vos remeto essa assinatura para José Nunes da Costa pagar o conteúdo da memória que se fizeram com as minhas encomendas, as quais vos torno a agradecer e pedir perdão pelo trabalho que tiveste com elas...»²⁷³; «Estimo muito que esse mercador vos tenha pagado já as despesas das minhas encomendas e numa destas postas vos remeti uma letra da mesma quantia, para que não houvesse dúvida na satisfação; e assim me fareis mercê mandá-la entregar ao mesmo mercador, para que a torne a remeter a Alexandre Nunes da Costa, em Amesterdão.»²⁷⁴. Não tendo sido identificado, no decurso da investigação que conduziu o presente trabalho, o usufruto do título de agente a

²⁷¹ (Cardim et al, 2005: 311-312)

²⁷² (Cardim et al, 2005: 312)

²⁷³ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 16 de Janeiro de 1703.

²⁷⁴ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 19 de Janeiro de 1703.

José Nunes da Costa, fica por concluir se o universo de agentes portugueses dessa família de mercadores cristãos-novos é, definitivamente, cinco, segundo o levantamento de Ana Leal Faria ou completado para a meia dúzia, com aquele mercador a operar em Londres.

A correspondência de Hamburgo recebida por Sousa Pacheco dava principalmente conta de notícias sobre a Grande Guerra do Norte (1700-1721)²⁷⁵, cuja assinatura do tratado de paz de Travendal e precoce retirada da Dinamarca da guerra em Agosto de 1700²⁷⁶, Sousa Pacheco reproduz a D. Luís da Cunha e refere aquele tratado como «Paz do Norte»²⁷⁷. Naquele mês, Sousa Pacheco acompanha e transmite ao enviado português em Inglaterra a evolução dos confrontos entre a Suécia e a Dinamarca, desde o bombardeamento da armada dinamarquesa pelas esquadras de Inglaterra e Suécia²⁷⁸ às difíceis negociações de paz devido a «proposições tão exorbitantes» feitas à Dinamarca pelos «aliados do Duque de Holstein»²⁷⁹, o anunciado desembarque dos suecos na Zelândia²⁸⁰ e sua efetivação (com a subsequente ameaça sueca sobre Copenhaga e rendição de Frederico III da Dinamarca, mais a sua devolução de Holstein-Gottorp ao duque Frederico IV²⁸¹) e acordos sobre as indemnizações exigidas por este, que atrasavam a conclusão do acordo²⁸².

Naquela última carta, de 17 de Agosto, Sousa Pacheco prognosticaria ainda o «mal ao repouso público» inglês que a morte do jovem príncipe Guilherme, duque de Gloucester, faria e as «tantas medidas» que em consequência disso aquela «nação» tomaria. Com efeito, em 1701 o parlamento inglês aprovou a Lei de Estabelecimento, que colocava o trono de Inglaterra na casa de Hanôver, protestante, após a morte de Ana (1714), cunhada de Guilherme de Orange, que herdou a coroa em 1702, por aquele não haver gerado descendência (assim instituído pela Declaração dos Direitos de 1689)²⁸³; Ana era a única herdeira protestante na linha de sucessão estabelecida pela Declaração e perante o infortúnio da sua descendência, o parlamento socorreu-se daquele mecanismo para evitar o regresso de um católico ao trono inglês.

²⁷⁵ (Black, 2002: 107-125)

²⁷⁶ (Black, 2002: 108)

²⁷⁷ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 20 de Agosto de 1700.

²⁷⁸ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 03 de Agosto de 1700.

²⁷⁹ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 10 de Agosto de 1700.

²⁸⁰ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 13 de Agosto de 1700.

²⁸¹ (Black, 2002: 108)

²⁸² BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 17 de Agosto de 1700.

²⁸³ (Floristan Imizciz, 2002: 474)

A Grande Guerra do Norte é um tema que Sousa Pacheco não deixa de acompanhar e registrar na sua epistolografia e sobre ele acusa também receção de notícias providas da Polónia²⁸⁴ e Livónia; a 03 de Setembro daquele ano de 1700 informava D. Luís da Cunha que possuía uma cópia do tratado de paz de Travendal, mas «tão mal traduzido», «em Latim tirado do Alemão», que não lho enviava ainda, pois «sendo grande», parecia-lhe «não merecer o porte» que se pagava por ele²⁸⁵. A 07 daquele mês dava conta de uma conferência que o embaixador russo tivera nos Estados Gerais na véspera, do qual classificara as causas que apresentara do seu príncipe contra a Suécia como «pretextos ridículos», dos quais o Czar queria reparação por parte da outra potência, ameaçando ele ter «30 mil moscovitas» com «ordem para marchar».

Esta análise de Sousa Pacheco pode acrescentar-se, no plano da representação, ao trabalho de João Miranda sobre as relações diplomáticas entre Portugal e a Rússia na época de Pedro o Grande, pois o autor, no seu apêndice documental, apenas identifica as cartas de Sousa Pacheco coligidas nos códices incluídos no catálogo da BACL: Sousa Pacheco considera as alegações do embaixador russo nas Províncias Unidas como «buscar querelas para ajudar o rei da Polónia» e que aquela era «uma maneira muito moscovita ou bárbara» de negociar²⁸⁶; mais tarde, em 1705, partilharia com D. Luís da Cunha, na sequência das suas repetidas conferências com o grande pensionário das Províncias Unidas, que sentia os Estados Gerais darem aos Portugueses o mesmo tratamento que «aos Moscovitas»²⁸⁷; ainda, em Outubro do mesmo ano repetiria este seu juízo, tornando a referir-se a uma audiência do embaixador russo com os Estados Gerais: «O Embaixador de Moscóvia, numa conferência que pediu aos Estados lhes disse da parte do Czar haver declarado guerra a Suécia, depois de outras declarações conhecidas e esta mostra bem a barbaridade da nação.»²⁸⁸.

No trabalho de João Miranda é possível ler o relato que Sousa Pacheco fez à sua corte da visita de Pedro o Grande às Províncias Unidas em Setembro e Outubro de 1697, através da transcrição de oito ofícios enviados à secretaria de estado²⁸⁹; no informe de 28 de Outubro daquele ano, o enviado português dava conta a Lisboa de que a embaixada russa deixava Haia «pouco satisfeita da sua negociação, porque sendo a causa desta embaixada o

²⁸⁴ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 20 de Agosto de 1700.

²⁸⁵ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 03 de Setembro de 1700.

²⁸⁶ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 07 de Setembro de 1700.

²⁸⁷ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 28 de Julho de 1705.

²⁸⁸ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 08 de Outubro de 1700.

²⁸⁹ (Miranda, 1998: Apêndice Documental II – Fontes Transcritas: 41-46)

alcançarem socorros de dinheiro e munições para continuarem a guerra contra o Turco, estes Estados não lhes acordaram nada do que expuseram.»²⁹⁰.

Nas cartas que Sousa Pacheco escreveu ao seu par em Londres, dedicou-se ao envio de notícias acerca da política e guerras europeias (as revoltas húngaras no Império são outro tema que seguiu e reportou a D. Luís, por exemplo), que acompanhava pela leitura de gazetas e correspondência com outros diplomatas portugueses e estrangeiros (nomeadamente os enviados de Inglaterra e Império nas Províncias Unidas), mas também da sua própria rotina profissional e social (as audiências no Estados Gerais, mas também as reuniões conduzidas na sua residência com os outros ministros ao serviço em Haia.); ademais, comenta o que reproduz, disserta sobre a sua atividade profissional, disserta sobre as relações internacionais na Europa e critica a política externa portuguesa e a relação entre a secretaria de estado e as embaixadas de Portugal.

Mas as cartas de Sousa Pacheco potenciam igualmente a introdução de temas no estudo da diplomacia a partir das propostas de Robyn Adams e Rosanna Cox, da extensão do conceito de embaixada, a que se poderia talvez chamar força política residente noutro estado ou dinâmicas internacionais (processos de contacto entre forças políticas que habitavam diferentes estados) de reforço da presença conceptual de Portugal na família de estados da Europa; a rede epistolar concebida por Sousa Pacheco, afinal, ultrapassava o convencional âmbito das legações, no caso, Madrid, Paris, Haia, Londres e Barcelona (D. João de Almeida Portugal, 2.º conde de Assumar, foi representante do reino na Catalunha entre 1705 e 1707²⁹¹; dele, Sousa Pacheco acusa a D. Luís da Cunha a receção de quatro cartas²⁹², três das quais lhe remeteu) – a inclusão de Hamburgo, Amesterdão, Roterdão e Bruxelas, nomeadamente, no circuito da correspondência de Sousa Pacheco alargava o domínio da informação europeia que chegava a Portugal através de vias diferentes, ora por ele mesmo, Sousa Pacheco, ora como novidade ou repetição, outros ministros portugueses ao serviço no estrangeiro, por sua vez já recebido notícias do enviado nas Províncias Unidas. A expansão da rede de comunicações de Portugal na Europa igualmente dilatava as fronteiras da quantidade da informação chegada ao reino e, inversamente, exportava a sua presença nominal na sociedade europeia.

Neste aspeto, faz sentido lembrar a relevância da família Nunes da Costa e sua presença em importantes cidades europeias e com quem Sousa Pacheco não deixou de manter

²⁹⁰ (Miranda, 1998: Apêndice Documental II – Fontes Transcritas: 45)

²⁹¹ (Faria, 2008: 190)

²⁹² BACL, MSA, Cód. 177, cartas de 11 de Maio, 20 e 27 de Julho e 19 de Novembro de 1706.

uma atividade de contacto regular, para expedição de correio e encomendas por parte do mercador cristão-novo, Alexandre, por solicitação do outro, além de ser um mais um veículo habitual de transporte de informação para o enviado português (em Setembro de 1704 o mercador informava Sousa Pacheco, por carta, da chegada de um navio português a Roterdão, com cartas de 26 do mês anterior e paradeiro das frotas da Baía e Rio de Janeiro²⁹³); o agente de Portugal nas Províncias Unidas, residindo em Amesterdão (possivelmente na luxuosa casa que fora do seu pai e onde este, segundo Ana Leal Faria, hospedara diplomatas de passagem pela cidade²⁹⁴), pressionava o almirantado da república em coordenação com o enviado português, em sua representação junto da armada holandesa, sobre questões de ritmo da largada das embarcações daqueles portos do norte da Europa em contexto de atividades relacionadas com as operações da Liga²⁹⁵. Mas não só. Alexandre Nunes da Costa foi também um peão importante no processo de mobilização de recursos humanos no circuito diplomático português, também em coordenação com Sousa Pacheco: dado o corte de relações diplomáticas entre Portugal e a França na sequência do alinhamento de Lisboa pelo eixo Haia-Viena-Londres em Maio de 1703, a legação portuguesa no reino de Luís XIV, desintegrou-se (Cunha Brochado recebia a 11 de Junho desse ano notícias vindas de Portugal sobre a conclusão formal da mudança estratégica portuguesa nas opções de alianças externas²⁹⁶); desativada esta missão, o pessoal da mesma carecia de nova sustentação profissional, uma nova geografia não só para o ministro, mas para todo o resto do corpo diplomático, cuja orgânica ultrapassava a figura do negociador, que só acabaria, de resto, por abandonar a França em Maio do ano subsequente²⁹⁷. Ora, no diálogo epistolar entre Sousa Pacheco e D. Luís é dada conta da migração do cozinheiro de Cunha Brochado para Londres de modo a servir o enviado português em Inglaterra, para quem Sousa Pacheco obteve passaporte²⁹⁸; nessa viagem, o servente do ministro de Portugal em França passou pelas residências de Sousa Pacheco (que lhe facultou dinheiro para a passagem²⁹⁹) e Nunes da Costa, onde, adoecendo, ficou aos seus cuidados (o mercador pagou as despesas médicas e enviou a

²⁹³ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 04 de Setembro de 1704.

²⁹⁴ (Faria, 2005: 179)

²⁹⁵ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 05 de Outubro de 1704.

²⁹⁶ (Peres, 1931: 154)

²⁹⁷ (Peres, 1931: 168)

²⁹⁸ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 31 de Agosto de 1703.

²⁹⁹ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 11 de Setembro de 1703.

relação a Sousa Pacheco, que por sua vez, a reencaminhou para D. Luís), antes de partir para o seu destino final, no qual estaria nos inícios de Outubro³⁰⁰.

Também a itinerância, posteriormente, de Cunha Brochado, é testemunhada neste legado epistolar e adotaria percurso semelhante: de Paris a Roterdão³⁰¹, desta a Haia³⁰², daqui a Amesterdão³⁰³, desta a Roterdão³⁰⁴ e, finalmente, Londres (partida a 18 de Agosto³⁰⁵), donde regressaria a Lisboa não antes de 1706, pois em Julho desse ano Sousa Pacheco ainda lhe remete cartas através de D. Luís³⁰⁶; aí, «com os seus conhecimentos da política externa e os dotes de bom observador, ia comentando toda a problemática relacionada com a Guerra da Sucessão de Espanha»³⁰⁷. Cunha Brochado regressaria em 1710 a Londres, para servir como ministro português, ao lado de D. Luís da Cunha, até 1714, nomeadamente na sua ausência desta corte para negociar juntamente com o conde de Tarouca ao serviço de Portugal em Utreque, no congresso de paz, em 1712-14³⁰⁸.

Neste sentido, as cartas escritas por Sousa Pacheco a D. Luís ilustram também as movimentações portuguesas na sociedade europeia fora dos contextos de negociação; através delas conhece-se os percursos dos que, política ou socialmente, serviram Portugal em cortes estrangeiras, nomeadamente as migrações de pessoal de missões diplomáticas interrompidas. Além disso, acrescenta elementos ao elenco de personalidades do enredo da rede diplomática portuguesa, que permitem completar a organicidade de uma embaixada, como é o caso do acompanhamento espiritual; nos inícios de 1703 Sousa Pacheco comunica ao seu interpar a «pena de morrer num destes dias o Padre António de Abreu, que era um clérigo que tinha vindo comigo de Lisboa e foi meu mestre e fez varias vezes bons epigramas na vossa Academia»³⁰⁹.

O canal diplomático português Haia-Londres foi povoado de mais transeuntes excluídos da atividade política negocial, que do continente passavam à ilha. Além do episódio do cozinheiro de Cunha Brochado, mais viajantes circularam nessa via, que tendo origens e

³⁰⁰ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 09 de Outubro de 1703.

³⁰¹ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 11 de Julho de 1704.

³⁰² BACL, MSA, Cód. 176, carta de 15 de Julho de 1704.

³⁰³ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 18 de Julho de 1704.

³⁰⁴ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 08 de Agosto de 1704.

³⁰⁵ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 19 de Agosto de 1704.

³⁰⁶ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 02 de Julho de 1706.

³⁰⁷ (Delgado, 2000: 91)

³⁰⁸ (Faria, 2008: 190)

³⁰⁹ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 19 de Janeiro de 1703.

paragens geográficas diferentes, pelo encontro de Sousa Pacheco passavam para alcançar, como destino final, Londres, na companhia de D. Luís, nomeadamente homens do mundo da fé. Deste modo, a habitação de Sousa Pacheco foi, conhecendo figuras de grupos sociais da espiritualidade, que o mesmo encaminhava para D. Luís: frades portugueses (um carmelita, vindo de Roma – Frei André de Cerqueira – e outro um franciscano vindo de Xabregas – Frade Sebastião da Conceição; Sousa Pacheco pagou-lhes as viagens para Inglaterra, além de a outro português anónimo, que gastara todo o seu dinheiro num bordel)³¹⁰; gregos³¹¹, a quem cedera passaportes para Flandres (em Dezembro de 1703 solicita a D. Luís que receba em sua casa, da parte de Sousa Pacheco, um sacerdote grego da ordem de S. Basílio³¹²); o próprio nuncio de Bruxelas, que contra isto reagira por ser ele o árbitro, nas Províncias Unidas, da querela entre católicos e jansenistas³¹³ e, nesse sentido, visitando Sousa Pacheco frequentemente³¹⁴.

A mundanidade de Sousa Pacheco traduzida nas suas epístolas dá também conta de episódios de cerimonial social, incluídos simultaneamente num código de comportamento político, como era característico da vida mundana dos diplomatas; algumas referências de porte a damas de corte dos círculos sociais de convivência habitual não deixam de estar presentes, por vezes mesmo ligadas a motivo para aparentes momentos de ócio, por exemplo, aquando a presença das eletrizes de Brandeburgo e Hanôver em Haia nos finais de Outubro de 1700, a quem o diplomata anuncia ao seu colega em Londres, ia, acompanhado, «fazer a corte», razão que o levava nesse dia a «jantar fora»³¹⁵.

Por outro lado, a sociabilidade do enviado português não se esgotava nos ambientes sociais palacianos; nas cartas que enviou ao seu interpar são constantes o envio de cumprimentos a outros ministros europeus com quem aquele convivia em Londres, bem como, inversamente, lhe entregava os que para ele recebia em Haia de figuras da política europeia com quem privava. Na verdade, o *habitat* desta população incluía mesmo a sua própria residência; nela Sousa Pacheco informou receber uma significativa amostra daquele universo, para reuniões de negócios, nas quais não faltavam as refeições – os jantares: «aqui

³¹⁰ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 24 de Julho de 1705.

³¹¹ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 22 de Janeiro de 1705.

³¹² BACL, MSA, Cód. 177, carta de 20 de Dezembro de 1703.

³¹³ BNP, Mss., Cód. 8580, carta de 26 de Dezembro de 1702.

³¹⁴ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 30 de Junho de 1705.

³¹⁵ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 29 de Outubro de 1700.

jantaram comigo Wratislaw³¹⁶, Marsey e Giraldi; todos beberam à vossa saúde e perguntaram por vós»³¹⁷.

Isabel Cluny descreveu³¹⁸, de acordo com sustentação empírica nos ofícios do diplomata, como o alinhamento estratégico defendido por Sousa Pacheco para Portugal diante a Guerra da Sucessão de Espanha e seus beligerantes foi sofrendo mutações, acompanhando a própria evolução da conjuntura internacional, mas que, no essencial, tanto desaprovava uma aliança com França como «temia os riscos que o país iria correr com o bloco anti-bourbónico. Daí ter defendido um tratado muito claro sobretudo em aspetos de segurança nacional, sobrepondo-os aos de natureza económica ou de alargamento territorial.»³¹⁹. Damião Peres, em 1931, reconstituindo o trabalho de negociação do enviado português entre Janeiro e Maio de 1703, com as suas audiências com o pensionário das Províncias Unidas, cumprindo instruções de Portugal, expressas nos despachos da secretaria de estado, mostrou como o diplomata recomendava prudência ao governo português, na sequência de uma anterior conferência que tivera com o pensionário, em que este lhe expressara o grande interesse que as Províncias Unidas tinham em continuar as negociações, «mas que em Londres elas estavam correndo muito mal, havendo já um contra-projeto»; assim, Sousa Pacheco «aconselhava que se amparasse com cuidado esta tão importante negociação»³²⁰.

Também Isabel Cluny classificaria, mais tarde, a posição do representante diplomático português nas Províncias Unidas como «cautelosa»³²¹, antes de referir que ele tanto desaprovava uma aliança com França como temia os riscos que o reino correria com o bloco anti-bourbónico e que, portanto, defendera um tratado muito claro sobretudo nas matérias de segurança nacional, que sobrepunha às económicas ou de alargamento territorial.

Ver-se-á então, seguidamente, que espírito político deixou Sousa Pacheco transparecer na correspondência que manteve com D. Luís da Cunha, entre 1700 (quando, segundo David Martin Marcos, a indecisão de Inglaterra e Províncias Unidas face ao problema da sucessão de Espanha e projeto de Luís XIV de acatar o testamento de Carlos II de Espanha na delegação da coroa do seu reino a Filipe de Anjou, neto do soberano francês,

³¹⁶ Ministro imperial em Inglaterra e Províncias Unidas.

³¹⁷ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 09 de Agosto de 1701.

³¹⁸ (Cluny, 2003: 65-66)

³¹⁹ (Cluny, 2003: 65-66)

³²⁰ (Peres, 1931: 128)

³²¹ (Cluny, 2003: 65)

«empurrava Portugal para uma posição hispanofrancesa»³²²) e 1706, dois anos depois de Carlos de Habsburgo aportar em Lisboa e aí ser recebido pelos portugueses como rei de Espanha e depois do marquês das Minas haver entrado triunfalmente em Madrid, ocupando-a em nome de Carlos III, e Gibraltar sido conquistada por ação de forças navais inglesas. Então e somado a isto, dominada Madrid, submetida Castela por inteiro e as províncias orientais de Espanha, tudo parecia orientar-se para a vitória absoluta de Carlos III.

3.3. A «santa neutralidade» para «conservar o sossego»: a opção para a política externa portuguesa defendida por Francisco de Sousa Pacheco.

Como disse Isabel Cluny, «os diplomatas, pela natureza das funções que desempenhavam, tinham para além da representação, a missão de informar o soberano sobre as movimentações políticas das cortes onde residiam e, paralelamente, redigir memórias, ou cartas, nas quais exprimissem opiniões fundamentadas sobre o que observavam.». Como as realidades vividas eram diferentes entre si, os ministros portugueses nas cortes europeias acabariam por expressar posições diversas acerca das alianças; segundo a autora, Sousa Pacheco não fugiu à regra, entre os embaixadores portugueses do contexto em questão, de procurar influenciar a evolução dos acontecimentos, demonstrando-se um inequívoco apoiante da Grande Aliança e tendo enviado vários ofícios procurando demonstrar a inevitabilidade da guerra e mostrando enorme desacordo sobre o tratado entre Portugal e França de 1701³²³.

Sousa Pacheco, na correspondência que expediu a D. Luís da Cunha, aparentou gozar de um espírito discreto mas crítico, impaciente mas metucioso, informando o seu interpar da avalanche noticiosa sobre os tumultos que então agitavam a Europa, nos campos de batalha e nos gabinetes dos palácios. No conjunto da documentação analisada, são encontradas referências de expressão crítico-analítica ao problema político que foi a Guerra da Sucessão de Espanha; faltassem episódios ou datas dos mesmos no quadro da narrativa factológica conhecida e as missivas do enviado português por si próprias constituiriam um guia cronológico mais da guerra continental europeia do que a peninsular. Também isto, porém, levanta a questão de, na construção descritiva (em oposição à apreciativa) da história

³²² (Martin Marcos, 2012b)

³²³ (Cluny, 2002: 69)

política e militar das relações internacionais, considerar e reconhecer a preponderância das fontes diplomáticas (documentos produzidos num ambiente diplomático e particularmente redigidos por um embaixador – seja cartas entre colegas compatriotas ou relatórios dirigidos à coroa) exógenas de um estado para a exposição da memória de outro com o qual diplomaticamente se relacionava.

Além disso e comparando, alegoricamente, uma embaixada a um exclave (enclave, do ponto de vista do estado hospedeiro), poder-se-á questionar se ele diz mais da história do estado que representa ou daquele em que o faz. As diferentes legações que um estado admite, fazem, globalmente, também a sua história (a desse estado). Tanto quanto cada uma o faz do estado que representa. Sousa Pacheco é apenas um exemplo e como ele outros há; para a história militar, nomeadamente, é porventura maior o contributo da documentação que produziu do que a de diplomatas estrangeiros ao serviço em Portugal e Espanha, relativamente à dinâmica bélica que retalhou a Europa central na Guerra da Sucessão de Espanha. O enviado português, servindo num cenário geográfico central do continente e, portanto, próximo da movimentação político-militar e produção informativa acerca da mesma, tornou-se ele próprio um exímio reproduzidor e perpetuador daquela, ao incluir-se nesse processo comunicativo, transmitindo ao seu colega que servia em Inglaterra as notícias das gazetas ou as que lhe chegavam também via indireta através de correspondência.

Sousa Pacheco acompanhou assiduamente a comunicação europeia continental e prolongou-a para um dos espaços limítrofes do continente (como unidade cultural/civilizacional) – a insular Grã-Bretanha, donde a Inglaterra se vinha afirmando como estado orientador do equilíbrio de poderes. Sousa Pacheco reproduziu minuciosamente as notícias da conjuntura de guerra que germinava no início de Setecentos a um interpar acreditado na corte que maior poder político internacional vinha conquistando desde conjunturas anteriores próximas e ao qual cabia também atuar no sentido mais favorável ao seu reino e transmitir ao rei a que obedecia as suas perceções e impressões acerca da orientação de Portugal no quadro internacional. Ou seja, a condução da sua política externa.

E no entanto, estas suas cartas não se encontram transcritas e publicadas, em português ou qualquer outra língua; na bibliografia internacional consultada para a conceção deste trabalho não foi detetada referência alguma às mesmas ou qualquer indício de haverem sido lidas ou chegado ao conhecimento do corpo de investigação histórica interessado na história moderna. Não só para a história política e militar da Europa, mas também para a história social das elites interessa notar, por exemplo, o casamento de um diplomata português (Sousa Pacheco) com uma princesa da Casa Nassau-Siegen e, assim, estudar os afetos ou

interesses matrimoniais do universo diplomático europeu. Afinal, um funcionário do reino comprometia-se pela lei.

Sousa Pacheco construíra uma rede epistolar intraeuropeia e seguira regularmente as publicações, dominando a circulação da informação no espaço continental e também já insular; o conhecimento da atualidade transmitido a D. Luís da Cunha, talvez menos do que opiniões pessoais, poderá ter gerado resultados na evolução da orientação estratégica defendida pelo enviado em Inglaterra para Portugal, a da neutralidade ou aproximação às potências marítimas, após uma inicial apologia pelo alinhamento pelo eixo franco-espanhol. Esta última premissa assemelhava-se à de José da Cunha Brochado, ao serviço de Portugal em França; a primeira, contudo, comparava-se à de Sousa Pacheco, como se verá adiante.

Com efeito e não obstante a ausência de um espólio bibliográfico de Sousa Pacheco, contrariamente a D. Luís da Cunha e José da Cunha Brochado (memórias, ensaios ou diferentes contributos bibliográficos que incluam reflexões políticas), que mais explicitamente formulasse a sua mundividência, o seu universo mental pode ser extrapolado do seu legado epistolar e descritos os pensamentos que terão conduzido a sua ação diplomática e ideias que desenvolveu sobre os ambientes em que se movia

Sousa Pacheco partilhou, desde o início da conjuntura de guerra anunciada, na expectativa pela morte de Carlos II de Espanha, do receio vivido no ambiente político de Haia, da união política entre Espanha e França, correlacionando isso e uma potencial ameaça ao equilíbrio de poderes europeu; nunca ignorando, porém, a vulnerabilidade portuguesa associada a uma pequena potência periférica do continente, com toda a sua fronteira terrestre vizinha da espanhola, defendeu ao princípio, com marcas de estilo no seu discurso, a neutralidade como força motriz da política externa portuguesa, ao mesmo tempo conectando-a à manutenção da paz europeia:

Aqui está o Enviado do Imperador impaciente por partir para esse reino, bom será para os seus interesses que seja; ele procura persuadir todo o mundo pôr-se da parte do Imperador, mas aquela corte cuidou tarde nos seus negócios e desta maneira os perdem, e agora lhes parece que com a guerra podem ganhar o que perderam com as suas indeliberações; este ministro tem bastante entendimento, ainda que até agora não li mais que a título de seu livro, mas vem com os juízos da sua corte que lhes parece serem leis irrefragáveis, não sei o que se lhe fará na nossa corte, mas não louvarei que a Santa Neutralidade porque o mais tem muito pro e contra e se não fosse assim os que agora duvidam seriam já a bandeiras desfreadas contra esta quase união de França e Espanha; da parte do Império tudo são disposições de guerra e de França as tropas estão já em marcha para a defesa de Milão; estes Aliados ganharam tão pouco na guerra passada

que duvido muito que nesta sem mais forças nem dinheiro possa passar mais avante, sendo que o Imperio está sem a guerra do Turco. Hoje teve o Embaixador de França a sua audiência pública onde reiterara segurança sobre segurança e amizade sobre amizade; o certo é que a situação dos negócios não só é delicada, mas a mais importante que teve jamais a Europa.³²⁴

A neutralidade advogada por Sousa Pacheco encontrava paralelo no que ele previa vir a observar-se na malha imperial; além disso, acompanharia o ritmo das negociações entre a Inglaterra e as Províncias Unidas, segundo ele tão lentas e interdependentes, em que aquelas sempre aguardavam pela iniciativa do monarca inglês e este, por sua vez, dependia das volatilidades do seu parlamento. Entretanto, alertava Sousa Pacheco, a França ganhava tempo na sua preparação para a guerra:

Quando a guerra seria útil nunca poderia ser com esta lentidão, dando tanto tempo a França para se prevenir, da parte de Milão, que é o que agora lhe pode dar mais cuidado, mas o Imperador não pode fazer nada só e assim não sabe de quem será acompanhado, porque muitos dos Príncipes de Alemanha expostos às primeiras invasões da guerra, quererão abraçar antes a neutralidade; os Estados Gerais não hão-de fazer nada sem Majestade Britânica, nem Majestade Britânica pode fazer nada sem o Parlamento, e como tudo se demora, virá França ganhar o seu processo.³²⁵

Em Abril de 1701, antes do tratado de aliança entre Portugal e França e perante a sua possibilidade, já antevista e comentada nos ambientes políticos europeus e noticiadas nas gazetas, o enviado português mantinha a sua posição neste domínio, ao mesmo tempo que iniciava um debate que seria prolongado no seu epistolário, que era o do método negocial da corte portuguesa na condução da sua política externa, excluindo os seus ministros do conhecimento das resoluções atempadamente:

Há alguns dias que corre por esta corte havermos feito uma liga ofensiva e defensiva com suas Majestades Cristianíssima e Católica, o que vou negando, porém ignoro o facto; me sossegará um pouco a carta que dizeis ter recebido em 8 de Março que vos dava a entender haver maior inclinação para a neutralidade...³²⁶

³²⁴ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 21 de Dezembro de 1700.

³²⁵ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 24 de Dezembro de 1700.

³²⁶ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 06 de Abril de 1701.

Em todo o caso, a corte solicitava ao enviado português nas Províncias Unidas, à semelhança dos demais, o parecer sobre a opção a escolher para o reino, no problema da guerra; também nessa verticalidade, o diplomata advogava a neutralidade:

Também me dizem entreponha os meus sentimentos de guerra ou paz; sobre esta matéria tenho dito tanto e há tanto tempo que ela não varia todos os dias (...) como ninguém vê claro que fim terá esta dependência não entrei em juízo certo numa matéria tao dificultosa, porque na verdade não sei julgar qual será a conclusão (...) tudo o que pode conduzir a um justo prognostico da paz ou guerra, porque a alta compreensão de El Rey Nosso Senhor poderá ver melhor quais sejam os fins de todas estas duvidas (...) tudo isto tenho exposto à corte, a neutralidade é o que me parece que nos convém mais.³²⁷

Aparentemente, Cunha Brochado inquietava-se menos com a falta de notícias vindas do governo de Portugal, o que transmitira a Sousa Pacheco, mas este partilhava com D. Luís o seu desacordo, ao mesmo tempo que se mantinha firme na apologia de acordos simultâneos e homogêneos entre si com todas as potências em jogo no conflito ou, em último caso, acordos mais favoráveis com as marítimas; nunca, porém, a «precipitação» num tratado com França e Espanha, as quais acreditava que não cumpririam os acordos com Portugal:

Brochado diz não haver ainda vindo notícia alguma de Portugal; ele o tem em bom sinal, porque França dizendo se fosse negativa a resposta o Embaixador havia de mandar expresso, porem eu não sou desse sentimento, principalmente vendo que não temos nenhum interesse neste tratado nem na precipitação nele e quanto maiores forem as conveniências que se nos oferecem será menor a observância delas e como não poderemos obrigar ao cumprimento do tratado, aquelas duas Monarquias quando se quiserem arrepender buscarão qualquer pretexto para não observar o prometido e romperem connosco, o que a meu entender nos era necessário era entrar neste acomodamento, ou paz, e todas as Potencias que entrassem nelas, dando garantia ao tratado, termos ainda mais estreitas alianças com elas, pois é a forma com que nos temos de prevenir...³²⁸

Sousa Pacheco e D. Luís comentavam também as posições dos seus colegas relativamente à condução da política externa portuguesa do seu reino; Cunha Brochado havia comunicado ao segundo ser contra a neutralidade portuguesa no problema europeu e ao primeiro não deixara claro o seu entendimento sobre a ratificação do tratado entre Lisboa e Paris. A este respeito, Rosalina Delgado confirmou que «a neutralidade não era defendida por

³²⁷ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 06 de Maio de 1701.

³²⁸ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 31 de Maio de 1701.

Brochado. Bem pelo contrário, repetidas vezes afirmou que ela nos faria maior dano que a guerra, porque na conjuntura presente era necessário que Portugal tomasse um partido e fizesse figura.»³²⁹; de resto, «já anteriormente Brochado recomendava prudência na política que Portugal deveria seguir, mas o governo de Lisboa acabou por reconhecer Filipe V, pelo tratado assinado em 18 de Junho de 1701.».

Sobre essa fase da orientação portuguesa perante a crise da sucessão espanhola, a investigadora considerou que a precipitação do monarca português se deveu à proteção que pretendia receber de França para salvaguardar a sua situação continental e colonial. Em troca, o reino deveria fechar os seus portos aos inimigos dos Bourbon, assim se colocando, porém, em hostilidade contra a Inglaterra e as Províncias Unidas. Segundo a autora, Lisboa desconhecia a política internacional, não por falta de avisos dos seus embaixadores, mas pela complexa conjuntura europeia e pressão francesa que aparentava oferecer eficientes socorros militares em caso de necessidade³³⁰.

A crítica ao representante de Portugal em França, por parte de Sousa Pacheco, parecia dizer respeito ao facto de anteriormente também ele ser favorável à neutralidade para o seu reino; assim, inicialmente, houvera um período de sincronização no seio da rede diplomática portuguesa quanto às sensibilidades sobre a política de alianças portuguesas, dado que também Diogo de Mendonça Corte Real apoiava essa opção – isto, segundo a missiva de Sousa Pacheco (Isabel Cluny, pelo contrário, baseando-se numa notícia «possivelmente» enviada pelo próprio a Lisboa, intitulada *Notícia do estado da guerra na Introdução de Felipe 5.º de Hespanha*, defende que este diplomata «sempre se manifestou ao lado da Grande Aliança»³³¹). Entretanto, aproximava-se o reconhecimento de Filipe V de Espanha aceder ao trono desse reino por parte de D. Pedro II:

Quanto ao que me dizeis de vos admirardes do que Brochado vos escreve contra o partido da neutralidade, ele me tem escrito com tanta variedade neste roído da ratificação que ainda não pude tirar conclusão dos seus arreados, porque me escreveu em tal forma no princípio que entendi que o projeto de Portugal lhe viera diretamente a ele, e outras ordens para tratar a mesma matéria; porém como nos vieram as cartas do secretario para desabusar o publico de que pudessem entender se havia ajustado alguma coisa nas conferencias que se tiveram com o

³²⁹ (Delgado, 2000: 79)

³³⁰ (Delgado, 2000: 80). Segundo a autora, «também Francisco de Sousa Pacheco, que estava em Haia como ministro, aproveitou o ensejo para mostrar os inconvenientes que teríamos se a Inglaterra e a Holanda se virassem contra nós.».

³³¹ (Cluny, 2003: 66)

Embaixador de França, me escreveu o Brochado em forma que entendi ignorava esta matéria tanto como eu, o que me deu ocasião a escrever-lhe em resposta que o projeto que viera de Lisboa àquela corte seria sem merecer aquelas solenidades sobre o que me tornou a escrever que era um papel feito com toda a ponderação do nosso Conselho e a corte de França se não enganava nestas matérias (...) no principio sempre me falou ser-nos útil a neutralidade e assim não sei que nova razão teve agora para vos escrever nos seria tão prejudicial porque me parece que vós e Diogo de Mendonça Corte Real estão no mesmo parecer de esperarmos tempo debaixo da neutralidade, para lograrmos tudo o que ela nos pode dar, e sempre haverá tempo para fazermos depois o que nos for melhor; enfim cada um tem seus sistemas e opiniões fundadas em algo que eu desconheça.³³²

Confirmada a conclusão do tratado entre Portugal e França, em contradição com as estratégias defendidas por Sousa Pacheco e D. Luís, ao enviado português nas Províncias Unidas restava conformar-se com a realidade e ter esperança de que ela se mostrasse, afinal, auspiciosa para o seu reino; o diplomata já antevia a transferência das missões diplomáticas portuguesas na república do norte e em Inglaterra para França, onde, mais seguros, esperava prolongar o debate com o seu colega acerca da deliberação da corte e monarca portugueses. Mesmo assim, não evitava expressar a incompreensão que sentia perante semelhante desenlace e insistir que «bom seria que se evitasse a guerra», pois ela «não seria em nada útil.»³³³

Recebo carta vossa de 08 do corrente, em que me falais mais largo da conjuntura presente e pelo que me dizeis vejo que estais no mesmo sentimento em que eu estive desde o principio e o testemunhei em todas as minhas cartas à nossa corte e como no estado presente não caiba já nem critica nem reflexão, nos não fica outra coisa mais que o desejar o bom sucesso das nossas resoluções e que Portugal tire grandes vantagens da sua deliberação (...) brevemente nos poderemos ver em França e para então deixo os discursos e tudo o que se tem passado sobre esta matéria que ate agora se me faz incompreensível...³³⁴

Perante a opção portuguesa, os aliados mostraram-se surpreendidos e tiveram que modificar a sua posição relativamente à Península Ibérica, vendo-se obrigados a estender a guerra para defender o seu comércio e proteger as aspirações territoriais do Imperio no Mediterrâneo. Assim o escreve Pedro Cardim, que acrescenta como, todavia, «nesta fase foi o imperador, antes das potências marítimas, quem assumiu a defesa dos seus direitos dinásticos,

³³² BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 03 de Junho de 1701.

³³³ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 26 de Agosto de 1701.

³³⁴ BNP, Mss., Cód. 6687//3, carta de 12 de Julho de 1701.

iniciando uma verdadeira ofensiva diplomática.»; nesse sentido, o imperador mandou o conde de Waldstein a Lisboa na qualidade de embaixador e deu-lhe ordens para que oferecesse a D. Pedro II uma aliança que incluísse uma invasão de Espanha, colaborando com o envio de cinco mil soldados³³⁵.

No outono de 1701, Luís XIV decretou um embargo a todo o comércio anglo-neerlandês com França, o que teve um grande impacto na opinião pública inglesa; já antes, o monarca francês havia-se apropriado do negócio do tráfico de escravos para a América espanhola, antes a cargo da Companhia portuguesa de Cacheu – a troca de uma indemnização, Portugal havia cedido os direitos dos últimos anos do contrato. Por tudo isto, a partir dos últimos meses de 1701 a guerra mostrava-se cada vez mais inevitável, «o que suscitou uma grande inquietude em Portugal»³³⁶; o governo de Lisboa, relata Pedro Cardim, pressionou o de Paris relativamente ao envio mais breve possível de forças militares, como fora estipulado no tratado, além de tentarem manobrar para que o país não fosse incluído numa futura declaração de guerra. Ao mesmo tempo, Portugal tentava aproveitar da melhor forma o motivo que desencadearia a declaração de guerra inglesa a França, em Maio de 1702 (no mesmo mês juntar-se-iam nesta ação as Províncias Unidas e no seguinte, o Império): o apoio de Luís XIV a Jaime Stuart III à posse do trono inglês, em Setembro do ano precedente, desrespeitando assim as disposições do art.º IV do tratado de Ryswick (1697). Portugal tentava, escreve Pedro Cardim, caso a guerra se desse realmente por esse motivo, conseguir manter a neutralidade, alegando nada ter que ver com semelhante assunto. Em Fevereiro de 1702 foram expedidas instruções aos enviados portugueses em Londres e Haia no sentido de eles se esforçarem para que a causa da declaração de guerra fosse o incumprimento do art.º IV de Ryswick por parte de Luís XIV, não prevista no tratado de aliança entre Portugal e o eixo Madrid-Paris³³⁷.

Sousa Pacheco parecia já haver pensado nisso mesmo e tê-lo mesmo sugerido a Lisboa, pois ainda em Janeiro daquele ano troca impressões com D. Luís nesse sentido, lembrando que, efetivamente, as obrigações portuguesas com França e Espanha visavam apenas o respeito do testamento de Carlos II de Espanha e o respetivo apoio português contra ações internacionais que contra isso atentassem, não quaisquer outras questiúnculas que motivassem as hostilidades e estabelecessem um «grande flagelo em toda a Europa», pois sustentava serem «formidáveis as forças da Liga», ao mesmo tempo que mantinha a esperança

³³⁵ (Cardim, 2009: 210)

³³⁶ (Cardim, 2009: 211)

³³⁷ (Peres, 1934: 143)

que para o reino português restasse «algum acomodamento de paz», bem como para toda a Europa, o que expressaria repetidamente em cartas posteriores («alcançarmos a paz que a Europa necessita»³³⁸):

Não sei o que El Rey Nosso Senhor resolverá sobre este novo incidente da declaração do Príncipe de Gales no caso que esse reino faça a guerra por esta causa, mas é sem duvida que como a obrigação do nosso tratado não respeita a mais que ao testamento de Carlos 2.º e a posse de Filipe 5.º e não a outras querelas particulares, podemos com justiça deixar brigar os que as buscam novas, pois a guerra não nos traz tanto interesse³³⁹.

D. Luís, consultado sobre este assunto, sugerira a adoção doutro pretexto para a neutralidade portuguesa, o mesmo que a França viria a dar, a da falta de socorros para Portugal; o governo português agira, diplomaticamente, nessas duas frentes: a promoção do apoio de Luís XIV a Jaime III de Inglaterra como motivo da declaração de guerra e a solicitação ao mesmo de socorros desmesurados.

Damião Peres considera que terão pesado na decisão do rei português se afastar de Luís XIV as «sedutoras promessas de auxílio e concessões (por parte dos Estados Gerais), transmitidas por Francisco de Sousa Pacheco em ofício de 22 de Novembro». Segundo o autor, o enviado português nas Províncias Unidas teria dito que, de acordo com o embaixador inglês em Haia, a potência insular «auxiliaria Portugal com 10.000 homens e 100 navios, havendo-lhe afirmado um ministro holandês que os Estados Gerais cederiam um milhão que sustentavam ainda ter direito a receber do imposto do sal de Setúbal.». Ao mesmo tempo que Lisboa instruía Sousa Pacheco e D. Luís para que o reconhecimento de Jaime III como rei de Inglaterra por parte de Luís XIV fosse causa de declaração de guerra por parte das potências aliadas contra a França, instruía-se Cunha Brochado no sentido de comunicar ao secretário de estado francês que, dado a evidente aproximação irreversível da guerra, urgia que o estado de Luís XIV defendesse os portos portugueses, assim cumprindo as cláusulas do tratado de 18 de Junho de 1701 (o socorro pedido consistia em 20 navios de 3000 homens para o porto de Lisboa, 12 navios para o Brasil e 08 para a Índia)³⁴⁰.

Nesse ano de 1702, morreria Guilherme III (a 08 de Março), sendo sucedido por Ana, que não modificaria a posição inglesa na política internacional; em Abril, iniciou a soberana,

³³⁸ BACL, MSA, Cód. 177, carta de 14 de Março de 1706.

³³⁹ BNP, Mss., Cód. 8580, carta de 24 de Janeiro de 1702.

³⁴⁰ (Peres, 1934: 144)

em coordenação com as Províncias Unidas, a pressão sobre Portugal no sentido de fazer o reino abandonar a aliança com Luís XIV e Filipe V.

A 23 daquele mês, foi enviado John Methuen, o anterior chanceler da Irlanda, a Lisboa com a missão de sensibilizar a corte de D. Pedro II para o facto de a Inglaterra se mostrar interessada em conservar as velhas alianças; da mesma forma, os Estados Gerais das Províncias Unidas fizeram chegar a Lisboa, nos inícios de Maio, Francisco Schonenberg, encarregado do mesmo fim. Juntos, os representantes das potências navais aliadas em Portugal começaram, sobretudo a partir de Outubro, um processo mais ambicioso que o de retirar Portugal da neutralidade: a adesão à Grande Aliança e consequente quebra de laços que a ligavam a Madrid e Paris. A declaração de guerra dos Aliados contra a França fizera-se, entretanto, em Maio; em todas as declarações (dia 04 pela Inglaterra, 08 pelas Províncias Unidas e 15 pelo Império), a razão fundamental apresentada como causa de guerra era a questão da sucessão de Espanha³⁴¹.

A pressão diplomática aliada sobre o governo português agudizava-se a partir de finais de 1702 e primeiros meses de 1703, ao mesmo tempo que circulavam rumores sobre a posição de Portugal; em Paris, informava Cunha Brochado, circulava uma gazeta holandesa que noticiava avanços militares portugueses em Espanha e hostilidade em Lisboa para com os representantes espanhol e francês na respetiva corte e ainda a boda de uma princesa portuguesa com Carlos de Habsburgo e que Pedro II se comprometera a levar o arquiduque a Madrid³⁴².

Finalmente, em Janeiro de 1703 a secretaria de estado comunicaria Sousa Pacheco da renúncia ao bloco borbónico e consequente integração na Grande Aliança, o que o enviado louvaria³⁴³; em consequência disso, escreveria a D. Luís, partilhando com eles a sua apologia da prudência nas negociações e manifestação de preferência pela neutralidade, que desfavorecesse a união das coroas espanhola e francesa:

Este grande roído das novas e grandes forças da França não tem ainda efeito pelo Pais Baixo porque todo ele está falho de gente e as praças com poucas guarnições e não sei se há por todas as partes o mesmo se vê em Flandres; nesta campanha fazem-se todos os esforços, esperando cada partido ganhar o seu proveito; Deus nos ilumine para a nossa Resolução, esta matéria é de tanto peso que a precipitação nela é sumamente arriscada; é certo o que dizeis do quanto mais cedo melhor para os efeitos da diversão, porem se o Duque da Baviera se sustentar

³⁴¹ (Peres, 1934: 145)

³⁴² (Cardim, 2009: 217)

³⁴³ (Peres, 1931: 118)

na sua rebelião e as forças de Itália se espalharem no Alto e Baixo Reno, também serão outras as disposições para Espanha, e assim me parecia que a donde a celeridade não traz uma certa vantagem, a lentidão é medicina com que devíamos ver primeiro o caminho que tomava esta dependência para que sobre esta formassem mais firmes alicerces as nossas negociações, e bem sabeis o de quanto estas dependem para se celebrarem porque é necessário ver-se o que se nos dá, merece o empenho em que nos metemos, e juntamente quais hão-de ser os socorros, e toda a qualidade deles, e quais hão-de ser também as condições de entrar na paz, a respeito do justo temor de combinação das duas Monarquias, e sem todas estas premissas me parece que será melhor conservar o sossego.³⁴⁴

A grande preocupação do diplomata parecia ser a de acompanhar a evolução da realidade bélica vivida na Europa nos antecedentes e primórdios do conflito e perceber quais as probabilidades de êxito do que mais preocupava Portugal e o eixo: a «combinação das duas monarquias» entre si, a espanhola e a francesa.

Do início do ano até à conclusão das negociações entre Portugal e as potências aliadas, em Maio, Francisco de Sousa Pacheco redigiu 48 cartas a D. Luís, nas quais relatou as notícias de guerra que chegavam a si, acerca dos confrontos que iam tendo lugar no palco continental da Europa, o que as gazetas locais anunciavam sobre as coligações numa guerra que se adivinhava, as audiências com o conselheiro pensionário da República da Províncias Unidas e, igualmente, com outros ministros europeus.

O partido defendido por Sousa Pacheco às vésperas do conflito e participação portuguesa no mesmo, quando isso ainda era apenas iminente, já fora suficientemente exposto a D. Luís; era claro para o enviado português em Inglaterra que o outro entendia ser a neutralidade portuguesa a opção que tanto dificultava o aumento do poder de Luís XIV através da união das coroas espanhola e francesa, uma vez que o menor dos reinos peninsulares não constituiria uma base de apoio e resistência costeira da frente ocidental da Ibéria, como não ameaçava, em princípio, a segurança da fronteira terrestre portuguesa, exposta diretamente a Espanha.

No período entre a comunicação a Sousa Pacheco por parte de Lisboa relativamente à inclusão portuguesa na Grande Aliança e a sua conclusão, o enviado português trocava igualmente impressões com o seu colega acerca de outro aspeto: o da articulação entre a corte de Lisboa e as suas embaixadas; daí para a frente, suceder-se-iam as impressões de desinformação entre o poder central português e as suas legações mesmo em estados

³⁴⁴ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 26 de Janeiro de 1703.

potencialmente aliados. Sousa Pacheco expressa por diversas vezes, alguma com ironia, a sua lamentação sobre o método de gestão da informação da sua corte, através da secretaria de estado; assim, numa carta de Fevereiro escreve,

Meu amigo, não gosto de entender a forma de negociar da nossa corte, porque devendo ser nós os primeiros que devíamos ter este projeto para estarmos presentes em todos os pontos dele ou por omissão ou por recato sabemos pelos outros o que devíamos saber por nos mesmos (...) mas pela pouca confiança que nestas cortes terão nestes nossos ministérios, se vos tivestes algum projeto vos fizeram mais honra que a mim a quem se não falou mais que de passagem sobre o numero das tropas com que sua majestade devia entrar e não estrangeiras e nos subsídios para levantar outras. E assim é para admirar que eu saiba as coisas pelo pensionário e pelo ministro de Inglaterra servindo-me de mandar para que se não entenda que da nossa corte se me não comunicou tudo porque em tal caso se não falaria comigo uma palavra (...)

Na correspondência familiar, os diplomatas encontravam um canal de expressão mais livre e menos filtrado, no qual, mais libertos de formalidades e obrigações, podiam discordar da corte, criticar a secretaria de estado e lamentar aspetos da sua atividade profissional de representação, informação e negociação. Mais exemplos do discurso do diplomata neste sentido são, semana após semana, até aos tratados de Maio, detetados neste envio epistolar; em Março, nomeadamente, escreve o seguinte: «Hoje tive cartas de Lisboa de 20 de Fevereiro em que se me não fala uma palavra na negociação nem em Mr. Methuen ter partido.»³⁴⁵.

Ao diplomata impressionava-o a carência de informação que sentia relativamente a essas movimentações de Methuen, sendo apenas uma vez tomadas certas decisões, os enviados portugueses postos ao corrente das mesmas. A concluir pela leitura desta correspondência, os ministros ao serviço no estrangeiro não haviam sido consultados previamente acerca destes passos das negociações, somente informados. Entretanto, nas outras cortes, por outro lado, as conversas entre diplomatas resultavam em plataformas de comunicação paralelas, de contra-informação ou aquisições de informações oficiosamente, o que gerava algum grau de rutura psicológica entre os representantes e os seus governos.

Portugal chegava a um passo nas negociações e afirmação definitiva no contexto internacional que ameaçava a paz na Europa, que, não obstante merecer posteriormente o apoio ideológico de Sousa Pacheco (que, manifestaria, em Fevereiro de 1704, esperança na presença de Carlos de Habsburgo em Portugal, que chegaria a Lisboa no mês seguinte: «queira Deus dar-lhe o bom sucesso e que possamos com a sua presença segurar nos nossos

³⁴⁵ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 20 de Março de 1703.

progressos todo o sossego à Europa»³⁴⁶), fora diferente da que desde o início defendera, ou seja, a neutralidade.

O enviado português trocou impressões sobre a política europeia e portuguesa, no seu domínio externo, nas cartas que escreveu ao seu colega que representava Portugal em Inglaterra, sobretudo desde 1700, quando a crise de sucessão espanhola se vislumbrava no continente, até ao início de 1703, quando o governo português inverte a sua posição internacional trocando a aliança ao bloco borbónico com a de Haia; ao mesmo tempo, versaria também outro tema, que seria alvo de maior destaque a partir, precisamente dessa altura, as reflexões acerca das decisões da corte portuguesa e críticas relativamente à gestão da informação entre esta e os diplomatas. Esta correspondência diplomática permite entender a opinião de Sousa Pacheco sobre a política externa portuguesa e caracterizar as comunicações entre as legações portuguesas e a secretaria de estado.

³⁴⁶ BACL, MSA, Cód. 176, carta de 26 de Fevereiro de 1704.

4. CONCLUSÃO

O presente trabalho constituiu um estudo sobre a correspondência trocada entre Francisco de Sousa Pacheco e D. Luís da Cunha em 1700-1706; durante a Guerra da Sucessão de Espanha, esses diplomatas assumiram um protagonismo importantíssimo na definição da política externa portuguesa junto dos governos das potências em que serviram o reino e trocaram entre si informação variada através de uma correspondência volumosa.

Desta comunicação, foram analisadas apenas as cartas enviadas por Sousa Pacheco a D. Luís; o principal objetivo deste trabalho consistiu na produção de catálogos dos códices em questão, que constituem os anexos do mesmo – esses inventários traduziram-se em descrições sumárias e esquematizadas das cartas, identificando-lhes os assuntos tratados e ordenando-os cronologicamente.

A leitura dos códices, que levou às suas indexações, teve como efeito, igualmente, o apuramento de elementos informativos que potenciaram um conjunto de reflexões sobre a sua sensibilidade política de Sousa Pacheco face à orientação estratégica de Portugal perante a Guerra da Sucessão de Espanha e também uma nova heurística destas fontes históricas, a partir das vivências materiais do enviado. Enfatizando dinâmicas acessórias da atividade profissional diplomática desenvolvidas pelo enviado português, mas também destacando as imponderáveis e as soluções concebidas para resolver os problemas gerados, intentou-se pensar a experiência diplomática segundo um modelo mais plural e inclusivo das práticas e imprevistos, de acordo com as propostas conceptuais e analíticas de Jeremy Black³⁴⁷. Contactando com a premissa da imprevisibilidade dos desenvolvimentos entre os congressos de Vestefália e Viena e volatilidade das relações internacionais³⁴⁸, procurou-se abrir novas direções de pesquisa da atividade diplomática, quer em práticas modelizadas, quer em experiências decorridas de situações contingentes numa conjuntura de introdução na guerra. Este aspeto tem, neste trabalho, interseção com os contributos ontológico-epistemológicos reunidos no trabalho de Robyn Adams e Rosanna Cox³⁴⁹, de ampliação do objeto de estudo quando o mesmo se inclui no tema da diplomacia.

Foram também apurados dados biográficos do enviado português nas Províncias Unidas, dispersos em diferentes trabalhos da historiografia do tema que enquadra este

³⁴⁷ (Black, 2002)

³⁴⁸ (Black, 2002: 01-02)

³⁴⁹ (Adams e Cox, 2011)

trabalho, mas também acrescentadas novidades resultantes da investigação em arquivo; foi também reconstituído o percurso “profissional” de D. Luís. Juntos, ambos os esboços biográficos almejavam caracterizar, sociologicamente, uma amostra do corpo diplomático português na Guerra da Sucessão de Espanha. Relativamente a Sousa Pacheco, foram reunidos mais elementos biográficos que conduziram a uma descrição parcial do seu percurso de vida, incluindo a sua herança e o seu legado familiares.

Francisco de Sousa Pacheco sucedeu Diogo de Mendonça Corte Real como enviado extraordinário de Portugal nas Províncias Unidas entre 1694 e 1709. Desde os finais do século XVI que Amesterdão se tornara o epicentro das trocas comerciais entre os produtos do sul e os do norte da Europa e, como tal, passou a assumir uma importância fundamental no tráfego dos produtos portugueses. As políticas externa e económica filipinas haviam imprimido deformidades a uma relativa solidez de relações económicas. D. João IV entendera a República das Províncias Unidas como útil às relações diplomáticas portuguesas pela sua posição no quadro político europeu e posição económica ainda de liderança na finança europeia (antes de ceder o lugar a Inglaterra no final da Guerra da Sucessão, para o que muito contribuiria o ouro brasileiro de Portugal introduzido no mercado inglês após o tratado de Methuen³⁵⁰), além de partilharem um inimigo na Europa: a Espanha. De resto, a partir da Restauração e durante vinte anos, Portugal conduziu a recuperação do Brasil aos neerlandeses também pela via diplomática³⁵¹, ao mesmo tempo que se mantinham os combates militares entre o reino e a república ainda na América e também no Oriente.

Após a paz com Espanha e Províncias Unidas, Lisboa procurou recuperar a normalidade das relações comerciais com Haia e as embaixadas portuguesas na república sucederam-se, prolongando negociações relativas aos encargos tomados nas guerras com ela nos espaços ultramarinos, nomeadamente reconfiguração de indemnizações resultantes dos acordos de paz.

Entretanto, ao iniciar Sousa Pacheco a sua missão diplomática, travava-se a Guerra dos Nove Anos entre uma coligação europeia (capitaneada por Guilherme de Orange) e a França de Luís XIV, cujo epílogo, em 1697, daria lugar à Guerra da Sucessão de Espanha, em 1702. Assim via a Europa que o monarca francês ignorava a política de equilíbrio de poderes que, desde Vestefália, se desenvolvia e afirmava nas conceções teóricas, nomeadamente no plano jurídico e que, desde a Guerra dos Trinta Anos, exponenciava um direito internacional.

³⁵⁰ (Cluny, 1996: 113)

³⁵¹ (Peres, 1926)

Luís XIV servia-se de reclamações de princípio dinástico, como o fazia o imperador Leopoldo, que tampouco admitia que a herança da sua casa real abdicasse do poder continental que tivera durante tanto tempo. O Habsburgo Carlos II de Espanha denunciava uma morte iminente no final do século XVII, sem deixar herdeiro direto e enquanto as grandes potências continentais – França e Império – aproveitavam a oportunidade, utilizando trunfos de parentesco, para recuperarem o seu poder internacional, as navais – Inglaterra e Províncias Unidas – procuravam defender o seu património comercial marítimo, além mesmo do território continental no caso da república, constantemente ameaçado pela França e, doravante, pela união dinástica dessa coroa à espanhola, que dominava uma parcela dos Países Baixos.

Os estados menores e periféricos da Europa ora não se conseguiam desvincular de pressões diplomáticas do jogo político europeu por parte das potências hegemónicas interessadas no conflito, apoiando umas e outras, ora entendiam-no como uma oportunidade para concretizar projetos pendentes resultantes de conflitos de interesses externos, tanto territoriais (na Europa e fora dela) como de reconhecimento diplomático no espaço internacional – caso de Portugal – e conquista ou afirmações de soberania – casos de Saboia e Brandeburgo.

Francisco de Sousa Pacheco era filho dum combatente português da Restauração, que ajudara a consolidar a retoma açoriana para a casa brigantina e, aparentemente, neto dum governador de Pernambuco aquando a administração filipina na corte de Lisboa. O seu irmão mais velho servira também a coroa no braço armado e, ao morrer, em 1691, sem herdeiro direto, fez a sua herança ser delegada no futuro enviado português nas Províncias Unidas. Sem formação académica ou experiência em cargos públicos administrativos ou judiciais como os seus colegas D. Luís da Cunha e José da Cunha Brochado, que iniciariam um pouco mais tarde as suas missões diplomáticas em Inglaterra e França, respetivamente, mas um bom letrado, segundo Cunha Brochado, Sousa Pacheco usufruía de uma tença devido aos serviços prestados à coroa pelo seu irmão.

Esta autonomia de recursos materiais de que dispunha e uma educação cortesã, (incluindo o domínio de línguas estrangeiras, como o demonstram peças da sua correspondência), somadas a uma origem social presumivelmente modesta para missões diplomáticas em estados dinásticos, mas talvez suficiente para uma “corte republicana”, conduziram-no a servir os interesses de Portugal num dos mais influentes centros políticos da Europa: os Estados Gerais das Províncias Unidas.

As Províncias Unidas, além de incluírem o cosmos político internacional importante que era Haia e constituírem um forte polo artístico e intelectual da Europa, distinguiam-se pela tolerância religiosa, sendo o seu espaço partilhado por católicos, protestantes calvinistas e luteranos e também judeus renegados de Espanha e Portugal, além de outras confissões minoritárias. A república era também uma importante produtora de informação: numerosas gazetas imprimiam aí as notícias sobre assuntos políticos, militares e culturais da Europa e muitas eram utilizadas para efeitos de propaganda e veículos de contra-informação, por vezes pela mão de diplomatas, cujo trabalho se confundia ainda um pouco com a espionagem.

Desde Vestefália, porém, que a diplomacia europeia se vinha reconfigurando, a par dos processos de centralização administrativa das casas reais; a produção intelectual e filosófico-político-jurídica vinha já concebendo um novo indicador civilizacional substituto do universalismo: a pacificação através dum direito internacional baseado na paridade geral, metaforizado pela imagem de uma balança de poderes entre os estados, que deveria permanecer *ad eternum* equilibrada. Conviver numa comunidade de estados implicava agora normas e o desrespeito das mesmas por um membro da “sociedade internacional” deveria ser consertado pelos restantes ou algum deles, de modo a ser reposto o equilíbrio dos poderes. A arbitragem existia, desta feita, no plano internacional europeu. Pelo menos no domínio normativo.

A nova ordem europeia, que se encaminhava para o ocaso da sociedade de famílias reais em disputas seculares entre si por domínios territoriais e, conseqüentemente, de projetos universalizantes antagónicos, implicava uma evolução das relações diplomáticas no sentido da expansão e sedentarização, além da complexificação funcional. Os estados ampliavam as suas redes diplomáticas, fixavam as suas embaixadas nos estados mais e menos próximos de si e exigiam um trabalho mais completo dos homens que os representavam. Ao mesmo tempo, as coroas defendiam os seus interesses internos, libertando-se de pressões de famílias políticas divergentes entre si e canalizavam as famílias nobres para uma atividade dignificante em tempos de paz. Também a nobreza se habituou a entender semelhante evolução das suas funções de serviço às casas reais, ao mesmo tempo que elas não deixavam de se adequar ao seu perfil sociológico devido aos ambientes mundanos que a vida diplomática incluía, também eles parte integrante de uma cultura social, além das competências intelectuais necessárias, nomeadamente noções de geografia, história, latim e línguas estrangeiras. E, claro, a indispensável etiqueta social, outro componente da formação doméstica nobre. As noções de protocolo e sensibilidade e aptidões negociais adviriam da experiência em si e, eventualmente, da autoaprendizagem pela leitura de memórias políticas, tratados de paz,

reflexões sobre diplomacia, trabalhos filosóficos e jurídicos, além do estímulo pela correspondência, hábito característico do *honnête homme*, o modelo francês seiscentista de “civilidade”, mas também integridade, parâmetros morais que, no plano teórico, se inscreviam no código da fidalguia. Na educação daqueles que aspiravam a *honnêtes hommes*, como era o caso dos diplomatas, encontrava-se não só o domínio das fórmulas de polidez, mas também uma determinada formação do carácter. O cultivo das letras e das ciências, mais do que a ostentação erudita, deveria conduzir a um conhecimento universal e pertinente.

A correspondência era, à época, um hábito estimulado entre as elites sociais, intelectuais e artísticas, mas também políticas. Ou seja, estavam duplamente (por vezes triplamente) incluídos os diplomatas. O trabalho do *homo diplomaticus* incluía a prática escrita, nomeadamente da correspondência; aos diplomatas era instruído que trocassem cartas entre si, de modo a fazerem circular a informação. Entre os teóricos da correspondência, nos tempos do Humanismo e Barroco, assumiu-se que o modelo deveria seguir o exemplo das «cartas familiares» de Cícero. Por isso, a correspondência entre diplomatas, que eram também *honnêtes hommes*, além de serem peças de natureza privada (por distinção aos ofícios que eram cartas oficiais), podem ser designadas por cartas familiares.

Na sua correspondência familiar com D. Luís, Sousa Pacheco expressou preferência pela política de neutralidade entre as opções de orientação estratégica para Portugal na conjuntura da Guerra da Sucessão de Espanha. O diplomata partilhou com o seu colega a sua perceção de uma aparentemente evidente incapacidade francesa de gerir os seus recursos militares de defesa ao mesmo tempo em França, Espanha e Portugal, no caso de uma aliança entre Braganças e Bourbons. Além disso, desconfiava que cedo ou tarde, a união dinástica entre França e Espanha conduziria à reaglutinação de Portugal para uma coroa estrangeira.

Até à entrada de Portugal na Grande Aliança, o enviado português nas Províncias Unidas demonstrou ser partidário duma posição que de modo algum fortalecesse Luís XIV e, conseqüentemente, desequilibrasse o seu poder na Europa. No seu entendimento, o «sossego» do continente encontrava-se ameaçado na eventualidade da «combinação das duas monarquias». Mas a corte e o parlamento de Londres e os Estados Gerais das Províncias Unidas não davam também razões que o convencessem a aderir à causa imperial. Apenas com a mudança de reinado em Inglaterra, com a política mais firme de Ana e a habilidade militar do duque de Marlborough, as suas impressões mutariam para a causa aliada. Não obstante, sempre havia admitido que em caso de pressão inoportuna da Liga de Haia, esse deveria ser o preço a pagar pela salvaguarda do património imperial português e controlo de rotas comerciais marítimas.

Não é apenas o pensamento político de Sousa Pacheco que se consegue descortinar da sua correspondência. Também no método de domínio de informação política e militar da conjuntura, viu-se que a rede epistolar que construiu incluía diferentes cidades europeias, interligando Lisboa, Madrid, Paris, Londres, Amesterdão, Bruxelas, Hamburgo, Haia e, possivelmente, outras. Nos contactos que estabeleceu para operacionalizar o trânsito de correspondência mas também mercadorias, nomeadamente de e para D. Luís, relacionou-se com Alexandre Nunes da Costa, mercador cristão-novo cujo pai fora agente de Portugal no reinado de D. João IV. Em Londres, por outro lado, viu-se nesta correspondência, outro Nunes da Costa atuava na mercancia: José Nunes da Costa, até agora desconhecido da bibliografia sobre esta família de cristãos-novos portugueses no então estrangeiro.

Mas foi com Alexandre Nunes da Costa que Sousa Pacheco mais contou; em Amesterdão, o mercador chegou a receber o cozinheiro de José da Cunha Brochado, quando a legação portuguesa em França se desintegrou na sequência do corte de relações diplomáticas entre os dois reinos quando D. Pedro II trocou a aliança ao eixo franco-espanhol com a da Liga de Haia, em Maio de 1703. O servente de Cunha Brochado encontrou empregabilidade na residência de D. Luís, ou seja, na missão diplomática portuguesa em Inglaterra; para lá chegar, passou pelos aposentos de Sousa Pacheco em Haia e Nunes da Costa em Amesterdão. Mais tarde seria a vez do próprio Cunha Brochado a experimentar o mesmo percurso: juntar-se-ia a D. Luís em Londres, antes de regressar a Portugal; posteriormente, substituiu-lo-ia nessa corte enquanto aquele negociaria por Portugal, juntamente com o conde de Tarouca, no congresso de Utreque entre 1710 e 1714. Até lá chegar, também se cruzaria com Sousa Pacheco; o fim da sua missão diplomática em França contava com apoio logístico perto e a mobilização de recursos do dispositivo diplomático funcionava, então, por novas distribuições, tendo pelo meio, pontos de apoio material e humano.

Através da leitura de gazetas e da manutenção de uma rede epistolar internacional, Sousa Pacheco conseguiu informar D. Luís do ritmo a que se seguiam as movimentações militares e políticas na Europa. Paralelamente à Guerra da Sucessão de Espanha decorria a Guerra do Norte, que o diplomata também acompanhou e cujas notícias reproduziu para o seu colega. Neste contexto, assistiu à receção nos Estados Gerais das Províncias Unidas do embaixador da Rússia e expressou talvez o preconceito partilhado por muitos estados europeus de essa potência representava a barbaridade na sua manifestação mais evidente, tanto no conflito militar, como no trato diplomático. No seio da Guerra da Sucessão de Espanha, outra guerra deflagrou, de âmbito “doméstico”, que foi a da tentativa de secessão

húngara face ao Império; revoltas que Sousa Pacheco transmitiu tão detalhadamente quanto, mais tarde, as vitórias de Marlborough, duque da Baveira e duque de Vendôme.

Sousa Pacheco partilhou também episódios da vida mundana dum diplomata, como os encontros nos ambientes cortesãos de recepção a eletrizes em Haia, mas também os hábitos que, não deixando de ser, aparentemente, levianos, eram parte da vida negocial e aprofundamento de relações sociais na comunidade diplomática: os jantares que Sousa Pacheco organizou na sua residência para outros ministros, ou apenas reuniões mais informais que as dos salões da assembleia dos Estados Gerais, onde chegaram a estar o grande pensionário António Hensius (governo das Províncias Unidas entre 1689 e 1720) e Marlborough.

Finalmente, a residência de Sousa Pacheco foi ainda frequentada por diferentes variantes do corpo clerical: desde frades portugueses (carmelitas e franciscanos) a gregos (Ordem de S. Basílio) e o núncio de Bruxelas, que discutia com Sousa Pacheco a condição dos jansenistas nos Países Baixos e contestava os passaportes que o diplomata português lhes facultava.

Como na leitura do retrato de Constantijn Huygens feito por Thomas de Keyser em 1627, presente na *National Gallery* do Reino Unido, que serviu de inspiração e ponto de partida para a reunião de trabalhos de Robyn Adams e Rosanna Cox, também a galeria de personagens da presença política portuguesa nas Províncias Unidas ficou mais completa. A configuração da sociabilidade e do quotidiano, mas também das atividades mais previstas e experiências mais imprevistas, que caracterizaram a vivência diplomática portuguesa em Haia, foram acrescentadas ao quadro cénico. A “paisagem diplomática” foi ampliada e reconsiderada.

5. FONTES E BIBLIOGRAFIA

5.1. Impressas

Advertências feitas à Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa em 1701 sobre a política que conduziu à Guerra da Sucessão de Espanha, edição crítica de Franz-Paul de Almeida Langhans (1949), Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/Instituto de Estudos Históricos Doutor António de Vasconcelos.

Francisco Rodrigues Lobo (1.^a edição: 1619.), *Corte na Aldeia*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (1959).

José da Cunha Brochado, *Cartas*, edição crítica de António Álvaro Dória (1944), Lisboa, Sá da Costa.

Idem, *Memórias*, edição crítica de Mendes dos Remédios (1996), Cascais, Câmara Municipal.

Idem, *Anedotas e memórias da corte de França*, edição crítica de J. Sousa Mendes (1952), *Vértice*, XII, 107.

Luís da Cunha, *Instruções Políticas*, edição crítica de Abílio Diniz da Silva (2001), Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Idem, *Testamento Político*, ed. crítica de Abílio Diniz da Silva (2013), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.

5.2. Manuscritas

Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos, Códice 6687//3, *Cartas de Francisco de Sousa Pacheco para D. Luís da Cunha, 1700-1701*.

BNP, Mss., Cód. 8580, *Cartas de Francisco de Sousa Pacheco para D. Luís da Cunha, 1702*.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos Série Azul, Códice 176, *Cartas de Francisco de Sousa Pacheco para D. Luís da Cunha, 1702-1704*.

BACL, MSA, Cód. 177, *Cartas de Francisco de Sousa Pacheco para D. Luís da Cunha, 1705-1706*.

5.3. Estudos

AAVV (1998), «Portugal. O Processo político (1621-1807)» em Hespânia, António Manuel (coord.), *O Antigo Regime*, IV volume da *História de Portugal*, sob direção de José Mattoso, s.l., Estampa.

Adams, Robyn e Rosanna Cox (ed.) (2011), *Diplomacy and Early Modern Culture*, Palgrave/Macmillan, s.l.

Albareda Salvadó, Joaquim (2010), *La Guerra de Sucesión de España (1700-1714)*, Barcelona, Crítica.

Almeida, Luís Ferrand (1943), «A propósito do “testamento político” de D. Luís da Cunha», *Revista Portuguesa de História*, 3.

- Idem (1961), *Memórias e outros escritos de D. Luís da Cunha*, Coimbra, Tipografia da Atlântida.
- Idem (1973), *A Colónia do Sacramento na Época da Sucessão de Espanha*, Coimbra, Imprensa Universitária.
- Idem (1987), «Uma suposta embaixada de D. Luís da Cunha em Paris, 1701-1704», *Bracara Augusta*, 33.
- Idem (2000), «Missões diplomáticas portuguesas em Viena de Áustria nos fins do século XVII», comunicação apresentada em sessão da Academia Portuguesa de História, 08 de Novembro de 2000.
- Alves, Ricardo (1999), *José da Cunha Brochado na Corte de Luís XIV*, Cascais, Edição do Autor.
- Anderson, Mathew S. (1993), *The Rise of Modern Diplomacy, 1450-1919.*, London/N. York, Longman.
- Antunes, Ana P. Oliveira (1997), *D. Nuno Álvares Pereira de Melo, 1.º Duque de Cadaval (1683-1727)*, dissertação de mestrado, Lisboa, FLUL.
- Araújo, Miguel (1963), «A Restauração na Ilha Terceira (1641-1642): cerco e tomada do Castelo de São Filipe do Monte Brasil pelos Terceirenses.», *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, XVIII.
- Idem (1979), «O Castelo de S. João Batista da Ilha Terceira» em AAVV, *Açores*, Ponta Delgada, Direção Regional de Assuntos Culturais.
- Badie, Bertrand (1995), *O Fim dos Territórios*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Barber, Peter (1979), *Diplomacy: The World of the Honest Spy*, London, British Library.
- Bély, Lucien (1990), *Espions et Ambassadeurs au Temps de Louis XIV*, Paris, Fayard.
- Idem (1992), *Les Relations Internationales en Europe, XVII/XVIII Siècles.*, Paris, PUF.
- Idem (1999), *La Société des Princes*, Paris, Fayard.
- Biker, Júlio, *Suplemento à coleção dos Tratados, Convenções, Contratos e Actos Públicos Celebrados entre a Coroa de Portugal e as Mais Potências desde 1640* (compilado, coordenado e anotado pelo Visconde Borges Castro e continuado por Júlio Firmino Júdice Biker), Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.
- Black, Jeremy (1999), *European Warfare, 1453-1815.*, N. York, St. Martin's Press.
- Idem (2002), *European International Relations, 1648-1815.*, N. York, Palgrave.
- Idem (2010), *A History of Diplomacy*, Trowbridge, Reaktion Books.
- Brazão, Eduardo (1938), *Relações Externas de Portugal*, Civilização, Porto.
- Idem (1980), *A Diplomacia Portuguesa nos Séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Resistência.
- Idem (1978), «A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, criação de D. João V.», *Revista Portuguesa de História*, XVI.
- Cantillo, A. Del. (1843), *Tratados, convenios y declaraciones de paz que han hecho con las potencias extrangeras los monarcas españoles de la Casa de Borbón desde el año de 1700 hasta el dia*, Madrid, Alegría y Charlain.
- Cardim, Pedro et al (2005)., «A diplomacia portuguesa no Antigo Regime: perfil sociológico e trajetórias», em N. Monteiro, P. Cardim e M. Cunha (orgs), *Óptima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*, Lisboa, ICS.
- Cardim, Pedro (2005), «A prática diplomática no Antigo Regime» em Luís Nuno Rodrigues, Fernando Martins e Pedro Aires de Oliveira (org.), *História e Relações Internacionais*, Évora, Colibri.

- Idem (2009), «Portugal en la guerra por la sucesión de la Monarquía Española» em F. J. García González, (coord.), *La Guerra de Sucesión y la batalla de Almansa. Europa en la Encrucijada*, Madrid, Sílex.
- Cardoso, José Luís et al. (2003), *O tratado de Methuen (1703): diplomacia, guerra, política e economia*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Castro, Zília Osório (2004) (dir.), *Diplomatas e Diplomacia. Práticas e Representações*. Lisboa, Livros Horizonte.
- Cluny, Isabel (1999), *D. Luís da Cunha e a ideia de diplomacia em Portugal*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Idem (2002), «Guerra de Sucessão de Espanha e a diplomacia portuguesa», *Penélope*, 26.
- Idem (2006), *O Conde de Tarouca e a diplomacia na época moderna*, Lisboa, Livros Horizonte.
- Idem (2007), «Estratégias políticas de la Monarquía Portuguesa frente a la Guerra de Sucesión Española» em Antonio Álvarez-Ossorio, *La Pérdida de Europa. La Guerra de Sucesión por la Monarquía de España.*, Madrid, Fundación Carlos de Amberes-SECC.
- Conceição, Fernando Dias Carvalho (1947), *O pensamento político de D. Luís da Cunha*, Tese de Licenciatura, Faculdade de Letras da Universidade Nova de Lisboa.
- Cruz, Miguel Dantas da (2011), «A guerra no Atlântico no início do período joanino: a defesa do Brasil entre o Conselho Ultramarino e o vedor da repartição dos armazéns», *Anais de História Além-mar*, v. 12.
- Cunha, Norberto Ferreira (2001), «A ilustração de José da Cunha Brochado», *Elites e Académicos na Cultura Portuguesa Setecentista*, Lisboa, INCM.
- Delgado, Maria Rosalina (2000), *José da Cunha Brochado, o Homem e a sua Época.*, Lisboa, Universidade Lusíada.
- Doyle, William (1992), *The Old European Order, 1600-1800.*, Oxford, O.U. Press.
- Drummond, Francisco Ferreira (1856), *Annaes da Ilha Terceira*, Angra do Heroísmo, Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.
- Faria, Ana Leal (2005), *Duarte Ribeiro de Macedo: um diplomata moderno (1618-1680).*, s.l., Instituto Diplomático/Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Idem (2007), «Sociologia dos Negociadores: perfil intelectual e social dos diplomatas portugueses (1640-1750).», *Negócios Estrangeiros*, 10.
- Idem (2008), *Arquitetos da Paz*, Lisboa, Tribuna da História.
- Idem (2008b), «Imagens de Portugal no Arquivo de Estado de Berlim no Século XVIII», comunicação apresentada em sessão da Academia Portuguesa de História, 20 de Fevereiro de 2008.
- Floristán Imizciz, Alfredo (2002) (org.), *Historia Moderna Universal*, Barcelona, Ariel.
- Francis, A. D. (1966), *The Methuens and Portugal (1691-1708)*, Cambridge, C. U. Press.
- Idem (1975), *The First Peninsular War, 1702-1713.*, London, London Tonebridge.
- Furtado, Júnia Ferreira (2010), «O Oráculo que Sua Majestade Foi Buscar»: D. Luís da Cunha e a geopolítica do novo império luso-brasileiro» em João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (Org.), *Na Trama das Redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, R. Janeiro, Civilização Brasileira.
- Idem (2011), «Guerra, diplomacia e mapas: a Guerra da Sucessão Espanhola, o Tratado de Utreque e a América portuguesa na cartografia de D' Anville», *Topoi*, 12.

- García-Badellarias, Luis María (2010), «Luís XIV ante la sucesión de la Monarquía Española: Los presupuestos de la Embajada de Amelot. 1705-1706.», *Cuadernos de Historia de Derecho*, volume extraordinário 147-171.
- Guillamón Álvarez, Francisco e Julio Rodríguez (2006), «La *lealtad castellana* en la Guerra de Sucesión. Movilización social y representación del poder en una sociedad en guerra.», *Revista de Historia Moderna*, 24.
- Gómez-Mesquita, María Luz (2007), *Oposición y disidencia en la Guerra de Sucesión Española. El Almirante de Castilla.*, Valladolid, Junta de Castilla y León.
- Homem, António Barbas (2003), *História das relações internacionais: o direito e as concepções políticas na Idade Moderna*, Coimbra, Almedina.
- Israel, Jonathan (1983), «The Diplomatic Career of Jeronimo Nunes da Costa: na Episode in Dutch-Portuguese Relations of the Seventeenth Century.», *BMGN*, 98 (2).
- Kamen, Henry (1969), *The War of Succession in Spain, 1700-15.*, Bloomington, Indiana University Press.
- Idem (2001), *Philip V: The King Who Reigned Twice.*, Yale, Yale University Press.
- Lisboa, João Luís e Tiago Miranda (2011), «A cultura escrita nos espaços privados» em Monteiro, Nuno Gonçalo (coord.), *A Idade Moderna* (vol. 2 de História da Vida Privada em Portugal, direção de José Mattoso.), Maia, Círculo de Leitores/Temas e Debates.
- Leon Sanz, Virginia (1993), *Entre Austrias y Borbones: El Arquiduque Carlos y la Monarquía de España (1700-1714)*, Madrid, Sigilo.
- Idem (2003), *Carlos VI, el Emperador que no pudo ser rey de España.*, Madrid, Aguilar.
- Lodge, Richard (1935), «The Methuen Treaties», em Edgar Prestage, (ed.), *Chapters in Anglo-Portuguese Relations*, Watford, Praeger.
- Lourenço, Maria Paula (2006), *D. Pedro II*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Macedo, Jorge Borges (1969), «Países Baixos. Relações com os.» em Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Livraria Figueirinhas.
- Macedo, Jorge Borges (1987), *História diplomática portuguesa: constantes e linhas de força.*, s.l., Nação e Defesa.
- Magalhães, Joaquim Romero (2004), «O projeto de D. Luís da Cunha para o império português», *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- Magalhães, José Calvet (1997), «José da Cunha Brochado (1651-1733)», *Boca do Inferno*, 2.
- Martin Marcos, David (2012a), «La paz hispanoportuguesa de 1715: la diplomacia ibérica en Utrecht.», *Cuadernos de Historia Moderna*, 37.
- Idem (2012b), «Ter o Archiduque por Vizinho. La jornada a Lisboa de Carlos III en el marco del conflicto sucesorio de la monarquía de España.», *Hispania. Revista Española de Historia.*, LXXII (241).
- Martinez-Pereira, Ana (2008), «La participación portuguesa en la Guerra de Sucesión Española. Una diatriba política en emblemas símbolos y enigmas.», *Península. Revista de Estudios Ibéricos*, 5.
- Matos, Gastão Melo de (1931), *Espiões e Agentes Secretos nos princípios do século XVIII*, Oeiras, Miscelânea.
- Idem (1937), *O Último Almirante de Castela em Portugal, 1702-1705.*, Tipografia J. Pinto, Lisboa.

- Mendes, J. Sousa (1952-57), *Anedotas e memórias da corte de França*, introdução e notas a escritos de José da Cunha Brochado, *Vértice*, XII, 107.
- Meneses, Avelino de Freitas (2001), «A diplomacia e as relações internacionais», em A. F. Meneses (coord.), *Da Restauração ao Ouro do Brasil, volume VII da Nova História de Portugal*, direção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença.
- Miranda, João Manuel (1998), *Les Relations Diplomatiques entre le Portugal et la Russie à l' époque de Pierre Le Grand (1700-1725)*, Registo do Grau de Doutor, Universidade de Paris I.
- Modelski, George (2000), «The Long Cycle of Global Politics and the Nation-state» em Andrew Linklater (ed.), *International Relations: critical concepts in political science*, vol. IV, Londres/Nova Iorque, Routledge.
- Monteiro, Nuno (2001), «Identificação da Política Setecentista. Notas sobre Portugal no período joanino», *Análise Social*, 157.
- Moraes, Alexandre Mello (1886), *Chronica Geral do Brazil*, Rio de Janeiro, B. L. Garnier.
- Muñoz Rodríguez, Julio (2010), *Felipe V y Cien Mil Murcianos. Mobilización Social y Cambio Político en la Corona de Castilla durante la Guerra de Sucesión (1680-1725)*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Murcia.
- Peres, Damião (1926), «O papel da diplomacia na luta entre portugueses e holandeses pela posse do Brasil (1641-1661)», *Revista de Estudos Históricos*, 01-03.
- Idem (1931), *A Diplomacia Portuguesa e a Sucessão de Espanha: 1700-1704.*, Barcelos, Portucalense.
- Idem (1934), «Portugal na Guerra da Sucessão de Espanha», em D. Peres (dir.), *História de Portugal*, Vol. IV, Barcelos, Portucalense.
- Pinto, Maria Leonor (1956), *Alguns Aspetos da diplomacia portuguesa em face do problema da sucessão de Espanha: cartas de Diogo de Mendonça Corte Real, anos de 1697-1703.*, Tese de Licenciatura, Universidade de Lisboa.
- Prestage, Edgar (1926), «O papel da diplomacia na luta entre portugueses e holandeses pela posse do Brasil (1641-1661)», *Revista de Estudos Históricos*, 1-3.
- Ramos, Rui, Bernardo Vasconcelos e Sousa e Nuno Monteiro (coord.) (2009), *História de Portugal*, Lisboa, Esfera dos Livros.
- Remédios, Mendes dos (1996), *Memórias de José da Cunha Brochado*, Cascais, Câmara Municipal.
- Sampayo, Luís Teixeira de (1925), *O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros*, Coimbra, Imprensa Universitária.
- Schweizer, Karl e Matt Schumann (2008), «The revitalization of diplomatic history: renewed reflections», *Diplomacy and Statecraft*, 19.
- Sheehan, Michael (1996), *Balance of Power: history and theory.*, London/New York, Routledge.
- Silva, Maria Beatriz Nizza da (2006a), *D. João V*, Rio de Mouro, Círculo de Leitores.
- Silva, Abílio Diniz (ed. crítica) (2001b), *Instruções Políticas de D. Luís da Cunha*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.
- Idem (2001c), «D. Luís da Cunha e o Brasil», *Revista de Cabral a D. Pedro I*, Porto, Universidade Portucalense.
- Idem (2003d), «D. Luís da Cunha e o Tratado de Methuen», *História, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, III Série, vol. 4.
- Idem (2008-2009e), «D. Luís da Cunha: diplomata e “oráculo” da Política», *Clio*, 18/19.

- Idem (ed. crítica) (2013f), *Testamento Político de D. Luís da Cunha*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- Soulier, Gérard (1994), *A Europa*, Lisboa, Instituto Piaget.
- Storrs, Christopher (2003), «La pervivencia de la monarquía española bajo el reinado de Carlos II (1665-1700).», *Manuscripts*, 21.
- Szarka, A. S. (1976), *Portugal, France and the coming of the War of the Spanish Succession, 1697-1703.*, Columbus, Ohio State University.
- Veiga, Raúl da Silva (1991), *Catálogo de Documentos do cartório de D. Luís da Cunha (1709-1749)*, Coimbra, Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Visconde Santarém (1845), *Quadro Elementar das Relações Políticas e Diplomáticas de Portugal com as Diversas Potências do Mundo*, Paris, Aillaud.
- Williams, Rachel Saint (2012), «A Espanha imaginada: o discurso histórico seiscentista e o projeto de uma identidade coletiva espanhola», *Revista de Teoria da História*, 7.

6. ANEXOS

A. Catalogação do Códice 6687//3, Manuscritos, Biblioteca Nacional de Portugal.

Cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha, 1700-1701.

	Data	Descrição (assuntos tratados)
Agosto de 1700	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de D. Luís da Cunha, de 29 do mês anterior; ➤ armada da Dinamarca bombardeada pelas esquadras de Inglaterra e Suécia.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta incompleta (alusão à participação do duque de Saboia nos tratados de partilha da monarquia espanhola).
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aliados do duque de Holstein haviam apresentado proposições à Dinamarca que Francisco de Sousa Pacheco considera virem a ser rejeitadas.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guilherme de Inglaterra procura terminar as hostilidades entre Dinamarca e Suécia.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Morte do duque de Gloucester, filho de Jorge da Dinamarca-Noruega e Ana Stuart; ➤ negociações de paz entre Dinamarca e Suécia.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP aguarda cartas de Hamburgo, cidade livre imperial, nas quais espera receber notícias sobre a paz do Norte; ➤ Frederico Augusto da Polónia atacara Riga, Suécia.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, de 20 do mês corrente; ➤ Estados Gerais aguardam resposta de Leopoldo I sobre o 3.º tratado de partilha de Espanha; ➤ Guilherme de Inglaterra a caminho de Breda, Províncias Unidas, para fazer revista de tropas.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Luís XIV recusa-se a discutir a partilha de Espanha enquanto Carlos II é vivo; ➤ em curso um acordo sobre a paz do Norte.
Setembro de 1700	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP possui uma cópia do tratado de paz do Norte em Latim, traduzido do Alemão.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 27 do anterior e 03 do corrente, e despacho na véspera, que fará FSP viajar a Loo, Províncias Unidas; ➤ embaixador russo nas Províncias Unidas tivera uma conferência com

		nove deputados dos Estados Gerais, a propósito da Guerra do Norte.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Portugal entrara na garantia do tratado da sucessão de Espanha; ➤ Leopoldo I com intenções de introduzir tropas em Itália.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tripla aliança declarara em Brenne, França, e Madrid, que as tropas imperiais não passariam a Itália; ➤ Albermarle aguardado em Haia.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ embaixador de França nas Províncias Unidas com ordem ou resolução para a ratificação de um tratado com Portugal.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta parcialmente cifrada; ➤ receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente; ➤ disputas entre Polónia e Suécia.
Outubro de 1700	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eleitor de Brandeburgo teria oferecido a Luís XIV a sua mediação nas negociações sobre a sucessão de Espanha entre ele e o imperador; ➤ gazetas holandesas noticiam envolvimento social de DLC com frades em Inglaterra; ➤ Frederico Augusto da Polónia retirara artilharia grossa e morteiros de Riga.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 01 e 05 do corrente; ➤ DLC esclarecera entretanto FSP acerca das notícias nas gazetas holandesas sobre si; ➤ embaixador russo nas Províncias Unidas noticiara aos Estados Gerais que a Rússia declarara guerra à Suécia; ➤ Florença é representada nas Províncias Unidas por um enviado.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ despacho recebido pelo embaixador de Espanha nas Províncias Unidas e três pelo de França, com notícias de pioras na saúde de Carlos II; ➤ conde de Briord dissera recentemente a FSP que Carlos II fora já ungido; ➤ FSP recebera carta de José da Cunha Brochado dizendo que Paris aguardava que um príncipe francês fosse herdeiro da coroa de Espanha.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guilherme de Inglaterra de partida no dia seguinte para o seu reino; ➤ corte de França reconhece o testamento de Carlos II em favor de Filipe

		<p>de Anjou;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ enviado de Florença nas Províncias Unidas de viagem a Londres.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eletrizes de Brandeburgo e Hanôver presentes em Haia.
Novembro de 1700	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Goes contara a FSP haver tido notícias sobre melhoras na saúde de Carlos II; ➤ marquês de Harcourt a caminho de Baiona, Espanha, liderando um exército que se preparava para entrar em campanha.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias repetidas.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em cifra.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede a DLC que o informe sobre o calendário do correio que partilham, ao mesmo tempo que lhe remete um ofício; ➤ cartas de França noticiam pioras na saúde Carlos II; ➤ nascera a 29 do anterior um herdeiro do príncipe José I de Habsburgo.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ morrera, entretanto, Carlos II; ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP relatando discussões em Paris relativamente à herança da coroa de Espanha por parte de Filipe de Anjou, defendendo-se a extensão territorial daquele reino e extinção do nome da casa de Áustria na sua coroa.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Corte francesa dá mostras de querer que se respeite o ultimo tratado de partilha da monarquia espanhola e testamento de Carlos II; ➤ embaixador francês nas Províncias Unidas comunicara a FSP a decisão por parte de Luís XIV de aceitar o testamento de Carlos II.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reflexões pessoais de FSP acerca da sucessão espanhola e suas consequências para o equilíbrio de poderes na Europa.
Dezembro de 1700	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 26 do anterior; ➤ FSP tivera acesso a cartas em que se falava na possibilidade de Guilherme III dissolver o parlamento inglês; ➤ embaixador francês nas Províncias Unidas dissera a FSP que o imperador e o seu conselho haviam resolvido fazer marchar um exército para Itália e que o príncipe José I pedira para participar na ação como general; ➤ embaixador espanhol nas Províncias Unidas entregara uma carta aos

		<p>Estados Gerais escrita pela regência do seu reino com a notícia da morte de Carlos II;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ embaixador francês nas Províncias Unidas contara a FSP a entrega da sua parte de uma memória aos Estados Gerais com uma carta de Luís XIV falando sobre as causas que o haviam feito respeitar o testamento de Carlos II; ➤ FSP recebera despacho com ratificação de tratado entre França e Portugal.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reflexões pessoais de FSP acerca da condição difícil para as Províncias Unidas defenderem um partido na questão da sucessão de Espanha.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estados Gerais aguardam resolução do parlamento inglês; ➤ enviado imperial nas Províncias Unidas de partida para Inglaterra; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca do clima de guerra iminente na Europa e consequências da união entre as coroas francesa e espanhola para o equilíbrio de poderes no continente; ➤ tropas francesas em marcha para a defesa de Milão; ➤ embaixador francês nas Províncias Unidas reiterara aos Estados Gerais intenções de paz por parte de Luís XIV.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 17 do corrente; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca do clima de guerra iminente na Europa e de como os Aliados com suas hesitações cediam tempo à França para se preparar para o conflito; ➤ FSP recebera despacho com a informação de estarem prontos 20 000 infantas e 4 000 cavalos para marchar; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca dos conflitos em torno da sucessão de Espanha, manifestando preocupação pela tranquilidade portuguesa.
Janeiro de 1701	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado noticiara a FSP que fora instruído por D. Pedro II para felicitar Luís XIV pela elevação de Filipe de Anjou ao trono espanhol; ➤ Estados Gerais otimistas quanto às resoluções do parlamento inglês.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reflexões pessoais de FSP acerca das hostilidades anunciadas pela questão da sucessão espanhola e volatilidade dos tratados políticos; ➤ embaixador francês nas Províncias Unidas no leito da morte.

	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reflexões pessoais de FSP acerca da progressão dos acontecimentos posteriores à morte de Carlos II e preponderância emergente da Inglaterra no arbítrio internacional; ➤ Estados Gerais descontentes pela felicitação portuguesa a Luís XIV pela ascensão ao trono espanhol por parte de Filipe de Anjou; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca da atividade diplomática; ➤ embaixador de França nas Províncias Unidas melhorara de saúde, mas o conde de Avaux era entretanto apontado como novo representante francês na república.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Haia aguardando resolução de Londres sobre paz ou guerra; ➤ viagem do conde de Avaux a Haia suspensa.
Fevereiro de 1701	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ conde de Avaux tivera conferências nos Estados Gerais; ➤ chegara a Haia, impresso de Paris, Alvará de Luís XIV em que habilitava Filipe de Anjou e seus herdeiros para a sucessão da Coroa de França caso faltassem sucessores ao duque de Borgonha, ignorando o duque de Berry, de quem o testamento de Carlos II fazia menção.
Março de 1701	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ministros de França entendem estar o Parlamento inglês mais inclinado para a paz do que guerra; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca do poder do parlamento inglês naquele reino e, conseqüentemente, na Europa.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 15 do corrente; ➤ conferência de Avaux nos Estados Gerais agendada para este dia.
Abril de 1701	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta parcialmente danificada; ➤ receção de carta da parte de DLC, de 29 do corrente; ➤ demora da resolução do parlamento inglês gera temor nos Estados Gerais de que Inglaterra não tencione entrar em guerra com França; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca da metodologia da atividade dos diplomatas, baseado num episódio particular ocorrido em Haia.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estados Gerais haviam respondido à memória de Avaux, mostrando disposição de conservar a paz de Ryswick; ➤ em Haia circulava o boato de Portugal haver concluído um tratado de aliança ofensiva e defensiva com França, o que FSP continuamente negava;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP expressa preferência pela neutralidade ao alinhamento de Portugal pelo lado francês; ➤ reflexões pessoais de FSP acerca da comunicação entre a secretaria de estado e a sua embaixada; ➤ reflexões de FSP acerca da função do trabalho de um diplomata entendida pela secretaria de estado; ➤ conferências entre o enviado da Dinamarca e o pensionário das Províncias Unidas.
08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Secretário de José da Cunha Brochado enviara gazetas a FSP, dizendo que o enviado de Portugal em França fora a Versalhes receber um despacho; ➤ reflexões de FSP acerca da reputação portuguesa em Inglaterra e Províncias Unidas na possibilidade de uma aliança com França; ➤ reflexões de FSP acerca da importância do Parlamento em Inglaterra nas decisões de política externa e sua primazia sobre os Estados Gerais nas resoluções internacionais.
15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ DLC tivera audiência com o rei de Inglaterra na véspera, que FSP acredita haver sido com o intuito de garantir as boas relações de Portugal com aquele reino; ➤ reflexões de FSP acerca do envolvimento português no conflito em torno da sucessão espanhola e coordenação da corte portuguesa com as suas embaixadas; ➤ reflexões de FSP acerca da divisão de poderes em Inglaterra entre rei e parlamento e divisões no seio deste e consequentes benefícios para a França; ➤ reflexões de FSP em torno do futuro próximo de Portugal na guerra iminente perante o anunciado alinhamento pelo lado francês.
19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ Avaux recebera despacho com a informação de que D. Pedro II se obrigava, em caso de guerra, a interditar nos portos de Portugal a entrada de navios ingleses e holandeses; ➤ José da Cunha Brochado comunicara a FSP o comprometimento português de fornecer navios e tropas a Espanha e França em caso de

		<p>guerra na península;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP manifesta vontade de abandonar Haia, perante a incerteza da situação formal portuguesa; ➤ Avaux tivera uma audiência com o pensionário e frequentava a casa doutro ministro de estado com frequência; ➤ excerto em cifra.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Felicitação de FSP a DLC pela sua promoção ao arcediagado de Évora; ➤ considerações pessoais de FSP acerca da eventual aliança portuguesa com França e carência de informação de que goza por parte da secretaria de estado; ➤ enviado inglês nas Províncias Unidas tem tido conferências nos Estados Gerais; ➤ segundo o embaixador espanhol nas Províncias Unidas, o conde de Avaux espera ordens para regressar a França.
Maio de 1701	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 26 do anterior; ➤ considerações de FSP acerca do parlamento e monarca ingleses; ➤ Avaux tivera conferência com os Estados Gerais na véspera; ➤ Luís XIV pusera entretanto governadores franceses nos lugares de espanhóis nas praças de Namur e Luxemburgo, Países Baixos; ➤ considerações de FSP sobre suas obrigações como diplomata, na sequêcia de ordens recebidas pela corte portuguesa, em principio idênticas às recebidas por DLC e José da Cunha Brochado; ➤ FSP instruído pela corte para emitir um parecer à secretaria de estado sobre Portugal participar na guerra ou permanecer neutral.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 06 do corrente; ➤ Avaux dissera neste dia aos Estados Gerais que Luís XIV ficara agradado pelas Províncias Unidas quererem conservar a paz, assim como dizia ser a sua própria vontade; ➤ Mendo de Foios Pereira pedira informações e pareceres a FSP e negara acordos de aliança político-militar luso-franceses.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Paris inconclusivas relativamente à eventual aliança portuguesa com França.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estados Gerais esperam ainda resoluções inglesas;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ príncipe Luís de Baden e José I de Habsburgo marcham para o Reno.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rumores de inclinação para a paz da parte do parlamento inglês, vindos de Londres.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado comunicara que França se regozijava de a república não dispor de mais de 54 000 homens para a guerra; ➤ falta de notícias sobre Portugal também por parte de José da Cunha Brochado; ➤ FSP mostra-se desfavorável a uma aliança franco-portuguesa e sugere que o maior número de vantagens oferecidas em alianças internacionais traduz, inversamente, um menor cumprimento das mesmas.
Junho de 1701	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 31 do anterior; ➤ em Inglaterra, a câmara baixa do parlamento sente pressões populares sobre as resoluções de inclinação para um favorecimento de paz ou guerra no continente; ➤ José da Cunha Brochado escrevera a DLC ser avesso neutralidade, inversamente às posições do enviado português em Inglaterra, FSP e Diogo de Mendonça Corte Real.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Luís XIV pedira aos Estados Gerais que acreditassem outro ministro da república em França; ➤ República de Veneza mostra-se inclinada a apoiar o Império e Dinamarca aliara-se entretanto ao mesmo; ➤ considerações de FSP sobre a função diplomática e lamentos pela reputação dos ministros portugueses em resultado da carência de informação de que sofrem da parte do seu estado.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ DLC descrevera a FSP as diferentes sensibilidades no parlamento, que o segundo considera ser dominado por interesses particulares; ➤ duque de Orleães morrera a 08 do corrente; ➤ tropas imperiais haviam entretanto entrado em Veneza; ➤ FSP recebe notícias dos Países Baixos espanhóis de que Portugal se aliara a França e Espanha.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaux estivera na véspera com o pensionário e dissera-lhe que Luís XIV admitira Stanhope nas suas conferências; ➤ Avaux dissera também ao pensionário que o seu monarca não pretendia

		<p>atacar as Províncias Unidas;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ agendada para este dia uma conferência de Stanhope nos Estados Gerais e para o seguinte outra entre estes e o embaixador de França; ➤ novas de Itália falam nas tropas imperiais estarem a duas marchas de Veneza e haverem passado 7 000 cavalos a Mântua, Itália, o que reforça a tese dessa república estar do lado do imperador.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Avaux informara os Estados Gerais que fora ele o responsável pelo facto de Luís XIV admitir Stanhope nas suas conferências; ➤ FSP progressivamente incomodado com a falta de esclarecimentos à sua pessoa por parte de Lisboa, relativamente às resoluções de Portugal; ➤ José da Cunha Brochado, da mesma forma, diz não dispor de informação suficiente sobre o assunto.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os imperais marcham lentamente em Itália e FSP acredita que dessa forma França ganhará tempo preparando-se para a guerra; ➤ FSP duvida que a vinda de Guilherme III resulte em progressos nas resoluções anglo-neerlandesas para o conflito; ➤ José da Cunha Brochado partilhara informações com FSP sobre negociações entre França e Portugal sobre o tráfico negreiro.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente; ➤ FSP considera o rei de Inglaterra o presente árbitro da paz e guerra na Europa; ➤ Albermarle chegara na antevéspera a Haia; ➤ FSP ouvira por outro ministro em Haia que D. Pedro II admitia coligar-se com o imperador.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera cartas de Londres com os mesmos rumores de D. Pedro II se vir a aliar ao imperador.
Julho de 1701	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tropas imperiais no rio Adipa, segundo novas vindas de Veneza; ➤ FSP considera que José da Cunha Brochado lhe escreve pouco, não obstante acreditar que a haver noticia que se justifique ser transmitida, não deixará de o fazer; ➤ em Haia tanto se ouve que D. Pedro II se coligara com França como que o pretende fazer com o imperador;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ visita de Albermarle às Províncias Unidas prendia-se com o seu noivado com Mademoiselle de S' Gravenmoer.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP ouvira que DLC fora alvo de notícias nas gazetas; ➤ José da Cunha Brochado teria enviado a DLC uma cópia de uma carta que recebera da corte portuguesa com a data de 18 do anterior.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Publicadas notícias em Haia sobre coligação franco-portuguesa.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acredita que ele e DLC poderão brevemente passar a servir ministério em França; ➤ FSP considera que as Províncias Unidas preferem a guerra contra a França do que uma paz insegura que implique a manutenção constante de um exército de fronteira e cedências territoriais e comerciais àquele reino.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guilherme III em Haia desde a véspera; ➤ em Itália, os imperiais haviam passado rio Pó.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guilherme III de partida no dia seguinte para Breda e passados nove dias, de volta a Londres; ➤ novas francesas dizem que os imperiais carecem de meios para subsistirem em Itália por muito tempo.
Agosto de 1701	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede a DLC mais notícias sobre preparação de armadas em Inglaterra; ➤ FSP refere ameaças ao Brasil e Índia portuguesa por parte dos Aliados; ➤ embaixador das Províncias Unidas em França instruído para apelar à paz entre os dois estados.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 do corrente; ➤ notícias da preparação de uma grande armada em Inglaterra chegam a França e fazem Luís XIV duvidar das intenções de paz por parte das Províncias Unidas.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 08 do corrente; ➤ conde de Avaux recebera ordens de regressar a França.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Príncipe Eugénio espera socorro de 10 000 homens; ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP haver partido o marechal Ville Roy para liderar o exército francês; ➤ Estados Gerais crenes que uma coligação franco-portuguesa poderá

		<p>implicar a interdição de navios mercantes ingleses e holandeses nos portos de Portugal;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ a 12 do mês seguinte faria oito anos que FSP deixara Portugal para servir como enviado nas Províncias Unidas.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de uma armada inglesa composta por 13 navios a caminho das Províncias Unidas; ➤ em Itália, os franceses apresentam um poder duplamente superior ao dos imperiais, havendo tomado posto junto ao Oglio.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Haia anseia-se pela declaração de guerra a França, pois a sua demora dá tempo àquele reino para se preparar militarmente; ➤ FSP recebera cartas de França e Portugal, de 26 do anterior; ➤ Diogo de Mendonça Corte Real escrevera a FSP que em França se falava que Luís XIV planeava nova partilha da monarquia espanhola e o enviado de Portugal nas Províncias Unidas considera que os espanhóis serão totalmente preteridos pelos franceses em matéria de decisões políticas e militares do seu estado; ➤ José da Cunha Brochado confirma a FSP as notícias de Diogo de Mendonça Corte Real; ➤ FSP considera que Espanha trará desvantagens a França, pela sua corrente debilidade política e económica e manifesta preferência pela neutralidade para Portugal; ➤ último despacho recebido por FSP referia expressa ordem de D. Pedro II de que ele não abandonasse Haia sem instrução sua.
Setembro de 1701	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Armada inglesa em direção a Santa Helena; ➤ FSP teme por territórios americanos e asiáticos portugueses caso o reino persista como inimigo formal de Inglaterra e Províncias Unidas; ➤ FSP deseja que termine seu ministério em Haia dado Portugal estar formalmente no partido contrário ao da república.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP que uma armada francesa se encontrava já fora do Canal da Mancha e que Eugénio recebera finalmente os socorros que aguardava; ➤ conde de Goes partira para Viena, passando por Loo, onde se encontravam o duque de Marlborough e o pensionário.

	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Eugénio inicia vitórias em Itália; ➤ Guilherme III de partida agendada para Inglaterra; ➤ em ambientes sociais, FSP recebe cumprimentos destinados a DLC.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 17 do corrente; ➤ duque de Marlborough dissera a FSP que uma armada francesa estava já 10 léguas distantes do Canal.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough chamado a Loo; ➤ Jaime II de Inglaterra morrera entretanto no seu exílio francês e Luís XIV reconhecera o filho daquele, Jaime Francisco Stuart, como rei de Inglaterra, em detrimento de Guilherme III.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guilherme III planeia para o dia seguinte a revista de tropas em Breda.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 do corrente; ➤ o reconhecimento do herdeiro de Jaime II como rei de Inglaterra por parte de Luís XIV provoca indignação e ira naquele reino; ➤ Províncias Unidas pressionam Inglaterra para que a armada desta vá ao Mediterrâneo apoiar as pretensões do imperador, e também a Portugal; ➤ Eugénio soma vitórias em Itália.
Outubro de 1701	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Considerações de FSP sobre os interesses privados sobreporem-se aos públicos no parlamento inglês.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP manifesta preocupação pela capela de DLC em Londres, depois de, na sequência do apoio de Luís XIV ao herdeiro de Jaime II, o clima político e social em Inglaterra ter piorado para os católicos.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ville Roy dera conta de vitórias francesas sobre os imperiais.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 07 e 04 do corrente; ➤ embaixador inglês em França com regresso definitivo ao seu reino agendado para breve; ➤ Guilherme III com partida agendada para breve para Inglaterra, onde terão início resoluções do parlamento sobre guerra e paz do reino na Europa.

B. Catalogação do Cód. 8580, Mss., BNP.

Cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha, 1702.

Data		Descrição (assuntos tratados)
Janeiro	02	<ul style="list-style-type: none">➤ Receção de cartas da parte de D. Luís da Cunha, de 26 e 29 do mês anterior;➤ Francisco de Sousa Pacheco comenta o ritmo da petição de reforço do corpo militar aliado da parte das Províncias Unidas à Inglaterra e a respetiva deliberação desta;➤ considerações de FSP sobre política externa, defendendo a ponderação nas decisões.
	03	<ul style="list-style-type: none">➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 28 do anterior, com relato sobre a superioridade do partido dos <i>Whigs</i> no parlamento inglês;➤ FSP questiona DLC se recebera da parte de Roque Monteiro Paim pedidos de informações sobre negociações em curso na corte inglesa;➤ em França aguarda-se uma armada espanhola vinda da América;➤ mobilização de um exército dos Aliados para o Baixo Reno, co-liderado pelos eleitores palatino e de Brandeburgo e príncipe de Múnster;➤ eleitor de Colónia procura consolidar a sua neutralidade;➤ de Metz, França, haviam partido embarcações para Keyserwaert e Dusseldorf, Colónia;➤ operações em Itália correm a favor das forças imperiais.
	06	<ul style="list-style-type: none">➤ Considerações de FSP sobre política externa;➤ notícias de França sobre a falta de recursos humanos e materiais franceses para a guerra.
	10	<ul style="list-style-type: none">➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 03 e 06 do corrente, em que são relatadas instruções da corte portuguesa para o enviado em Inglaterra, que FSP diz coincidirem com as chegadas a si.
	20	<ul style="list-style-type: none">➤ Operações em Itália continuam favoráveis aos imperiais e cogita-se sobre que socorros serão enviados por França.
	24	<ul style="list-style-type: none">➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 03, 17 e 20 do corrente, em que são noticiadas medidas do parlamento inglês sobre os preparativos militares;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP classifica o poder militar dos Aliados e indaga se o mesmo trará de volta o equilíbrio de poderes na Europa; ➤ FSP disserta sobre que decisão terá D. Pedro II relativamente ao caso do príncipe de Gales caso Inglaterra declare guerra a França com base neste motivo; ➤ FSP desmente o boato que circula em Lisboa e lhe é noticiado por DLC, de ele haver declarado em Haia terem sido dados aos mercadores ingleses e holandeses dois anos para desmobilizarem as suas estruturas de Portugal.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Províncias Unidas aclamam a decisão inglesa de reforçar o contingente da coligação; ➤ eleitor de Colónia inclina-se para o partido de Anjou e desta notícia resultam preparativos contra ele da parte dos diretores dos círculos de Vestefália e dos quatro eleitores do Reno.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP considera insuficientes as notícias que lhe envia José da Cunha Brochado.
Fevereiro	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acredita que os círculos do Império e muitos dos seus príncipes seguirão o partido do imperador, não o da neutralidade; ➤ segundo notícias de Paris, continuam a faltar os socorros franceses em Itália; ➤ Liège, Países Baixos, adere à causa franco-espanhola, através do ramo bávaro Wittelsbach, que também governa Colónia.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 03 do corrente, em que é relatada a superioridade dos <i>Tories</i> no parlamento inglês; ➤ prepara-se uma esquadra anglo-neerlandesa para o Mediterrâneo, tendo em vista o favorecimento das operações em Itália; ➤ aos diretores dos círculos chega a citação ao eleitor de Colónia, da parte do imperador; ➤ FSP comenta as respostas da corte portuguesa ao enviado de Inglaterra em Portugal; ➤ gazetas das Províncias Unidas relatam uma audiência de DLC com Guilherme III, na qual este recebera do outro uma carta de D. Pedro II.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP solicita a DLC os artigos secretos da aliança anglo-imperial.

	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 07 e 11 do corrente; ➤ FSP questiona a outorga de «melhores lugares» aos <i>Whigs</i> no parlamento inglês por Guilherme III, sendo os <i>Tories</i> o partido numericamente dominante; ➤ Galway falado como possível embaixador inglês em Veneza, mas FSP desacredita que essa república adira à causa imperial, contrariamente ao que circula em Haia; ➤ de Eugénio de Sabóia chegam notícias de se haver feito prisioneiro o general Ville Roy e outros soldados e oficiais; ➤ marquês de Torcy fala no encarceramento de duzentos imperiais; ➤ Liège entretanto noticiada como havendo repassado para a causa imperial, o que FSP desacredita, pois as milícias da Borgonha não o permitiriam.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Haia, exalta-se a prisão de Ville Roy e sucesso de Eugénio; ➤ eleitor de Colónia pressionado para se juntar ao imperador; ➤ duque de Marlborough esperado em Haia para brevemente.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 17 do corrente; ➤ França e Império clamam vitória das mesmas batalhas, nomeadamente Cremona e Milão.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A Haia chegam notícias da disposição de Luís XIV de desocupar parte dos Países Baixos, juntamente com Espanha, no sentido de satisfazer o imperador.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente; ➤ FSP, pressionado em Haia por outros ministros, responde-lhes que a intimidação só colocará Portugal mais contra a república; ➤ nas Províncias Unidas, preparam-se armadas e regimentos de infantaria.
Março	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arnold van Keppel, 1.º conde de Albermarle encontra-se em Haia; ➤ de França chegam notícias de partir uma armada nacional para Cádiz, Espanha.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Continuam organizações das expedições de mar e terra em curso.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP considera lentos os preparativos das forças anglo-neerlandesas, em contraste com a movimentação francesa em direção nomeadamente à Alsácia;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ confrontos entre tropas imperiais e francesas em Mântua, Itália; ➤ cartas de Paris noticiam sucessos do duque de Vêndome e que o papa se mostra inclinado para a causa francesa; ➤ Albemarle de regresso a Inglaterra; ➤ segundo gazetas locais, o marquês-almirante Chateauxrenault está regressado da América; ➤ residente das Províncias Unidas em Bruxelas, Países Baixos, apresentara a solicitação do seu estado a Espanha para que esta pagasse uma dívida para com as Províncias Unidas.
14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Borgonha pretende socorrer Flandres; ➤ em Itália, continuam vitoriosas as forças imperiais; ➤ FSP comenta a queda do cavalo da parte de Guilherme III e a oscilação do seu estado de saúde, bem como a que se observa no parlamento no equilíbrio entre <i>Tories</i> e <i>Whigs</i>.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Haia corre a notícia de o papa e Veneza negociarem com Luís XIV a aderência à sua causa; ➤ FSP acredita na dissolução do parlamento inglês.
21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Agendado para 23 do corrente a marcha das milícias do eixo imperial para Colónia; ➤ Leopoldo I a caminho do Reno; ➤ faltam marinheiros à armada das Províncias Unidas; ➤ FSP recebe notícias de Diogo de Mendonça Corte Real.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebe a notícia da morte de Guilherme III por DLC, ao mesmo tempo que em Haia se fala do sucedido e conseqüente coroação da «Princesa da Dinamarca», Ana de Inglaterra; ➤ um enviado em Haia inquirira FSP acerca de uma alegada audiência de DLC com duque de Marlborough.
28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente, em que é relatado um encontro deste com duque de Marlborough em Londres e transmitido o envio da notícia da morte de Guilherme III a José da Cunha Brochado; ➤ corte inglesa confisca correio expedido devido à morte do seu rei e FSP torce para que a notícia haja chegado a D. Pedro II via-Corunha;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ duque de Marlborough dirige-se para as Províncias Unidas e pensa-se que se lhe juntará como comandante de tropas, Jorge da Dinamarca e Noruega.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP tivera audiência com duque Marlborough, ouvindo deste a conferência que houvera entre si e DLC.
Abril	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 28 e 31 do passado; ➤ conde deAvaux tivera audiência com duque de Marlborough em Haia, no mesmo dia em que apresentara um memorial aos Estados Gerais, do qual FSP remetera cópia para DLC. ➤ em Haia fala-se da alegada vinda do enviado espanhol à república, mas FSP obtivera resposta dele negando essa notícia.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Milícias das Províncias Unidas a caminho de Dusseldorf e Keyserwaert; ➤ FSP remete uma memória do conde de Goes a DLC; ➤ os círculos do Império declaram-se a favor da causa de Leopoldo I; ➤ duque de Marlborough declara repetidamente a FSP a vontade de Inglaterra conservar as boas relações com Portugal.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete para DLC a resposta dos Estados Gerais ao memorial francês apresentado pelo conde de Avaux.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough partira na véspera para Londres, tendo em Haia sido vários os encontros entre ele e FSP.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prepara-se o cerco a Keyserwaert da parte do eleitor de Brandeburgo; ➤ FSP supõe junto de DLC conferencia entretanto passada entre ele e duque de Marlborough em Londres; ➤ FSP acredita que as potências navais inimigas de França querem a todo o custo aceder aos portos portugueses e, como tal, privilegiarão a negociação em detrimento do ataque.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 do corrente; ➤ formado o sítio a Keyserwaert; ➤ prevista a chegada dos duques de Borgonha e Maine a Bruxelas para o dia 27 do corrente; ➤ príncipe de Baden terá começado o ataque a Landau, França.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Athelona marcha com um pequeno exército para se juntar ao

		<p>do conde de Tilly em Zanta;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ alguns embaixadores em Haia planeiam viagens a Londres; ➤ FSP remete cartas de José da Cunha Brochado a DLC.
Maio	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Marechal Bouflerres chegara a Zanta, enquanto Tilly passara para Nimega, Províncias Unidas e o general Cohorne para Bruges; ➤ uma armada holandesa preparava viagem para Inglaterra; ➤ FSP comenta a viagem de John Methuen a Lisboa, pedindo a DLC a sua reflexão sobre este facto.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias da cavalaria francesa ter sido derrotada por Athelona; ➤ noticia-se o comando de tropas de mar e terra, da parte da Liga de Haia, por Jorge da Dinamarca e Noruega.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Athelona cerca Keyserwaert, mas Cohorne toma Midelburgo, Províncias Unidas; ➤ na sequência da leitura do testamento de Guilherme III, soube-se ter herdado o principado de Orange, bem como outros domínios holandeses, João Guilherme Friso.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 do corrente; ➤ gazetas holandesas noticiam congratulações da realeza portuguesa à coroação da rainha Ana, através de DLC; ➤ França recebe mal o envio de um representante de Veneza em Inglaterra, uma vez que a república não agira de igual forma com Espanha, além de temer, por outro lado, a visita de John Methuen a Lisboa; ➤ Cohorne forçara as linhas entre Bruges e Gante, Países Baixos; ➤ Luís de Baden provoca diferentes hostilidades no Alto Reno.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 05 do corrente, com a notícia de que Jorge da Dinamarca e Noruega não rumaria às Províncias Unidas enquanto não fosse nomeado capitão general, o mesmo se passando com o eleitor de Brandeburgo; ➤ rei da Suécia indisponível para participar neste conflito, envolto está na Guerra do Norte.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Declaração de guerra à França e impressão do respetivo manifesto da parte das Províncias Unidas, de que FSP dera parte ao reino português e

		<p>a DLC, pedindo a este que também lhe envie a que se declare e publique em Inglaterra;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ em Amesterdão, Províncias Unidas, na sequência da declaração de guerra, sobem as ações e obrigações; ➤ FSP estranha faltarem-lhe notícias de Portugal sobre a visita de John Methuen a Lisboa.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ publicação em Haia da declaração de guerra inglesa a França; ➤ Cohorne tomara o forte de Saint Donna; ➤ duque de Vendôme esperado em Itália.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Embaixadores holandeses aguardam bons ventos para viajarem a Inglaterra.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No Reno, Luís de Baden continua o assalto a Landau; ➤ em Keyserwaert, 130 mortos do lado imperial e 200 do francês.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Filipe V nomeara o duque de Borgonha vigário geral dos Países Baixos.
Junho	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exército do duque de Borgonha reforçado entre 10 e 12 000 efetivos e tentara passar o Reno; ➤ Luis de Baden aguardava o imperador em Landau para tomarem a cidade; ➤ duque de Vendôme atravessara recentemente o Oglio e Mella, Itália; ➤ FSP questiona DLC acerca de notícias da secretaria de estado sobre a estadia de John Methuen em Lisboa.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP conferenciara no Domingo anterior com duque de Malbrough; ➤ segundo cartas de José da Cunha Brochado, duque de Vendôme levantara entretanto o bloqueio a Mântua.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP alega haver dessincronização entre as instruções enviadas a si pela secretaria de estado; ➤ FSP tentara unilateralmente negociar a entrada de navios comerciais nos portos com duque de Marlborough, ao invés dos militares nos portos portugueses.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exército do duque de Borgonha passara para Nimega, governada pelo conde de Nassau, aproximando-se do conde de Athelona.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A Keyserwaert haviam chegado 8000 homens de Hessen e 8000 de

	<p>Hanôver, Calenberg (principado);</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Cohorne tomara Midelburgo; ➤ FSP recebera entretanto instruções de José de Faria, de 23 do anterior, sendo-lhe comunicado que D. Pedro II recebera John Methuen na véspera; ➤ segundo carta de Diogo de Mendonça Corte Real, o duque de Albuquerque estava a caminho da Corunha.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Keyserwaert capitulara e FSP remete as respetivas condições a DLC; ➤ FSP remete também a DLC carta de José da Cunha Brochado, na qual esse dissera haver chegado um ofício a Versalhes que indicava a declinação das propostas de Luís XIV por parte de D. Pedro II.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera entretanto carta de DLC com instruções inclusas, em que se comunica a vontade de Luís XIV de não faltar com o auxílio prometido no tratado de aliança e que assim o rei português cumpriria igualmente as suas obrigações para com França; ➤ FSP indaga o que será feito relativamente ao caso do príncipe de Gales; ➤ FSP comenta que a armada anglo-neerlandesa avança com uma lentidão que permitirá aos socorros franceses chegarem primeiro a Portugal.
27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta por parte de DLC, de 23 do corrente; ➤ grande conselho de guerra com a presença de Athelona e duque de Marlborough onde se discutira sitiar praças do eleitor de Colónia ou marchar para Flandres; ➤ segundo carta de José da Cunha Brochado, Luís XIV escrevera a D. Pedro II no sentido de o informar que ordenara que lhe fossem enviados socorros a partir de Marselha; ➤ Stanhope dissera a FSP que se determinara em Londres passar a partir de lá a correspondência para Lisboa vinda de Calais.
30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de Nimega sobe o encarceramento de oficiais franceses; ➤ notícias de Lisboa, de 06 do corrente, anunciando a partida de John Methuen no dia seguinte para Londres.
30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 27 do corrente; ➤ FSP pede a DLC notícias sobre a chegada de Metuen a Londres.

Julho	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 30 do passado; ➤ Príncipe Jorge de Hesse-Darmstadt de partida agendada para Portugal; ➤ duque de Marlborough partira para liderar contingentes contra o duque de Borgonha; ➤ uma armada inglesa aguarda bons ventos em Santa Helena para ir à Europa.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Luis de Baden pedira reforços para Landau; ➤ John Methuen deixara Londres, o que DLC pediu a FSP que comunicasse a Lisboa.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC de 02 do corrente; ➤ notícias locais sobre uma esquadra de vinte navios ingleses, a que se juntaria Darmstadt com destino à Catalunha; ➤ o imperador partira de Viena a 26 do passado para se juntar a Luís de Baden.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Amesterdão falava-se na saída de vinte navios da Mancha, que poderiam já estar nas costas portuguesas; ➤ de França, falava-se na ida de vinte navios para Portugal; ➤ eleitor de Brandeburgo em Haia.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 14 do corrente; ➤ John Methuen teria embarcado para Lisboa.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O eleitor de Brandeburgo permanecia em Haia e brevemente se assinaria o tratado provisional com o príncipe de Frísia.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 20 do corrente; ➤ em atraso os socorros franceses a Portugal; ➤ em Landau aguarda-se ainda o imperador.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aliados haviam passado o rio Mosa; ➤ demora dos socorros franceses a Portugal leva FSP a acreditar que a aliança de D. Pedro II poderá transformar-se em neutralidade; ➤ notícias de Lisboa, de 04 do corrente, sobre audiência pedida por John Methuen a D. Pedro II; ➤ província de Frísia escrevera a Haia dizendo estar o sítio de Landau para daí a 15 dias; ➤ eleitor de Brandeburgo rumara entretanto para Amesterdão.

Agosto	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado dera notícia acerca das respostas de Luís XIV sobre os socorros a Lisboa; ➤ Carlos II da Suécia tivera uma vitória sobre o rei da Polónia.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Augusto II da Polónia retirara-se para Cracóvia, Polónia.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 01 do corrente; ➤ Diogo de Mendonça Corte Real comunicara a FSP que o enviado Francês em Espanha lhe dissera ter recebido carta de seu colega ao serviço em Portugal, com data de 16 do passado, informando que Darmstadt chegara a Lisboa e logo pedira audiência a D. Pedro II; ➤ o imperador chegara entretanto a Landau.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma armada inglesa fizera-se ao mar a 01 do corrente; ➤ nas batalhas entre suecos e polacos, morrera Frederico IV , duque de Holstein.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado enviara notícias pouco favoráveis às tropas imperiais.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 15 do corrente; ➤ duque de Marlborough perto do duque de Borgonha; ➤ Landau perto da sua capitulação.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 19 do corrente; ➤ ingleses em socorro de Eugénio.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Aliados haviam avançado para Diest, Províncias Unidas.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete cópia de uma carta de Eugénio, de três dias antes, para DLC, bem como carta com notícias sobre operações na Flandres, Países Baixos.
Setembro	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Sucessos de Eugénio noticiados nas gazetas; ➤ exército francês marchara para Beringen e o dos Aliados para Genck, Países Baixos; ➤ na véspera, FSP fora visitado por um frade carmelita inglês que estivera dez anos em Paris e lhe pedia um passaporte.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 20 do anterior e 01 do corrente; ➤ notícias portuguesas sobre a chegada, na véspera, de John Methuen a Lisboa.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de Lisboa dão a entender negociações entre Portugal e

		Inglaterra.
	12	➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 05 e 08 do corrente, a primeira dizendo encontrarem-se navios ingleses nas Berlengas, Portugal.
	15	➤ Notícias alemãs sobre a rendição de Landau; ➤ em Haia diz-se que o duque de Baviera ocupara Ulm, Império; ➤ José da Cunha Brochado noticia bombardeamento de Cádiz.
	19	➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 12 e 14 do corrente; ➤ FSP remete capitulações de Landau a DLC; ➤ sitio a Venlo, Colónia.
	22	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 19 do corrente; ➤ FSP teme a precipitação do reino num tratado de neutralidade.
	26	➤ Rendição de Venlo a 22 do corrente; ➤ dieta de Ratisbona declarara guerra a França e Espanha.
	29	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 do corrente; ➤ FSP remete a DLC capitulação de Venlo; ➤ uma frota espanhola vinda da América aportara em França.
Outubro	03	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 29 do anterior; ➤ duque de Baviera combate Eugénio.
	06	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 03 corrente; ➤ adivinha-se a rendição de Auremonda.
	13	➤ FSP remete a DLC a rendição de Auremonda.
	17	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 e 09 do corrente; ➤ duque de Marlborough celebrado pelos seus sucessos militares.
	20	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 13 do corrente; ➤ espera-se a rendição de Liège, que deveria ter sido atacada a 17 do corrente.
	24	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ FSP conferenciara com o conde de Goes, que não parecera incomodado com o falhanço das negociações de Darmstadt em Lisboa; ➤ no Alto Reno, combatem entre si franceses e imperiais.
	27	➤ Ausência de cartas de Baden fazem adivinhar o sucesso dos franceses; ➤ Liège conquistada por assalto.
	31	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ de Diogo de Mendonça Corte Real chegam notícias providas de Portugal acerca de uma frota inglesa na barra de Lisboa; ➤ rendição de Cartuxa.
Novembro	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias sobre um ataque a Limburgo, Províncias Unidas, e concluído o sítio a Bona, Colónia; ➤ FSP remete officio a DLC.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 03 do corrente; ➤ duque de Marlborough estivera prisioneiro, escapara e regressara a Haia.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough de partida para Londres.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Festejos em Haia relativos a uma vitória sobre franceses e espanhóis em Vigo, Espanha; ➤ a duque de Marlborough juntar-se-ia o enviado da Dinamarca, na viagem a Londres.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Guerra a França e Espanha declarada no Império; ➤ D. Bernardino Navarro chegara a Haia.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na véspera, haviam dado entrada em Haia navios vindos da Galiza; ➤ dieta de Ratisbona decidira colocar 120 000 homens em campanha; ➤ principe de Hessen atacara Andernach, Colónia; ➤ eleitor palatino sitia Bona; ➤ FSP pede a DLC que o informe sobre o aumento das tropas resolvido em Londres, pois Haia seguiria o mesmo número; ➤ D. Bernardino Navarro deixara Haia e dissera a FSP que escreveria a DLC.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 17, 21 e 24 do corrente; ➤ duque de Marlborouh teria partido na véspera para Londres, mais o enviado da Dinamarca; ➤ FSP recebera instruções.
Dezembro	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No Império publicara-se a declaração de guerra contra o duque de Baviera; ➤ negociações entre França e Veneza.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tropas de Brandeburgo bloqueiam Rinbergue, Colónia, e as de Hessen Cassel encontravam dificuldades.

08	➤ Milícias de Hessen Cassel em Rheinfelt, Império.
12	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ FSP disserta sobre a declinação de Ana de Inglaterra em aumentar as tropas.
15	➤ FSP considera que o duque de Baviera beneficiava da lentidão das ações do Império.
19	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 15 do corrente; ➤ em Haia aguardava-se ainda que o Parlamento ditasse o aumento das tropas; ➤ notícias sobre enfraquecimento francês.
22	➤ DLC comunicara a FSP a resolução inglesa pelo aumento das tropas uma vez concluída a paz no Norte; ➤ general Cohorne e o de Almonde de partida para Londres; ➤ milícias imperiais marchavam contra as de Baviera.
26	➤ FSP disserta sobre o parlamento inglês e agradece a DLC envio de cópia de carta de Ana de Inglaterra aos Estados Gerais; ➤ em Haia, FSP tem ouvido falar de disputas entre os embaixadores imperial e inglês em Portugal, falando-se em hesitações por parte do imperador em permitir ao seu enviado negociar em Lisboa segundo a “liderança” de John Methuen; ➤ núncio de Bruxelas reclamara por FSP ter cedido passaportes a gregos para Flandres, denunciando a questão entre católicos e jansenistas.
29	➤ Haia aguardava decisão inglesa sobre o reforço das milícias; ➤ FSP acusa receção de notícias de Lisboa, mas faz notar que recebe muito mais informação em Haia, nomeadamente porque já se fala aí do envio de forças para as fronteiras portuguesas continentais.

C. Catalogação do Códice 176, Manuscritos Série Azul, Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha, 1702-1704.

Data	Descrição (assuntos tratados)	
21 Abril de 1702	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado recebera carta de D. Luís da Cunha, datada de 10 do mês corrente, com ofício incluso; ➤ Francisco Sousa Pacheco considera que a corte francesa prefere a paz à guerra e que a totalidade da Alemanha defenderá o partido do imperador; ➤ Luís de Baden preparava-se para atacar ou bloquear Landau; ➤ Keyserwaert prestes a cair; ➤ longo excerto em cifra; ➤ cartas de Paris contavam que Filipe V deixara Barcelona, Espanha, a 06 do corrente. 	
s.d.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 29 de Março; ➤ duque de Marlborough deixaria Haia em dias; ➤ para breve o sitio a Bona; ➤ confrontos entre o conde de Stirum e duque de Baviera no Alto Reno, havendo neles morrido o príncipe de Ambach, general de tropas; ➤ FSP considera que Veneza defenderá o partido francês, por afinidade religiosa; ➤ enviado de Florença de partida para Inglaterra. 	
Janeiro de 1703	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 25 e 28 do mês anterior; ➤ FSP receberá brevemente uma encomenda de morteiros de calibres nove e doze; ➤ FSP agradece a DLC pelo relato de uma conspiração escocesa.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Vendôme soma vitórias em Itália; ➤ FSP remete ofício por DLC, em resposta a uma instrução que lhe chegara pela mesma via.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O duque de Baviera soma vitórias.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conferências em Coblença, Trier (Arcebispado), entre generais no sentido de atacar Trarbach ou Treves, Trier; ➤ FSP questiona DLC se três gregos que foram ao seu encontro em Haia

		havia vindo da sua parte, D. Pedro II ou núncio de Bruxelas.
14		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP de partida, neste dia, para Amesterdão; ➤ FSP remete ofício para José de Faria via-DLC.
16		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gazetas falam na largada de doze navios de Tessel, França; ➤ FSP remete uma assinatura para José Nunes da Costa pagar as suas encomendas a DLC.
19		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP noticia a morte do Padre António de Abreu, clérigo que o acompanhara a Haia a partir de Lisboa e fora seu mestre; ➤ Estados Gerais otimistas quanto à resolução do parlamento inglês sobre o reforço militar; ➤ duque de Baviera soma vitórias nos alto e baixo Reno; ➤ considerações de FSP sobre os Estados Gerais; ➤ Haia conta com o apoio inglês de mil libras para campanhas em Itália; ➤ Províncias Unidas contam fazer um avultado empréstimo ao imperador; ➤ FSP remete uma assinatura para José Nunes da Costa lhe enviar, a partir de Inglaterra, as encomendas a Alexandre Nunes da Costa, em Amesterdão; ➤ FSP pergunta a DLC se conhece João da Cunha d' Eça, que estivera na Índia entre 1699 e 1701 e no Brasil matara o capitão-de-mar-e-guerra que o trouxera de Goa, estando presentemente em Danzigue, Polónia-Lituânia, e se dizia sobrinho de D. Luís de Portugal e Fernão Telles de Menezes, e filho de Manuel da Cunha d'Eça.
23		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Inglaterra cedia 10 000 homens para a guerra; ➤ Províncias Unidas pretendiam conservar a totalidade do comércio e correspondência com França e Espanha, o que fora já apresentado numa memória por Stanhope; ➤ imperador contava com dinheiro suíço emprestado para a guerra; ➤ FSP pede que DLC o elucide sobre um «tratado das Índias» que este lhe referira anteriormente; ➤ FSP remete ofícios a DLC.
26		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Suspeitas de apoio material do duque de Baviera ao rei da Suécia na sua guerra contra a Polónia; ➤ forças do duque de Baviera consolidadas no Alto e no Baixo Reno;

Fevereiro de 1703		<ul style="list-style-type: none"> ➤ considerações políticas de FSP; ➤ FSP recebera instruções de 26 do anterior, em que se lhe dissera ter D. Pedro II solicitado a Inglaterra a entrega de cristãos-novos que haviam embarcado em navios seus.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Trarbach tomada de assalto; ➤ defesa do comércio e correspondência garantidas em Haia.
	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Procurava-se defender a correspondência com França e Espanha; ➤ Aliados procuravam recrutar para a sua causa mais príncipes alemães e suíços; ➤ general-maior Robinder pedira em Haia quinze batalhões para reforçar o exército de Luís de Baden, que procurava atacar Baviera.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 26 e 30 do anterior; ➤ algumas províncias teriam, entretanto, consentido a defesa do comércio e correspondência; ➤ príncipe de Baden aguardava socorros; ➤ guarnição de Bona surpreendera a de Hanôver e aprisionara oficiais e cavalos; ➤ conde de Wratislaw a caminho de Haia; ➤ Ana de Inglaterra discutia com os Estados Gerais a mudança da expedição da América; ➤ FSP remete cartas para José da Cunha Brochado e José de Faria, por DLC.
09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de Coblença falam estar para breve a rendição do castelo de Trarbach, pois os socorros que aguardava anunciavam-se insuficientes; ➤ duque de Baviera reúne tropas, recrutando todos os homens a partir dos quinze anos de idade; ➤ Estados Gerais atribuem ao general Robinder 10 batalhões para socorrer o príncipe de Baden; ➤ combates entre imperiais e franceses em Itália; ➤ gazetas holandesas anunciam partida de esquadras para Portugal, nas quais iria o duque de Schomberg; ➤ carta de José da Cunha Brochado noticia o comando de exército em Espanha por parte do duque d' Arcour; 	

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ gazeta flamenga noticia novas equipagens em Lisboa por parte de Waldstein.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rendida a cidade de Rinbergue; ➤ planeada uma marcha até Lovaina, Países Baixos, para 15 do corrente; ➤ duque de Baviera havia tomado Neoburgo; ➤ Províncias Unidas de luto pela morte do conde de Athelona, falecido dois dias antes em Utreque, de apoplexia; ➤ acordada a defesa da correspondência por um ano, com a condição de o mesmo se verificar nas cidades hanseáticas.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ a 10 do corrente o castelo de Trarbach havia começado a ser bombardeado; ➤ conde de Tallard reunira 15 000 homens em Metz para socorrer Trabach; ➤ reflexões otimistas de FSP sobre as negociações de Portugal com a Liga de devido às reuniões que vinha tendo com duque de Marlborough; ➤ ajustada a defesa da correspondência.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque da Baviera havia entrado na Boémia; ➤ FSP ainda escreve para Portugal via-França ou Espanha; ➤ eleitor de Colónia disposto a ceder Bona à Liga caso o permitam ficar em Vestefália, de modo a conservar o seu eleitorado uma vez acordada a paz.
s.d.	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP partilha com DLC críticas à relação da corte portuguesa com as suas embaixadas, privando-as de informação, que antes lhes chega através de outras legações presentes nos estados em que representavam o reino; ➤ termos das negociações por parte de Portugal, apresentados por FSP, entendidos como excessivos pelos Estados Gerais e ministros estrangeiros nas Províncias Unidas; ➤ FSP considera frívolo o entendimento que a corte de Portugal tem vindo a mostrar nas negociações, ao mesmo tempo que expressa preocupação pela constituição de um grande reino franco-espanhol; ➤ FSP defende uma guerra ofensiva por parte da Liga.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Socorros holandeses a Luís de Baden insuficientes perante o aumento do contingente francês;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete a DLC carta para José de Faria; ➤ FSP troca ideias com DLC acerca do parlamento inglês.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Franceses haviam passado o Reno, perante a impotência das tropas imperiais; ➤ Marechal Auverkercke rumo à defesa de Dunquerque, França. ➤ considerações de FSP acerca da composição do parlamento inglês; ➤ FSP tem feito sentir nos Estados Gerais que a melhor posição para Portugal é a da neutralidade; ➤ FSP expressa opinião de que a presença de John Methuen em Lisboa potencia a concorrência negocial de Schonenberg; ➤ FSP tivera reunião com conde de Goes sobre negociações recentemente.
Março de 1703	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Luís de Baden abandonara as linhas; ➤ marechal de Villars passara o Reno e atacara o forte de Kel; ➤ FSP recebe correspondência de Bruxelas que diz correr a notícia nessa cidade de os holandeses quererem negociar a paz com França; ➤ marechal de Bouflers a caminho de Paris.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acusa receção de documentos remetidos pela secretaria de estado e enviados por DLC; ➤ FSP tem negociado com o pensionário das Províncias Unidas sobre o número de efetivos a serem enviados para Portugal caso o reino adira à Liga; ➤ FSP comenta as propostas inglesas a Portugal, apresentadas por John Methuen; ➤ gazeta holandesa conta que D. Pedro II atrasara o regresso de John Methuen a Inglaterra.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Morrera filho do duque de Marlborough; ➤ incerto o sucesso da junção de tropas francesas às de Baviera; ➤ FSP pede a DLC cópia de projetos de tratados de adesão portuguesa à Liga, apresentados por John Methuen; ➤ FSP resolve assuntos de passaportes para outros diplomatas acreditados nas Províncias Unidas.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segundo uma carta de José da Cunha Brochado, as forças francesas não se juntariam ao duque de Baviera tão cedo;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP expressa a opinião de que as tropas francesas dariam no momento prioridade ao Mosela e Bona e de que o seu tamanho não será tão grande como faziam anunciar; ➤ conde de Tallard encontrava-se no eleitorado de Treves; ➤ Estados Gerais felicitavam a alta probabilidade de se concretizar a entrada de Portugal na Liga.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Condes de Schlick e Stirum haviam iniciado a sua marcha para Baviera; ➤ grande pensionário dissera a FSP que a negociação sobre a adesão de Portugal à Liga tivera início em Londres, a cargo de DLC. ➤ Estados Gerais resistiam à atribuição de efetivos e subsídios para a condução da guerra.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Schilick e Stirrum a caminho da Baviera ➤ Tallard prestara socorro ao Marechal de Villars; ➤ duque de Marlborough esperado com ansiedade nos palcos de operações.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlboroug presente em Haia; ➤ franceses haviam tomado o forte de Kell, Trier; ➤ rumores em Haia de que um partido de Zelanda queria entregar o marquesado de Flessingue, Províncias Unidas, ao eleitor de Brandeburgo; ➤ FSP expressa opinião de que o comportamento das Províncias Unidas no âmbito das negociações da Liga sofrera alterações desde a mudança de reinado em Inglaterra; ➤ comentário de FSP favorável ao barão de Bose, ministro da Polónia; ➤ FSP tem repetido encontros com o pensionário; ➤ FSP aguarda oportunidade para ter reunião com duque de Marlborough; ➤ FSP recebe instruções nesse dia, datadas de 20 de Fevereiro, com total omissão sobre as negociações portuguesas e reuniões com John Methuen em Lisboa; ➤ FSP remete cópias de cartas de Nottingham a DLC e agradece-lhe pelo seu envio de cópias de tratados de Portugal com Inglaterra e Províncias Unidas.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Stirum tomara a vila de Neumark, Brandeburgo; ➤ sucessos militares do duque de Baviera têm potenciado reuniões nos

		Estados Gerais entre o grande pensionário e duque de Marlborough, com o qual FSP não tem ainda conseguido obter entrevista.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera Instruções datadas de 02 do presente e comenta com DLC que as ordens que transmitem contradizem outras recentes; ➤ Sucedem-se os conselhos de guerra nas Províncias Unidas, com a presença do duque de Marlborough; ➤ barão de Bose e enviado de Florença presentes em Roterdão.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Negócio entre Zelanda e eleitor de Brandeburgo é, no entender de FSP, intriga entre partidos da república; ➤ uma vez que, segundo carta José da Cunha Brochado, o navio Santa Maria de Portugal, que se dirigia a Amesterdão, fora aprisionado por outro inglês, por falta de escritura de compra, FSP pede a DLC que faça as diligências necessárias na prova de o navio ser português; ➤ considerações de FSP acerca da omissão de informação de que é alvo por parte da secretaria de estado, no que respeita às negociações entre Portugal e a Liga acerca da entrega de Badajoz, Espanha, ao reino.
Abril de 1703	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP queixa-se da falta de notícias vindas de Portugal; ➤ Império sofre de falta de homens e dinheiro para a guerra; ➤ em Haia trabalha-se no armamento de navios, e circulando rumores da entrada de Portugal na Liga, acredita-se que eles se encaminhariam para os portos do reino; ➤ novas considerações de FSP acerca da omissão de informação de que é alvo por parte da secretaria de estado, no que respeita às negociações entre Portugal e a Liga acerca da entrega de Badajoz ao reino.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comenta a incerteza do acordo sobre Badajoz entre Portugal e a Liga, assunto sobre o qual já ouvira diferentes versões; ➤ DLC dissera a FSP que D. Pedro II não queria iniciar a guerra sem o arquiduque estar em Portugal, mas FSP expressa opinião de que esta execução dá tempo às forças espanholas.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera de volta um maço que pedira a DLC que enviasse à secretaria de estado; ➤ acordo sobre a defesa do comercio e correspondência teria lugar a partir de 01 de Junho;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Viena defende a aclamação do arquiduque como rei de Espanha sem demora e a consequente entrada de Portugal na Liga; ➤ FSP ouve por outros ministros em Haia que DLC instava junto da corte inglesa para que uma armada aliada se fizesse ao mar rumo a Portugal e nela viajasse o arquiduque, para lá ser aclamado como rei de Espanha.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, do 20 do corrente; ➤ FSP expressa a convicção de se encontrar para muito em breve a adesão de Portugal à Liga e disserta sobre a posição de D. Pedro II relativamente à necessidade do arquiduque entrar em Espanha através de Portugal.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede notícias sobre Portugal a DLC, ao mesmo tempo que partilha com ele críticas à corte portuguesa pela omissão de correspondência; ➤ Villars atacara linhas do alto Reno; ➤ permanece o sitio de Bona; ➤ conde de Toulouse a caminho de Toulon, França, e duque da Borgonha, dos Países Baixos.
Maio de 1703	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comenta a maior importância de Londres relativamente a Haia na condução das negociações da Liga; ➤ segundo carta de Diogo de Mendonça Corte Real, forças espanholas encontravam-se estacionadas na fronteira com Portugal, na Estremadura.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tropas inglesas juntam-se ao conde de Stirum.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Um paquebote da Liga fora tomado por corsários e sua correspondência lançada ao mar; ➤ FSP tivera conferência nos Estados Gerais sobre a questão do sal de Setúbal; ➤ a rendição de Bona esperava-se a qualquer momento.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Marechal de Villars juntara-se ao duque de Baviera; ➤ considerações de FSP sobre o imperador e suspeitas de França apoiar a Suécia numa tomada da Saxónia; ➤ considerações de FSP sobre o sistema imperial; ➤ Londres remetera ao pensionário das Províncias Unidas o tratado de adesão portuguesa à Liga.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Possivelmente, tropas francesas haviam-se juntado às da Baviera; ➤ franceses haviam tomado Liège;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ em curso negociações nos Estados Gerais sobre a questão do sal português, no qual importavam especialmente as posições dos deputados da Companhia de África; ➤ FSP remete ofício por DLC.
15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Bona havia capitulado.
18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Villars marchara com sucesso sobre o Alto Reno; ➤ círculos de Suábia e Franconia do lado do imperador; ➤ comentários de FSP sobre a rendição de Bona; ➤ em Haia circula a informação de que DLC dera à rainha inglesa uma credencial de D. Pedro II para conclusão de negócios entre Portugal e Inglaterra; ➤ considerações de FSP acerca do trabalho dos bispos católicos em Inglaterra; ➤ considerações de FSP sobre os acordos entre Portugal e a Liga sobre o número de soldados a serem enviados para território ibérico e atribuições de subsídios; ➤ considerações de FSP acerca das sessões nos Estados Gerais sobre a renegociação da dívida portuguesa em sal, às Províncias Unidas, na qual a Companhia de África resiste em ceder; ➤ FSP comenta a exposição de DLC em Londres sobre a recusa de D. Pedro II iniciar a guerra sem estar o arquiduque presente em Portugal; ➤ os Estados Gerais omitem a FSP as ordens dadas a Schonenberg, ao que ele tem solicitado entrevistas com o pensionário.
18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acusa receção de instruções e cópias de tratados.
22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Comentários de FSP sobre o ritmo negocial dos Estados Gerais, que considera lento e de que consegue mais informação através do conde de Wratislaw do que o de Goes; ➤ tropas francesas haviam-se juntado às de Baviera, levando FSP a acreditar que, em consequência disso, os Estados Gerais acelerariam as decisões; ➤ duque de Marlboroug em Mastroque, Províncias Unidas.
25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Círculos de Suabia e Franconia firmes na defesa do Império; ➤ uma carta de Schonenberg fora lida nos Estados Gerais, pela qual se

		concluía que a aliança entre Portugal e a Liga estava firmada.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Exército aliado marchara contra o de Ville Roy; ➤ FSP remete maço para Lisboa por DLC.
Junho de 1703	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Reduzida frequência de paquebotes portugueses em Haia; ➤ cartas de Madrid davam conta de deserções nas forças espanholas e queimadas por parte de portugueses perto de Badajoz; ➤ esquadra comandada pelo general Almonda não saíra por falta de vento.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 08 do presente, com cópias dos tratados inclusos; ➤ comentários de FSP sobre a omissão de notícias por parte da corte às embaixadas e eventual correlação entre isso e as comunicações marítimas; ➤ reuniões nos Estados Gerais apontam para que em menos de dois meses a ratificação dos tratados pelas Províncias Unidas esteja em Lisboa; ➤ diligências de FSP sobre a partida do arquiduque para Portugal numa fragata aliada; ➤ Wratisslaw em aparente concordância com FSP na matéria da viagem do arquiduque a Lisboa e sua urgência; ➤ alerta de FSP a DLC sobre a alta probabilidade de se concretizar em breve a jornada de Carlos de Habsburgo para Lisboa, de acordo com informação que lhe fora dada pelo pensionário e a este pelo imperador.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Espera pela ratificação de todas as províncias dos tratados com Portugal; ➤ parecer favorável de Waldstein à partida urgente do arquiduque para Lisboa.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Movimentação entre os Almirantados em Haia; ➤ negociações em curso nos Estados Gerais sobre as contribuições de efetivos entre as potencias aliadas, assunto sobre o qual FSP tem dialogado com o pensionário; ➤ FSP tem dialogado com duque de Marlborough e Wratisslaw sobre os assuntos discutidos com o pensionário e reencaminhado aos mesmos as cartas de DLC para eles.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ratificação por parte de Frísia das negociações das potências aliadas com Portugal;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ debates na corte de Viena sobre a viagem do arquiduque a Portugal; ➤ acordado um congresso de periodização semanal entre os ministros das potências aliadas; ➤ eleitor da Baviera recuara na decisão de sitiar Nuremberga, cidade imperial; ➤ José da Cunha Brochado pedira a FSP passaporte ao cuidado do conde de Chateaufort.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Províncias de Zelanda, Frísia, e Groninguen haviam consentido na ratificação do tratado; ➤ FSP comenta o ritmo das decisões nas Províncias Unidas em matéria de política externa; ➤ Estados Gerais pressionam o Império a fornecer um maior número de homens para a guerra do que as Províncias Unidas; ➤ Estados Gerais pretendem contribuir com um número menor de efetivos para a guerra do que a Inglaterra, argumentando que esta tem obtido vantagens comerciais consideráveis com Portugal; ➤ duque de Marlborough recrutaria homens estacionados na Irlanda e Escócia para o corpo militar na Península Ibérica; ➤ Portugal aguardava uma frota do Atlântico ou Índico importante e rica.
Julho de 1703	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comenta o ritmo das decisões nas Províncias Unidas em matéria de política externa, tomando ele diligências no sentido de tentar inverter essa situação, nomeadamente na questão de ratificações dos tratados em falta por parte de províncias; ➤ FSP reitera urgência da viagem do arquiduque a Lisboa; ➤ vitória do marechal de Boufflers sobre o exército de Jacob Obdam; ➤ no Tirol, o duque de Baviera tomara a praça de Kulsffrein, onde esperava o duque de Vendôme.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comenta a ritmo, que considera lento, da ratificação do tratado de aliança por todas as províncias; ➤ duque da Baviera tomara Ruffvins e marchava para Insbruck, Tirol; ➤ conde de Goes informara que a sua corte consentira na urgência da viagem do arquiduque a Portugal.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ navios seleccionados para a viagem a Portugal aguardavam as naus das

	<p>Índias e FSP pede a DLC que inste em Londres para que se apressasse este processo;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ exército de duque de Marlborough acampado perto de Breda, Províncias Unidas.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP dá conta das instâncias que tem feito para a conclusão da ratificação da aliança por parte das Províncias Unidas; ➤ Luís de Baden planeava ataque ao Marquês de Villars; ➤ duque de Baviera tentava socorrer o Tirol; ➤ FSP remete a DLC uma carta de José da Cunha Brochado; ➤ FSP comenta a fraca defesa da Itália por parte dos Aliados e a falta de uma boa armada no Mediterrâneo.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em falta o consentimento da totalidade das províncias para a ratificação dos tratados de aliança entre Portugal e a Liga, o que tem provocado pedidos de audiência com o pensionário, da parte de FSP; ➤ enviado imperial nas Províncias Unidas enviara a FSP a ratificação do Império e, aparentemente, a jornada do arquiduque aguardaria uma conferência nos Estados Gerais.
19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP suspeita que a demora da ratificação do tratado pela totalidade das províncias tenha como intenção adiar a campanha portuguesa, de modo a se prolongar a atribuição dos subsídios de guerra; ➤ eleitor da Baviera havia tomado mais duas praças no Tirol.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Grande pensionário dissera prever que na semana corrente se faria a ratificação e se avançara muito com a Província da Holanda, a qual ainda não dera o seu consentimento; ➤ Wratilaw confirmara diligências para a partida do arquiduque para Lisboa.
27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP, informando que ministros italianos que haviam feito viagem de Londres a Paris diziam que a aliança portuguesa com a Liga se confirmava, sendo que DLC já exibia o respetivo tratado naquela corte; ➤ José da Cunha Brochado afirmava não acreditar no que esses italianos afirmavam em Paris e escrevera à corte, informando que França iniciava prevenções contra Portugal;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ um deputado dos Estados Gerais dissera a FSP que Holanda ratificara entretanto o tratado e lhe pedira o numero e qualidade de generais que Portugal desejava.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ considerações políticas e de negociação de FSP sobre o negócio em causa no momento para o governo português e o entendimento que as Províncias Unidas faziam dele; ➤ duque de Marlborough prometera a FSP interceder em Haia a favor das posições do enviado português nas Províncias Unidas; ➤ corte de Dusseldorf apoiara a viagem do arquiduque a Lisboa; ➤ duque de Vendôme encontrava dificuldades em Itália.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP aguardando audiência nos Estados Gerais; ➤ jornada do arquiduque planeada para 12 do seguinte, quando se aguardava a finalização da ratificação do tratado por parte da totalidade das províncias; ➤ FSP questiona DLC sobre a sua impressão relativamente ao secretário do conde de Waldstein.
Agosto de 1703	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP ouvia por diferentes fontes que as Províncias Unidas poderiam não ratificar o tratado de aliança sem que o arquiduque viajasse a Portugal; ➤ receção, na véspera, de cartas de José da Cunha Brochado, com a comunicação de ser publica em França a integração de Portugal na Liga e de que os Franceses se preparavam continuamente para a guerra.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP defende a urgência da viagem do arquiduque a Portugal, pois disso dependeria a ratificação do tratado de aliança por parte das províncias em falta; ➤ chegada a Haia uma frota da India de quinze navios, acompanhada de uma esquadra de catorze e com destino a Portugal.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Províncias Unidas aguardando ratificação de Utreque para a largada da frota com destino a Portugal.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 01 do corrente; ➤ garantida a ratificação de Utreque para a largada da frota com destino a Portugal; ➤ FSP repete a sua opinião favorável à partida urgente do arquiduque para Portugal.

24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 07 do corrente; ➤ FSP tem acompanhado as nomeações militares para a campanha na Península; ➤ FSP participara numa conferência nos Estados Gerais, na qual, discutindo sobre os pagamentos de subsídios e atribuição de milícias e qualidade e quantidade de armas e nomeações de generais, lhe fora respondido ser providenciada a terça parte do estipulado no tratado e que o resto ele deveria solicitar à corte de Viena; ➤ cartas de Viena dão a entender a partida do arquiduque no início de Setembro; ➤ FSP remete carta de Wratisslaw a DLC; ➤ nos Estados Gerais, FSP recebera a concordância da maioria em que a viagem do arquiduque à península se fizesse pelas Províncias Unidas em detrimento de Itália; ➤ FSP responde a DLC sobre uma eventual viagem sua a Viena, para tratar do casamento de D. Pedro II, dizendo que nenhuma instrução recebera nesse sentido; ➤ irmão do eleitor de Hanôver perdera a vida no Alto Reno.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ prevista para breve a ratificação de Utreque; ➤ negociações em curso sobre armas e munições; ➤ confrontos no Alto Reno e Tirol; ➤ FSP estivera com Vander Lire, que lhe dera novas de DLC.
26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Assinada a ratificação por Utreque, notícia que FSP remete também a José de Faria.
28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP tem repetido diligências a favor da melhor qualidade de tropas na campanha peninsular e suspeitava que os Estados Gerais não abdicariam de contribuírem apenas com um terço; ➤ viagem do arquiduque atrasada por dificuldades de negociação entre o Império e as Províncias Unidas, pois o primeiro defende que o outro estado contribua com metade do seu contingente.
31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 24 do corrente; ➤ FSP acusa problemas de saúde, do foro cardíaco;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ permanecem negociações entre as Províncias Unidas e o Império sobre as contribuições militares para a campanha peninsular, o que tem atrasado a viagem do arquiduque e FSP tem feito Wratlslaw sentir as consequências negativas dessa demora, nomeadamente por, segundo notícias por si recebidas da parte de José da Cunha Brochado, a 19 do corrente, haver saído em Madrid uma declaração de guerra a Portugal; ➤ FSP recebera uma carta do cozinheiro de José da Cunha Brochado e começara a tratar do seu passaporte.
Setembro de 1703	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ratificação da aliança por parte das Províncias Unidas passaria a Inglaterra neste dia, bem como o expediente dos 2000 homens da metade do terço do Império; ➤ FSP recebera na véspera uma cópia da declaração de guerra a Portugal pela Espanha.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Wratlslaw recebera ordem para viajar a Inglaterra; ➤ nomeados 18 navios para escoltar o arquiduque a Lisboa, mas FSP suspeitava que não partiriam mais de 15; ➤ duque de Borgonha atacara, entretanto, a praça de Brisac, Lorena (Ducado).
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP tem repetido diligências no sentido de se apressar a partida do arquiduque e execução do tratado, com a nomeação dos generais e conclusão da questão da metade do terço do imperador, além de pagamento de subsídios; ➤ FSP pedira armas de cavalaria aos Estados Gerais e falara nos oficiais a que respeitava o capítulo 14 e fora-lhe dito que o Império os providenciaria, segundo o que acordara o conde de Goes; ➤ príncipe de Baden passara o Danúbio; ➤ de Lisboa, FSP recebera ordens para providenciar tecidos que tapassem carros com armas; ➤ anterior cozinheiro de José da Cunha Brochado passaria a servir DLC, havendo chegado recentemente ao encontro de FSP, pedindo-lhe dinheiro para rumar a Londres.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Fagel nomeado general de tropas na campanha peninsular; ➤ segundo notícias de Viena e Dusseldorf, o arquiduque estaria no mês

		<p>corrente em Londres, partindo passados três dias para Lisboa;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ esperava-se a rendição de Limburgo; ➤ franceses haviam tomado Brisac.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segundo notícias de Viena, o arquiduque seria aclamado a 08 e partiria a 12, do mês seguinte; ➤ príncipe de Baden armara guarnição em Ausbourg; ➤ futuro cozinheiro de DLC estaria em Amesterdão, aos cuidados de Alexandre Nunes da Costa.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Relação de despesas do futuro cozinheiro de DLC, da sua viagem até Londres.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 14 do corrente ➤ crimes de soldados ingleses em zonas civis no continente; ➤ Estados Gerais tentando que Portugal fosse obrigado a providenciar carruagens ao contingente de 4000 homens das Províncias Unidas para a campanha peninsular; ➤ arquiduque aclamado rei de Castela em Viena e de partida para Londres agendada para breve; ➤ o futuro cozinheiro de DLC partira neste dia para Inglaterra.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquiduque partira a 19 de Viena; ➤ conde de Stirum batido pelo marquês de Villars; ➤ FSP recebera instruções portuguesas acerca dos panos que tapassem armas transportadas em carros.
Outubro de 1703	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquiduque chegaria a Dusseldorf possivelmente antes de 09 do corrente; ➤ FSP pedira em conferência nos Estados Gerais que fossem apressadas as equipagens e nomeações de oficiais; ➤ FSP não vira mais do que 12 navios na frota que se preparava para comboiar o arquiduque, nas Províncias Unidas, mais 15 que se lhe juntariam em Inglaterra, pedindo a DLC que pressionasse a corte inglesa a aumentar esse número e também a adiar os quartéis de Inverno.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP teme que o número de navios holandeses da frota do arquiduque seja reduzido para nove;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ enviado de Inglaterra nas Províncias Unidas dissera a FSP que os Estados Gerais consideravam que Portugal deveria pagar os generais que eles enviassem para a campanha peninsular; ➤ nos Estados Gerais fora dito a FSP que milícias estrangeiras não deveriam ser comandadas por generais portugueses; ➤ FSP prevê disputas entre oficiais na campanha peninsular.
09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 do corrente; ➤ Após audiências de FSP nos Estados Gerais, haviam os generais sido inquiridos sobre o tempo que poderiam ficar a mais na campanha; ➤ frota holandesa que comboiaria a viagem do arquiduque fora aumentada para 24 navios; ➤ DLC noticiara a FSP a chegada ao seu encontro do seu novo cozinheiro.
12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Enviado inglês nas Províncias Unidas fora pressionado nos Estados Gerais para instar junto da sua rainha para que aumentasse também o número de navios a comboiar o arquiduque; ➤ seis dos navios holandeses desta armada estariam ainda no Mediterrâneo, pelo que poderiam não chegar a tempo de integrar a frota.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ disputas entre coronéis a respeito de vestimentas de soldados, entretanto resolvidas; ➤ arquiduque teria chegado a Dusseldorf e príncipe de Liechtenstein escrevera ao conde de Goes para rumar àquela corte acompanhado de deputados dos Estados Gerais e possivelmente do próprio FSP; ➤ prontos 18 navios holandeses para a viagem do arquiduque, que aguardavam outros seis vindos do Mediterrâneo; ➤ reprodução escrita do retrato do arquiduque por parte de FSP, a partir de relatos que recebera de Hanôver; ➤ duque de Marlborough estaria em Dusseldorf e passaria, em 8 dias a Haia; ➤ morte de José de Faria e promoção do bispo de Elvas a secretário de estado.

	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ navios holandeses do Mediterrâneo não conseguiriam chegar a Haia devido às forças navais do conde de Toulouse que as esperavam perto daquele porto, e o tamanho da frota poderia mesmo ser reduzido para os iniciais 12 navios; ➤ duque de Vendôme recrutava entre as forças de Saboia por suspeita de que o duque de Saboia teria negociado com a Grande Aliança; ➤ FSP remete a DLC cópias de cartas de José da Cunha Brochado e Diogo de Mendonça Corte Real.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No dia seguinte, o arquiduque partiria de Dusseldorf para as Províncias Unidas.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na Alemanha, os franceses somavam vantagem; ➤ chuvas contínuas obrigavam à montagem de quartéis de Inverno; ➤ carta de José da Cunha Brochado, de 13 do corrente, confirmara o desarmamento das tropas de Saboia pelo duque de Vendôme.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough e condes de Sinvendorf e Wratislaw em Haia; ➤ Landau sitiada; ➤ na véspera, haviam chegado cartas para Ana de Inglaterra e duque de Marlborough, da parte de Saboia, pedindo socorros e reconhecendo o arquiduque Carlos como rei de Espanha; ➤ na véspera, FSP organizara um jantar no qual haviam marcado presença o general Rooke, duque de Marlborough e ministros imperiais.
Novembro de 1703	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo chegara a Haia a 03 do corrente, tendo sido FSP a recebê-lo e o primeiro a receber audiência sua, a bordo dum navio; ➤ FSP receberia na noite presente, para jantar, a comitiva do arquiduque e o duque de Marlborough; ➤ FSP discute com DLC questões de uma encomenda que lhe fizera o marquês de Marialva.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP, em cartas 26 e 27 do passado, que John Methuen dera entrada em Lisboa e Rouille saíra, e que o conde de Toulouse preparava 26 navios para rumarem a Cádiz; ➤ FSP conferenciara com o príncipe de Liechtenstein e ministros imperiais sobre a viagem do arquiduque; ➤ Landau, mesmo sitiada, defendia-se.

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ notícias alemãs sobre Itália davam conta de uma vitória do conde de Starenberg sobre duque de Vendôme.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na véspera, um conselho de guerra em Roterdão discutira o número de navios do comboio que escoltaria Carlos de Habsburgo; ➤ vitórias na Hungria sobre os rebeldes. ➤ Landau defendia-se e aguardava socorros; ➤ duque de Saboia recebera socorros alemães do Danúbio.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Partida de Carlos de Habsburgo para Portsmouth, Inglaterra, condicionada pela presença de forças navais francesas em Dunquerque, e o próprio José da Cunha Brochado escrevera a FSP alertando para este facto; ➤ Landau poderia ser palco de um grande combate, segundo notícias sobre o príncipe de Hessen Cassel; ➤ FSP solicita a DLC que dê conhecimento sobre a questão dos panos a João Mendes da Cunha, que os entregaria ao marquês de Marialva.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP marcara presença na tentativa de partida de Carlos de Habsburgo para Portugal, impossibilitada pelo nevoeiro cerrado.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Viagem de Carlos de Habsburgo sem execução devido a tempestades; ➤ FSP enviara em quatro navios e acompanhadas de dois homens as encomendas que lhe haviam sido feitas pela corte portuguesa; ➤ as tropas de Luxemburgo não haviam querido marchar sobre Landau sem ordens do eleitor de Hanôver.
27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 06, 09, 16 e 21 do corrente; ➤ Estados Gerais recusavam-se a ratificar dois artigos da liga defensiva, o que levava FSP a conferenciar com o pensionário e alguns deputados, como haviam feito Wratisslaw e Stanhope; ➤ FSP fora informado que da esquadra de dezoito navios que escoltariam o arquiduque a Portugal, seis ficariam em Lisboa; ➤ a comitiva de Carlos de Habsburgo aguardava ainda ventos favoráveis para rumar a Inglaterra; ➤ FSP debate com DLC o papel do príncipe d' Armsdtadt na questão peninsular; ➤ Landau rendera-se;

Dezembro de 1703		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP questiona DLC se recebera correspondência do conde Chateueneuf.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de correspondência da parte da corte remetida por DLC; ➤ na véspera houvera uma conferência nos Estados Gerais com todos os ministros aliados, na qual se lera uma resolução das Províncias Unidas ao Império para coligar mais estados do seu tecido na guerra a França e Espanha; ➤ a Companhia Oriental viria à assembleia dos Estados Gerais debater os dois pontos da liga defensiva que se encontravam pendentes na ratificação do tratado de aliança; ➤ em Itália, o conde de Steremberg havia batido Vaudemont, o que fizera o duque de Vendôme viajar de Asti, Sabóia, a Milão.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo deveria partir no dia seguinte para Roterdão; ➤ Belcastel poderia ser nomeado general maior pelos Estados Gerais. ➤ Estados Gerais debatiam ainda nomeações de oficiais para a campanha peninsular.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de parte de DLC, de 27 e 30 do passado; ➤ tropas imperiais haviam tomado Hamburgo no Palatinado, o que lhes servira para estabelecimento de quartéis de Inverno; ➤ correspondência dos Países Baixos dizia a FSP que desfilavam tropas do eixo franco-espanhol para Portugal, mas Diogo de Mendonça Corte Real e José da Cunha Brochado diziam-lhe que essas forças não eram significativas e que havia deserções entre elas; ➤ FSP solicita a DLC que requisitasse proteção à frota portuguesa do Rio de Janeiro, estado do Brasil, a qual se suspeitava poder vir a ser alvo de ataque de corsários franceses; ➤ Carlos de Habsburgo aguardava ainda vento favorável para rumar a Portsmouth; ➤ José da Cunha Brochado informara FSP que seriam quarenta os navios do conde de Toulouse que ameaçavam Cascais, Portugal.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ No Sábado anterior, um furacão destruíra embarcações em Haia.
14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Uma embarcação carregada de bombas da esquadra de Schovel dera à costa nas Províncias Unidas; 	

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ o parlamento inglês resolvera-se pela disponibilização total de suas milícias na Liga; ➤ FSP tenta obter trompetes e atabaleiros, a pedido da corte e agradece a DLC por um recado seu que ele transmitira ao conde de Tarouca; ➤ Augsburg sob ataque pelas tropas de Baviera.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 14 do corrente; ➤ ventos desfavoráveis atrasam a viagem de Carlos de Habsburgo; ➤ FSP recebe pedidos de capitães para integrarem a armada de escolta do arquiduque a Portugal.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP solicita a DLC que receba e acolha o portador da presente carta, que seria um sacerdote grego da Ordem de S. Basílio.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Wratislaw partira na véspera para Roterdão; ➤ o general Rooke dissera, na véspera, a FSP, que em sete ou oito dias a armada de escolta ao arquiduque deveria partir para Portsmouth.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ FSP enviara entre oitenta e cem barris de biscoitos para Portugal; ➤ condes de Wratislaw, Massey e Stepney partiriam na manhã seguinte para Inglaterra.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Arquiduque deveria partir no fim da semana seguinte.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Wratislaw partira na véspera de madrugada, para Londres.
	s.d	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Francês.
Janeiro de 1704	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo teria embarcado neste dia; ➤ FSP remete carta para o bispo de Elvas, por DLC; ➤ duque de Villeroy encontrava-se em Antuérpia, Países Baixos.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pergunta a DLC se o general de Calemberg se encontrava naquele momento em Portsmouth; ➤ Corsário francês aprisionara navio com carroças, granadas e morteiros com destino a Portugal; ➤ FSP remete carta para marquês de Marialva.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Franceses erguem forte em Lille.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP tem enviado o seu secretário aos portos de Haia e Portsmouth, de modo a estar a par do estado de provisões enviadas aos soldados portugueses (biscoitos e manteiga);

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ notícias de José da Cunha Brochado dão conta de diligências francesas no sentido de vencer o duque de Saboia; ➤ revoltas na Hungria.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede a DLC que lhe confirme a falta de notícias portuguesas; ➤ vantagem imperial em Itália.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo teria partido a 12 do corrente para Lisboa, na frota de Calenberg.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Forte de Stradella, Piemonte, tomado pelas forças imperiais; ➤ duque de Baviera e franceses em quarteis de Inverno.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC: 01, 05, 06 (Portsmouth), 11, 15, 18, 22 e 26 do corrente; ➤ DLC terá visto Carlos de Habsburgo em Portsmouth, no embarque para Lisboa; ➤ FSP pedira ao pensionário mais paquebotes para Lisboa, que lhe dera razão, bem como os outros ministros, que se haviam comprometido a abordar este assunto também com a corte inglesa; ➤ novas nomeações, nas Províncias Unidas, em patentes; ➤ Brandeburgo enviara 7 000 novos homens para reforçarem o corpo imperial.
Fevereiro de 1704	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough tivera conferência com os deputados de Haia; ➤ José da Cunha Brochado enviara notícias a 18 do passado sobre marchas imperiais no Piemonte.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 01 do corrente; ➤ negociações em curso para o envio de forças navais a Portugal.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough intercedera a pedido de FSP pela embarcação de biscoitos para Portugal; ➤ FSP pergunta a DLC se este enviara trombetas ou atabaleiros para o conde de Tarouca.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 07 e 08 do corrente; ➤ Stepney de partida para Viena; ➤ FSP remete gazeta a DLC.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de José da Cunha Brochado sobre avanço de tropas francesas para Espanha.

	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 14 do corrente, a partir de Portsmouth; ➤ um criado de FSP confirmara o envio de toda a carga de biscoitos a Portugal.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough em Haia; ➤ negociações em curso sobre expedientes militares; ➤ FSP apresenta sucessivas memórias aos Estados Gerais.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP lamenta que a França por um lado e as rebeliões na Hungria por outro não permitam ao Império assegurar uma paz geral na Europa.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 do corrente; ➤ FSP enviara morteiros para Portugal via-DLC; ➤ rei da Polónia em risco de perder o trono.
Março de 1704	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Revoltas na Hungria.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de José da Cunha Brochado dão conta do receio francês de que Veneza opte pelo partido imperial; ➤ FSP suspeita que o eleitor de Brandeburgo se incline para a causa francesa.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 26 e 29 do passado; ➤ negociações em curso nas Províncias Unidas sobre nomeações de generais.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 14 do corrente; ➤ FSP falara com o conde de Goes sobre as negociações das idas de armadas a Portugal.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 18 do corrente; ➤ pensionário de Frísia nomeado general de Inglaterra.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo teria chegado a Lisboa a 05 do corrente, segundo notícias de França; ➤ Roque Monteiro Paim solicitara armas a FSP; ➤ Notícias da Suíça favoráveis a Saboia.
Abril de 1704	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 23 e 25 do corrente; ➤ notícias de José da Cunha Brochado sobre grande armamento naval em França.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Boatos sobre tentativa de morte do duque da Baviera por

		<p>envenenamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ ativas rebeliões na Hungria; ➤ FSP pede a DLC que inste Stanhope a escrever a Haia por causa do negócio do milhão.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Remete gazeta a DLC.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 01 e 01 do corrente; ➤ em suspenso o negócio do milhão.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Novos generais nas Províncias Unidas.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Gazeta holandesa noticia falsa morte de Ana de Inglaterra; ➤ FSP remete a DLC lista de generais nomeados nos Estados Gerais; ➤ continuam as negociações sobre o empréstimo.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rebeldes da Hungria submetidos a obediência ao imperador; ➤ encontro entre FSP e duque de Marlborough na véspera, havendo-se falado na questão do empréstimo; ➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP comunicando que passaria às Províncias Unidas dentro de duas semanas.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas inclusas.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Desenvolvimentos sobre os diálogos com duque de Marlborough acerca do empréstimo.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Remete carta a DLC.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 e 27 do corrente; ➤ duque de Marlborough considerava impossível resolver a questão dos cavalos a tempo da campanha.
Maio de 1704	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP expressa preocupação sobre a possibilidade de os Franceses se juntarem ao duque de Baviera no Reno.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough pretendia encaminhar tropas para o Mosela, havendo partido na véspera para Matrique; ➤ Agendado jantar entre FSP e Wratistlaw, que partiria na madrugada seguinte ao encontro de Luís de Baden.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough em Coblença; ➤ Recuos na submissão dos rebeldes húngaros.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Teme-se a junção das tropas francesas e de Baviera no Reno.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Alemanha dão esperança de que os Franceses não se juntem a

		Baviera no Reno.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Falta de notícias da parte de DLC e Lisboa desde 04 do passado; ➤ cartas de José da Cunha Brochado advertem para um poder fortíssimo de Espanha e França.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Prevista uma grande ação do exército imperial contra o de Baviera; ➤ duque de Marlborough em Coblença.
Junho de 1704	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Conde de Wratislaw e filho de Stanhope em Haia; ➤ Tropas imperiais haviam vencido as de Baviera no Alto Reno; ➤ Stanhope com instruções de sugerir nos Estados Gerais que se apresse a ida do arquiduque a Portugal.
	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Remete gazeta a DLC.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP debate com DLC qualidades dos generais Rooke e Schovel.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 03 e 06 do corrente; ➤ remete gazeta e ofício.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera carta de José da Cunha Brochado, de 07 do corrente, noticiando a tomada espanhola de Castelo Branco, que era guardada por oitenta holandeses, e a partida do conde de Toulouse por mar para atacar Setúbal.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ De França, chegam notícias da tomada de Castelo Branco a Portugal e derrota de Fagel; ➤ FSP aguarda José da Cunha Brochado, pois já lhe enviara ordem de D. Pedro II para regressar a Portugal; ➤ exércitos do eleitor e príncipe de Baden perto de Ulm, cidade imperial.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 10 e 13 do corrente, com Instruções inclusas; ➤ FSP tem apresentado memórias aos Estados Gerais devido à pressão marítima francesa nos portos portugueses; ➤ FSP agradece a DLC pelas notícias de Portugal, pois diz que as mesmas lhe faltam através de Lisboa; ➤ remete gazeta e ofício a DLC.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta ilegível; ➤ D. Pedro II perto de Santarém.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 20 do corrente;

		➤ remete gazeta a DLC.
	27	➤ Armada francesa obrigada a retirar da costa portuguesa.
Julho de 1704	01	➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 24 e 27 do passado; ➤ exército de duque de Marlborough reunira-se com o de Baden.
	04	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 01 do corrente, com Instruções datadas de 14 do passado; ➤ dois regimentos para Portugal; ➤ bombardeamento de Bruges pelos Aliados.
	08	➤ General Ronquillo derrotado pela Liga na Beira; ➤ notícias da retomada portuguesa de Portalegre.
	08	➤ Duque de Marlborough atacara Baviera.
	11	➤ José da Cunha Brochado escrevera a FSP, de Roterdão, informando da sua chegada a Haia neste dia.
	15	➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 04 e 09 e 11 do corrente; ➤ Stanhope informara FSP que Ana de Inglaterra destacara mais dois regimentos de 1 500 homens; ➤ Galway nomeado para substituir Schomberg; ➤ José da Cunha Brochado chegara a Haia a 11 e FSP acolhera-o; ➤ Inglaterra pressionara Portugal a redeclarar guerra a França; ➤ pensionário recuara no compromisso diante de FSP sobre o envio de uma armada a Portugal, garantindo apenas que ela iria a Inglaterra.
	18	➤ FSP comenta o ritmo das resoluções das Províncias Unidas; ➤ José da Cunha Brochado partira na véspera para Amesterdão; ➤ Galway partira entretanto para Lisboa.
	22	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 18 do corrente; ➤ Ana de Inglaterra disposta a ceder mais reforços para Portugal; ➤ Stanhope propusera ao pensionário que representasse aos Estados Gerais três regimentos de refugiados que Ana de Inglaterra queria fazer passar a Portugal; ➤ FSP tem enfrentado dificuldades na conclusão das negociações para aumentar as contribuições holandesas para Portugal.
	25	➤ Paris teme a deserção de soldados irlandeses do comando de Berwick.
	29	➤ Bombardeamentos em Namur, Países Baixos.

Agosto de 1704	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, com maço de Lisboa incluso; ➤ FSP lamenta os insucessos militares portugueses porque dificultam as negociações aos diplomatas; ➤ FSP dialogara com o pensionário sobre as dezoito companhias que Ana de Inglaterra queria providenciar para a guerra na península; ➤ Lisboa avisara FSP da ida de mais um ministro português a Inglaterra e Províncias Unidas, acreditando ele tratar-se do visconde Fonte Arcada.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Galway partira entretanto para Lisboa; ➤ José da Cunha Brochado prestes a embarcar para Lisboa.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na véspera, FSP acompanhara José da Cunha Brochado a Roterdão; ➤ ainda em curso as negociações sobre as dezoito companhias de refugiados.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 29 do passado e 01 e 05 do corrente; ➤ FSP pede a DLC que insista com os secretários de estado de Inglaterra a pressionarem as Províncias Unidas a cederem no aumento das tropas, assim como tem o próprio feito em Haia, juntamente com Stanhope; ➤ FSP tem feito boa publicidade do chefe de estado inglês em Haia pela sua condução das negociações; ➤ teriam entretanto chegado do Índico navios holandeses para se juntarem à frota inglesa com destino a Portugal.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP expressa dúvida da boa intenção das Províncias Unidas em anuírem com a rainha de Inglaterra no envio dos três regimentos a Portugal; ➤ José da Cunha Brochado partira na véspera para Londres.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Espanha e França noticiando a marcha de 5 000 homens contra Portugal.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP debate com DLC questões de artigos do tratado de aliança; ➤ FSP agenda dialogar no dia seguinte com o pensionário e ministros imperial e inglês em Haia.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough soma vitórias no Danúbio; ➤ FSP teria conferência nos Estados Gerais, no sentido de discutir questões em aberto das negociações, na semana seguinte;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ agendada para 06 de Setembro a partida de navios para Portugal.
Setembro de 1704	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 29 do passado; ➤ FSP expressa-se a favor de uma tomada de Gibraltar; ➤ na véspera, fora assinado um compromisso em casa de FSP, pelo presidente do conselho de Estado das Províncias Unidas, para marcharem dois regimentos na frota, além de munições e armas; ➤ FSP e os ministros inglês e imperiais encontravam grandes dificuldades em conseguirem dos Estados Gerais a execução de todos os compromissos dos tratados de aliança.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta portuguesa, de 18 do passado; ➤ FSP pergunta a DLC por José da Cunha Brochado; ➤ segundo carta de Alexandre Nunes da Costa, havia chegado um paquebote português a Roterdão, com cartas de 26 do passado, noticiando estarem as frotas da Baía e Rio de Janeiro na Barra; ➤ frotas baleeiras e do Báltico em Haia; ➤ ventos contrários atrasam a ida de trigo a Portugal; ➤ a Liga pede 2 000 portugueses para socorro na conservação de Gibraltar; ➤ FSP questiona DLC se conhece um clérigo português em Londres chamado José de Noronha.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias francesas dão conta da destruição de uma armada aliada no Mediterrâneo.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Latim
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Destruição de armada aliada pelos franceses no Estreito.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias aliadas contrariando vitória francesa no Estreito.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 19 do corrente; ➤ Inglaterra determinada em aumentar milícias em Portugal, havendo o secretário de estado inglês comunicado ao pensionário nesse sentido; ➤ Stanhope, FSP e conde de Goes, têm pressionado o pensionário das Províncias Unidas para convencer os Estados Gerais a aumentarem os seus efetivos para a campanha peninsular; ➤ FSP teme que as Províncias Unidas não cumpram na questão dos contingentes militares, o que o leva a insistir com DLC que faça

		<p>diligências em Londres para que se pressione a outra potência naval e que a corte em que serve também ela delibere o aumento das forças militares;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ segundo instruções de Lisboa, FSP tem solicitado aos Estados Gerais que sejam repartidas pelas potências da Aliança as despesas feitas em Portugal na receção a Carlos de Habsburgo; ➤ FSP questiona DLC se José da Cunha Brochado se encontra hospedado em sua casa.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP aguarda audiência nos Estados Gerais, em que obtenha respostas aos sucessivos memoriais que lhes tem apresentado e suspeita que essas só cheguem através de pressão inglesa.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP fora informado que os Estados Gerais responderiam brevemente aos seus memoriais e à carta de D. Pedro II sobre o aumento de milícias, mas alguns ministros haviam-lhe dito que a república não poderia entrar em mais despesas, pelo que poderia eventualmente conceder empréstimos e Inglaterra ser responsável pelos corpos militares.
Outubro de 1704	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 23 e 26 do passado; ➤ FSP considera que o aumento das forças militares em Portugal por parte de Inglaterra se deverá à sua intenção de tomar Gibraltar, mas teme contingências do parlamento face às intenções da rainha; ➤ FSP considera que as Províncias Unidas poderão recuar no empréstimo se não tirarem dele qualquer vantagem; ➤ FSP questiona DLC que resposta recebera ele da corte inglesa relativamente à repartição de despesas entre os aliados pela receção portuguesa a Carlos de Habsburgo em Lisboa; ➤ ainda por largar os navios de escolta do arquiduque.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP torna a questionar DLC sobre as suas diligências em Londres sobre a negociação do empréstimo e milícias por parte das Províncias Unidas; ➤ navios mercantis holandeses a caminho de Portugal; ➤ FSP falara com o pensionário das Províncias Unidas e outros ministros para serem embarcados seiscentos homens para Portugal; ➤ FSP escrevera a Alexandre Nunes da Costa para apresentar ao

		Almirantado as razões de demora da largada dos navios mercantis.
	07	➤ Receção de carta de DLC, com maço de Portugal.
	14	➤ FSP debate com DLC um plano para que os Círculos de Suábia e Franconia participem nas despesas da campanha peninsular, assim poupando as Províncias Unidas da comparticipação no terço das dezoito embarcações da escolta de Carlos de Habsburgo; ➤ navio genovês aprisionado pelos Aliados.
	17	➤ Chegada do duque de Marlborough a Haia poderia ter repercussões na resolução da questão das milícias; ➤ Landau ainda sitiada, o que faz crescerem as críticas a Luis de Baden; ➤ FSP questiona DLC sobre novas de Portugal.
	17	➤ Pensionário das Províncias Unidas dissera a FSP que o sucesso do empréstimo por parte dos Estados Gerais dependia em parte da disposição da Inglaterra pagar as seis embarcações das dezoito que deveriam compor a esquadra de Carlos de Habsburgo, o que leva FSP a solicitar a DLC que insista na corte inglesa nesse sentido; ➤ FSP tem repetido diligências em Haia para o pagamento de despesas portuguesas por parte das potências aliadas.
	21	➤ FSP remete carta para José da Cunha Brochado.
	24	➤ Receção de cartas de DLC, de 10, 14 e 18 do corrente; ➤ FSP lamenta a falta de notícias vindas de Portugal; ➤ FSP pede a DLC que descortine e o informe sobre o número de tropas que Inglaterra destacaria para Portugal.
	28	➤ FSP tem instado com o pensionário, mas este informou-o que as Províncias Unidas não chegariam a conclusões sem a presença de duque de Marlborough nos Estados Gerais.
	31	➤ FSP considera que as diligências de DLC em Londres são vantajosas por se encontrar em Haia o duque de Marlborough, com quem o primeiro priva com facilidade; ➤ DLC dissera a FSP não poder solicitar uma declaração de Ana de Inglaterra sobre o aumento das tropas sem ter resposta de Lisboa, o que FSP considera ser um atraso às negociações.
T o	07	➤ Críticas de FSP a Luís de Baden devido à queda de Landau;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ duque de Marlborough tomara Treves a 29 do anterior e estaria prestes a atacar Trarbach, vindo por Berlim, Prússia, e Hanôver.
11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, de 08 do corrente; ➤ Ana de Inglaterra respondera favoravelmente às representações de DLC; ➤ FSP critica o ritmo que considera lento das Províncias Unidas em adotarem ou comunicarem resoluções; ➤ tropas irlandesas deveriam seguir para Portugal em Maio; ➤ pensionário das Províncias Unidas dissera a FSP que o duque de Marlborough deveria passar a Landau e de lá a Berlim e Hanôver e que sem ele era inútil prosseguir em negociações; ➤ FSP solicita a DLC que tome diligências em Londres para o envio de cavalos para Portugal; ➤ Estados Gerais resistem ao empréstimo do milhão sem terem a condição de não pagarem três regimentos; ➤ FSP questiona DLC se remetera a sua correspondência ao bispo de Elvas, pois só recebera a resposta de Roque Monteiro Paim.
14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Estados Gerais na disposição de atuar segundo o parecer inglês; ➤ FSP tem insistido em diligências mesmo na ausência de duque de Marlborough, na esperança de que o reforço militar não tarde a Portugal; ➤ FSP recebera cartas de Madrid, que condenavam a retirada de forças portuguesas do rio Águeda e anunciavam estar Gibraltar sitiado por mar e terra.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Latim.
18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, de 14 do corrente; ➤ FSP recebera cartas de Lisboa assinadas pelo bispo de Elvas; ➤ a chegada do duque de Marlborough a Haia deveria ser dentro de três semanas; ➤ de Portugal, FSP é informado que dois navios de Buenos Aires, Vice-reino do Perú, se encontram a caminho de Lisboa, carregados de prata.
21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rebeldes da Hungria apoiados pelos Turcos; ➤ FSP remete cumprimentos a José da Cunha Brochado e Briansson.

	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ FSP felicita DLC pelo sucesso das suas negociações em Londres.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ana de Inglaterra concede em entregar oitenta homens de marinha mais tropas de desembarque, bem como a aumentar as milícias para Portugal, ao contrário das Províncias Unidas, que FSP denuncia como indispostas a colaborarem nessa matéria; ➤ Stanhope intimara o pensionário das Províncias Unidas da parte de Ana de Inglaterra sobre a questão das milícias e do dinheiro; ➤ FSP solicita a DLC que insistia na corte inglesa sobre a questão dos cavalos; ➤ Landau prestes a capitular e Trarbach continuando a defender-se.
Dezembro de 1704	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Levantado sítio a Gibraltar; ➤ Landau ter-se-ia rendido.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 24 e 28 do passado; ➤ na sequência das diligências de DLC, Portugal deveria conseguir a entrega de três regimentos de dragões; ➤ FSP teme e suspeita que os cavalos irlandeses sejam de inferior qualidade; ➤ FSP e DLC trocam impressões sobre as decisões da secretaria de estado portuguesa; ➤ FSP critica a corte portuguesa que considera rápida nas solicitações às potências da Liga, mas lenta nas medidas de receção às tropas que aquelas lhes enviavam.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 20 do passado; ➤ FSP elogia Ana de Inglaterra e critica Estados Gerais na condução das negociações da Liga a favor do que considera ser o bem comum da mesma; ➤ FSP recebera correspondência de Paris, informando que aí se procuravam levantar 22 000 homens até final do mês para mandarem a Espanha e Itália, pedindo a DLC que avise Londres e Lisboa disto; ➤ FSP atualiza DLC sobre o negócio dos cavalos; ➤ FSP recebera instruções para tornar a solicitar nos Estados Gerais a comparticipação das potências da Aliança nas despesas da estadia do

	<p>arquiduque em Portugal;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera cartas de França com notícias de falta de socorros do eixo a Gibraltar.
12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ana de Inglaterra retrocedera quanto ao pagamento das tropas; ➤ em Haia discute-se se deve a cavalaria ser dispensada pelas Províncias Unidas ou Inglaterra; ➤ Piemonte e Hungria clamam por socorros.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ FSP critica ordens que lhe são enviadas, nomeadamente na questão da encomenda de cavalos; ➤ FSP questiona DLC o preço de cada cavalo inglês; ➤ FSP expressa espanto por da parte de Lisboa lhe dizerem desconhecerem o sítio a Gibraltar; ➤ duque de Marlborough havia chegado a Haia, mas ainda não concedera audiência a FSP.
19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ DLC tornara a interpor diligências para o pagamento dos três regimentos, para FSP conseguir das Províncias Unidas o empréstimo do milhão, por conversão de cruzados a patacas; ➤ duque de Marlborough prometera a FSP falar nas matérias de negociação pendentes ao pensionário das Províncias Unidas; ➤ FSP comenta com DLC desenvolvimentos sobre a matéria respeitante aos cavalos; ➤ FSP responde a DLC comentários sobre a corte portuguesa e o seu modo de negociar com as potências da Aliança, receber os ministros dessas potências e se coordenar com os seus embaixadores; ➤ FSP critica a atitude portuguesa de após tanto anos de paz entrar numa guerra na qual tem constantemente de pedir dinheiro aos seus aliados.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ duque de Marlborough partira nesta data para Londres; ➤ FSP pedira ao duque de Marlborough que solicitasse a Ana de Inglaterra a cedência das doze companhias e que as restantes seis ele negociaria com os Estados Gerais; ➤ Trarbach tomada.

	26	➤ Reflexões de FSP sobre negociações e desejo pela tomada aliada de Gibraltar.
	30	➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 19 e 23 do corrente.
	s.d.	➤ Carta em Castelhana, sem destinatário e autor identificados.

D. Catalogação do Cód. 177, MSA, BA CL.

Cartas de Francisco de Sousa Pacheco a D. Luís da Cunha, 1705-1706.

Data		Descrição (assuntos tratados)
Janeiro de 1705	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Francisco de Sousa Pacheco solicita a D. Luís da Cunha que requira à corte portuguesa um pedido formal para que Ana de Inglaterra proceda ao reforço dos efetivos em Portugal; ➤ Estados Gerais queixam-se de os portugueses pedirem empréstimos e solicitarem aumentos de contingentes desde o seu 1.º ano de guerra, e consideram que os ministros portugueses não votam pela causa comum.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 02 do mês corrente, na qual lhe conta a sua intenção de comprar cavalos; ➤ FSP pede a DLC que descubra qual será a dimensão do aumento das tropas por parte de Inglaterra.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Na véspera, Stanhope mostara a FSP uma lista das tropas inglesas que lhe enviara Galway; ➤ Estados Gerais haviam deixado a opção entre Galway e Fagel à decisão de D. Pedro II e arquiduque; ➤ apenas Galway manifestara preferência pela guerra ofensiva; ➤ FSP expressa-se a favor da defesa de Gibraltar; ➤ FSP queixa-se de ser o embaixador português a receber notícias de Portugal em último lugar.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de instruções, enviadas por DLC; ➤ FSP comenta a compra de cavalos por parte de DLC; ➤ notícias de Madrid contam que o conde de Tesse pedia 30 000 infantas e 10 000 cavalos;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ cartas de Madrid, de 24 do mês anterior, contam que Gibraltar não fora ainda tomado; ➤ FSP remete ofícios, via-DLC; ➤ cartas de Paris relatam dificuldades espanholas na defesa de Gibraltar, para o que os franceses haviam enviado socorros de 6000 homens.
16		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ FSP insistira com os Estados Gerais para que se cumprisse o reforço das tropas ordenado por Ana de Inglaterra; ➤ ministros estrangeiros nas Províncias Unidas de acordo que as tropas inglesas em Portugal eram insuficientes; ➤ Stanhope enviara uma lista sobre o aumento de tropas a Galway; ➤ FSP preparava um memorial sobre as tropas de desembarque; ➤ nos Estados Gerais decidira-se o envio de cavalos para as suas milícias, mais os que DLC declarara em Londres haverem sido encomendados por D. Pedro II, pelos preços de aquisição e transporte estipulados no tratado; ➤ DLC confirma a FSP que Ana de Inglaterra concordava com a posição de D. Pedro II; ➤ FSP comenta a proposta feita a DLC de ser entregue ao arquiduque uma parte da carga dos navios chegados de Buenos Aires.
20		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Nos Estados Gerais discute-se a patente de Fagel, que FSP comenta; ➤ Estados Gerais pretendem que o excesso do pagamento dos cavalos em Inglaterra, estipulado no tratado, seja descontado nos subsídios dos dois diplomatas; ➤ socorros chegados a Gibraltar; ➤ cartas dos Países Baixos falam em tropas em marcha nas fronteiras espanholas em direção àquele espaço, assim como dezasseis navios partidos de Toulon; ➤ FSP volta a pedir a DLC que peça à corte portuguesa um pedido formal para que Ana de Inglaterra proceda ao reforço dos efetivos em Portugal; ➤ Stanhope diz a FSP estar a preparar-se um regimento inglês de seis companhias para as campanhas aliadas; ➤ FSP remete a DLC uma carta do ministro dos Estados Gerais em Saboia; ➤ FSP remete uma gazeta a DLC para José da Cunha Brochado.

	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede a DLC que receba dois padres gregos das suas relações.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ DLC incapaz de precisar a dimensão do reforço das tropas inglesas em Portugal a FSP; ➤ FSP tem feito sentir a necessidade do envio dos contingentes a Portugal junto de outros ministros estrangeiros nas Províncias Unidas, o que levava Stanhope a instar junto da sua corte no mesmo sentido; ➤ FSP queixara-se aos Estados Gerais terem sido enviadas tropas portuguesas para o socorro a Gibraltar; ➤ gazetas e cartas de Madrid falam na chamada de generais portugueses na fronteira a um conselho de guerra em Lisboa.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 23 do corrente; ➤ FSP comenta uma declaração de DLC ao secretário de estado.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP teme pela saúde de D. Pedro II e que o príncipe D. João venha a governar à mercê de ministros, devido à sua imaturidade; ➤ FSP tem insistindo com outros ministros que uma mudança de reinado em Portugal não alteraria o alinhamento externo do reino na presente conjuntura; ➤ FSP aguarda notícias da parte do ministro dos Estados Gerais em Inglaterra relativamente à declaração da rainha Ana sobre o aumento dos efetivos militares; ➤ Estados Gerais teriam no presente ano o mesmo número de navios do que no anterior, porém de qualidade diferente; ➤ FSP remete um memorial a DLC, sobre o cômputo das tropas; ➤ projetos de paz em negociação, que garantem a Filipe de Anjou Castela e possessões americanas.
Fevereiro de 1705	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 27 do anterior, com maço da corte incluso, noticiando o estado de saúde de D. Pedro II.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Embaixador de Sabóia reunira com os Estados Gerais para anunciar a retirada do ducado da coligação.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comunica a DLC que soubera por um conselheiro o preço dos cavalos irlandeses, que deveriam ser pequenos e baratos para Portugal; ➤ Estados Gerais queixam-se da alegada lentidão das tropas portuguesas;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ gazetas noticiam a morte da rainha da Prússia; ➤ boatos sobre projetos de paz, que outros ministros em Haia não confirmam nem desmentem; ➤ morte do conde de Filipe de Intrerstein, estribeiro-mor do imperador e sogro do conde de Galache.
10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 30 do anterior e 03 e 06 do corrente; ➤ ausência de notícias da parte de Lisboa; ➤ FSP remete a DLC uma gazeta para José da Cunha Brochado; ➤ cartas dos Países Baixos relatam a continuação do sítio a Gibraltar; ➤ na véspera, haviam embarcado de Haia conde de Galache e Albemarle; ➤ FSP discute com DLC críticas feitas a ambos por parte da secretaria de estado; ➤ dificuldades em pagar as tropas portuguesas que protegeram as da coligação; ➤ FSP comenta a discussão de duque de Marlborough com o enviado dos Estados Gerais em Inglaterra sobre um expresso de Tallard.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP não conseguira ainda o empréstimo; ➤ ordens para saírem navios para Portugal até 15 de Março com milícias e cavalos irlandeses; ➤ FSP lamenta ausência de notícias sobre o estado de saúde de D. Pedro II; ➤ FSP pede a DLC que o avise quando pretende o duque de Marlborough partir para as Províncias Unidas.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP disserta acerca da utilidade do empréstimo para Portugal e insta DLC a que proceda em Londres para o sucesso dessa negociação.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 13 do corrente; ➤ FSP diz não haver recebido a última Instrução, de 29 de Janeiro, comunicando que o bispo secretário deveria partir para o seu bispado, e mencionando uma posta de 24 desse mês; ➤ na véspera houvera uma conferência sobre os memoriais remetidos por FSP aos Estados Gerais; ➤ FSP remete a DLC uma gazeta com notícias gerais; ➤ aparente o fim da contenda entre Galway e Fagel.

	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta por parte de DLC, de 17 do corrente; ➤FSP pede a DLC que lhe confirme posse de instrução para si, com data de 24 de Janeiro, pois o bispo do Algarve também o alertara para a importância dessa missiva; ➤FSP remete a DLC uma gazeta para José da Cunha Brochado; ➤FSP comenta reprovações da corte e contradições nas ordens entre diferentes instruções; ➤FSP comenta as críticas dirigidas a si pela corte relativamente a ter-se servido do arbítrio de DLC para o pagamento do regimento disponibilizado pelos Estados Gerais; ➤FSP considera que a demora das instruções em chegarem a si dificulta a sua ação negociadora e fá-lo refletir e agir segundo o seu juízo; ➤outro ministro dissera a FSP que fora decidido o envio de tropas de desembarque para Portugal; ➤FSP desacredita que Roque Monteiro Paim tenha protestado juntamente de Schonenberg o atraso de cinco meses dos subsídios dos embaixadores portugueses e elaborara ele próprio um memorial aos Estados Gerais sobre essa falta.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 9 do corrente; ➤FSP temia a humilhação das potências marítimas caso franceses e espanhóis recuperassem Gibraltar; ➤espera-se resposta de outras províncias sobre o empréstimo do milhão; ➤2 400 homens para desembarcarem em Lisboa; ➤FSP comenta o reconhecimento da corte da ação de DLC relativamente à compra dos cavalos.
Março de 1705	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤Novas de Madrid e Países Baixos confirmam uma saída dos sitiados de Gibraltar.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤Cartas de Madrid, de 18 de Fevereiro, comunicavam uma perda de gente em Gibraltar maior do que a publicada, do que haviam resultado desavenças entre franceses e espanhóis; ➤cartas dos Países Baixos falam em conflitos entre líderes militares franceses e bávaros e de que muitos soldados haviam desertado por haver culminado o seu tempo de serviço;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ discute-se o pagamento dos subsídios dos embaixadores portugueses, conforme nos tratados; ➤ concluída a negociação do empréstimo do milhão; ➤ mais de setecentos soldados para desembarcarem em Lisboa; ➤ FSP acredita que a armada inglesa não esperará pela das Províncias Unidas; ➤ FSP recebera notícias de estarem os Aliados em marcha para o Mosela.
10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 06 do corrente; ➤ ausência de notícias de Portugal; ➤ FSP aguarda que cartas de Paris e Países Baixos lhe confirmem a defesa de Gibraltar e que lá tenham chegado socorros vindos de Lisboa; ➤ FSP comenta a entrega de 10 000 cruzados ao arquiduque Carlos da parte de Portugal; ➤ duque de Lorena requer a neutralidade; ➤ navios ingleses desembarcados para Portugal; ➤ notícias de França falam na partida de sessenta navios para o Mediterrâneo; ➤ carta de Paris relata a chegada de um navio inglês a Gibraltar, com quinhentos homens; ➤ FSP remete a DLC uma carta para Crecy, que se encontrava prisioneiro, e solicita ao colega que interceda a favor daquele, pois os seus pais eram seus conhecidos.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Luís de Baden aguarda por duque de Marlborough.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Paris noticiam vitórias de duque de Vendôme; ➤ FSP pede novas a DLC sobre a partida dos navios para Portugal.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede novas a DLC sobre o envio dos cavalos a Portugal; ➤ frota com soldados e cavalos prepara largada de Haia para Lisboa; ➤ FSP recebera carta com a notícia de que o Marechal Villars chegara a Metz; ➤ duque de Marlborough aguardado no Mosela; ➤ gazeta de Antuérpia conta que o duque de La Feniltade tomara Vila Franca, Portugal.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Ainda em falta o parecer de três províncias sobre o empréstimo do

		<p>milhão;</p> <p>➤ defesa de Gibraltar solidifica-se com a chegada de vinte navios vindos de Lisboa;</p> <p>➤ Villars tornara Metz.</p>
	31	➤ Gibraltar ainda por tomar.
Abril de 1705	03	<p>➤ Embarque de cavalos para Portugal, graças a DLC, em 4 grandes navios de guerra;</p> <p>➤ esquadras a caminho de Gibraltar, a partir de Lisboa;</p> <p>➤ FSP questiona DLC se José da Cunha Brochado partira para Lisboa na esquadra que transportava os cavalos.</p>
	07	➤ FSP remete gazetas para DLC.
	10	<p>➤ FSP remete a DLC conteúdo de carta de Paris recebida pelo pensionário;</p> <p>➤ FSP manifesta receio de que o rei sueco tentasse entrar na Saxónia, com o apoio de Luís XIV e diz que os ministros suecos confirmavam comprometimento com os interesses franceses.</p>
	14	<p>➤ Sucessos dos aliados em Gibraltar, cujos relatos FSP remete a DLC;</p> <p>➤ duque de Marlborough aguardado neste dia em Haia.</p>
	17	<p>➤ FSP soubera por um conhecido do conde de Brianson que José da Cunha Brochado permanecia em Londres e remete-lhe carta;</p> <p>➤ duque de Marlborough permaneceria em Haia oito ou dez dias por estar para fazer revista a Breda, de onde algumas tropas suas marchariam para Treves;</p> <p>➤ Luís de Baden era suposto estar a 25 do corrente com todo o seu exército em campo.</p>
	21	➤ Cartas de França noticiam a morte do duque de Bretanha em 13 do corrente.
	24	<p>➤ Sitio a Gibraltar levantado, segundo notícias de Zelanda;</p> <p>➤ um expreço de Treves conta que 53 000 franceses estavam perto de Saarbrucken, Lorena.</p>
	28	➤ Villars atacara Hamburgo, cujas notícias FSP remete gazeta a DLC.
	de	01

05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP instara com o pensionário para que a partida da esquadra para Lisboa não fosse primeiro a Londres, contrariamente a instruções inglesas; ➤ a secretaria de estado comunicara a FSP que DLC confirmara a conclusão do negócio do empréstimo do milhão, quando estava ainda em falta o consentimento de duas províncias para o mesmo; ➤ duque de Marlborough deixara Haia na véspera, em direção ao Mosela; ➤ FSP fora visitado por um português que não se quisera identificar e se dissera chegado de Londres e lhe pedira um passaporte para rumar a França.
08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Viena falam no risco de vida do imperador; ➤ ministro de Saboia tivera audiência com o pensionário; ➤ FSP remete a DLC um ofício.
09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 do corrente e 22 e 29 do passado; ➤ partida uma armada de Inglaterra para Portugal; ➤ tomada portuguesa de Albuquerque, Espanha.
15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC de 05 do corrente; ➤ noticias de Paris sobre delicado estado de saúde de D. Pedro II e morte do imperador a 05 do corrente; ➤ FSP pede a DLC que lhe confirme que navios partidos de Haia para Lisboa haviam estacionado em portos ingleses, para se juntarem a esquadras desse reino e nas quais José da Cunha Brochado poderia embarcar.
19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 15 do corrente; ➤ navios holandeses na boca do Mosa há dez dias; ➤ Stanhope dissera a FSP que os navios ingleses se encontravam mais prontos do que os holandeses.
22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segundo gazeta de Antuérpia, o Marquês de Tui havia entrado em Almeida, Portugal, com 3000 homens.
26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 22 corrente; ➤ FSP motiva DLC a pressionar a corte inglesa a apressar a partida dos navios aliados para Portugal;

Junho de 1705		<ul style="list-style-type: none"> ➤ segundo uma carta de Paris, que FSP remetera a DLC, Eugénio de Saboia quisera passar a Silésia, mas perdera setecentos homens.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomada portuguesa de Salvaterra e sitio a Valença de Alcântara, Espanha, confirmadas por cartas espanholas de 13 do corrente.
	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tomada portuguesa de Valença confirmada por cartas que FSP recebera de Bruxelas e Paris; ➤ confrontos no Piemonte entre tropas do duque de Vendôme e imperiais.
	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete ofício para DLC.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP desconfia que seus ofícios sejam abertos pelo pensionário, pelo que os remetera anteriormente a DLC sob a capa do conde de Brianson e pede ao enviado português em Inglaterra que lhe confirme boa receção dos mesmos; ➤ duque de Vendôme perdera já bastantes cavalos e homens; ➤ armadas aliadas estacionadas em Plymouth, Inglaterra.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta danificada ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 08 do corrente; ➤ FSP pede a DLC que seja mais conhecedor das conversas tidas na corte e parlamento ingleses.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP pede a DLC a confirmação do envio de seus ofícios; ➤ Eugénio atravessara o Óglio e fizera oficiais prisioneiros; ➤ no Mosa, espera-se que duque de Marlborough proceda a um assalto; ➤ conde de Sunderland recebera Instruções para tornar a Londres.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP comenta as contendas entre generais estrangeiros em Portugal e lembra que não recebera instruções para falar sobre este assunto nos Estados Gerais; ➤ pensionário ameaçara FSP de atrasar os subsídios caso as manufaturas da república tivessem dificuldades em entrar no mercado português; ➤ enviados inglês e imperial na república ajudam FSP a conseguir que Schonenberg pague em Lisboa o empréstimo do milhão visto haver já chegado consentimento das duas províncias em falta; ➤ FSP comenta o envio de uma carta de Ana de Inglaterra a D. Pedro II com vista a que se facilite a entrada do arquiduque na campanha;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ chegada de navios a Portugal, com armas e cavalos irlandeses; ➤ no Mosela, tropas prussianas marcham com o príncipe de Baden; ➤ FSP recebe visita do conde de Goes.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 16 do corrente; ➤ armada inglesa tem partido para Lisboa.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough aguarda por se lhe juntarem tropas da Prússia; ➤ cartas de Paris noticiam tomada portuguesa de Badajoz; ➤ FSP remete carta do Núncio de Colónia.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acredita que o exército do Mosela chegará brevemente ao Mosa, temendo que Villars proceda a uma invasão pela Alemanha; ➤ cartas de Madrid falam na itinerância da corte espanhola.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 23 do corrente; ➤ duque de Marlborough terá chegado ao Mosa, para se juntar às tropas do Mosela; ➤ franceses haviam largado o sitio de Liège; ➤ núncio de Bruxelas nas Províncias Unidas para arbitrar a querela entre católicos e jansenistas, visitando FSP diariamente.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete carta de Gaspar de Andrade, presente em Haia e que dirigira a campanha que se erigira na Índia, para seguir para Lisboa.
Julho de 1705	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tropas palatinas largaram Tréves, bem como Sarrebourg, Lorena; ➤ núncio de Bruxelas de volta a essa cidade.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 27 e 30 do passado, e 03 do corrente; ➤ FSP manifesta desejo que Sunderland vá a Viena e retire Luis de Baden da campanha; ➤ FSP conta a DLC que Gaspar de Andrade lhe dissera suspeitar de um capitão que não comparecera em casa, em Amesterdão, antes permanecendo no navio no porto de Tessel, e que nem lhe entregara papéis que devia; ➤ FSP recebera dinheiro de judeus que pertenciam à Companhia dos Negros e do próprio Gaspar de Andrade, que também intervinha no negócio.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 07 do corrente;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤duque de Marlborough escrevera a FSP informando que o exército inimigo se reforçara com 40 batalhões e 63 esquadras; ➤Eugénio passara entretanto o Óglio; ➤FSP remete gazeta.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 10 do corrente, com instruções inclusas, informando do mau estado de saúde de D. Pedro II; ➤Sunderland informara FSP que partiria brevemente para Viena; ➤Villars tomara entretanto Weissenburg, cidade-livre imperial; ➤FSP remete gazeta.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤Sluy fora tomado a 11, daí resultando 650 prisioneiros.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 11 do corrente.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP fora visitado por Sunderland e Stanhope na véspera, que lhe pediram intercedência junto do rei português no sentido de se resolver a querela dos generais; ➤FSP pede que DLC receba da sua parte dois frades portugueses, um do Carmo, vindo de Roma, outro um Franciscano, de Xabregas; ➤Sunderland dissera a FSP que o duque de Marlborough não atravessara o rio.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de cartas da parte de DLC, de 21 e 24 do corrente; ➤FSP considera que os Estados Gerais tratam os Portugueses como aos russos; ➤conspirações na Escócia.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP remete carta para Gaspar de Andrade.
Agosto de 1705	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 31 do passado.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤Notícias de França dizem que as forças de Luís XIV haviam passado Bruges; ➤FSP e DLC trocam tratados de paz.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 05 do passado; ➤Roque Monteiro Paim pedira a FSP, em 13 do passado, informações sobre alegados emissários de França que haveriam estado em Haia com propostas de paz, de que Schonenberg fizera referência em Lisboa; ➤em Haia estivera recentemente um emissário do duque de Baviera;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera notícias de Lisboa sobre a viagem do arquiduque Carlos à capital portuguesa; ➤ FSP diz sentir desconfiança em Haia relativamente aos generais e ministros portugueses; ➤ DLC remetera a FSP cópia de carta de Peterborough; ➤ Jesuítas em risco de serem expulsos de Haia.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP intercedera junto de ministros em Haia para que a armada anglo-neerlandesa invernasse em Lisboa.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de uma carta da parte de DLC.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ O exército da Liga pusera-se em marcha dois dias antes.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Os generais e ministros da Liga haveriam mencionado em Lisboa uma sublevação catalã.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 20 do corrente; ➤ FSP remete cópia de carta do duque de Marlborough; ➤ FSP fora visitado pelo Agente das Províncias Unidas, que trouxera a resolução que essas haviam tomado sobre a memória que ele lhes apresentara sobre o estacionamento das esquadras em Lisboa.
	22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ <i>Extrait du registre des resolutions des Hauts Puissans Seigneurs Etats generaux des Pays bas unis.</i>
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Paris informam sobre uma vitória importante do duque de Vendôme sobre Eugénio; ➤ FSP remete cartas dos deputados e generais holandeses sobre os ataques; ➤ vitória imperial na Hungria.
Setembro de 1705	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 28 do passado; ➤ FSP remete relatos sobre operações de Eugénio.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 04 do corrente; ➤ FSP repete o seu desagrado por Luís de Baden e apreço por duque de Marlborough; ➤ cartas de França informam de um desembarque da Liga em Barcelona; ➤ duque de Vendôme pedira socorro, que lhe fora enviado pelo duque de La Feniltade; ➤ Fagel autorizado a viajar às Províncias Unidas, o que contraria as ordens

		que FSP recebera de Lisboa, no sentido do general ser mantido na península.
	11	➤ FSP pede a DLC que lhe comunique que notícias tem do duque de Saboia, nomeadamente acerca da sua intenção de manter o comércio e ao mesmo tempo pedir reforços militares.
	15	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 08 do corrente, com maço de Portugal incluso; ➤ cartas de França noticiam sitio português a Badajoz; ➤ Londres e Haia trocam informações sobre a alegada visita de emissários franceses a Portugal com propostas de paz.
	18	➤ Cartas dos Países Baixos informam sobre a capitulação de Barcelona.
	22	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 16 do corrente.
	25	➤ Tardam os reforços a Eugénio.
	29	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 25 do corrente; ➤ Carta parcialmente ilegível; ➤ FSP comenta boatos de paz e desconsidera-os.
Outubro de 1705	02	➤ Embaixador de Veneza em Haia; ➤ Rendição da praça de Dossenheim, Palatinado do Reno; ➤ gazeta de Antuérpia noticia morte de Darmstadt em Barcelona.
	06	➤ Notícias contraditórias acerca da situação em Barcelona, registadas em diferentes fontes entre si; ➤ Catalunha a favor de Carlos de Áustria; ➤ amigo de FSP e primos de DLC possivelmente envolvidos no negócio dos emissários de França.
	09	➤ Receção de carta da parte de DLC, de 02 do corrente; ➤ FSP acredita que Inglaterra e Províncias Unidas auxiliarão o imperador devido às dificuldades sentidas em Itália; ➤ FSP suspeita que duque de Marlborough esteja em posse de negociações de paz; ➤ FSP responde a DLC que a questão dos subsídios permanece difícil e que no presente ano ser-lhe-ão pagos 2000 florins; ➤ empréstimo do milhão à corte portuguesa permanece em deliberação;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ gazetas noticiam a largada de Montejuique, na Catalunha, por parte do eixo franco-espanhol.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 06 do corrente; ➤ duque de Marlborough em Haia; ➤ pensionário nega a FSP boatos de paz que correm na república; ➤ cartas de Madrid noticiam sucessos da Liga na Catalunha; ➤ FSP pede que DLC o informe se os paquebotes vão a Lisboa de oito em oito ou quinze em quinze dias.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough permanece em Haia, partindo no dia seguinte para Viena.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough deixara Haia; ➤ em 24 horas deveria ser expulso das Províncias Unidas o médico de Luís XIV.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 13 e 16 do corrente; ➤ FSP tem pedido ao pensionário mais informações sobre aparentes negociações secretas de paz.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 23 do corrente; ➤ em Haia ouvem-se diferentes versões da realidade vivida em Barcelona; ➤ ministros estrangeiros em Haia queixam-se a FSP da fraca intervenção militar portuguesa nas campanhas na península.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Paris e Bruxelas noticiam a capitulação de Barcelona; ➤ eventuais sublevações de Aragão, Valência e Múrcia, Espanha; ➤ cartas de Madrid noticiam sitio português a Badajoz; ➤ duque da Baviera armara Grimaldi e d'Artagnan com vinte batalhões e quarenta esquadras e oito peças de artilharia; ➤ duque de Marlborough já estaria em Viena; ➤ cartas de Madrid noticiam que o exército português para lá marchara a 01 do corrente, seis dias depois tomando o forte de Pardaleras, Badajoz.
Novembro de 1705	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 13 do passado; ➤ cartas de Paris e Madrid apresentam notícias contraditórias entre si acerca da situação em Barcelona; ➤ os portugueses haviam-se retirado de Badajoz, pois Galway fora lá ferido.

06	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 30 do passado; ➤FSP comenta o insucesso da tomada de Badajoz; ➤FSP comenta a inconstância da questão pendente dos subsídios e ação de Schonenberg em Lisboa relativamente à entrada de tecidos em Portugal; ➤FSP tencionava apresentar um memorial na república, mas o fracasso português de Badajoz fá-lo temer uma resposta indesejada; ➤gazeta de Antuérpia noticia aquele insucesso português comunicado por um oficial francês, que também relatava a enfermidade de D. Pedro II, que já recebera todos os sacramentos; ➤DLC enviara um médico de Inglaterra a Portugal para assistir D. Pedro II; ➤morte de Artur de Sá, comissário de cavalaria; ➤FSP remete gazetas que incluem noticias sobre Badajoz e Barcelona.
10	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP acredita nada poder de momento fazer pelos subsídios e reforço de tropas depois das notícias de Badajoz; ➤notícias de França contam que Barcelona ainda se defende.
13	<ul style="list-style-type: none"> ➤DLC terá sido visitado pelo duque de Portland; ➤notícias sobre rendição de Barcelona negadas por França; ➤notícias sobre a rendição de Tarragona, Espanha; ➤notícias sobre a ausência de perdas portuguesas na retirada de Badajoz.
14	<ul style="list-style-type: none"> ➤Confirmada a rendição de Barcelona a 14 do anterior, por todas as cartas de Paris, que informam haver notícias de Madrid nesse sentido.
20	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de cartas da parte de DLC, de 06, 10 e 13 do corrente; ➤por aprovar a sustentação de Carlos de Áustria em Espanha pelo parlamento inglês; ➤FSP comenta a fraca e progressivamente conhecida fraca capacidade militar portuguesa e conseqüente receio de que a Liga abandone a península, e tece reflexões de caracter histórico-patriótico; ➤FSP tece críticas ao comando de tropas portuguesas e teme desprestígio nacional; ➤cartas de Paris reconfirmam capitulação de Barcelona a 14, que FSP remete.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC; de 20 do corrente;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤reconfirmação vias Madrid e Paris da queda de Barcelona, sendo que a infantaria e parte da cavalaria tomara o partido de Carlos de Habsburgo.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP pede que DLC receba um súbdito de Hanôver.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤Cartas de Itália noticiam ação entre Vendôme e Eugénio; ➤novas de Barcelona dão conta da marcha de Carlos de Áustria a Saragoça, Espanha, e novas de Madrid contam que também Filipe de Anjou se dirigia a essa cidade.
Dezembro de 1705	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 24 do passado, com maço de Lisboa.
	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 25 do passado; ➤FSP comenta a exposição que DLC fizera à secretaria sobre o levantamento do sítio a Badajoz e tece reflexões sobre o caso e suas possíveis consequências; ➤FSP entregara um memorial na república sobre o complemento das tropas, havendo-lhe sido respondido que haveria deliberação no conselho de estado, por ministros nomeados por comissários; ➤Viena pensava outorgar ao duque de Marlborough um condado perto dos círculos de Suábia e Franconia, que seria dirigido como principado; ➤ministro inglês e deputados das Províncias Unidas no Império haviam conferenciado sobre resoluções relativas à Hungria; ➤acredita-se que as tropas imperiais e de Saboia derrotarão Niza e Asti; ➤Filipe V deveria ter partido no 1.º deste mês para Aragão com tropas francesas que estariam nas fronteiras portuguesas, incluindo o duque de Berwick.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤Cartas de Madrid noticiam o atraso da partida de Filipe V para Aragão.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 04 do corrente; ➤Ana de Inglaterra dera ordens para que partissem navios para Portugal; ➤Fagel chegara a Haia, mas FSP não lhe falara de Badajoz por muitas culpas haverem também sido atribuídas aos Portugueses; ➤Luís XIV enviara grande número de tropas para o Rossilhão e armara em Toulon cerca de vinte navios para essa expedição; ➤DLC remetera a FSP notícias sobre as sessões parlamentares inglesas;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ duque de Marlborough a caminho de Haia.
15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP hesita pedir na república que se reforce o apoio na península quando as tropas portuguesas montam quartéis de Inverno e as francesas prosseguem as suas marchas.
18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough permanece em Haia; ➤ FSP teme que as milícias da Liga sejam enviadas para a Catalunha, deixando a fronteira portuguesa desprotegida, tendo pedido a Fagel que faça sentir isto em Haia, o que este prometera fazer, embora a inação portuguesa dificulte; ➤ FSP pede a DLC informação sobre o empréstimo ao arquiduque; ➤ revolta na Baviera.
22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough permanece em Haia.
25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 15 e 18 do corrente; ➤ FSP manifesta desagrado pelo governo dos Estados Gerais; ➤ FSP defende que a má reputação militar portuguesa não facilita a negociação pelos subsídios; ➤ duque de Marlborough a caminho de Inglaterra; ➤ conde de Goes recebera um expresso, aparentemente sobre o empréstimo.
29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 22 e 25; ➤ inquietações de FSP relativamente aos insucessos militares de Portugal, que, segundo ele, dificultam o trabalho dos diplomatas nas suas negociações.
31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Faltam notícias de Barcelona por França, mas fala-se em socorros a caminho de Aragão; ➤ instabilidade na corte espanhola devido a falta de verbas; ➤ Filipe V não partira ainda para Aragão; ➤ Ana de Inglaterra terá instruído seu ministro em Portugal de anunciar na Península a necessidade de mobilização de recursos para a proteção do arquiduque em Barcelona; ➤ FSP ouvira dizer secretamente que os Portugueses eram suspeitos de quererem negociar paz com França; ➤ duque de Marlborough de partida, no dia seguinte, para Londres.

Janeiro de 1706	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 29 do passado; ➤pioras do estado de saúde de D. Pedro II; ➤pensionário de Amesterdão a caminho de Londres na qualidade de enviado extraordinário das Províncias Unidas.
	08	<ul style="list-style-type: none"> ➤Cartas de Florença e Veneza noticiam que ilhas de Maiorca e Minorca, Espanha, se haviam submetido a Carlos de Habsburgo; ➤notícias de Madrid referem rendição de Valência; ➤conde de Noyel nomeado general para liderar as tropas do levante espanhol; ➤duque de Marlborough partira na véspera para Londres, mais Sunderland e prisioneiros franceses.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤Duque de Marlborough em Inglaterra; ➤revolta na Baviera; ➤cartas de Alsácia dizem que muita gente daquela parte era destacada para a Catalunha.
	15	<ul style="list-style-type: none"> ➤Falta de notícias vindas de Portugal; ➤60 Portugueses destacados para a Catalunha; ➤tropas francesas em marcha para o Rossilhão; ➤Alegre comunicara a FSP as propostas francesas de partilha dos domínios de Espanha; ➤subsídios por pagar há mais de um ano.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤Gazeta para DLC.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de cartas da parte de DLC, de 02, 06, 08, 12, 15 e 19 do corrente; ➤tendo em conta que os Estados Gerais não contribuía com frotas para Portugal, DLC insta em Londres para que Inglaterra o faça.
	29	<ul style="list-style-type: none"> ➤Tardam os socorros aliados à Catalunha e, inversamente, apressam-se os do eixo de Bourbon; ➤Alegre permanece em Haia, com suspeitas sobre si de estar como negociador secreto de paz ao serviço de França; ➤cartas de Viena noticiam o termo da revolta na Baviera; ➤revoltas na Hungria contra o imperador; ➤Franceses sitiavam Turim, Saboia;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ nomeado novo ministro dinamarquês para Inglaterra.
Fevereiro de 1706	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas e gazetas não falam de Portugal; ➤ possíveis desordens na Dinamarca; ➤ carta de Madrid, de 15, noticia ação do conde de Las Torres, cedo abandonada pela alta resistência dos locais e incursão de tropas portuguesas em Espanha, perto de Zamora.
	05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ França prepara vinte navios para a Catalunha; ➤ disputas na Dinamarca; ➤ Holstein pede licença para retirar os trinta homens que tem ao serviço de Inglaterra; ➤ FSP remete carta vinda de Roma para DLC.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Lisboa noticiara a FSP a morte da rainha de Portugal; ➤ FSP emite juízo sobre a partilha espanhola entre os dois candidatos ao trono daquele reino.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05; ➤ socorros aliados a caminho da Catalunha.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Planeado um sitio a Barcelona, por mar e terra pelos Franceses, com 26 navios a caminho da cidade; ➤ cartas de Madrid dizem ser mais difícil recuperar Barcelona do que Valência e que de Las Torres desobedecera a Filipe V; ➤ Franceses falam em confrontos entre Suecos e Russos.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Poucos socorros aliados e muitos da parte de França para a Catalunha.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 15; ➤ Inglaterra insiste com as Províncias Unidas para serem pagos os subsídios aos diplomatas portugueses; ➤ FSP manifesta impaciência e desgosto por servir na república devido à falta de pagamento dos subsídios.
26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Novamente, comentários sobre a lentidão aliada para socorrer Catalunha; ➤ vitórias suecas na Guerra do Norte; ➤ revoltas na Hungria. 	
Março de 1706	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 23 do corrente; ➤ D. Tomás de Almeida possivelmente nomeado como bispo eleito de Lamego.

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ encontro entre pensionário e embaixador de Veneza; ➤ gazetas flamengas relatam batalhas entre Suécia e Rússia.
05	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Peterborough terá entrado em Valência e tomado Murviedro.
09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 02 do corrente e 26 do anterior.
12	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 05 do corrente; ➤ falta de correspondência provinda de Portugal; ➤ FSP disserta acerca da importância das tropas portuguesas demonstrarem valor e receio de que a sua inação prejudique «a Europa»; ➤ rei da Dinamarca condescendera relativamente ao Bispado de Eutin; ➤ Eugénio partira de Viena para Itália.
16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Filipe de Anjou terá partido a 23 do passado para Aragão e Peterborough saíra com trinta homens de Valença e surpreendera seis batalhões espanhóis.
19	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤ gazeta flamenga noticia uma ação entre Peterborough e Marechal de Tesse e outra entre Peterborough e de Las Torres; ➤ frotas inglesas destinadas a Portugal estacionadas na Irlanda; ➤ parlamento inglês dera ordens contra católicos.
23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 19 do corrente; ➤ FSP pergunta a DLC que ordens teria a armada inglesa destinada a Portugal caso o arquiduque fosse feito prisioneiro de guerra; ➤ por concluir o armistício com os rebeldes da Hungria; ➤ FSP remete a DLC uma carta do enviado da Dinamarca na república, para o Barão de Frisheim.
26	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP remete folheto a DLC com um relato sobre o que se passara na Catalunha até 01 de Fevereiro; ➤ cartas de Espanha defendem que as campanhas correm melhor para os aliados que a Luís XIV; ➤ duque de Marlborough aguardado em Haia.
30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 26 do corrente; ➤ duque de Berwick em Madrid; ➤ Segundo carta de D. Tomás de Almeida, de 04 do corrente, Galway

		aguardava pelo fim de Maio para executar operações.
Abril de 1706	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 30 do anterior; ➤desconhecida ainda a data de partida da esquadra inglesa para Portugal.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤Aguarda-se o duque de Marlborough em Haia, sem o qual nada avançaria; ➤embaixador de Veneza de saída de Haia.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤Carta em Francês.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 06 do corrente; ➤gazeta de Antuérpia dizia que Carlos de Habsburgo se retirara para Valência, havendo sido esperado por Peterborough, e que Filipe de Anjou mandara galiões saírem de Cádis.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤Barcelona sitiada por terra por 20 000 homens, e por mar por 30 navios.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de maço de Portugal, via-DLC; ➤gazeta de Antuérpia dizia que Berwick fizera exército português recuar em doze léguas e que Franceses haviam tomado portos em Barcelona.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP queixara-se aos Estados Gerais de um gazeteiro flamengo expressar-se contra a ineficácia portuguesa e seus ministros; ➤receção de carta de D. Tomás de Almeida, comunicando sua própria nomeação como bispo de Lamego; ➤lamento de FSP acerca dos subsídios e insinuação de que a má reputação das tropas portuguesas dificultava a resolução desse assunto.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤Duque de Marlborough e pensionário de Amesterdão em Haia; ➤FSP falara ao duque de Marlborough dos subsídios.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤Eugénio informara duque de Marlborough que o conde de Toulouse fora feito prisioneiro pelos aliados; ➤duque de Marlborough ainda em Haia.
Maio de 1706	04	<ul style="list-style-type: none"> ➤Novas de Paris sobre tomada portuguesa de Alcanena, Espanha, ficando a guarnição prisioneira de guerra, e que os Portugueses pretendiam marchar para Toledo, Espanha.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤Duque de Marlborough informara FSP que DLC tinha instruções para FSP; ➤novas de França sobre tomada portuguesa de Alcântara, com nove

		<p>batalhões prisioneiros de guerra;</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ acreditava-se que Ville Roy conquistara Montejuique; ➤ relatos de Eugénio sobre ganhos e perdas em Itália.
	11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 27, 28 e 30 do passado, e 04 do corrente; ➤ duque de Marlborough deixara Haia para chefiar ações; ➤ FSP remete a DLC carta que recebera do conde de Assumar.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente; ➤ Cogitações de FSP sobre Carlos de Habsburgo e Filipe de Anjou; ➤ sitio de Turim agendado para 20 do corrente.
	18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC de 14 do corrente; ➤ cartas holandesas falavam na marcha do exército português em Madrid e que a rainha ou duquesa se dispusera a sair da corte.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Francês.
	21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ A armada das duas potências marítimas chegara a Barcelona; ➤ conde de Toulouse retirara-se a essa cidade; ➤ gazeta de Leida informava que exército português entrara em Madrid.
	25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 21 do corrente; ➤ cartas de França informam que Galway pretendia ir a Madrid; ➤ general Almonda comandava três batalhões para se juntar a Rivers.
	28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Filho de Tallard feito prisioneiro de guerra; ➤ sitio de Barcelona havia-se levantado por mar e terra; ➤ conde de Toulouse perdera seis navios em combate; ➤ exército da Liga entrara a 25 em Lovaina, entretanto abandonada pelos franceses; ➤ possível assalto francês a Barcelona, entretanto socorrida por Peterborough; ➤ cartas de Paris e Madrid contam que o marquês das Minas não quisera alinhar no plano de Galway de ir diretamente a Madrid, defendendo antes a tomada da Extremadura na íntegra.
Junho de 1706	01	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 28 do anterior; ➤ considerações de FSP acerca da conduta militar e política de Portugal na guerra;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ general Almonda e seus batalhões haviam embarcado para Zelanda; ➤ considerações de FSP sobre episódios de negociação com o pensionário; ➤ duque de Marlborough perto de Gante; ➤ FSP remete carta para Marques de Miramonte, que lhe remete diariamente correspondência francesa.
04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Liga tomara Gante; ➤ levantado o sitio a Barcelona e Filipe de Anjou regressado a Espanha.
04	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Stanhope comunicara a FSP que se tomara Bruges e Nieuport, França.
08	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FPS remete duas cartas impressas vindas por um expresso de Barcelona ao conde de Goes; ➤ segundo cartas de Madrid de 21 do anterior, Portugueses haviam tentado tomar Cidade Rodrigo e planeado tomar Salamanca, Espanha.
11	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Marlborough em Haia desde a antevéspera; ➤ franceses querendo sitiar Turim; ➤ FSP remete officio por DLC.
15	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Madrid dizem haver-se rendido Cidade Rodrigo a 21 do passado; ➤ Saragoça amotinara-se contra Filipe de Anjou e de Múrcia era esperado o mesmo.
18	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, de 11 do corrente, com maço de Lisboa incluso; ➤ generais portugueses haveriam perguntando a Lisboa se deveriam marchar para Cidade Rodrigo ou Madrid; ➤ Galway escrevera a um conhecido em Haia que a tomada de Madrid não se fizera por culpa dos portugueses; ➤ FSP remete a DLC cartas vindas de Barcelona.
22	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Noticias de Paris contam que Anjou chegara a Madrid a 06 e Cidade Rodrigo rendera-se a 26 do passado, assim como Salamanca.
25	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Abortado o sitio de Nieuport; ➤ Salamanca teria sido tomada por Portugal a 05 do corrente; ➤ o arquiduque passaria a Aragão.
29	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 22 e 25;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ Veneza inclinada para apoiar França; ➤ FSP recebia cartas do enviado de Dinamarca.
Julho de 1706	02	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Praça de Ostende atacada, assim como Dendermonde, Países Baixos; ➤ FSP remete carta para José da Cunha Brochado, que lhe viera de Paris.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, de 02 do corrente; ➤ Armada aliada partira de Inglaterra para Portugal; ➤ Veneza indecisa pelo partido a apoiar.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Filipe de Anjou saíra de Madrid a 17 ou 19 e fora para Pamplona, Espanha; ➤ exercito português perto de Madrid, havendo já passado Segóvia, Espanha; ➤ FSP remete capitulações de Ostende a DLC.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Duque de Vendôme marchara para o rio Adige.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP recebera notícias de Bruxelas acerca de entrada de Carlos em Madrid a 25.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas de DLC, de 09 e 13 do corrente; ➤ FSP remete carta do conde de Assumar que mostra que Carlos não poderia estar em Madrid.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Viena dão conta de problemas com as revoltas húngaras; ➤ Eugénio passara o Adige.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, sem data; ➤ FSP remete carta de Assumar a DLC.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP acredita que as novas sejam favoráveis a Portugal devido ao silêncio de França, sendo grande o volume da correspondência que recebe de Espanha; ➤ cartas de Paris noticiam a passada do Tártaro por Eugénio.
Agosto de 1706	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, com maço de Lisboa; ➤ Carlos II de Áustria em Madrid.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Rei da Prússia em Haia.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP tem instado nos Estados Gerais sobre a prioridade de expulsar franceses da Península.
	13	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Continua o ataque a Menin, Países Baixos;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤ cartas de França noticiam haver-se levantado o sitio a Turim.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, escrita em 13 do corrente; ➤ confrontos em Alcalá, retirando-se o exército da Liga a Guadalajara, Espanha; ➤ Eugénio passara o rio Secchia.
	20	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Peterborough juntara-se ao exército português; ➤ em curso um sitio de Menin.
	24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Menin rendera-se a 22; ➤ problemas diplomáticos entre Múnster e imperador.
	27	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carlos de Habsburgo havia sido escoltado por Peterborough; ➤ Eugénio entrara em Parma.
	31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP noticia casamento seu com uma princesa da Casa Nassau-Siegen.
Setembro de 1706	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Notícias de França dão conta de uma retirada do exército português de Aragão, tendo havido baixas de 3 000 homens no exército português.
	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Francês.
	06	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Carta em Francês.
	07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Segundo carta do duque de Marlborough, Dandermonde rendera-se.
	10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Em Itália, os Franceses havia recentemente perdido trinta homens, três coronéis, vinte capitães e mais de quarenta oficiais; ➤ Eugénio juntara-se ao duque de Sabóia e o de Orleães ao de Feniltade; ➤ FSP tem falado aos ministros de Haia que se mude o objeto da expedição naval, conforme ordens que recebera de Portugal.
	14	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC, de 10 do corrente; ➤ duquesa de Anjou passa de Burgos a Madrid e Marquesa de Toledo a Burgos; ➤ DLC conseguira que uma armada se encaminhasse às costas de Espanha.
	17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Negócios suspensos por motivos de saúde do pensionário; ➤ FSP recebera cartas de Bruxelas, em que se lhe dizia que outras de Burgos davam conta de que oito ou 10 000 homens que D. Pedro II ordenara para reforçarem o exército nacional, o que fizera Filipe de Anjou retirar-se para Navarra, porém seguido por Carlos de Habsburgo

		e o exército português.
	20	➤ Notícias de Paris dão conta de que Eugénio e o duque de Saboia haviam forçado as linhas de Turim, onde chegara entretanto o duque de Orleães.
	28	➤ Notícias de Génova e Barcelona dão conta de retirada de Filipe de Anjou de Madrid e entrada de Carlos de Habsburgo na mesma cidade.
Outubro de 1706	01	➤ Falta de notícias de Espanha via-França fazem FSP desenvolver esperanças nos sucessos de Portugal e Liga; ➤ duque de Saboia e Eugénio somam progressos em Itália; ➤ rei da Suécia toma quartéis de Inverno em Saxónia.
	05	➤ Receção de carta de DLC, de 01 do corrente.
	08	➤ Veneza tenta interferir nas negociações; ➤ invasão da Saxónia pelo rei da Suécia; ➤ boatos de uma vitória portuguesa em Espanha em meados de Agosto.
	12	➤ Cartas de Itália dão conta da rendição de Milão; ➤ FSP promete a DLC enviar-lhe árvore de família de sua mulher.
	15	➤ Duque de Marlborough esperado em Haia para a semana seguinte; ➤ cartas de França noticiam a ocupação de Salamanca por tropas portuguesas, e de Bruxelas a derrota de Filipe de Anjou; ➤ de França chegam também notícias sobre o triunfo do duque de Saboia nos seus domínios; ➤ FSP pede a DLC que lhe reencaminhe uma carta para Lisboa provinda de Roma.
	19	➤ Impressa em Haia uma relação da expedição portuguesa a Salamanca, por ordem do secretário de Stanhope.
	22	➤ Segundo cartas de Itália, dera-se entretanto a rendição de Pavia.
	26	➤ Stanhope deixara Haia em segredo.
	29	➤ FSP acredita haver negociações de paz agendadas para o Inverno; ➤ duque de Marlborough esperado em Haia dentro de oito dias.
	bro de	02
05		➤ Em Itália, rendera-se Alexandria e Tortona;

		<ul style="list-style-type: none"> ➤suíços tentam persuadir os Estados Gerais para negociações de paz, dizendo uma gazeta que se encaminhavam para Haia dois deputados de cantões católicos e outro de um protestante.
	09	<ul style="list-style-type: none"> ➤FSP remete gazeta para DLC com notícias sobre a guerra entre Suécia e Polónia; ➤duque de Marlborough chegara a Haia.
	12	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta de DLC, de 02 do corrente; ➤rei da Suécia entrara na Saxónia.
	16	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 09 do corrente, com a informação de estarem as mesadas a caminho de Lisboa.
	19	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de carta da parte de DLC, de 12 do corrente; ➤FSP recebera carta do conde de Assumar recentemente e expressa preferência para que Galway seja substituído; ➤parlamento inglês disposto em sustentar a guerra de Espanha sem dependências das Províncias Unidas; ➤duque de Marlborough de partida de Haia.
	23	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de cartas da parte de DLC, de 12 e 17 do corrente, com carta inclusa do conde de Vilar Maior para FSP; ➤paz entre Suécia e Polónia.
	26	<ul style="list-style-type: none"> ➤Duque de Marlborough deixara Haia na véspera, havendo participado em conferências de negociações de paz.
	30	<ul style="list-style-type: none"> ➤Duque de Marlborough fora para Londres; ➤FSP remete a DLC os capítulos da paz do Norte.
Dezembro de 1706	03	<ul style="list-style-type: none"> ➤Receção de cartas da parte de DLC, de 23 e 26 do anterior; ➤marquês de Montendre e conde de Falé em Londres; ➤FSP apresentara recentemente nova memória pedindo reforços e novos subsídios; ➤Lisboa instruíra FSP que pedisse aos Estados Gerais oficiais para os exércitos; ➤duque de Marlborough comprometera-se com FSP interceder a favor das solicitações portuguesas nos Estados Gerais; ➤Estados Gerais enviariam 1500 ou 1600 homens para sustentar as tropas;

	<ul style="list-style-type: none"> ➤ ministros da Polónia evitam falar na paz com a Suécia; ➤ permanece desconhecida a resposta do duque de Baviera à carta que lhe fora endereçada pelo duque de Marlborough e Estados Gerais.
07	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Tropas enviadas na última armada ficam estacionadas em Portugal.
10	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Da Suíça chegam notícias da tomada do castelo de Modena; ➤ enviado imperial no Império Otomano feito prisioneiro.
17	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de cartas da parte de DLC, de 02, 06 e 09 do presente; ➤ acalmia na situação da Escócia; ➤ falta de notícias sobre os subsídios.
21	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Cartas de Milão noticiam rendição do Castelo de Casal; ➤ Império Otomano auxilia rebeldes da Hungria; ➤ tratado de paz entre Suécia e Polónia impresso em Francês, que FSP remete a DLC; ➤ enviado inglês nas Províncias Unidas falara ao pensionário na questão dos subsídios portugueses; ➤ segredo das negociações de paz entre Polónia e Suécia; ➤ conde de Lixerena de partida para Londres.
24	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta da parte de DLC, com maço de Lisboa, no qual não se fala no destino das tropas recentemente desembarcadas; ➤ França com falta de dinheiro para a guerra.
28	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Receção de carta de DLC noticiando morte de D. Pedro II.
31	<ul style="list-style-type: none"> ➤ FSP manifesta esperança de que D. João V traga a paz a Portugal; ➤ FSP pede a DLC que o informe de alterações no Ministério e se o novo monarca tem algum valido; ➤ ministros do Império convocados para conferência nos Estados Gerais.
	<ul style="list-style-type: none"> ➤ Memorial aos Estados Gerais sobre os subsídios.

E. Glossário de personalidades

ALEXANDRE STANHOPE – enviado inglês nas Províncias Unidas durante a Guerra da Sucessão de Espanha.

ANA STUART - rainha de Inglaterra, Escócia e Irlanda entre 1702 e 1707 e da Grã-Bretanha e Irlanda entre 1707 e 1714.

ARNOLD VAN KEPPEL DE ALBERMARLE – 1.º conde de Albermarle, nascido nas Províncias Unidas, foi o braço-direito de Guilherme de Orange ao longo da sua vida, desde a revolução de 1688.

ARQUIDUQUE CARLOS DE HABSBURGO – filho do imperador Leopoldo e candidato ao trono espanhol na crise sucessória introduzida em 1700, foi coroado imperador em 1711, como Carlos VI, na sequência da morte do seu irmão, José I.

BARÃO DE BOSE – ministro da Polónia nas Províncias Unidas.

BARÃO DE COHORNE – general de tropas das Províncias Unidas.

CARLOS II DE ESPANHA – rei de Espanha entre 1665 e 1700. Foi o último Habsburgo sob a Coroa espanhola.

CHARLES-LOUIS GRIMALDI – general francês.

CLOUDESLEY SHOVELL – nomeado almirante pela rainha Ana, acompanhou Rooke no ataque a Vigo, em 1703, e participou na tomada de Gibraltar em 1704. Em 1705 acompanhou Peterborough na expedição a Barcelona e em 1707 auxiliou o duque de Saboia contra a expedição de Toulon.

CONDE DE ATHELONA – comandante de tropas das Províncias Unidas.

CONDE DE AVAUX – ministro francês nas Províncias Unidas.

CONDE DE BRIORD – ministro francês nas Províncias Unidas.

CONDE DE GALWAY – comandante das tropas aliadas em Portugal desde 1704, foi derrotado pelo duque de Berwick na Batalha de Almansa em 1707.

CONDE DE GOES – embaixador imperial nas Províncias Unidas entre 1698 e 1707.

CONDE DE LIMBURG-STIRUM – marechal de tropas ao serviço do Império a partir de 1701, foi derrotado pelo general francês Villars em 1703 e no ano seguinte morreu, na sequência de ferimentos em batalha.

CONDE DE PETERBOROUGH – nomeado comandante de forças terrestres inglesas em Espanha, acompanhou Shovell na tomada catalã em 1705 e regressou a Inglaterra em 1707.

CONDE DE SCHLICK – comandante de tropas imperiais.

CONDE DE STARENBERG – marechal ao serviço do imperador, havia defendido Viena do cerco turco em 1683. Nomeado comandante supremo das tropas imperiais em Espanha, em 1708, conquistou Madrid em 1710, com James Stanhope. No mesmo ano, perante dificuldades dos aliados em assegurarem a cidade, recuou para a Catalunha, da qual foi nomeado vice-rei, na sequência do regresso do arquiduque para a corte imperial.

CONDE DE STYRUM – general imperial.

CONDE DE SUNDERLAND – estadista inglês, foi deputado no parlamento pelos *Whigs*, enviado extraordinário na corte imperial em 1705 e secretário de estado entre 1706 e 1710.

CONDE DE TALLARD – diplomata e comandante militar francês, foi derrotado por Marlborough e Eugénio de Saboia no Danúbio, quando atuava junto do duque da Baviera.

CONDE DE TESSE – marechal francês em Espanha, liderou uma tentativa de recuperação de Gibraltar aos aliados em 1705, defendeu Badajoz e Alcântara dos portugueses, liderou uma tentativa de recuperação de Barcelona em 1706 e defendeu Toulon de Eugénio de Saboia em 1707.

CONDE DE TILLY – comandante de tropas das Províncias Unidas.

CONDE DE WRATISLAW – diplomata imperial em Inglaterra e Províncias Unidas durante a Guerra da Sucessão de Espanha, foi um dos signatários do tratado de Haia, em Setembro de 1701.

CONDE WALDSTEIN – embaixador imperial em Portugal entre 1700 e 1703. Foi, nessa qualidade, negociador e signatário dos tratados de 1703, entre Portugal e a Grande Aliança.

D. PEDRO II DE PORTUGAL – rei de Portugal entre 1683 e 1706. Filho mais novo de D. João IV, depôs o seu irmão do trono, D. Afonso VI, em 1668 e iniciou regência até à sua morte.

D. TOMÁS DE ALMEIDA - secretário de estado de Portugal entre 1705 e 1707.

DUQUE DE BERRY – terceiro neto de Luís XIV.

DUQUE DE BERWICK – chefe do exército francês em Portugal.

DUQUE DE BORGONHA – neto mais velho de Luís XIV, irmão de Filipe de Anjou.

DUQUE DE GLOUCESTER – filho de Ana Stuart e Jorge da Dinamarca-Noruega, morreu com 11 anos de idade.

DUQUE DE HOLSTEIN – Frederico IV, duque de Holstein-Gottorp entre 1694 e 1702. Filho mais velho do duque Cristiano Alberto de Holstein-Gottorp e princesa Frederica Amália da Dinamarca. Esteve envolvido na Grande Guerra do Norte e morreu na Batalha de Kliszów, Polónia.

DUQUE DE MARLBOROUGH – soldado e estadista inglês, serviu cinco monarcas. Encarcerado no reinado de Guilherme de Orange, por acusações de jacobitismo, liderou as forças aliadas na Guerra da Sucessão de Espanha e, pelas suas vitórias, conquistou a reputação de um dos melhores generais da história europeia. No reinado de Guilherme de Orange, fora também embaixador extraordinário da Inglaterra nas Províncias Unidas, onde negociou a participação do seu príncipe na coligação contra Luís XIV.

DUQUE DE ORLEÃES – Filipe I, irmão mais novo de Luís XIV.

DUQUE DE SABÓIA (VITOR AMADEUS II, DUQUE DE SABÓIA, REI DA SICÍLIA E SARDENHA.) – herdeiro dos domínios de Saboia em 1675, dos quais a sua mãe seria ainda regente até 1684. Excluído das negociações das potências europeias antes da morte de Carlos II de Espanha, sobre a questão sucessória, alinhou por Luís XIV em 1701, assegurando o casamento da sua filha, Maria Luísa, com Filipe de Bourbon. Em 1703, Leopoldo cedeu-lhe o ducado de Milão e o marquesado de Monferrato, ao mesmo tempo que os governos de Londres e Haia o aliciaram com subsídios, o que o fez inverter o seu perfil de alianças.

DUQUE DE SCHOMBERG – líder do exército inglês em Portugal.

DUQUE DE SCHONENBEG (FRANCISCO VON SCHONENBERG) – representante das Províncias Unidas em Portugal entre 1702 e 1705. Foi, nessa qualidade, negociador e signatário dos tratados de 1703, entre Portugal e a Grande Aliança.

DUQUE DE VENDÔME – marechal de tropas francesas, comandou contingentes franco-espanhóis no norte da Itália, a partir de 1702; em 1705 derrotou as forças de Saboia, mas no ano seguinte, sendo destacado para a Flandres, aquelas recuperaram o norte de Itália e expulsaram de lá os franceses.

EUGÉNIO DE SABÓIA – comandante de tropas imperiais desde 1683, no cerco turco a Viena. Serviu também nas Guerras dos Nove Anos e Sucessão de Espanha; nesta última, o seu trabalho foi especialmente importante no norte da Itália. Era primo do duque de Saboia.

FILIPE DE BOURBON, DUQUE DE ANJOU/FILIPE V DE ESPANHA – neto de Luís XIV, foi o 1.º Bourbon sob a Coroa espanhola, por nomeação no testamento de Carlos II. O seu reinado durou entre 1700 e 1724.

FREDERICO AUGUSTO DA POLÓNIA – rei da Polónia e grão-ducado da Lituânia entre 1697 e 1706.

GENERAL DON FRANCISCO RONQUILLO – general espanhol, comandou uma frente de ataque à Beira Alta portuguesa.

GENERAL FAGEL – comandante do exército das Províncias Unidas em Portugal, foi derrotado por Berwick em 1704, na Serra da Estrela.

GENERAL JORGE ROOKE – comandante inglês da esquadra que acompanhou o arquiduque Carlos a Portugal, em 1704.

GRANDE PENSIONÁRIO (ANTÓNIO HENSIUS) – pensionário da Holanda e Províncias Unidas entre 1689 e 1720.

GUILHERME DE ORANGE – príncipe de Orange por nascença (1650), governador das províncias de Holanda, Zelanda, Utreque, Gelderland e Overijssel desde 1672, e rei de Inglaterra entre 1689 e 1702.

JACOB OBDAM – general das Províncias Unidas, liderou, em 1702, o sítio de Venlo, sob ordens de Marlborough.

JAIME FRANCISCO STUART – filho de Jaime II, reclamou o trono inglês aquando a morte desse, em 1701, sendo como tal reconhecido por Luís XIV de França, seu primo, motivo que acelerou as hostilidades diplomáticas entre Inglaterra e França. Perto da morte de Ana Stuart, a sua recusa na conversão ao protestantismo impediu-o de conquistar o trono inglês e deu início à dinastia de Hanôver.

JAIME II (STUART) DE INGLATERRA – último rei católico inglês e penúltimo da dinastia Stuart, ascendeu ao trono em 1685 e foi deposto na revolução de 1688, dando origem à *Bill of Rights* de 1689.

JOÃO GUILHERME FRISO – herdeiro do título de príncipe de Orange, na morte de Guilherme III, em 1702. Em 1707, foi general de tropas das Províncias Unidas sob o comando de Marlborough; foi ainda governador da província de Frísia até á sua morte, em 1711.

JOHN METHUEN – embaixador inglês em Portugal desde 1691, conquistou a adesão de Pedro II à Grande Liga de Haia, sendo signatário dos tratados de aliança e comércio entre Portugal e Inglaterra, em 1703.

JORGE DA DINAMARCA-NORUEGA (PRÍNCIPE JORGE DA DINAMARCA E NORUEGA, DUQUE DE CUMBERLAND.) – marido de Ana Stuart.

JORGE STEPNEY – enviado extraordinário (1701-1705) e extraordinário e plenipotenciário (1705-1706) de Inglaterra no Império.

JOSÉ DE FARIA – secretário de estado português entre 1702 e 1703.

JOSÉ I DE HABSBURGO – filho mais velho de Leopoldo I, foi coroado imperador na sequência da sua morte.

LEOPOLDO I –monarca do Sacro-Império desde 1658, morreu em 1705. Era primo de Luís XIV.

LEOPOLDO, DUQUE DE LORENA – herdeiro do ducado de Lorena, em 1690, conduziu uma política externa de aproximação ao reino de França, seu poderoso vizinho.

LUÍS DE BADEN – governante de Baden, Império, e comandante de tropas imperiais.

LUÍS XIV DE BOURBON – rei de França e Navarra entre 1643 e 1715.

MARECHAL BOUFERRES – marechal de tropas francesas, foi nomeado para defender Lille do cerco organizado por Marlborough e Eugénio de Saboia, na Guerra da Sucessão de Espanha.

MARECHAL DE VILLARS – marechal e general francês, defendeu, em 1709, a fronteira a norte, das investidas de Marlborough e Eugénio de Saboia.

MARECHAL VILLE ROY – comandante de tropas francesas no norte de Itália, em 1701-1702, foi aprisionado por Eugénio de Saboia.

MARQUES DE CHATEAUNEUF – embaixador francês em Portugal, em 1703.

MARQUÊS DE HARCOURT – tenente-general de Luís XIV.

MARQUES DE MARIALVA – general português, da guarnição da Beira, liderada pelo marquês das Minas.

MARQUÊS DE TORCY – diplomata francês e ministro dos negócios estrangeiros de Luís XIV entre 1696 e 1715; criou a *Académie Politique* em 1712, especificamente vocacionada para a formação dos diplomatas, porém extinta em 1721, e um arquivo diplomático em Versalhes, em 1710.

MARQUÊS-ALMIRANTE CHATEAUXRENAULT – almirante francês, comandou a armada francesa na Batalha de Vigo, em 1702.

MAXIMILIANO EMANUEL, DUQUE DE BAVIERA – eleitor da Baviera entre 1679 e 1726, foi aliado de Luís XIV.

MENDO DE FOIOS PEREIRA – secretário de estado português entre 1688 e 1702.

PIERRE DE MONTESQUIOU D' ARTAGNAN – general francês, participou na batalha de Malplaquet, Países Baixos.

PIERRE ROUILLÉ – embaixador francês em Portugal entre 1697 e 1703.

PRÍNCIPE DE LIECHTENSTEIN – Hans Adam I, príncipe do Liechtenstein entre 1699 e 1712.

PRÍNCIPE DE VAUDEMONT – comandante de tropas espanholas no norte de Itália.

PRÍNCIPE JORGE DE HESSE-DARMSTADT – marechal de tropas do Império na campanha peninsular, foi vice-rei da Catalunha entre 1698 e 1701 e governador de Gibraltar em 1704.

ROQUE MONTEIRO PAIM – secretário de estado interino de Portugal entre 1699 e 1706, ano da sua morte.



Europass-Curriculum Vitae

Informação pessoal

Apelido / Nome próprio	Alves, Hugo.
Localidade de Residência	Costa de Caparica, Portugal.
Telefone(s)	-
Telemóvel:	+351 936587454
Correio electrónico	hugalves@gmail.com
Nacionalidade	Portuguesa
Data de nascimento	27-03-82

Experiência profissional

Datas	De Fevereiro de 2010 a Junho de 2014.
Função ou cargo ocupado	Gestor de Clientes.
Principais atividades e responsabilidades	Gestão e monitorização de ações de formação (orientação pedagógica) em línguas estrangeiras (Inglês; Espanhol; Francês, Alemão; Português como Língua Estrangeira.) a empresas e particulares; gestão e monitorização de projetos europeus de mobilidade.
Nome do empregador	Centro Europeu de Línguas, L. ^a . Lisboa, Portugal.
Tipo de empresa ou sector	Consultoria e formação em línguas (prestação de serviços a empresas). Setor privado.
Datas	De Setembro a Dezembro de 2009.
Função ou cargo ocupado	Assistente de Museologia.
Principais atividades e responsabilidades	Apoio ao serviço educativo: visitas guiadas ao museu e a outros monumentos ao seu núcleo administrativo associados, bem como de atividades educativas temáticas (história e geografia universais e locais). Apoio na preparação e instalação de exposições temporárias, e.g., <i>Royal Photographic Society Exhibition</i> ; trabalho fotográfico de exterior para portfólio.
Nome do empregador	Charnwood Museum. Loughborough, Leicestershire, Reino Unido (RU).
Tipo de empresa ou sector	Museu Municipal.
Datas	De Setembro a Dezembro de 2009.
Função ou cargo ocupado	Assistente Administrativo e assistente de investigação científica.
Principais atividades e responsabilidades	Apoio técnico ao pessoal administrativo, envolvendo trabalho de secretariado e organização de colóquios do departamento de História, Ciência Política e Relações Internacionais; apoio científico ao corpo docente, dinamização de uma Base de Dados e organização do sítio <i>web</i> (projeto em desenvolvimento) do núcleo de história do departamento.
Nome do empregador	Loughborough University, Department of Politics, History and International Relations. Loughborough, Leicestershire RU.
Tipo de empresa ou sector	Ensino Superior Público.
Datas	De Outubro de 2007 a Julho de 2009.

Função ou cargo ocupado	Técnico Comercial.
Principais atividades e responsabilidades	Orientação ao cliente: apoio técnico sobre os artigos, no espaço comercial da livraria, com especial responsabilidade na área de literatura estrangeira não traduzida.
Nome do empregador	Fnac Portugal, Loja Armazéns do Chiado. Lisboa, Portugal.
Tipo de empresa ou sector	Comércio a retalho.

Datas	De Agosto de 2005 a Outubro de 2007.
Função ou cargo ocupado	Técnico Comercial (livrarias) e Gestor Comercial (Departamento comercial da Distribuidora).
Principais atividades e responsabilidades	Nas livrarias: técnico comercial. No departamento comercial da distribuidora: gestor de conteúdos de <i>Web Site</i> ; catalogação.
Nome do empregador	Dinalivro. Distribuidora Nacional de Livros, Lda. Lisboa, Portugal.
Tipo de empresa ou sector	Distribuição, publicação e comercialização livreira.

Formação Académica

Datas	Desde Setembro de 2011.
Designação da qualificação atribuída	Mestrando em História Moderna e Contemporânea, Especialidade Relações Internacionais. Média atual: 17 valores.
Principais disciplinas/competências profissionais	História das Relações Internacionais, na sua dimensão clássica – relações políticas, militares e diplomáticas entre estados – e de toda a circulação de ideias, cultura, tecnologia, populações, mercadorias e capitais, realizadas à escala global. Metodologia da investigação histórica. Sociedades e sistemas políticos. Geo-política. Perspetivas em histórias moderna e contemporânea. Desenvolvimento de projetos de investigação.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa (IUL). Ensino Superior Público.

Datas	De Setembro de 2001 a Junho de 2007.
Designação da qualificação atribuída	Licenciado em História, Ramo Científico, com a classificação final de 14 (Catorze) valores, BOM.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa (UNL). Ensino Superior Público.

Datas	27/28 de Outubro de 2005 (duração de 15 horas.).
Designação	Colóquio Internacional <i>Jean-Paul Sartre – uma cultura da alteridade. Filosofia e literatura.</i>
Nome da organização de ensino ou formação	Departamentos de Línguas, Culturas e Literaturas Modernas, e Filosofia da FCSH, UNL.

Datas	10 de Março-16 de Junho de 2005 (duração de 26 horas.).
Designação	Curso Livre de Literatura Portuguesa <i>Alguns Momentos do Século XX Revisitados.</i>
Nome da organização de ensino ou formação	Departamento de Estudos Portugueses da FCSH, UNL.

Datas	23-25 de Setembro de 2004.
Designação	XIV Curso de Verão do Instituto de História Contemporânea (IHC), <i>Os Militares e a Democracia.</i>
Nome da organização de ensino ou formação	IHC (FCSH, UNL.).

Datas	20-22 de Maio de 2004.
Designação	Colóquio Internacional, <i>As Conquistas Sociais de Abril: passado e presente</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	IHC (FCSH, UNL.).
Datas	24-28 de Novembro de 2003 (duração de 10 horas).
Designação	II Curso Livre, <i>Cruzamento de Culturas – Portugal e o Oriente</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	Departamento de História da FCSH, UNL.
Datas	25-27 de Setembro de 2003.
Designação	XIII Curso de Verão do IHC, <i>As Ditaduras Contemporâneas</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	IHC (FCSH, UNL.).
Datas	08-10 de Maio de 2003.
Designação	Curso <i>O Conhecimento da Democracia: as ciências sociais no Portugal Democrático</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	IHC (FCSH, UNL.).
Datas	11-16 de Novembro de 2002
Designação	V Curso Livre de História Contemporânea, <i>Crise e Reforma da Democracia</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	Fundação Mário Soares e IHC.
Datas	28 de Fevereiro-01 de Março de 2002 (duração de 12 horas).
Designação	Encontro Internacional <i>Palácios Islâmicos na Bacia do Mediterrâneo (Séculos VIII-XIV)</i> .
Nome da organização de ensino ou formação	Departamento de História da FCSH-UNL e Museu Nacional de Arqueologia.

Formação Complementar

Datas	Junho e Julho de 2010.
Designação da qualificação atribuída	Muito Bom
Principais disciplinas/competências profissionais	Formação Pedagógica Inicial. Formação de Formadores com acesso à atribuição do Certificado de Aptidão Profissional de Formador.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Mestre, Formação e Consultoria, L. ^a . Formação Profissional e Consultoria. Setor Privado.
Datas	De 31 de Agosto a 08 de Setembro de 2009 (40 horas).
Designação da qualificação atribuída	Nível C1 (Utilizador Experiente/Avançado), de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa.

Principais disciplinas/competências profissionais	Curso intensivo de Inglês e culturas de expressão inglesa, ao abrigo da participação no Programa Aprendizagem ao Longo da Vida, Programa Leonardo da Vinci, Mobilidade, através da realização de dois estágios profissionais em Loughborough, Reino Unido (Museu de Charnwood e Departamento de História, Ciência Políticas e Relações Internacionais da Universidade de Loughborough, Reino Unido.), entre 19 de Setembro e 20 de Dezembro de 2009. Formação entre 31 de Agosto e 08 de Setembro de 2009 (40 horas) e avaliação oral e escrita de capacidades comunicativas em Inglês a 28 de Dezembro de 2009.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	CEL – Centro Europeu de Línguas. Formação e consultoria em Línguas. Setor Privado.
Datas	Outubro 2008-Fevereiro 2009.
Principais disciplinas/competências profissionais	<i>Web Creation</i> . Desenvolvimento e manutenção de sítios <i>web</i> (plataforma de gestão: <i>Eclipse</i>).
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Formabase, Formação e Serviços, L. ^a . Formação Profissional em Informática. Setor Privado.
Datas	Janeiro-Junho de 2008.
Designação da qualificação atribuída	Excelente (<i>Sobresaliente</i>).
Principais disciplinas/competências profissionais	Nível A2 (Utilizador Elementar), de acordo com o Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas do Conselho da Europa.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Instituto Cervantes de Lisboa. Promoção e ensino da língua espanhola e culturas hispanoparlantes.
Datas	05-09 de Julho de 2004.
Designação da qualificação atribuída	II Campanha de escavações arqueológicas da Igreja Matriz de Loures.
Principais disciplinas/competências profissionais	Recolha e identificação de espólio arqueológico dos períodos medieval e moderno.
Nome da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Loures. Orientação científica: Arqueóloga Ana Cristina Oliveira.
Datas	15-19 de Setembro de 2003.
Designação da qualificação atribuída	I Campanha de escavações arqueológicas da Igreja Matriz de Loures.
Principais disciplinas/competências profissionais	Recolha e identificação de espólio arqueológico dos períodos medieval e moderno.
Nome da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Loures. Orientação científica: Arqueóloga Ana Cristina Oliveira.
Datas	Novembro de 2002-Março de 2004.
Designação da qualificação atribuída	Estágio.
Principais disciplinas/competências profissionais	Inventariação de espólio cerâmico, do período moderno proveniente de escavações arqueológicas realizadas na Praça Luís de Camões, Lisboa.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Museu da Cidade de Lisboa. Museu Municipal.
Datas	16-20 de Setembro de 2002.
Designação da qualificação atribuída	Estação arqueológica de Frielas, Loures. <i>Villa Romana</i> .
Principais disciplinas/competências profissionais	Recolha e identificação de espólio arqueológico do Período clássico.
Nome da organização de ensino ou formação	Câmara Municipal de Loures. Orientação científica: Arqueóloga Ana Raquel Silva.

Datas	19-30 de Agosto de 2002.
Designação da qualificação atribuída	Escavações arqueológicas na Necrópole da Idade do Ferro do Monte da Tera, Pavia.
Principais disciplinas/competências profissionais	Recolha e identificação de espólio arqueológico da Pré-História.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Arqueóloga Leonor Rocha, Instituto Português de Arqueologia.
Datas	29 de Julho-09 de Agosto de 2002.
Designação da qualificação atribuída	XVIII Campanha de escavações arqueológicas da <i>Villa Romana</i> de Freiria, S. Domingos de Rana, Cascais.
Principais disciplinas/competências profissionais	Recolha e identificação de espólio arqueológico do Período clássico.
Nome e tipo da organização de ensino ou formação	Associação Cultural de Cascais (orientação científica: Arqueólogos Guilherme Cardoso e José d' Encarnação.). Associação de defesa, estudo e valorização do património cultural de Cascais.

Aptidões e competências pessoais

Língua materna

Português

Outra(s) língua(s)

Auto-avaliação

Nível europeu (*)

Compreensão				Conversaão				Escrita	
Compreensão oral		Leitura		Interacção oral		Produção oral			
C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente	C1	Utilizador experiente
A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar	A2	Utilizador elementar
		A1	Utilizador elementar						

(*) [Nível do Quadro Europeu Comum de Referência \(CECR\)](#)

Aptidões e competências informáticas

PHC, Programa de Gestão Avançada de Empresas (Dinalivro); Colibri Express, Faturação (CEL); Primavera, Faturação (CEL); *Microsoft Office do Windows; Internet Explorer* (formação académica e profissional em geral); diferentes plataformas de gestão de conteúdos em *web sites* e blogues (contextos profissionais e pessoais).

Comunicações científicas proferidas

«Os tratados de aliança defensiva e ofensiva de 1703: notícias e impressões da legação portuguesa nas Províncias Unidas.», XXXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 16/17 Novembro de 2012; «A Guerra da Sucessão de Espanha e a Paz de Utreque: fontes e metodologias. Mesa-redonda.», Seminário *D. Luís da Cunha e as Negociações de Utreque*, 17 de Janeiro de 2013.